LACERDA, Gustavo de

*jornalista.

Gustavo Adolfo Braga, nome registrado na certidão de nascimento arquivada no Ministério da Guerra de então, nasceu na cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital da província de Santa Catarina, hoje Florianópolis, a 18 de maio de 1854. Aos 22 anos de idade obteve permissão do Exército e mudou seu nome para *Gustavo de Lacerda*.

Ingressou no Exército em 8 de março de 1870 na condição de praça voluntário, no Depósito de Instrução do Desterro, 13º Batalhão de Independência, e foi sucessivamente promovido a cabo, furriel e segundo-sargento. Na Escola Militar de sua cidade, foi secretário do comandante, general Tibúrcio de Sousa, que, ao notar a sua inteligência e vivacidade de espírito, estimulou-o a estudar. Autodidata, aprendeu a escrever bem o português, iniciou estudos de francês e teve acesso a livros que circulavam entre amigos sobre as ideias socialistas da época. Quando esses temas chegaram à caserna, foi desligado em 1871 no posto de primeiro-sargento por "demonstrar ideias socialistas assaz avançadas", segundo o historiador Fernando Segismundo, "e também por atos de indisciplina", segundo Edmar Morel. Em 1876 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, mas regressou ao Desterro e ao Exército na função de amanuense e prático da arma de infantaria. Finalmente deu baixa em 1881.

Mulato magro e alto, nascido em família pobre, sempre mal vestido, mas inteligente e com alguma cultura haurida de leituras francesas, tentou melhorar de vida mudando-se para Santos, onde, no emprego de guarda-livros, encontrou dificuldades para manter-se. Tentou novamente a Corte, e então conseguiu demonstrar seu talento para a reportagem. Em certo momento de sua vida profissional trabalhou em três jornais, para manter existência modesta, mas agitada, em permanente contato com os colegas de profissão. No dia 1º de janeiro de 1884 estava nas ruas o primeiro número do seu jornal, o *Meio Dia*. Em suas páginas Lacerda proclamava-se republicano independente, sem partido nem clube político,

e afirmava: “Os partidos não têm programas nem princípios, menos idéias e união — só têm chapas.” O *Meio Dia* teve curta existência, não durou um mês. Falido e sem recursos para sobreviver, aceitou emprego de repórter de setor no jornal *O País*, de João Lage, em que trabalharia até morrer.

Ao mesmo tempo foi repórter e revisor de *A Imprensa*, de Rui Barbosa, e no governo do presidente Campos Sales (1898-1902) trabalhou também no *Jornal do Brasil*. Quando os carroceiros da cidade entraram em greve e Lacerda publicou reportagem favorável aos grevistas, o editorial do *Jornal do Brasil* atacou o ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, por ter ordenado a “dois encostados da polícia atirarem para matar no nosso repórter Gustavo de Lacerda, na ladeira do Castro, que denunciou as violências praticadas por ordem do governo contra carroceiros em greve”. Segundo Nelson Werneck Sodré, “Gustavo de Lacerda, repórter ousado, ganhava notoriedade antes gozada por Ernesto Sena, do *Jornal do Comércio*, capaz de operar prodígios em busca da informação”. Para João Melo, citado por Fernando Segismundo, “repórter exato em suas obrigações e correto narrador dos eventos de cuja divulgação se encarregou, [Lacerda] era visto como um agitador e não como um jornalista (...) cumpridor dos deveres de sua profissão. É que lhe sabiam o pendor político”.

Jornalista exemplar, mas imbuído das ideias socialistas da época, “de um socialismo um tanto confuso, resultado de leituras desiguais, porém praticado com o nobre desígnio de suavizar a sorte dos trabalhadores”, segundo Fernando Segismundo, Lacerda não encontrou adeptos entre os colegas das redações. Após a proclamação da República, surgiram os primeiros partidos socialistas e operários, mais de cunho reformista do que revolucionário, escreve Evaristo de Morais Filho. Em 1890, sem deixar a redação de *O País*, e ainda repórter do *Jornal do Brasil*, Gustavo de Lacerda voltou-se para a então incipiente imprensa operária. Foi um dos redatores de *A Voz do Povo* e, mais tarde, de *O Eco Popular*, ambos de existência efêmera. Em 1901 publicou um pequeno livro intitulado *O problema operário no Brasil*, com o subtítulo *Propaganda socialista*. Para Afonso Arinos, “a posição

de Lacerda parecia ser qualquer coisa entre o socialismo de Blanqui e o de Tolstoi. Lacerda mostra ter compreendido a necessidade de se desprender o proletariado brasileiro da tradição anarquista".

Em 1892 Lacerda associou-se ao Centro Operário Radical e, segundo Astrogildo Pereira, escreveu sobre o problema da terra e da reforma agrária, o combate aos monopólios e privilégios, a limitação das horas de trabalho aos menores, a fiscalização das condições de higiene nos locais de trabalho e nas instalações operárias, a gratuidade da justiça, e a assistência patronal em casos de acidentes e doenças contraídas no trabalho. Pensou então em organizar uma instituição de profissionais da imprensa e se bateu infatigavelmente até ver concretizado o que defendia. Sabia bem, e proclamava, que "o jornalismo, entre nós, não é uma profissão: ou é eito, ou é escada para galgar posições". Sonhava com uma organização do tipo sindical, ocupada em defender os interesses de seus associados. As dificuldades que enfrentou foram enormes. Fernando Segismundo estudou-as e caracterizou-as com precisão: "Tendo trabalhado ao lado de Artur Azevedo, Pardal Mallet, José do Patrocínio e outros expoentes do jornalismo do XIX século, os quais o distinguiram pessoalmente e lhe admiravam o labor profissional, lógico será pensar que Gustavo de Lacerda não atingiu o fastígio da carreira, menos por modéstia intelectual ou desambição, do que por implícita determinação de seus superiores, os donos dos jornais onde mourejou desde 1880."

No dia 7 de abril de 1909, sábado de sol, pela tarde, numa sala do terceiro pavimento de *O País*, foi instituída a Associação de Imprensa, mais tarde Associação Brasileira de Imprensa, ideia logo atacada pelos donos dos jornais, que a consideravam "um grupo de malandros chefiados por um anarquista perigoso". Convocados dezenas de jornalistas para o ato, só compareceram nove. Eleito presidente, Lacerda redigiu o estatuto da entidade, calcado em molde francês segundo o qual o grêmio devia manter caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias, um serviço de assistência médica e farmacêutica, um retiro com enfermaria e residência para velhos e enfermos, biblioteca, salões de

conferências e diversões. Também devia abrir espaço, por meio de título de capacidade intelectual e moral, ao aspirante à profissão de jornalista.

Dezessete meses depois, em setembro de 1909, aos 55 anos, Gustavo de Lacerda morria como indigente na Santa Casa de Misericórdia.

Cícero Sandroni

FONTE: SEGISMUNDO, F. *ABI.*

LACERDA, Joaquim

*sen. PR 1897-1899.

Joaquim Resende Correia de Lacerda nasceu no município da Lapa (PR) no dia 29 de março de 1845, filho de Manuel Correia de Lacerda e de Leocádia Cassiana Resende de Lacerda.

Comerciante, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi organizador de um dos batalhões brasileiros que embarcaram para o combate. Em 1893, durante a Revolução Federalista, que a partir de fevereiro conflagrou o Rio Grande do Sul e em seguida avançou pelos estados de Santa Catarina e Paraná, assumiu o comando superior da Guarda Nacional de seu município natal, atuando no treinamento dos soldados que lutaram no episódio conhecido como cerco da Lapa. Conhecido por ser um entusiasta do regime monárquico, mesmo assim recebeu o título de coronel honorário do Exército brasileiro por sua participação na luta contra os federalistas.

Em 1897 foi eleito senador pelo Paraná, com mandato até dezembro de 1899. Assumindo sua cadeira no Senado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, passou a integrar a Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria e Artes.

Faleceu na Lapa no dia 12 de julho de 1905.

Era casado com Maria Madalena Moogen, com quem teve um filho.

Luciana Pinheiro

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p.1429); MUS. MAÇONICO PARANAENSE. Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/>. Acesso em: 17/6/2010; NICOLAS, M. *Paraná* (p.17-18); SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 17/6/2010.

LACERDA, Marcílio Teixeira de

*sen. ES 1918-1923.

Marcílio Teixeira de Lacerda nasceu em Alegre (ES) em 29 de dezembro de 1879, filho de José Augusto de Lacerda e de Maria Emília Teixeira Correia. Seu avô paterno, o comendador Felício Augusto de Lacerda, de família de barões do café do vale do Paraíba, foi um dos primeiros povoadores de Alegre, com fazendas no vale de Itapemirim, famosas pelo luxo e as grandes festas que o comendador oferecia. Sua mãe também era de família de grandes proprietários rurais e políticos do município.

Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1903. No ano seguinte foi designado promotor público em Alegre, depois viveu algum tempo no Rio de Janeiro como advogado, em 1906 foi delegado de polícia do Distrito Federal e em 1909 juiz de direito no território do Acre. No ano seguinte voltou para o Espírito Santo, onde foi eleito deputado estadual e exerceu mandatos sucessivos até 1918, presidindo a Assembleia em 1916 e 1917. Ainda durante esse período, em 1913, foi membro do Tribunal Especial do Espírito Santo. Era ligado politicamente aos Monteiro, que dirigiam a política capixaba na época.

Em 1918 foi eleito senador pelo único partido então existente no estado, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES). Assumindo sua cadeira no Senado em maio desse ano, tornou-se membro das comissões de Justiça e Legislação e de Constituição e exerceu o mandato até 1923.

Foi ainda professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, cidade onde faleceu.

Publicou *Na tribuna e nas comissões do Senado Federal 1918-1923* (1924) e *A propriedade privada e as limitações administrativas* (1941).

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: BRAVO, C. *Nossas*; FERRAZ, M. *Alegre*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4, p. 2095/6); MARINS, A. *Minha*; MORAES, P. *Dicionário*.

LACERDA, MAURÍCIO DE

*jornalista; dep. fed. RJ 1912-1920; rev. 1922; rev. 1924; dep. fed. DF 1930; rev. 1930; rev. 1935.

Maurício Paiva de Lacerda nasceu em Vassouras (RJ) no dia 1º de junho de 1888, filho de Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda e de Maria da Glória Paiva de Lacerda. Seu pai foi deputado constituinte em 1891, deputado federal de 1894 a 1896, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1897 a 1898, no governo Prudente de Morais, e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1912. Era irmão de Fernando de Lacerda e Paulo de Lacerda, líderes do Partido Comunista do Brasil, depois chamado Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Iniciou seus estudos no Colégio Alfredo Gomes, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1895, transferindo-se em 1897 para o Ginásio Fluminense, em Petrópolis (RJ), onde concluiu em 1899 o curso primário. Cursou o secundário no Colégio Paula Freitas, no Rio de Janeiro, de 1900 a 1904, e em 1905 ingressava na Faculdade de Direito dessa cidade. Já no primeiro ano de faculdade estreou no Tribunal do Júri como um dos advogados de dois companheiros de turma acusados do assassinato do monsenhor Olímpio de Campos, senador por Sergipe. Quando decretada a Lei do Sorteio Militar, foi um dos primeiros estudantes a alistar-se como voluntário de manobras. Em 1907 tornou-se diretor do jornal *Agrário*, de Miracema (RJ), função que manteria até 1913. Em 1908 participou do I Congresso Sul Americano de Estudantes, realizado em Montevidéu.

Em janeiro de 1909, invadiu sua terra natal em companhia de soldados que com ele se haviam apresentado na condição de voluntários, a fim de impedir que se realizassem as eleições em que seu pai seria derrotado. Foi então processado pela Justiça Federal, mas a ação criminal prescreveu. Ainda em 1909, último ano em que frequentou a faculdade, assumiu a direção de *O Município*, de Vassouras — cargo em que se manteria até 1910 —, e aderiu, juntamente com outros estudantes, à candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Com a eleição deste em 1910, tornou-se seu oficial de gabinete, ao mesmo tempo em que passou a dirigir a revista *O Vassourense*. Foi também eleito deputado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.

Em 1912 deixou o gabinete presidencial para eleger-se deputado federal pelo estado do Rio.

A partir dessa época, acompanhou os movimentos reivindicatórios do proletariado no Distrito Federal, iniciando-se no estudo da doutrina socialista. Em 1915 e 1918, foi reeleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, tornando-se então ardoroso defensor do nacionalismo. Durante sua permanência na Câmara dos Deputados, acumulou os cargos de vereador de Vassouras (1913-1923) e de prefeito dessa cidade (1915-1920). Em 1915, foi escolhido líder de uma tentativa malograda de levante conhecida por Conspiração dos Sargentos, só não sendo processado devido à intervenção do presidente Venceslau Brás. Essa conspiração foi promovida por alguns oposicionistas que pretendiam proclamar, através de uma quartelada, a República Parlamentar. O candidato dos sargentos à presidência da República era o general Emídio Dantas Barreto. Descoberta a conspiração pela polícia, instaurou-se o inquérito pertinente, que poupou os políticos e determinou a expulsão dos subalternos das fileiras do Exército.

Em 1917, Maurício de Lacerda elegeu-se presidente do Aeroclube Brasileiro, à frente do qual permaneceria até 1920. Muito o influenciou o triunfo da Revolução Russa de 1917 e, a partir de então, passou a estimular movimentos grevistas e operários e a desdobrar-se numa permanente luta pelas reivindicações proletárias, participando inclusive da fundação da Liga Socialista. Devido a essa atuação, foi excluído em 1921 do Partido Republicano Fluminense. Ainda nesse ano, integrou a redação da revista *Clarté*, que reunia os intelectuais simpatizantes da Revolução de Outubro. Por essa época, tornou-se também amigo de Lima Barreto.

O APOIO ÀS REVOLTAS DE 1922 E 1924

Juntamente com alguns outros civis, Maurício de Lacerda participou das articulações para o levante militar de 5 de julho de 1922. Esse movimento, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, eclodiu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e contra as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares, particularmente o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta, que foi rapidamente debelada, envolveu, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, e, em Mato Grosso, o contingente local do Exército. Por sua participação no levante, Maurício de Lacerda teve cassado seu mandato de vereador.

Durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), tornou-se proprietário do jornal carioca *Avante* (1922-1923) e dirigiu, no Rio de Janeiro, o vespertino *A Nação* (1923-1924).

Ao se iniciarem as articulações para a revolta de julho de 1924, tentaram os militares superar as barreiras que os separavam dos civis, programando a execução de um esforço conjunto que pudesse contar com a adesão de alguns políticos e com o apoio da classe operária. Os intermediários escolhidos para essa aproximação foram Maurício de Lacerda e Everardo Dias, líder anarco-sindicalista.

No encontro que manteve com o chefe revolucionário paulista Isidoro Dias Lopes, Maurício de Lacerda demonstrou a possibilidade dessa união. Viu ele em Isidoro um homem "singelo" e "claro", que, segundo suas palavras, "gradativamente foi me interessando naqueles planos de uma revolta que era o esboço sensato da futura nação brasileira". Todavia, os militares se foram fechando em suas posições, enquanto os civis iam sendo aos poucos marginalizados, abandonando o movimento cuja eclosão, em 5 de julho, chegou mesmo a surpreendê-los. Assim é que, ao ser comunicado de que a revolução se iniciara em São Paulo, Maurício de Lacerda considerou a notícia como um boato. Seguiu então para a redação de *A Rua* e lá deixou escrito um artigo sob o título de "A sombra da revolução", em resposta à acusação, feita pelo *Jornal do Comércio*, de que se encontrava infiltrado num movimento fascista. Em seu artigo, que levou *A Rua* a ser imediatamente apreendida, dizia ele que não participaria de motins fascistas e que somente daria apoio a uma revolução social. Por suas declarações, foi preso pouco depois.

A revolta, deflagrada também em Sergipe e no Amazonas, foi aí debelada em pouco tempo. Em São Paulo, contudo, os rebeldes ocuparam a capital por três semanas, deslocando-se então para o interior. No ano seguinte, esse grupo se uniria ao contingente gaúcho que em outubro de 1924 sublevou unidades militares no Rio Grande do Sul, constituindo dessa forma a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Em 1926, apesar de ainda se encontrar detido e após se recuperar de sérios problemas de saúde provocados por mau atendimento médico, Maurício de Lacerda foi eleito intendente do Conselho Municipal do Distrito Federal. Em 1927, disputou também pelo Distrito Federal as eleições para a Câmara dos Deputados, participando, além da sua, da campanha de Adolfo Bergamini, o que o levaria a perder o pleito para este e para João Batista de

Azevedo Lima. Segundo Everardo Dias, que esteve preso com Maurício de Lacerda, “a massa, constituída em sua grande maioria da classe média e pequena burguesia, foi buscá-lo às portas da prisão para conduzi-lo à escadaria do Congresso Nacional”. Enquanto esteve preso, Maurício de Lacerda redigiu um conjunto de notas sobre o estado de sítio, sobre o autoritarismo e sobre seu encarceramento, que viria a ser publicado em 1927 sob forma de livro, com o título *História de uma covardia*.

Em março de 1928, Maurício de Lacerda compareceu ao Congresso de Bajé (RS), onde foi fundado o Partido Libertador (PL), liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em Porto Alegre, foi recebido por membros do PL e do Centro dos Estudantes Libertadores e pela delegação do Partido Trabalhista. Na ocasião, declarou que o congresso era o primeiro passo para a formação da frente única nacional contra o presidente Washington Luís.

Em dezembro de 1928, Maurício de Lacerda — pouco antes reeleito para o Conselho Municipal do Distrito Federal — foi o principal orador do comício convocado para protestar contra a anulação da eleição do oposicionista Ferdinando Labouriau para intendente do mesmo conselho. Labouriau, que falecera dias antes sem haver tomado posse do cargo, havia sido também o “relator do pleito”, encarregado de dar parecer sobre o preenchimento da última cadeira do conselho. A vaga era disputada por Minervino de Oliveira, do Bloco Operário e Camponês (BOC), frente eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB), e Sirínio Carreiro de Oliveira, situacionista. A pequena diferença de votos entre os dois provocara uma luta acirrada pela impugnação das urnas. Os governistas propuseram então anular a eleição de Labouriau, o que permitiria o aproveitamento dos dois postulantes à cadeira. Apesar das acusações de fraude lançadas pela oposição, esta foi a medida aprovada.

O APOIO À ALIANÇA LIBERAL

Em 1929, Maurício de Lacerda participou ativamente da campanha da Aliança Liberal, movimento organizado para apoiar as candidaturas oposicionistas de Getúlio Vargas e João Pessoa, presidentes respectivamente dos estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, nas eleições para a presidência da República marcadas para março de 1930.

Realizado o pleito, o candidato governista Júlio Prestes saiu vitorioso. Na mesma ocasião, entretanto, Maurício de Lacerda foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, iniciando

seu mandato no início de maio. De sua tribuna, juntamente com outros políticos da oposição, combateu os rebeldes de Princesa (PB), que no mês de fevereiro haviam-se insurgido contra o governo estadual de João Pessoa. O movimento servira de pretexto para que o governo federal concentrasse tropas na Paraíba, o que foi denunciado pelos aliancistas como uma forma de intervenção.

No dia 29 de maio, o jornal gaúcho *Diário da Noite* publicou um manifesto de Luís Carlos Prestes, então exilado em Buenos Aires, retirando o apoio ao programa defendido pela Aliança Liberal. Esse manifesto significou seu rompimento com Maurício de Lacerda, Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora, entre outros, que se mantiveram ao lado dos aliancistas, articulando um movimento armado para depor o presidente Washington Luís. Essas articulações se intensificaram após o assassinato de João Pessoa, ocorrido em julho. No dia 13 de setembro, os jornais cariocas estamparam uma veemente declaração de Maurício de Lacerda, que dizia: "Levanta-te, Rio Grande!... O Rio Grande tem sido de uma prudência que toca às raias da covardia."

Em 3 de outubro, com a eclosão do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, Maurício de Lacerda foi detido no Rio de Janeiro juntamente com Adolfo Bergamini e Cândido Pessoa, ficando preso alguns dias no quartel do corpo de bombeiros. No dia 24, diante das vitórias dos revolucionários e de seu avanço em direção ao Rio, os principais chefes militares lotados no Distrito Federal depuseram Washington Luís e assumiram o governo, formando uma junta governativa provisória que propôs o cessar-fogo. Enquanto essas medidas eram tomadas, os populares que desceram às ruas, aproximando-se do palácio Guanabara, residência oficial do presidente da República, eram instados por Maurício de Lacerda a não consumarem uma invasão. No dia 3 de novembro, a junta governativa entregou a chefia da nação a Getúlio Vargas.

Avaliando esses acontecimentos, Maurício de Lacerda declarou que sua atuação na preparação do movimento revolucionário foi guiada pela idéia de que antes de mais nada era necessário tornar impopular a pessoa de Washington Luís, que ainda cristalizava as esperanças nacionais.

Ainda em 1930, Maurício de Lacerda foi nomeado embaixador extraordinário no Uruguai, de onde regressou em janeiro de 1931, encontrando presos seus irmãos Fernando e Paulo, acusados de participar de movimentos comunistas. Procurou então Osvaldo Aranha, na

época ministro da Justiça, graças a quem conseguiu a libertação de ambos.

Em março de 1931, Luís Carlos Prestes publicou uma carta aberta afirmando entre outras coisas que a crise econômica que o Brasil atravessava era consequência do imperialismo. A seu ver, dois estratagemas haviam sido empregados pelos imperialistas: o primeiro consistira em encarregar Maurício de Lacerda de dizer ao público que a velha política fora abandonada em nome de outra "completamente nova"; o segundo, em utilizar o Ministério do Trabalho numa obra mistificadora e enganosa.

Ainda em 1931, Maurício de Lacerda filiou-se ao Clube 3 de Outubro, organização criada em maio desse ano para reunir as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas introduzidas pela Revolução de 1930. Foi também designado membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro, órgão que em alguns estados fez as vezes do Legislativo após a revolução, e nomeado procurador fiscal da Fazenda Municipal do Distrito Federal. Nessa condição, coube-lhe estudar, autorizado por Vargas, a compra pela prefeitura carioca do morro de Santo Antônio, que pertencia à União. Maurício de Lacerda descobriu que Washington Luís em seu governo condenara em despacho essa transação. Ainda como procurador fiscal, acusou publicamente não só os políticos "regeneradores" (aliancistas), mas também o próprio Vargas no "caso do morro do Castelo". Em artigo publicado na imprensa, denunciou ainda a censura que se aplicava a seus textos jornalísticos, nos quais advertia contra a corrupção na República Nova. Começava assim a afastar-se daqueles cuja ascensão política favorecera.

Em 1932, tornou-se prefeito de Vassouras.

O AFASTAMENTO DO PODER

Em março de 1935, foi formada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla que reuniu comunistas, socialistas, católicos e democratas em torno de um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Em ligação com a ANL, foi constituído um movimento de intelectuais antifascistas denominado Clube da Cultura Moderna. Maurício de Lacerda, ao lado de Rubem Braga, Brasil Gérson, Genolino Amado, Maria Werneck de Castro e Aparício Torelli, entre outros, assinou o manifesto lançado pela organização no jornal *A Pátria*.

Em meados do ano, surgiram divergências no interior da ANL quanto à programação do ato

que no dia 5 de julho comemoraria o aniversário dos levantes de 1922 e 1924. O presidente da organização, Herculino Cascardo, foi informado de que seus correligionários pretendiam ler um manifesto assinado por Luís Carlos Prestes, o que provocaria uma imediata reação repressiva da parte do governo. Reunindo em assembléia, na qual discursaram Jorge Amado, Valério Konder, Aníbal Machado e o próprio Maurício de Lacerda, o Clube da Cultura Moderna apoiou a facção da ANL favorável à leitura do manifesto. Realizado o ato, no dia 11 de julho a ANL foi fechada por decreto do governo.

Em 22 de agosto, para dar continuidade à ANL, Maurício de Lacerda fundou ao lado de outros políticos a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade. Em 15 de novembro, escreveu a Prestes comunicando que havia sido designado presidente da organização, a qual se propunha a fortalecer as forças congregadas em torno do nome de Prestes.

Entretanto, atuando na ilegalidade, a ANL, com o apoio dos comunistas, promoveu uma série de levantes deflagrados nos dias 23, 24 e 27 de novembro em Natal, Recife e Rio de Janeiro respectivamente, todos dominados em pouco tempo. Já no dia 26 foi decretado o estado de sítio, iniciando-se uma violenta campanha de repressão aos participantes da Revolta Comunista e ocorrendo inúmeras prisões.

Em janeiro de 1936, criou-se um órgão que pretendia coordenar todo o movimento anticomunista: a Comissão de Repressão ao Comunismo, idealizada por Vicente Rao, ministro da Justiça. Integrada por civis e militares, a comissão estava autorizada a “propor a prisão ou a detenção de qualquer pessoa cuja atividade [fosse] reputada prejudicial às instituições políticas e sociais”. Sua ação inicial foi pedir, em fevereiro de 1936, as prisões de Pedro Ernesto Batista, prefeito do Distrito Federal, além de Filipe Moreira Lima, Maurício de Lacerda, Anísio Teixeira, Eliezer Magalhães e Odilon Batista.

Detido pouco depois, Maurício de Lacerda foi julgado junto com o segundo grupo de indiciados na Revolta Comunista de 1935 somente em julho de 1937, sendo absolvido ao lado de Odilon Batista, Raul Riff, Valério Konder, Luís Gonzaga Lins de Barros e João Batista Barreto Leite Filho. O juiz Antônio Pereira Braga jurou suspeição quanto a seu julgamento.

Em outubro de 1938, Maurício de Lacerda publicou na imprensa de Paris um artigo em favor da anistia de Prestes e de outros comunistas. Em 1939, tornou-se advogado-chefe da Caixa Econômica do Distrito Federal.

Com o início do processo de redemocratização que levaria ao fim do Estado Novo, em 1945 Maurício de Lacerda aderiu à União Democrática Nacional (UDN), cuja seção carioca presidiu ate 1946. Voltou também a assumir suas funções de procurador da Fazenda Municipal do Distrito Federal, das quais se aposentaria em 1958.

Membro efetivo da Academia Fluminense de Letras, da Academia Niteroiense de Letras, do Instituto e da Ordem dos Advogados do Distrito Federal e do estado do Rio de Janeiro, da Cruz Vermelha Brasileira e da Policlínica Brasileira, colaborou intensamente na imprensa diária do Rio de Janeiro e dos estados.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1959.

Foi casado em primeiras núpcias com Olga Werneck Lacerda, com quem teve três filhos, entre os quais Carlos Lacerda, destacado jornalista, deputado federal pelo Distrito Federal de 1956 a 1959 e governador da Guanabara de 1960 a 1965. Casou-se depois com Aglaiss Caminha, com quem teve um filho, Maurício Caminha de Lacerda, também jornalista.

Escreveu as seguintes obras: *História de uma covardia* (1927, 2ª ed. 1980), *Entre duas revoluções* (1927, 2ª ed. 1932), *A Segunda República* (1931), *A aviação no tratado da paz*, *Flor de lótus* (teatro), *Amor de um condenado* (teatro), *Da masmorra*, *Política profissional*, *O morro de Santo Antônio*, *Escola e latifúndio*, *Bibliotecas e museus escolares*, *Discursos parlamentares*, *A evolução legislativa do direito social brasileiro*, *Memórias ou a formação de um homem público* e *Meu pai*.

Robert Pechman

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (1959-29); CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (4/6/1967); LEVINE, R. *Vargas*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Personalidades*; PORTO, E. *Insurreição*; REIS, A. *Bibliografia nac.*; *Rev. Brasiliense* (27); SILVA, H. *1935*; SILVA, H. *1937*; SILVA, H. *1938*; SOUSA, J. *Índice;* SOUSA, J. *Teatro*.

LACERDA, Sebastião
* dep. fed. RJ 1894-1896; min. Ind., Viação e Obras Públ. 1897-1898; min. STF 1912-1925.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda nasceu em Vassouras (RJ) no dia 18 de maio de 1864, filho de João Augusto Pereira de Lacerda e de Maria Emília Gonçalves de Lacerda.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo em 1884 e, de volta a Vassouras, dedicou-se à advocacia. Ligado ao movimento republicano e abolicionista, foi eleito para a Câmara Municipal da cidade em 1888, passando a intendente em 1890, após a proclamação da República.

Em 1892, foi deputado constituinte no estado do Rio de Janeiro. Após a elaboração da Constituição estadual, foi nomeado secretário de Agricultura do governo de José da Porciúncula. Permaneceu à frente da secretaria até 1894, quando desavenças com o presidente do estado acerca da indicação de nomes para a composição da bancada fluminense na Câmara dos Deputados levaram à sua exoneração. No mesmo ano foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Em abril de 1896, após deixar a Câmara, tornou-se secretário do Interior e Justiça do estado no governo de Joaquim Maurício de Abreu, cargo do qual se afastou para assumir, no governo Prudente de Morais (1894-1898), o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Esteve à frente da pasta de novembro de 1897 a junho de 1898, pouco antes da saída de Prudente de Morais da presidência da República, e em seguida voltou à atividade política e à advocacia em sua cidade natal.

Por ocasião do pleito para escolha do presidente do estado do Rio em 1900, chegou a apresentar candidatura própria, mas retirou-a para aderir à campanha de Quintino Bocaiúva, nome de conciliação das forças políticas locais que disputavam o controle do estado. Em 1910, foi mais uma vez eleito vereador à Câmara Municipal de Vassouras. Em seguida foi deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, até 1911, quando assumiu a Secretaria Geral do estado, sob a presidência de Oliveira Botelho. Eleito deputado estadual para legislatura seguinte, tornou-se presidente da Assembleia fluminense por curto

período. Enquanto esteve na presidência da casa enfrentou dura oposição, resultado de sua adesão à Campanha Civilista em 1910, embora todas as acusações fossem superadas pela legalidade do Legislativo fluminense proclamada pelo Congresso Nacional durante o governo Hermes da Fonseca (1910-1914).

Em novembro de 1912 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência do falecimento de Oliveira Figueiredo. Faleceu, no exercício de suas funções no STF, em 5 de julho de 1925, na cidade do Rio de Janeiro.

Era casado com Maria da Glória Paiva de Lacerda. Seu filho Maurício de Lacerda foi deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro de 1912 a 1920, revolucionário de 1922 e 1924, novamente deputado federal em 1930, e revolucionário de de 1930 e de 1935. Seus filhos Fernando e Paulo de Lacerda foram líderes do Partido Comunista (PCB). Seu neto Carlos Lacerda, célebre jornalista, orador e político carioca, foi deputado federal em 1955 e de 1956 a 1960, governador da Guanabara de 1960 a 1965, e figura atuante no cenário nacional.

Eduardo Junqueira

FONTES: CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_mauriciolacerda.htm>; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

LAGDEN, Henrique Tavares
*dep. fed. DF 1900-1902.

Henrique Tavares Lagden nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 29 de dezembro de 1859, filho de José Henrique Lagden e de Maria da Conceição Passos Lagden, ambos brasileiros.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Em 1897, já na República, foi eleito pela primeira vez para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1898 participou da reunião de fundação do Clube de Regatas Vasco da Gama e foi eleito segundo tesoureiro da associação. Reelegeu-se para o Conselho Municipal para o período 1907-1910 e novamente a partir de 1917, exercendo o mandato até 1928. Ao integrar a Comissão Permanente de Indústria, Viação, Obras, Higiene, Assistência e Segurança Pública destacou-se elaborando projetos relativos à higiene e a habitações populares no Rio de Janeiro. Seu prestígio permitiu que chegasse a presidente do Conselho Municipal.

Em 1900 foi eleito deputado pelo Distrito Federal com 1.501 votos. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados no dia 7 de junho de 1900 até 31 de dezembro de 1902, quando se encerrou o seu mandato.

Foi casado com Maria Adelaide Guimarães, com quem teve uma filha. Seu genro, o general Newton de Andrade Cavalcanti, foi interventor no Mato Grosso e no estado do Rio de Janeiro em 1935, simpatizante da Ação Integralista Brasileira, membro da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (1936) e chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1950-1951).

Evelyn Morgan Monteiro Paiva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); BARATA, C; BUENO; A. *Dicionário* (v.1); CÂM DEP. *Anais* (1907, v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); COL. BRAS. GENEAL. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos>; CONS. MUN. DF. *Anais* (1897-1928); *Diário Oficial da União (* 19/7/1899, 6/12/1906, 30/5/1917, 5/11/1918); MAGALHÃES, M. *Formulando*, ROCHA, J. *Club.*

LAGO, Antônio Florêncio Pereira do
*militar; junta gov. AM 1889-1890.

Antônio Florêncio Pereira do Lago nasceu na povoação de São José dos Touros (RN) em 10 de maio de 1825.

Tendo seguido carreira militar, era major do Exército quando, em 1876, elaborou a planta topográfica da cidade do Desterro, atual Florianópolis, por ordem do presidente da província Alfredo d'Escragnolle Taunay.

Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, tinha a patente de coronel e era comandante de Armas da província do Amazonas. A notícia da queda da monarquia chegou ao Amazonas no dia 21 de novembro, trazida por uma comissão vinda de Belém no vapor *Manaus*, da Companhia Brasileira de Navegação. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Clube Republicano do Amazonas convocou uma assembleia no próprio dia 21 de novembro, no Teatro Éden, para formar uma junta de governo provisória a fim de substituir o presidente da província então deposto, Manuel Francisco Machado, barão do Solimões.

Assim, no dia 23 de novembro foi instituída a junta formada pelo coronel Antônio Florêncio Pereira do Lago, pelo capitão Manuel Lopes da Cruz, comandante da Flotilha de Guerra do Alto Amazonas, e por Domingos Teófilo de Carvalho Leal, bacharel em direito e presidente do Partido Republicano de Manaus. No dia 4 de janeiro de 1890 a junta provisória passou o governo do Amazonas ao primeiro governador republicano, capitão Augusto Ximeno de Villeroy.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br>. Acesso em: 21/2/2010; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br>. Acesso em: 28/2/2010; Folha do Mato Grande. Disponível em: : <http://www.folhaonline1.kit.net>. Acesso em: 28/4/2010; SOUZA, A.; MENEZES, A.; COELHO, J. *Amazônia*; TRIB. JUST. AM. Disponível em: <http://www.tjam.jus.br>. Acesso em: 28/2/2010.

LAGO, MOZART

*jornalista; dep. fed. DF 1930; const. 1934; dep. fed. DF 1935-1937; sen. DF 1951-1955.

Mozart Brasileiro Pereira do Lago nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 17 de outubro de 1888, filho de Américo Vespúcio Pereira do Lago e de Emília Carneiro Pereira do Lago. Seu pai foi presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Iniciou seus estudos no Externato Peres, em sua cidade natal, e em 1901 foi admitido por concurso no Colégio Anchieta. Nesse período, escreveu artigos para o jornal *O Friburguense*. Em 1907 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Enquanto cursava a faculdade, deu aulas particulares, lecionou português e aritmética no Externato Santo Inácio e trabalhou como revisor e redator de diversos jornais e revistas. Participou ainda da Campanha Civilista (1909-1910), movimento que promoveu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito no pleito de março de 1910. Em 1911 bacharelou-se em direito.

Na ocasião da escolha do sucessor do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), foi contra a tentativa de tornar José Gomes Pinheiro Machado, vice-presidente do Senado, candidato oficial. A impopularidade de Pinheiro Machado em alguns estados inviabilizou sua candidatura, e Venceslau Brás foi proclamado candidato oficial e eleito em março de 1914. Nesse mesmo ano, Mozart Lago publicou um volume de sátiras, *As últimas dele*, reafirmando sua posição contra o marechal Hermes da Fonseca, e ingressou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Em maio de 1917, através da imprensa, iniciou oposição a Nilo Peçanha, que acabara de assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores. Em 1921, quando da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, apoiado pelo movimento denominado Reação Republicana, tomou parte na coligação fluminense que apoiava o candidato oficial Artur Bernardes e publicou *A convenção nacional*, criticando o candidato oposicionista. Bernardes saiu vitorioso no pleito de março de 1922, e em dezembro seguinte Mozart Lago foi eleito deputado estadual no estado do Rio de Janeiro.

Nesse momento, a situação política no estado do Rio estava muito confusa: a eleição para presidente estadual, realizada em julho, dera a vitória a Raul Fernandes, que era apoiado

por Nilo Peçanha, mas os correligionários de Feliciano Sodré, candidato derrotado, não aceitaram o resultado final. Em dezembro, formaram-se duas assembleias. Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência do Legislativo, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Raul Fernandes e Feliciano Sodré foram empossados por suas respectivas assembleias em 31 de dezembro de 1922. Mozart Lago manifestou-se contrário à dualidade de assembleias e solidário a Raul Fernandes. Com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos partidários de Nilo Peçanha. Diante do impasse, o presidente Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado, entregando o Executivo fluminense a Aureliano Leal. Mozart Lago se opôs a essa medida e, apesar de ter sido incluído na bancada da Assembleia Legislativa, afastou-se da política estadual.

De fevereiro de 1925 a dezembro de 1926, ocupou o cargo de secretário do ministro da Justiça Afonso Pena Júnior. No pleito de março de 1930 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, por indicação do senador Sampaio Correia. Assumiu o mandato em maio do mesmo ano, mas, com a vitória da Revolução de 1930 no mês de outubro e a supressão dos órgãos legislativos, perdeu o mandato.

Em 1932 ingressou na Partido Economista do Brasil (PEB), e nessa legenda candidatou-se a deputado pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio de 1933, obtendo a primeira suplência. Na ocasião, passou a ocupar o cargo de secretário-geral do PEB. Em fins de 1933, com a fusão do seu partido ao Partido Democrático do Distrito Federal (PD), foi designado secretário do então criado Partido Economista Democrático do Distrito Federal (PED). Em abril de 1934, dirigiu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma petição de *habeas-corpus* para impedir que a representação classista na Constituinte tomasse parte na eleição do presidente da República. No início de julho assumiu a cadeira vaga com a morte de Miguel Couto, e no dia 17 do mesmo mês, contrariando seus esforços, os deputados classistas participaram da eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República.

Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Eleito em outubro de 1934 deputado federal na legenda do PED, recorreu em nome do partido ao TSE, pedindo a

anulação do pleito sob alegação de fraude, mas teve o pedido indeferido. Iniciou novo mandato em maio de 1935, e em maio de 1937 esteve presente à convenção de seu partido para o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida, apoiada pelo presidente Getúlio Vargas, às eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938. Entretanto, com o golpe de 10 de novembro de 1937 e a implantação do Estado Novo, que conferiu poderes ditatoriais a Getúlio Vargas, o Legislativo foi fechado e Mozart Lago perdeu mais uma vez o mandato.

Anos mais tarde, no pleito de outubro de 1950, foi eleito senador pelo Distrito Federal na legenda do Partido Social Progressista (PSP), assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Por ter obtido menos votos que Napoleão Alencastro Guimarães, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coube-lhe um mandato de apenas quatro anos — não de oito como era habitual — para completar o de Luís Carlos Prestes, que tivera o mandato cassado em janeiro de 1948, após a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). No pleito de outubro de 1954 tentou reeleger-se para o Senado ainda na legenda do PSP, mas foi derrotado pelo general Aguinaldo Caiado de Castro, candidato do PTB, e por Gilberto Marinho, lançado pela coligação formada entre o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT). Em janeiro de 1955, concluído o mandato, deixou o Senado Federal.

Foi presidente do Círculo de Imprensa, membro do Instituto dos Advogados do Brasil, secretário e depois diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, inspetor escolar da prefeitura do Distrito Federal, inspetor de seguros e tabelião do 20º Ofício. Exerceu ainda intensa atividade jornalística, trabalhando nos jornais *A* Notícia, Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio, A Noite, A Manhã, A Esquerda e A Batalha. Durante os 59 anos que permaneceu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ocupou o cargo de diretor em diversas administrações e foi consultor jurídico da entidade até o início da década de 1970.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de abril de 1974.

Foi casado com Maria Pereira do Lago, com quem teve um filho.

FONTES: *Almanaque Abril*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CAFÉ FILHO, J. *Do*

sindicato; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (4/4/1974); NÉRI, S. *16*; SENADO. *Relação*.

LAGO, PEDRO

*dep. fed. BA 1906-1922; sen. BA 1923-1930; dep. fed. BA 1935-1937.

Pedro Francisco Rodrigues do Lago nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 16 de abril de 1870, filho do senhor de engenho e comerciante Francisco Rodrigues do Lago e de Guilhermina Ferreira de Araújo Lago.

Cursou o primário em sua cidade natal e o secundário no Colégio São José, em Salvador, ingressando em 1886 na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em novembro de 1889. De volta a Salvador, iniciou-se no jornalismo em 1890, ano em que também foi nomeado promotor público na comarca de Mata de São João (BA). Encerrou no ano seguinte suas atividades nessa comarca, e de então até 1893 foi primeiro promotor na capital baiana.

Ainda em 1893 foi eleito deputado estadual na Bahia na legenda do Partido Liberal. Deixou a Assembleia baiana em 1895, por ocasião da crise política que se instalou no estado após a licença pedida pelo governador Joaquim Rodrigues de Lima. Por não reconhecer a legitimidade do substituto deste, o barão de Jeremoabo, político monarquista, Pedro Lago declarou-se chefe do governo e solicitou forças federais para garanti-lo no cargo, o que todavia não ocorreu. Passou então a exercer exclusivamente a advocacia até 1906, quando assumiu seu primeiro mandato de deputado federal na legenda do Partido Republicano Baiano. Reeleito para as legislaturas de 1909-1911 e de 1912-1914, participou das reuniões extraordinárias realizadas pela Câmara entre os meses de janeiro e fevereiro de 1915 e foi mais uma vez eleito para outras duas legislaturas — 1915-1917 e 1918-1920 —, durante as quais integrou a Comissão de Finanças.

Militou na imprensa até 1920, tendo fundado na Bahia *O Republicano*, além de ter atuado como redator e diretor do *Diário da Bahia* e como colaborador em vários outros jornais do estado. Em 1921 iniciou novo mandato na Câmara, que interrompeu em 1922, ao ser eleito senador pela Bahia na vaga aberta com o falecimento de Rui Barbosa. Membro da Comissão de Finanças do Senado, foi ainda relator do orçamento dos ministérios do Interior e Justiça e da Agricultura, além de ter emitido diversos pareceres sobre questões financeiras.

Estava cumprindo mandato no Senado quando, em março de 1930, com o apoio de todos os

partidos políticos, foi eleito governador da Bahia em substituição a Vital Soares, que renunciou para concorrer à vice-presidência da República na chapa de Júlio Prestes, candidato de Washington Luís. Entretanto, a Revolução de 1930 inviabilizou sua posse como governador da Bahia. Foi então denunciado junto ao Tribunal Especial, órgão criado pelos revolucionários para averiguar a atuação de membros do regime deposto, conforme foi anunciado pela imprensa em janeiro de 1931, tendo uma comissão de sindicância aprovado o processo que contra ele se instaurou. Exilado na Europa, permaneceu em Berlim até o fim do ano, quando regressou ao Brasil e passou a se dedicar exclusivamente à advocacia.

Com o retorno ao regime constitucional em julho de 1934, candidatou-se a deputado federal pela Bahia no pleito de outubro, sendo eleito na legenda do governador Otávio Mangabeira, que reunia a Liga de Ação Social e Política (LASP) e o Partido Republicano Democrático (PRD), em oposição ao interventor Juraci Magalhães. Foi o deputado mais votado em todo o estado e em maio do ano seguinte assumiu o mandato. Participou da Minoria Parlamentar, bloco interpartidário também chamado Oposições Coligadas, que foi formado na Câmara em janeiro de 1935 e congregava as bancadas dos vários partidos estaduais contrários ao governo de Getúlio Vargas.

A prisão de quatro deputados e um senador, no início do ano seguinte, determinou uma série de reações entre os membros desse grupo. Tentando esvaziar o caso, na sessão de abertura do Congresso, em 3 de maio de 1936, o governo enviou mensagem e projeto de decreto solicitando a suspensão das restrições às imunidades parlamentares. Pedro Lago tentou demonstrar a incongruência da medida e propôs que a Câmara se constituísse em comissão geral para ouvir os detidos. Sua proposta foi, porém, rejeitada. A Minoria Parlamentar desarticulou-se ao final do ano, desaparecendo após a instalação do Estado Novo (1937-1945), quando foram suprimidos todos os órgãos legislativos e os partidos políticos do país. Pedro Lago voltou então a dedicar-se à advocacia na Bahia, transferindo-se em 1941 para o Rio de Janeiro.

Com o início do processo de desagregação do Estado Novo, participou em abril de 1945 da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), quando foram nomeadas as comissões para a elaboração do primeiro projeto de estatuto do partido. Na ocasião foi escolhido membro da comissão de orientação política. Em seguida, recusou

o convite para candidatar-se ao Senado na legenda da UDN.

Faleceu no dia 23 de março de 1958.

Era casado com Isabel de Lacerda Lago — filha do proprietário e diretor do Banco da Bahia, o comendador Joaquim Lacerda —, com quem teve dois filhos. Um deles, Renato de Lacerda Lago, foi embaixador do Brasil na Bolívia de 1945 a 1947.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Boletim Min. Trab*. (5/1936); CÂM. DEP. *Anais* (1958, v. 2); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira* (1922); LIRA, A. *Senado*; MELO, A. *Cartilha*; NABUCO, C. *Vida*; SILVA, H. *1931*; *Tarde* (16/4/1970).

LAMARTINE, Juvenal
* dep. fed. RN 1906-1926; sen.1927; gov. RN 1928-1930.

Juvenal Lamartine de Faria nasceu na fazenda Rolinha em Serra Negra do Norte (RN) no dia 9 de agosto de 1874, filho de Clementino Monteiro de Faria e de Paulina Monteiro de Faria. Seu pai foi chefe político de Serra Negra do Norte, presidente da intendência municipal e deputado estadual de 1907 a 1909.

Em 1880 casou-se com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, filha de Silvino Bezerra, chefe político de Acari (RN), na região do Seridó, que foi várias vezes deputado provincial e depois vice-governador no governo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em 1897 formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, e em 1898 Pedro Velho nomeou-o vice-diretor do Colégio Ateneu e chamou-o para ser redator do jornal *A República*, órgão oficial do partido. Nesse mesmo ano foi nomeado juiz de direito de Acari, cargo que exerceria até 1905.

Em 1903, indicado por Pedro Velho, foi eleito vice-governador do Rio Grande do Norte na chapa do Partido Republicano Federal liderada por Augusto Tavares de Lira. Empossado o novo governo em 25 de março de 1904, renunciou à vice-governança em 1905 e foi eleito deputado federal. A partir de então seria reeleito continuamente até 1926. Na Câmara, fez parte das Comissões de Marinha e Guerra, de Constituição e Justiça, de Instrução Pública, e das comissões especiais do Código Civil. Na Comissão de Constituição e Justiça destacou-se pela defesa do voto feminino. Fez parte também da Mesa da Câmara. Em 1926 foi o principal responsável pela introdução do voto feminino na Constituição do estado do Rio Grande do Norte, oito anos antes de a Constituição Federal de 1934 ter incorporado o mesmo direito.

Enquanto exercia o mandato de deputado federal, em 1923, junto com seu primo José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo de Medeiros, conseguiu reorganizar a chamada “facção do Seridó” do Partido Republicano. Apoiados pelo presidente da República Artur Bernardes, conseguiram destituir Ferreira Chaves da chefia do partido e indicar José Augusto para governador do Rio Grande do Norte na sucessão de Antônio de Sousa (1920-1924). A partir da nova composição política, foi escolhido e eleito senador em 1927. No Senado fez parte da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Ainda em 1927 foi eleito governador do Rio Grande do Norte, sucessão de José Augusto (1924-1928), sendo empossado em 1º de janeiro de 1928. Embora sobre seu governo incidissem sobremaneira os efeitos dos juros do empréstimo contratado em 1909 pelo então governador Alberto Maranhão, sua administração foi bastante dinâmica. Procurou

incentivar a pecuária, bem como diversificar e aumentar a produção agrícola do estado por meio da introdução de novos cultivos e de incentivos ao crédito. Procurou abrir novas estradas em colaboração com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) de modo a melhor escoar os produtos agrícolas. Cuidou também da educação rural, construindo 49 escolas no interior e subvencionando escolas particulares, o que fez duplicar as matrículas no estado, segundo Itamar de Souza.

Por outro lado, percebendo sua liderança ser ameaçada tanto pelos partidários de João Café Filho quanto pela Aliança Liberal, passou a perseguir duramente a oposição, expulsando e mandando agredir seus adversários, bem como manipulando os resultados eleitorais. Segundo Café Filho, teria mandado queimar as atas das eleições municipais de 1928 em Natal, compondo "a bico de pena" toda a Câmara apenas com seus correligionários. Com a vitória da Revolução de 1930, seguiu em exílio para a Europa, transitando entre a França e a Alemanha, de onde só voltaria em 1933. Nesse mesmo ano, durante a interventoria de Mário Leopoldo Pereira da Câmara, seu filho Otávio de Lamartine Faria foi morto pela polícia militar do estado.

Em 1945 organizou a União Democrática Nacional (UDN) no Grande do Norte, sendo escolhido seu presidente de honra. Foi também candidato a senador constituinte, mas saiu derrotado. Foi colaborador do jornal *A Tribuna da Imprensa* e, tendo sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), colaborou também com a revista do Instituto.

Faleceu em Natal em 18 de abril de 1956.

De seu casamento com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, teve dez filhos. Note-se que Dinarte Mariz passou a pertencer ao mesmo grupo familiar após o casamento de suas duas irmãs com dois irmãos de Juvenal. Dinarte Mariz foi senador pelo Rio Grande do Norte de 1955 a 1956, governador do estado de 1956 a 1961 e novamente senador de 1963 a 1984. Juvenal e Dinarte eram tios de Morton Mariz Faria, e tios-avós da filha deste, Vilma de Faria, que foi deputada constituinte pelo Rio Grande do Norte em 1987-1988, prefeita de Natal em 1989-1993 e 1997-2002, e governadora do Rio Grande do Norte a partir de 2003.

Juvenal Lamartine publicou *O meu governo* (1933). Como obras póstumas, foram publicadas *Patriarcas seridoenses* (1965) e *Velhos costumes do meu sertão* (1965).

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; FARIA, J. *Meu governo*; MAIA, A. *Parlamentares*; MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*; SENADO. *Anais* (29/11/1974); SOUZA, I. *República*; SPINELLI, J. *Oligarquia*.

LANTERNA, A

Jornal anticlerical fundado na cidade de São Paulo em 1901. Passou por várias interrupções até extinguir-se em 1935.

Editada por Benjamim Mota, advogado, maçom e militante anarquista, A *Lanterna* teve seu primeiro número publicado em 7 de março de 1901, com tiragem de 10 mil exemplares. Mantendo relações próximas com as ligas anticlericais do estado de São Paulo e com grupos da Maçonaria, o periódico nasceu da dedicação de seu fundador e de um grupo de maçons pertencentes à Loja Luso-Brasileira. Utilizou caricaturas e um tom irônico para propagar sua campanha anticlerical. De início foi distribuído gratuitamente.

Em seu primeiro número, *A Lanterna* afirmava ter como objetivo a propaganda anticlerical e a denúncia de que a Igreja Católica propagava a miséria e a ignorância pelo mundo. Constituiu-se como órgão de defesa de uma sociedade laica, atrelada ao progresso e à civilização, tidos como polo oposto ao clericalismo e seus dogmas. Estado e Igreja deveriam ser definitivamente separados, assim como política e religião.

A Lanterna tinha um projeto editorial voltado para o debate de temas políticos, o combate à Igreja Católica e a divulgação de uma propaganda anticlerical feroz. Publicou notícias sobre esses temas em outros lugares do país e do mundo, sobre questões religiosas e científicas, educação laicizada, notícias do Brasil e do exterior, literatura de cunho anticlerical, além de divulgar outros periódicos e livros de mesma tendência e reclames.

A partir de um programa baseado na crítica, o jornal denunciou inúmeros abusos pretensamente cometidos pelos clérigos, como filhos ilegítimos, vícios, corrupção etc., tentando deslegitimar a Igreja Católica como instituição, considerando-a imoral e propagadora de comportamentos que primavam por manter os homens conformados, ignorantes e miseráveis. O periódico qualificou os rituais litúrgicos como formas de explorar a ignorância e propagar a hipocrisia. A confissão, por exemplo, foi caracterizada como um absurdo, já que através dela crianças e mulheres informavam a seus confessores o que acontecia em suas famílias e vidas particulares. A Igreja frearia movimentos de liberdade, rebeldia, mudança e progresso, o que motivou o jornal a propor a expulsão dos padres do Brasil e a nacionalização dos bens da Igreja no país.

Em oposição à forte penetração da Igreja Católica na sociedade brasileira, *A lanterna* propunha a educação laica, pública e científica destinada às mulheres e às crianças, dentro de um universo no qual a racionalidade, a probidade pública, a igualdade, o trabalho, a ética, as artes, a espiritualidade e a moral deveriam estar desvinculados de dogmas e desatrelados de quaisquer instituições.

O jornal também criticou determinados políticos. O presidente Rodrigues Alves foi

especialmente atacado pela proteção que daria à Igreja. Já outros ocupantes de importantes cargos na República que pertenciam aos quadros da maçonaria, como Rio Branco, Campos Sales e Prudente de Morais, foram qualificados como traidores, uma vez que não teriam resistido à expansão das bases da Igreja na política.

Por seu tom anticlerical ferrenho, o jornal motivou algumas reações: os católicos responderam lançando os periódicos *O Farol* e *A Crença*, e os evangélicos fundaram *A Luz Divina*.

A Lanterna teve sua circulação interrompida em 1902 e retomada entre 1903 e 1904, incorporando outros dois jornais: *O Livre Pensador*, de Everardo Dias e Antônio Garcia de Oliveira, e o *L´Asino*. Passou, então, a ser impressa com o subtítulo *"Diário da noite anticlerical e independente"*. Em 1904, *A Lanterna* e *O Livre Pensador* desfizeram a sociedade por discordâncias pessoais e profissionais entre seus editores. Com a saída de Benjamim Mota, *A Lanterna* parou de circular. Ressurgiu em 1909 com o subtítulo *"Folha anticlerical de combate"*, contando com o apoio do próprio Benjamim Mota e a colaboração de Edgard Leuenroth, e mantendo a orientação anticlerical, pois para esses militantes a emancipação dos trabalhadores só se daria com a libertação do jugo da Igreja Católica. No primeiro número após esse retorno em 1909, uma das justificativas dadas para a volta da publicação foi o protesto contra a execução pelo governo espanhol do pedagogo e ativista anarquista Francisco Ferrer, um livre-pensador. Nesse período, Leuenroth também desenvolveu no jornal campanhas pela criação de escolas de tendência laica e racionalista no país.

Em outubro 1911 *A Lanterna* passou a circular semanalmente. Foi publicada nesses moldes até 1916, quando Mota e Leuenroth tiveram que encerrá-la em função das complicações costumeiras pelas quais passavam periódicos desse tipo, como falta de verbas e perseguições. Afinal, os dois militantes eram editores de um periódico de contestação aos poderes constituídos. Assim, *A Lanterna* foi transformada no periódico *A Plebe*, que continuou com a mesma orientação, só que com outro nome, como informou Leuenroth no editorial de lançamento de *A Plebe* em 9 de junho de 1917.

A Lanterna reapareceu mais uma vez entre 1933 e 1935, novamente sob a direção de Edgard Leuenroth, que conseguiu fazer circular mais 45 números do jornal. Durante esse período o periódico investiu na crítica sistemática ao jornal *O Operário*, acusado colaborar para a organização dos trabalhadores sob a inspiração da Ação Católica, que estaria baseada na conciliação entre as classes sociais.

Em 1935, pelo apoio que deu à Aliança Nacional Libertadora (ANL), Edgard Leuenroth foi indiciado em dois processos, um como diretor do jornal, por "crime contra a moral e os bons costumes", e outro como trabalhador, por ser um "sindicalista subversivo". Só saiu da

prisão em 1938, conforme relata a historiadora Edilene Toledo.

Tanto a tiragem como a periodicidade de *A Lanterna* variaram bastante ao longo do tempo em que foi publicada. Circulou diariamente, semanalmente e quinzenalmente. Isso se deu em consequência de problemas financeiros e de distribuição, da intervenção da Igreja Católica, de proibições de circulação e de variadas formas de repressão direcionadas aos seus colaboradores e leitores, segundo indicação de Eliane Moura Silva. Já a tiragem do jornal permite dizer que o quantitativo de seus leitores não era tão reduzido: dos 10 mil exemplares do primeiro número chegou a 26 mil, para depois diminuir e se estabilizar em 6 mil exemplares, de acordo com a contabilização feita por Ana Luiza Martins.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: CARNEIRO, M.; FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. *Esquerdas* (v.1); KOSSOY, B. *Imprensa*; MARTINS, A. *Revistas*; SILVA, E. *Maçonaria*; TOLEDO, E. *Trajetória*.

LAPER, Batista

*const. 1891; sen. RJ 1891-1896.

João Batista Laper nasceu em Cantagalo (RJ) em 20 de junho de 1848, filho de João Batista Laper e de Francisca Cândida de Gouveia.

Iniciou o secundário no Colégio Freese, em Nova Friburgo (RJ), e concluiu-o no Colégio Marinho, na capital do Império. Em 1865 matriculou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, optando por especializar-se em oftalmologia. Formou-se em fins de 1870, e em 1875 foi à Europa aprofundar os estudos, tendo frequentado hospitais de Viena e Paris, onde foi discípulo do professor Louis de Wecker. Em 1884 voltou a residir na cidade natal, onde, sem abdicar do exercício da clínica médica, se tornou cafeicultor.

Durante o curso de medicina, dividiu residência com vários estudantes, todos republicanos, entre os quais Luís de Sousa Araújo, Joaquim Maurício de Abreu, José Veríssimo dos Santos, João Batista de Castro Andrade e Aristides Caire. Junto com os dois primeiros assinou o Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870. Membro do grupo de republicanos históricos ligados a Quintino Bocaiúva, pertenceu aos quadros do Partido Republicano Federal (PRF) e do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro e foi chefe dessa corrente política em Cantagalo. Em 1884, ainda durante o período imperial, apesar de sua filiação política, foi eleito deputado à Assembleia provincial. No exercício do mandato, tratou principalmente de assuntos relativos à agricultura. Com o advento da República, exerceu a presidência da Câmara de Cantagalo (1889-1890) e, como tal, a prefeitura da localidade.

Eleito senador constituinte pelo estado do Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1890, assumiu o mandato em 15 de novembro de 1890 e foi membro da comissão especial de 21 membros – um representante de cada estado do país – eleita em 22 de novembro com a função de dar parecer sobre o projeto constitucional publicado pelo governo provisório através do Decreto 914-A, de 23 de outubro daquele ano. Promulgada a Constituição Federal em 24 de fevereiro de 1891 e transformada a Assembleia Constituinte em

Congresso Nacional, foi membro das comissões de Agricultura, Comércio, Indústria e Artes, de Estatística e Colonização e de Saúde do Senado. Opositor do Império, sempre atuou de forma a impedir quaisquer benesses ou glorificações da situação política derrotada. Nesse sentido, pronunciou-se contra a doação de bens à princesa Isabel e a construção de um monumento comemorativo da Guerra do Paraguai, alegando que aquela fora uma campanha do Império contra uma República. Também de forma contrária ao que ocorria durante o regime anterior, tomou posição a favor da independência entre o poder religioso e o poder civil, e foi favorável ao reconhecimento do casamento civil. Além desses pontos, defendeu reiteradas vezes o estado do Rio de Janeiro, ora em questões tributárias, relativas a exportações de mercadorias, ora advogando a imigração, especialmente a chinesa, vista como solução para a recuperação da lavoura fluminense.

Findo seu mandato em 31 de dezembro de 1896, adoentado e desgostoso, não se candidatou à reeleição, afastou-se da vida pública e fixou residência na capital federal, onde veio a falecer em 12 de dezembro de 1901.

Casou-se com Ana de Faria Laper, com quem teve filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE, F. *1891*; SANTOS, G. *Constituição*; SENADO. *Dados biográficos dos Senadores do Rio de Janeiro* ; SENADO. *Anais* (1890-1896); SILVA NETO. C. *Construção*.

LEAL, Simeão

*dep. fed. PB 1905-1923.

Antônio Simeão dos Santos Leal nasceu na cidade de Areia (PB) no dia 11 de maio de 1874, filho de Francisco Simeão Soares da Costa e de Maria Laurinda da Malta Leal.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1895. Depois de formado foi nomeado promotor público na cidade natal e permaneceu no cargo de maio de 1895 a junho de 1900. Durante o governo de José Peregrino de Araújo (1900-1904), foi nomeado chefe de polícia da Paraíba. Durante sua gestão, ajudou o presidente do estado a perseguir os inimigos e foi acusado de envolvimento no empastelamento do jornal *O Comércio*, de propriedade do importante jornalista paraibano Artur Aquiles, que fazia forte oposição a José Peregrino de Araújo.

Nas eleições de 1904 foi eleito primeiro vice-presidente do estado na chapa liderada por Álvaro Lopes Machado, que já fora presidente estadual (1892-1896) e senador pela Paraíba (1897-1904). Em 1905 renunciou, cedendo o lugar ao padre Valfredo Leal, que também já havia sido presidente estadual (1896) e deputado federal (1903-1904), e era então senador pela Paraíba (1905). Nesse momento de reconfiguração na política paraibana, concorreu à vaga aberta na Câmara com a renúncia de Valfredo Leal, que abrira mão de seu mandato de deputado para assumir uma cadeira no Senado. Foi assim eleito deputado federal em julho de 1905 e sucessivamente reeleito até o ano de 1923. Durante esse período foi, de 1905 a 1914, primeiro secretário da mesa diretora da Câmara.

Foi também juiz de direito da comarca de Borborema (PB), provedor da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; INST.

HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <http://www.ihgp.net>. Acesso em: 9/12/2010; MARIZ, C. *Apanhados*.

LEAL, ARISTIDES

*militar; Col. Prestes; rev. 1930.

Aristides Correia Leal nasceu em Urucu, no município de Camaragibe (AL), no dia 8 de junho de 1900, filho de Francisco Correia Leal e de Teresa Correia Leal, pequenos agricultores.

Órfão de pai aos cinco anos de idade, foi criado por um cunhado comerciante e, graças à ajuda deste, pôde terminar os estudos primários. Com a morte do cunhado, passou a trabalhar em seu armazém até viajar para Recife, em 1913. Permaneceu algum tempo no comércio da cidade, alistando-se em 1916 como voluntário no Exército. Ingressou no 49º Batalhão de Caçadores e pouco depois embarcou com o contingente para o Rio de Janeiro, indo servir no 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar.

Contraiu a gripe espanhola no Rio de Janeiro durante a epidemia de 1917, tendo sido transferido para São João del Rei (MG) para tratamento. Ficou nessa cidade até 1918, adido ao 51º Batalhão de Caçadores, e foi então transferido para Valença (RJ), onde serviu no 5º Grupo de Artilharia de Montanha. Em 1922 atingiu o posto de primeiro-sargento, ao mesmo tempo em que cursava a Escola de Veterinária do Exército. Formando-se veterinário em 1923, foi servir como aspirante no 6º Regimento de Cavalaria, em Alegrete (RS). Em 1924, foi promovido a segundo-tenente.

Partidário dos revoltosos de 1924, alegou enfermidade para permanecer em Alegrete quando seu regimento partiu para dar combate às forças revolucionárias paulistas no Paraná. Juntou-se então ao 2º Grupo de Artilharia de Montanha, uma das diversas guarnições gaúchas que se sublevaram em outubro de 1924. O movimento revolucionário no Rio Grande do Sul eclodiu simultaneamente em Uruguaiana, São Borja e Santo Ângelo, com repercussão em todo o estado. Aristides Leal combateu em Alegrete e em Quaraí, refugiando-se depois em Rivera, no Uruguai, porque sua tropa fora quase toda dizimada. Em Rivera, juntou-se com outros revolucionários e rumou para Uruguaiana, onde se reuniu a Isidoro Dias Lopes, daí viajando para Foz do Iguaçu (PR). Lá, ficaram sabendo da queda de Catanduvas (PR), importante reduto revolucionário. Isidoro propôs então a debandada para os revoltosos que quisessem, e os que preferissem continuar deveriam dirigir-se para Santa Helena (PR), onde se juntariam à Coluna Prestes, que iniciava sua longa marcha

através do país. Aristides estava entre os que escolheram esta alternativa.

A Coluna Prestes estava dividida em quatro destacamentos, comandados por Mário Portela Fagundes, João Alberto Lins de Barros, Antônio de Siqueira Campos e Djalma Soares Dutra. Aristides Leal integrou-se ao Destacamento João Alberto, sendo comissionado pelos revolucionários no posto de capitão. Além disso, na qualidade de veterinário, desempenhava também as funções de médico.

Depois de percorrer cerca de 24 mil quilômetros e atravessar 13 estados brasileiros, a coluna internou-se na Bolívia em fevereiro de 1927. Da Bolívia, como outros revolucionários, Aristides Leal resolveu ir para o Rio e depois para São Paulo, à procura de trabalho. Em Bauru (SP), empregou-se em uma companhia de café, na qual permaneceu alguns meses. Viajou para Curitiba, onde passou pouco tempo, e, na volta, empregou-se novamente na mesma companhia. Logo depois, foi convidado para administrar a seção de Dourado (SP) da usina Miranda (de café e açúcar). Entretanto, a usina deixou de cumprir um trato que fizera com os colonos, e Aristides, demitindo-se de seu cargo, denunciou o fato ao jornal *O Estado de S. Paulo,* provocando um escândalo em Bauru. Temendo a represália do dono da usina, fugiu para o Paraná, onde soube que João Alberto andava à sua procura.

Reuniu-se a João Alberto em Jaguariaíva (PR) e viveu por uns tempos nessa cidade. De lá, rumaram juntos para o Rio de Janeiro em 1929, encontrando-se com Silo Meireles, que os levou até Pedro Ernesto Batista. Em casa deste, participaram de uma reunião com outros ex-componentes da Coluna Prestes, tomando então conhecimento das cartas trocadas entre o próprio Prestes e Juarez Távora referentes à adesão do primeiro à Aliança Liberal. Em sua carta, Prestes afirmava que era muito cedo para decidir-se. Os participantes da reunião resolveram escrever-lhe pedindo que pensasse mais no assunto.

Aristides Leal e João Alberto voltaram para Jaguariaíva. Pouco depois, chegou a resposta de Prestes, convocando seus ex-companheiros para uma reunião em Porto Alegre, onde iria encontrar-se com Getúlio Vargas. Nesse encontro estabeleceu-se um acordo, e os líderes revolucionários seguiram para diversos pontos do país para preparar a revolução. Aristides Leal e Siqueira Campos rumaram para São Paulo. Alugaram uma casa no bairro da Aclimação, juntamente com outros revolucionários, e passaram a fazer contatos com políticos do Partido Democrático e com outros elementos oposicionistas. Ao mesmo tempo,

Aristides ajudou a montar uma fábrica clandestina de dinamite, e manteve contato com elementos que conspiravam em unidades militares paulistas.

Em janeiro de 1930, a casa em que viviam foi localizada pela polícia. Siqueira Campos conseguiu fugir, mas outros, como Djalma Dutra, Aristides Leal e Emídio Miranda, foram presos. De São Paulo, Aristides foi enviado para o Rio de Janeiro, onde ficou confinado inicialmente no 1º Regimento de Cavalaria e depois na fortaleza de Santa Cruz. Nessa ocasião, submetido a uma cirurgia, viu-se impedido de participar da fuga de vários prisioneiros, entre os quais Juarez Távora e Newton Estillac Leal. Entretanto, seus companheiros conseguiram que um juiz requisitasse sua presença no Rio Grande do Sul para responder a processo por deserção. Em Porto Alegre, ficou preso no 7º Batalhão de Caçadores, gozando das regalias a que tinham direito os demais oficiais e mantendo-se plenamente informado de toda a conspiração revolucionária.

No dia 3 de outubro de 1930, data da eclosão do movimento no Rio Grande do Sul, Aristides se encontrava hospitalizado. Pela manhã, porém, saiu do hospital e juntou-se a outros companheiros para tomar parte nas ações militares previstas em Porto Alegre. Participou do ataque ao quartel da Carta Geral, que foi tomado sob o comando do tenente Alcides Etchegoyen. Assumiu então o comando da unidade, enquanto Etchegoyen atacava o Colégio Militar. À noite, chegou a receber ordens para preparar a guarnição da Carta Geral para atacar o 7º Batalhão de Caçadores, o que acabou não sendo necessário, em vista da rendição desse contingente.

Com o fim do levante em Porto Alegre, integrou-se, no comando de um esquadrão, ao destacamento que, sob a chefia de Etchegoyen, deveria marchar sobre São Paulo. Atravessando Santa Catarina e o Paraná sem encontrar resistência, esse destacamento foi atacado próximo à divisa com São Paulo, em Quatiguá (PR), por tropas da polícia paulista. No combate, Aristides Leal foi incumbido de sair em perseguição das forças paulistas, que acabaram fugindo.

Terminadas as operações militares revolucionárias, João Alberto foi nomeado inicialmente delegado da revolução e depois interventor em São Paulo, e convidou Aristides para ser seu oficial de gabinete. No dia 15 de novembro de 1930, Aristides Leal foi promovido a primeiro-tenente, posto a que já fazia jus por antiguidade desde 1925. Em 1931 desligou-se de João Alberto e dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde fez um curso de aperfeiçoamento

em veterinária, servindo na Diretoria de Veterinária do Exército. Foi promovido a capitão em abril de 1931.

Em 1932 foi transferido para o 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu (SP), posto em que se encontrava quando eclodiu a Revolução Constitucionalista. Contrário ao movimento, tentou fugir para o Paraná com outros companheiros, mas foram presos no caminho. Detidos no Regimento de Cavalaria de São Paulo, conseguiram sublevar a unidade, sendo todavia dominados e novamente presos. Com a queda de São Paulo, Aristides foi solto e dirigiu-se para o Rio de Janeiro. Classificado no 2º Regimento de Artilharia Montada, logo foi transferido para o Serviço de Remonta do Exército, ainda no Rio de Janeiro, como veterinário. Em 1934 casou-se com Almerinda Cunha Leal no Rio Grande do Sul, onde se encontrava a serviço. Permaneceu na Remonta até 1935.

Ainda em 1935, às vésperas da Revolta Comunista liderada por Prestes, foi convidado por este para participar do movimento, mas recusou-se por achar que não havia condições para uma revolução. Após o fracasso da revolta, foi acusado de participação, e ficou detido no presídio da rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, durante um mês. Solto por interferência de Osvaldo Cordeiro de Farias, viu-se porém implicado em um processo no Tribunal de Segurança Nacional devido à presença de cartas a ele destinadas em um arquivo de Prestes. Absolvido em primeira instância e depois no Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM), segundo informou, graças à interferência de Góis Monteiro, foi transferido para Porto Alegre. Aí serviu no quartel-general da 3ª Região Militar até 1938, quando retornou ao Rio de Janeiro, foi reincorporado ao Serviço de Remonta e promovido a major.

Em 1939 foi um dos articuladores da candidatura do general José Pessoa à presidência do Clube Militar e concorreu ele próprio às eleições para a diretoria na chapa de oposição. Eleita a chapa oposicionista, ocupou o cargo de diretor da biblioteca da entidade. Participou da campanha pelo envio de tropas à Europa para lutar ao lado das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e em 1942 passou para a reserva no posto de tenente-coronel. Contudo, permaneceu ativo no Clube Militar, participando da campanha em prol do monopólio estatal do petróleo. Em 1950, com Estillac Leal na presidência, foi secretário da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

Em seguida mudou-se para São Paulo e, juntamente com Miguel Costa, começou a trabalhar pela candidatura de Vargas à presidência da República. Em 1958 retornou ao Rio

e em 1962 foi convidado por João Mangabeira para chefiar o departamento de pessoal da Refinaria Duque de Caxias. Em 1964, após o movimento político-militar de 31 de março, foi demitido do cargo.

Robert Pechman

FONTES: ENTREV. BIOG.; LIMA, L. *Coluna.*

LEAL, Aurelino

* jornalista; interv. RJ 1923; dep. fed. BA 1924.

Aurelino de Araújo Leal nasceu na vila do Rio de Contas (BA) em 4 de agosto de 1877, filho de Maximiano de Araújo Leal e de Joana de Freitas Leal, modestos funcionários da Repartição dos Telégrafos.

Fez seus estudos primários em uma escola pública na cidade de Canavieiras (BA), e o curso secundário no colégio do professor Manuel Florêncio do Espírito Santo, negro e importante educador baiano do século XIX, na cidade de Salvador. Em 1894 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia e logo em seguida foi nomeado promotor público da comarca de Amargosa (BA). Concomitantemente, dedicou-se ao jornalismo e criou o jornal *A Lide*, em 1899. Tal acúmulo, no entanto, não persistiu por muito tempo. Escreveu em *A Lide* um artigo criticando a política financeira do presidente estadual Luís Viana (1896-1900) e, como resultado, foi demitido do cargo de promotor. Passou então a dedicar-se à advocacia e tornou-se importante criminalista. Contudo, não abandonou a imprensa. Mudando-se para Nazaré (BA), assumiu a redação de *O Regenerador* (1899-1900) e prosseguiu sua campanha oposicionista.

Também em 1899 disputou pela primeira vez um cargo eletivo, sendo sufragado deputado estadual. Entretanto, em virtude de questões políticas, não foi reconhecido. Somente com a eleição de Severino Vieira para o governo da Bahia (1900-1904) pôde assumir seu mandato. Na Assembleia baiana, foi escolhido segundo-secretário da mesa diretora e assumiu a responsabilidade de organizar a reforma penitenciária no estado. Em consequência, foi chamado por Severino Vieira para pôr em prática o projeto. Designado diretor da Penitenciária de Salvador, procedeu a uma completa transformação material e técnica do estabelecimento. Com a eleição de José Marcelino de Sousa para o governo da Bahia (1904-1908), foi nomeado chefe de polícia. Ainda durante esse governo, em face da extinção das diversas secretarias de estado e da criação do secretariado geral, foi para ele designado. Em seguida, candidatou-se e foi eleito deputado federal. No entanto, em virtude

da anulação do pleito, mais uma vez não foi diplomado.

Em 1907, deixando a administração pública, voltou à advocacia e ao jornalismo político, dessa vez na capital do estado. Tendo colaborado no *Jornal de Notícias* (1902) e no *Jornal do Povo* (1902-1904), tornou-se redator-chefe do *Diário da Bahia*, onde permaneceu até 1912. Durante esse período, novamente se candidatou e foi eleito deputado federal. Entretanto, ainda uma vez o pleito foi cancelado e não pôde assumir o mandato.

Em 10 de janeiro de 1912, em decorrência de uma disputa oligárquica pelo governo baiano e da crise política intensificada desde os últimos dias do ano anterior, a cidade da Salvador foi bombardeada por forças federais. Os acontecimentos posteriores culminaram com a eleição de J. J. Seabra para o governo da Bahia. Com a queda da situação política da qual era partidário, Aurelino Leal transferiu-se pra o Rio de Janeiro, capital da República, e aí continuou a exercer a advocacia, firmando sua reputação de jurista, especialmente nos campos do direito constitucional e criminal. Também prosseguiu na imprensa, fundando a revista *Brasil Econômico e Financeiro*. Além disso, foi redator-chefe do *Diário de Notícias*, de *A Notícia* e do *Imparcial*.

Em 1914, foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) chefe de polícia do Distrito Federal. Em 1915, foi nomeado professor substituto da cadeira de direito constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Convidado por Rodrigues Alves, eleito presidente para o quadriênio 1918-1922, permaneceu na chefia de polícia e, mesmo com a morte do candidato eleito, continuou no cargo até 1919, durante a presidência interina de Delfim Moreira (1918-1919). Sua atuação como chefe de polícia, ordenando que, antes da apreensão de materiais usados em jogos de azar, os infratores fossem avisados por telefone, teria inspirado a composição de “Pelo Telefone”, samba de 1916, de autoria de Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga, e Mauro de Almeida, reconhecido como marco inicial da história fonográfica do gênero. Ainda no governo de Venceslau Brás, quando da reorganização do Tribunal de Contas da União (TCU), foi designado ministro daquele corpo de fiscalização. Em 1920, já no governo Epitácio Pessoa (1919-1922), assumiu o lugar de primeiro representante do Ministério Público junto ao TCU.

No ano de 1922, ocorreram eleições para a sucessão de Raul Veiga na presidência do estado do Rio de Janeiro. As forças situacionistas apresentaram o nome de Raul Fernandes para concorrer ao pleito. A oposição, por sua vez, indicou Feliciano Sodré. Assim como já havia ocorrido em 1914, a apuração das eleições gerou uma duplicidade de assembleias legislativas e de presidentes do estado. O parlamento governista proclamou a vitória de Raul Fernandes, enquanto o de oposição, formado pela maioria dos deputados, reconheceu a vitória de Feliciano Sodré.

Raul Fernandes, garantindo-se em um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal e em forças militares postas à sua disposição, assumiu o governo em 31 de dezembro de 1922. Contudo, sua eleição não contou com o reconhecimento do governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926). Dias após a posse ocorreu uma revolta da força militar do estado, que, sem saber a quem obedecer, deixou os alojamentos e apresentou-se ao quartel de uma unidade, entregando as armas. No dia 10 de janeiro de 1923, o juiz federal do estado comunicou ao presidente da República que fora cumprida a ordem de *habeas-corpus* dada pelo Supremo, podendo, como efeito, ser retirada a força do Exército que permanecia em Niterói. Sentindo-se desamparado e sem elementos que o garantissem no poder, Raul Fernandes resolveu deixar o governo.

Através do Decreto 15.922, daquela mesma data, Aurelino Leal foi então nomeado interventor no estado do Rio de Janeiro pelo presidente Artur Bernardes, com quem havia colaborado intensamente durante a campanha presidencial. Caberia a ele dirigir o estado até que se processasse outra eleição para a escolha do novo presidente. Tomando posse no dia seguinte, governou o estado até 23 de dezembro de 1923. Embora mal visto por certa parte da opinião e por forças políticas e eleitorais locais, durante seu governo procurou resolver a crise e pacificar os ânimos políticos fluminenses.

Findo esse período, em 1924 foi eleito deputado federal pela Bahia e finalmente pôde tomar posse. Escolhido líder da bancada de seu estado natal na Câmara, foi também designado relator do orçamento da Fazenda na Comissão de Finanças.

Foi ainda professor de direito constitucional da Faculdade de Filosofia e Letras.

Posteriormente, tornou-se catedrático de direito internacional público na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde 1915, também foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e de várias sociedades e instituições científicas nacionais e estrangeiras.

Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de junho de 1924.

Casou-se com Maria Amélia Bittencourt, com quem teve nove filhos.

Além dos artigos editado em jornais e de palestras em congressos, destacou-se como ensaísta e novelista. Publicou *Prisão preventiva* (1895), *Germens do crime* (1896), *A reforma penitenciária na Bahia* (1898), *A religião entre os condenados na Bahia* (1898), *Pela família brasileira* (1899), *A reforma municipal* (1902), *O sentenciado 304* (novela, sob o pseudônimo de E. Raulino, 1902), *Relatório da Penitenciária do Estado* (1902), *Estudos de sociologia e psicologia criminal* (1902), *Os perigos da excomunhão da política* (1902), *Responsabilidade funcional dos secretários de Estado* (1905), *"Impeachment" dos funcionários civis perante a Constituição da Bahia* (1905), *A reforma do ensino do direito no Brasil* (1907), *No plenário da opinião* (manifesto político, 1907), *Individualidade histórica de Jesus* (ensaio, 1907), *História constitucional do Brasil* (1914), *Técnica constitucional brasileira* (1914), *Câmara Sindical dos Corretores* (1914), *Defesa do Guinle & Comp*. (1914), *Do Ato Adicional à maioridade* (1916), *Política e poder de polícia* (1918), História judiciária do Brasil, no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil* (1922), *O parlamentarismo e o presidencialismo no Brasil* (1924), *Teoria e prática da Constituição Federal* (póstumo, 1925). Quando de sua morte, o primeiro volume de sua maior obra, *Comentários à Constituição*, livro atualizando os *Comentários à Constituição Federal*, de João Barbalho, sobre a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, estava para chegar do exterior, onde foi impresso.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: CÂM. DEP. *Anais; C*OUTINHO, A; SOUSA, J. G. *Enciclopédia* (v.2*)*;

Fluminense (10/6/1924); *Jornal do Brasil* (10/6/1924, p. 6).; LACOMBE, L. *Chefes*; PEIXOTO, D. *História.; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; TAVARES, L. *História;* VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

LEAL, Domingos Teófilo de Carvalho
*junta gov. AM 1889-1890.

Domingos Teófilo de Carvalho Leal nasceu no Maranhão.
Graduou-se em filosofia e belas artes em Zurique, na Suíça.

Membro do Clube Republicano, foi o único civil a compor a junta governativa provisória instituída no Amazonas após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. A notícia da queda da monarquia chegou ao Amazonas no dia 21 de novembro, trazida por uma comissão vinda de Belém no vapor *Manaus*, da Companhia Brasileira de Navegação. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Clube Republicano do Amazonas convocou uma assembleia no próprio dia 21 de novembro, no Teatro Éden, para formar uma junta de governo a fim de substituir o presidente da província então deposto, Manuel Francisco Machado, barão do Solimões.

Assim, no dia 23 de novembro foi instituída a junta formada pelo coronel do Exército e comandante de Armas Antônio Florêncio Pereira do Lago, pelo capitão da Marinha Manuel Lopes da Cruz e por Domingos Teófilo de Carvalho Leal. No dia 4 de janeiro de 1890 a junta provisória passou o governo do Amazonas ao primeiro governador republicano, capitão Augusto Ximeno de Villeroy.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br>. Acesso em: 21/2/2010; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br>. Acesso em: 28/2/10; SOUZA, A.; MENEZES, A.; COELHO, J. *Amazônia*;; TRIB. JUST. AM. Disponível em: <http://www.tjam.jus.br>. Acesso em: 28/2/2010.

LEAL, ESTILLAC

*militar; rev. 1924; rev. 1930; comte. Zona Mil. Sul 1949-1951; min. Guerra 1951-1952; comte. Zona Mil. Centro 1954.

Newton Estillac Leal nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 6 de agosto de 1893, filho de Francisco Raul Estillac Leal, oficial do Exército que alcançou o posto de marechal, e de Alcide de Sousa Leal. O casal teve mais dois filhos, um dos quais, Zeno Estillac Leal, seguiu a carreira militar e, no posto de general, foi chefe do Estado-Maior do Exército (EME) de 1956 a 1958.

Em 1905 ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde concluiu os estudos preparatórios e obteve o título de agrimensor, concedido na ocasião pelos estabelecimentos básicos de ensino militar. Sentou praça em janeiro de 1912 no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, atual Regimento Floriano, ingressando em seguida na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Declarado aspirante a oficial em abril de 1915, foi promovido a segundo-tenente em fevereiro de 1917 e a primeiro-tenente em junho de 1919. Durante esse período especializou-se nas armas de infantaria, cavalaria e artilharia através de cursos mantidos dentro da própria Escola Militar do Realengo, de conformidade com os regulamentos da época. Ainda em 1919 matriculou-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), mas deixou-a no ano seguinte, quando se engajou definitivamente na tropa, passando a servir nas guarnições da Vila Militar, no Rio de Janeiro. Na época, as unidades militares começavam a absorver os oficiais da turma de 1919, responsáveis pelo desencadeamento dos movimentos de agitação que teriam como resultado as sublevações de 1922, envolvendo o país na fase das contestações tenentistas.

NO MOVIMENTO TENENTISTA

Ao eclodir a revolta do forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, com ramificações na Escola Militar do Realengo e nas guarnições aquarteladas na Vila Militar, com o objetivo principal de impedir a posse de Artur Bernardes, eleito presidente da República, a posição de Estillac Leal, de apoio aos revolucionários, foi bastante discreta e não chegou ao conhecimento do governo, tanto assim que dois meses depois em setembro, ele foi promovido a capitão, com apenas 29 anos de idade.

Mesmo após a derrota do movimento, as articulações revolucionárias entre a jovem oficialidade prosseguiram, baseadas em duas justificativas. A primeira, e principal delas, fundamentava-se na naturalidade com que os governos republicanos, com o apoio do Congresso, recorriam ao artigo 6º da Constituição, intervindo militarmente nos estados para amedrontar resistências oposicionistas mais decididas. Por outro lado, a promessa de Bernardes de que "o presidente esqueceria as injúrias atiradas ao candidato" não foi confirmada. A anistia aos oficiais rebelados fora esquecida, as perseguições agravavam-se, e os processos judiciais contra os militares envolvidos no movimento de 1922 continuavam inalterados.

O ponto de vista de Antônio de Siqueira Campos — um dos mais destacados líderes tenentistas — era de que o novo movimento revolucionário deveria originar-se simultaneamente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Além de razões de ordem política, Siqueira Campos apresentava argumentos de natureza estratégica, que consistiam em comprimir a capital da República e isolar Minas Gerais, onde se concentravam as unidades mais poderosas da defensiva bernardista. Servindo na época no quartel-general do general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), sediada em São Paulo, Estillac Leal foi um dos encarregados das articulações nesse estado.

As reuniões conspiratórias realizavam-se em São Paulo numa "república" de oficiais foragidos, habitada por Ricardo Holl, Vítor César e, eventualmente, Siqueira Campos e Aristides Leal. Além de Estillac, tomavam parte nessas reuniões os irmãos Juarez e Joaquim Távora, Eduardo Gomes, Arlindo de Oliveira, Osmar Soares Dutra, Tales Marcondes, Emídio Miranda e Miguel Costa. Isidoro Dias Lopes, general reformado, foi escolhido comandante da revolução. A data de sua deflagração foi fixada em 5 de julho de 1924, para homenagear os revoltosos de 1922.

Isidoro chegou à capital paulista na véspera do dia marcado e, reunido com seus comandados, dividiu em duas etapas os planos de ataque às forças governamentais. A primeira consistia no cerco e assalto aos quartéis próximos à estação da Luz, onde se achavam sediadas quatro grandes unidades da Força Pública, entre as quais três batalhões de infantaria, um regimento de artilharia e o Corpo-Escola, onde se formavam oficiais da milícia estadual. A segunda referia-se a operações de assalto a duas outras unidades de infantaria da Força Pública, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Justiça e palácio dos

Campos Elísios, sede do governo estadual.

Juntamente com Joaquim Távora, Estillac comandou o ataque ao bloco de quartéis da estação da Luz, seguindo depois para organizar o bloqueio dos Campos Elísios, quando foi informado de que o presidente do estado, Carlos de Campos, se havia retirado com todo o secretariado para Moji das Cruzes. O general Abílio de Noronha foi aprisionado e recolhido às dependências do Corpo-Escola. Com isso, a capital paulista foi inteiramente ocupada pelos rebeldes. Dias depois, em 14 de julho, Joaquim Távora decidiu atacar, no bairro da Liberdade, o quartel do 5º Batalhão da Força Pública, que permanecia fiel à legalidade. Sem a indispensável cobertura de artilharia, investiu contra a bem equipada unidade da milícia paulista, sendo ferido e morrendo quatro dias depois, o que originou considerável desfalque no comando revolucionário.

Por outro lado, Artur Bernardes não ficou passivo. Ordenou às tropas da 1ª RM, sob o comando do general Eduardo Sócrates, que ocupasse toda a área do vale do Paraíba, enquanto a Esquadra fechava as saídas pelo porto de Santos. Uma vanguarda federal, comandada pelo general Carlos Arlindo, avançou até as proximidades da capital e iniciou o bombardeio das forças de Isidoro. O bombardeio da capital, com apoio aéreo, além de provocar pânico entre a população, alertou as classes conservadoras para a ameaça de destruição dos estabelecimentos comerciais e industriais da cidade. Por iniciativa de seu presidente, José Carlos de Macedo Soares, a Associação Comercial passou então a manter contato, sucessivamente, com Isidoro e com as autoridades federais, insistindo na necessidade de poupar a metrópole bandeirante dos danos materiais decorrentes dos bombardeios.

À medida que o tempo passava, Isidoro se convencia de que manter a ocupação de São Paulo não trazia maiores resultados positivos à causa revolucionária. Além da violência dos bombardeios federais, a tropa rebelde corria o risco de ser sitiada em definitivo, com a obstrução dos meios de que ainda dispunha para uma retirada. Decidiu assim abandonar a cidade, deixando um manifesto no qual justificava suas razões, “no desejo de poupar São Paulo de uma destruição desoladora, grosseira e infame, e de poupar à nossa querida e gloriosa pátria um vexame que a todos nos constrangeria”. Com relação ao destino que a tropa deveria tomar uma vez desocupada a capital paulista, os chefes revolucionários não tinham um ponto de vista único. Alguns defendiam a ida para Mato Grosso, enquanto

outros preferiam o Paraná ou, mais precisamente, a região de Iguaçu, onde se supunha que fariam junção com revoltosos do Rio Grande do Sul, com os quais já se haviam articulado, o que possibilitaria o prosseguimento da revolução. Assim como Isidoro e Miguel Costa, Estillac sustentava essa segunda opção, que foi afinal a que prevaleceu.

O potencial dos revoltosos era, no entanto, bastante insuficiente em comparação com os efetivos das tropas do governo. Segundo Lourenço Moreira Lima, ao abandonar São Paulo, Isidoro contava com um contingente inferior a seis mil homens, enquanto o Exército federal somava mais de 18 mil. Ao deixar a capital em 27 de julho, o comandante revolucionário concentrou suas tropas em Bauru (SP), de onde seguiram, pela Estrada de Ferro Sorocabana, até Presidente Epitácio (SP), na margem esquerda do rio Paraná. A 25 de agosto começou a descida do rio em direção a Guaíra (PR). Comissionado no posto de tenente-coronel, Estillac comandava as tropas de ataque que, após a tomada de Guaíra, abriram caminho para Iguaçu. O objetivo de Estillac, já agora reforçado com destacamentos de infantaria sob o comando de Nélson de Melo, era fazer de Catanduvas (PR) o centro de resistência às tropas do governo até a chegada de Luís Carlos Prestes e João Alberto Lins de Barros, que viriam do Sul. Antes de atingir Catanduvas, porém, Estillac alcançou Formiga (PR), onde, após um mês de combate, derrotou as forças federais que tentaram romper aquele setor.

A derrota de Formiga preocupou seriamente o governo, que tratou de mudar o comando e fortificar seus efetivos. O comando em chefe continuava a cargo do general Cândido Mariano da Silva Rondon, enquanto a chefia das operações se achava sob a responsabilidade do general Otávio de Azeredo Coutinho. Sob o comando deste último atuava o destacamento do coronel Álvaro Guilherme Mariante, cujo chefe de estado-maior era o capitão Pedro Aurélio de Góis Monteiro. A manobra de Azeredo e Mariante visava, antes de mais nada, a barrar o acesso de Prestes a Catanduvas, onde a artilharia de Estillac e a infantaria de Nélson de Melo repeliam as investidas inimigas.

Prestes revoltou-se em Santo Ângelo (RS) em 24 de outubro de 1924, contando com grande disponibilidade de recursos humanos, mas pouca munição e armamento. Além disso, a região já se achava em plena estação chuvosa e os charcos que se formavam nas picadas, agravados pelas inundações do rio Iguaçu, afluente do Paraná, tornavam difícil a progressão das tropas de cavalaria, constituídas em sua maior parte de peões gaúchos recrutados nas

fazendas dos chefes libertadores comprometidos com a revolução. Catanduvas resistiu durante quatro meses. Soldados e oficiais não tinham mais agasalhos nem ração, alimentavam-se de milho cru, palmito, frutas silvestres e, às vezes, caça. Grande parte da tropa estava faminta e contraíra impaludismo.

Como as forças de Prestes não pudessem chegar a tempo, os revolucionários tiveram de se render. Doente, Estillac refugiou-se na Argentina, deixando por isso de participar da Coluna Miguel Costa-Prestes, que se formaria logo depois em abril de 1925. Inicialmente sob o comando do coronel Miguel Costa e tendo como chefe do estado-maior o capitão Luís Carlos Prestes, a coluna percorreria durante dois anos mais de dois mil quilômetros do território nacional, aplicando a tática da chamada "guerra de movimento", que consistia em evitar confrontos diretos com as tropas do governo, bem mais equipadas em número de homens e quantidade de material bélico, voltada essencialmente para o propósito de chamar a atenção da opinião pública para os objetivos da revolução.

A anistia, prometida mas não cumprida por Bernardes, teria sido uma forma razoável de apaziguamento da vida política brasileira. A posse de Washington Luís em 1926 criou, nesse sentido, algum otimismo. Ao contrário de Bernardes, o ex-presidente de São Paulo era jovial, discretamente acessível e gostava de aparecer em público com frequência. Essa postura, que ocultava uma teimosia obstinada e autoritária revelada nos momentos de crise, causava especial agrado à opinião pública, uma vez que o oposto era o comportamento de Bernardes. Em pouco tempo, entretanto, o meio político começou a perceber que a anistia não seria conquistada no governo de Washington Luís. Tal desilusão chegou ao conhecimento dos oficiais asilados no Prata que, por inspiração de Estillac, se organizaram militarmente para invadir o Rio Grande do Sul. A finalidade dessa invasão era obrigar o governo federal a deslocar tropas dos setores onde enfrentavam a coluna, desafogando assim a ação militar de Prestes, que já àquela altura estava a caminho de seu ponto de partida.

Acompanhado de Alcides Araújo, Tales Marcondes, Aníbal Brayner e Riograndino Kruel, Estillac acampou na fronteira para a execução do plano de ataque que combinara com Augusto do Amaral Peixoto. Ficou decidido que o território gaúcho seria invadido através das localidades de Santa Rosa e Quaraí e da cidade uruguaia de Rivera. Estillac entrou por Santa Rosa em 24 de dezembro de 1926, à frente de uma tropa cuja retaguarda era

comandada por Augusto do Amaral Peixoto. A resistência encontrada foi, porém, bem superior à capacidade ofensiva dos revolucionários. Uniram-se à Brigada Militar gaúcha e à parcela legalista do Exército os “provisórios”, comandados pelos caudilhos correligionários do presidente estadual Borges de Medeiros, que detiveram a ação dos revoltosos nas regiões da fronteira, obrigando-os a recuar.

Estillac enfrentou o contingente de José Antônio Flores da Cunha no combate de Seival, onde foi preso, mas conseguiu evadir-se, retornando à Argentina. Também em 1927 os remanescentes da Coluna Miguel Costa-Prestes encerraram sua marcha e se internaram na Bolívia e no Paraguai, passando depois para o Uruguai e a Argentina. Desse ano até 1930, enquanto conspirava, Estillac dedicou-se à leitura das obras de Pio Barojas, intelectual socialista espanhol, naquela época bastante difundido nos países platinos.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

O rompimento da aliança entre São Paulo e Minas, que dava garantias à estabilidade da República civil, ocorreu quando Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas, vetou a candidatura de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, à sucessão de Washington Luís. Antes da formalização do veto, o presidente mineiro assegurara a solidariedade do Rio Grande do Sul, que era o terceiro estado em potencial econômico e poderio político. Através de um pacto sigiloso celebrado entre o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, irmão de Antônio Carlos, e o líder da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados, João Neves da Fontoura, Minas Gerais oferecia a candidatura oposicionista a Getúlio Vargas, que era na época presidente do Rio Grande do Sul.

A campanha eleitoral transcorreu agitada e pontilhada de lances violentos e de agravos inflamados. Na verdade, os líderes da Aliança Liberal, denominação do movimento que deflagrara a candidatura Vargas, não acreditavam que a vitória de sua causa pudesse ser conquistada nas urnas. A linguagem usada nos comícios, de lado a lado, estava longe de compatibilizar-se com as regras moderadas de uma competição democrática. Apesar das atitudes cautelosas de Antônio Carlos, do líder gaúcho Firmino Paim Filho e do próprio candidato oposicionista, Getúlio Vargas, o país inteiro já percebera que a Aliança Liberal, empenhada na luta eleitoral, não procurava outro objetivo que não fosse o da preparação preliminar da opinião pública para a derrubada do governo Washington Luís. Era essa, pelo

menos, a tônica dos discursos dos elementos mais radicais da propaganda aliancista, entre os quais João Neves da Fontoura, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Djalma Pinheiro Chagas, do Partido Republicano Mineiro (PRM), e João Batista Luzardo, do Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, em suas frequentes incursões na fronteira, os “tenentes” exilados de 1922 e 1924 vinham sendo sondados sistematicamente pelos chefes republicanos e libertadores que integravam a Frente Única Gaúcha para uma composição de forças destinada a desencadear a luta armada contra o governo federal. Com exceção de Prestes, que não concebia a hipótese de marchar ao lado dos chefes oligárquicos que haviam combatido os levantes de 1922 e 1924, os “tenentes” de uma maneira geral estavam persuadidos, depois de experimentadas várias derrotas, de que era inviável a conquista do poder sem o apoio dos políticos. Estillac fazia parte do grupo que defendia a aproximação com os civis porque, sem essa condição, não se estaria esboçando em sua opinião uma revolução, mas apenas um golpe de Estado. Os contatos com a mocidade militar na clandestinidade eram realizados por Osvaldo Aranha, secretário do Interior do governo do Rio Grande do Sul, com o apoio não declarado, mas plenamente consentido, de Borges e de Vargas. Os entendimentos eram facilitados pela omissão deliberada da Brigada Militar, pelas simpatias indisfarçáveis dos oficiais do Exército que serviam nas guarnições gaúchas e pela ausência de vigilância adequada ao longo da fronteira.

Nacionalmente consagrado pelas ressonâncias dos feitos e peripécias da coluna, exaltado com fervor pelos colunistas dos jornais da oposição e convertido em personagem lendária e carismática pelos escritores, Prestes era de fato o líder mais assediado pelos políticos do Rio Grande do Sul para assumir o comando militar da revolução. Osvaldo Aranha foi quem mais se esforçou para obter sua concordância. Mesmo depois de veiculada a notícia de sua adesão ao marxismo, o compromisso de Prestes foi tentado intensamente por João Alberto e Siqueira Campos. Desapontados com a firmeza de sua recusa durante o último contato que com ele tiveram em Buenos Aires, os dois líderes tenentistas regressaram ao Brasil para comunicar o insucesso da missão, quando o avião em que viajavam caiu no rio da Prata, num acidente em que Siqueira perdeu a vida.

Diante disso, os políticos gaúchos reativaram suas conversações com o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, designado pouco antes pelo governo federal para

comandar uma unidade de cavalaria em São Luís das Missões (RS), cidade próxima da fronteira argentina, a poucos quilômetros de São Borja (RS). Apesar de haver combatido a Coluna Miguel Costa-Prestes, Góis Monteiro não teve maiores dificuldades de convivência com os “tenentes” afastados da tropa, processados pela Justiça Militar e que conspiravam na ilegalidade. Vários deles, inclusive, passaram a constituir o estado-maior revolucionário, sob a chefia do próprio Góis Monteiro. Entre eles estava Estillac Leal, encarregado das operações e comissionado na patente de tenente-coronel.

Com a eclosão do movimento às 17:30h do dia 3 de outubro de 1930, juntamente com João Alberto, Estillac participou do assalto ao morro do Menino Deus, onde o comandante da 3ª RM, general Gil de Almeida, fortificara suas defesas com poderosas peças de artilharia. A tomada do morro era considerada prioritária dentro do plano geral de ataque às forças governamentais aquarteladas em Porto Alegre. Se as baterias ali instaladas resistissem por muito tempo, os danos provocados no lado revolucionário seriam bem significativos, pois o palácio do governo seria facilmente atingido por suas granadas. O próprio Góis Monteiro ficou preocupado com essa eventualidade e determinou a Virgílio de Melo Franco, que atuava como seu secretário particular, que procurasse um alojamento mais seguro na parte baixa da cidade, para onde seria transferido o quartel-general civil e militar da revolução, caso a resistência no morro do Menino Deus se prolongasse por muito tempo. Além de dispor de abastecimento de água próprio, o morro abrigava grandes depósitos de munições e servia de localização aos quartéis do 3º e 4º regimentos de Cavalaria Divisionária. Em setembro, tendo o governo previsto ocorrências contestatórias no Rio Grande do Sul, as defesas do morro haviam sido reforçadas pelos 8º e 9º batalhões de Infantaria, comandados respectivamente pelo tenente-coronel Galdino Esteves e coronel João Carlos Toledo Bordini. Toledo hesitava quanto à posição que deveria tomar, mas Esteves era uma ponta de lança da revolução dentro do principal núcleo defensivo do governo. Isso facilitou bastante a ação de Estillac e João Alberto, que contavam, para o ataque, com elementos do Exército, da Brigada Militar e da Guarda Civil. A luta durou três horas e meia, aproximadamente. Pouco depois das 20 horas, a área já se achava sob o inteiro controle das forças da revolução.

Concluídas as operações no Rio Grande do Sul, Estillac acompanhou o estado-maior de Góis Monteiro, que planejou a ocupação do Paraná e Santa Catarina, detendo-se na divisa

de São Paulo, onde tiveram notícias de que o presidente Washington Luís havia sido deposto. Chegando ao Rio de Janeiro na vanguarda das forças revolucionárias, Estillac viu se iniciar o governo provisório de Getúlio Vargas, empossado no dia 3 de novembro. Juntamente com Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias, passou a servir no gabinete do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro. Teve porém uma participação discreta no Clube 3 de Outubro, criado em maio de 1931 para arregimentar civis e militares empenhados na defesa dos postulados da revolução.

Promovido a major em abril de 1932, deixou o gabinete ministerial em junho desse mesmo ano para assumir no mês seguinte a chefia de Material Bélico da 1ª RM, em operações contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Nessa função, participou junto ao Destacamento Góis Monteiro da campanha militar contra os revoltosos. Promovido a tenente-coronel em abril de 1933, em junho seguinte foi dispensado da chefia de Material Bélico e assumiu o comando do 1º Grupo de Artilharia Pesada, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até setembro de 1934. Nessa data passou a comandar o 1º Grupo de Obuses, aquartelado em São Cristóvão, também na capital federal. Enquanto a maioria dos antigos tenentes atuava na política — quer no exercício de mandatos eletivos, quer em movimentos paralelos às organizações partidárias — Estillac manteve-se voltado para suas atividades profissionais, embora numa posição atenta de espectador dos acontecimentos.

Encontrava-se naquele comando quando um grupo de oficiais do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), da praia Vermelha, deflagrou no dia 27 de novembro de 1935 um movimento revolucionário sob os auspícios declarados da Aliança Nacional Libertadora (ANL), com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que via na ANL uma espécie de versão nacional das “frentes populares” instituídas na França e na Espanha por comunistas, socialistas e liberais com a finalidade de deter a ascensão do nazismo. Prestes convidara Estillac para integrar a ANL, embora outros afirmem que o convite teria sido para ingressar na ação armada. Estillac não aceitou, mas, de conformidade com os regulamentos militares, deveria ter denunciado o fato a seus superiores, e não o fez. Mais tarde, quando presidente do Clube Militar, seria muito acusado por isso, mas nesse particular nunca esboçou o menor intuito de defesa. Todavia, quando a revolta eclodiu na praia Vermelha, deslocou-se com sua unidade para a área dos combates e fez fogo contra a porta principal do quartel, abrindo caminho à sua ocupação.

Em maio de 1938 foi promovido por merecimento a coronel. Entre julho desse ano e janeiro de 1939 comandou em Campo Grande, atual capital de Mato Grosso do Sul, o 1º Regimento Misto de Artilharia de Dorso. De volta ao Rio de Janeiro em junho de 1939, foi indicado para estagiar na Escola de Aeronáutica Militar, passando em seguida, também como estagiário, pelo Batalhão Vilagran Cabrita e pelo Centro de Instrução Motomecanizada. Em junho do ano seguinte passou à condição de aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, cujo curso concluiu em novembro de 1942. Como orador da turma, na presença do ministro da Guerra e do chefe do EME, respectivamente generais Eurico Dutra e Góis Monteiro, pronunciou um discurso de uma violência pouco comum nos estabelecimentos militares, no qual qualificou Adolf Hitler de "porco" e "suíno", sendo o fato bastante comentado pelos jornais da época. Em agosto, o Brasil declarara guerra aos países do Eixo.

Destacado para Recife, então transformado no principal núcleo sul-americano de operações contra o Eixo, comandou de janeiro a março de 1943 o 7º RI, sendo promovido a general de brigada em abril daquele ano. Transferiu-se em seguida para Natal, sede da base aeronaval aliada de Parnamirim, onde comandou a guarnição da cidade de maio de 1943 a maio do ano seguinte. Em julho foi enviado a Cruz Alta (RS) para comandar a Artilharia Divisionária da 3ª RM, e daí acompanhou as articulações que vinham sendo desenvolvidas entre a oficialidade para promover a deposição do presidente Vargas. Amigo de João Alberto e infenso à candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, Estillac tendia mais a apoiar a campanha popular pró-Constituinte com Vargas, promovida pelo chamado movimento queremista. Em setembro de 1945 esteve no Rio de Janeiro e colocou Luís Vergara, secretário particular de Vargas, a par das conspirações militares que antecederam ao golpe de 29 de outubro.

Foi promovido a general de divisão em outubro de 1946, no primeiro ano do governo do general Dutra, quando era ministro da Guerra o general Canrobert Pereira da Costa. De novembro seguinte a janeiro de 1949, comandou em Santa Maria (RS) a 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), onde prestigiava as posições dos oficiais partidários da tese do monopólio estatal do petróleo. Ainda em 1949, no mês de abril, foi nomeado comandante da 5ª RM e 5ª DI, com sede em Curitiba, deixando esse posto em outubro do mesmo ano, com seis meses de exercício apenas, para tomar posse, em novembro, no comando da Zona

Militar Sul, antecessora do III Exército, com sede em Porto Alegre. Data daí a intensa atividade política do general Estillac, que iria levá-lo à presidência do Clube Militar e ao Ministério da Guerra.

PRESIDENTE DO CLUBE MILITAR E MINISTRO DA GUERRA

Ainda durante o Estado Novo, Vargas elaborou e pôs em prática várias iniciativas ligadas à política petrolífera, sobressaindo-se entre elas a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 25 de abril de 1938, e a outorga do Código de Minas, em 21 de janeiro de 1940, que recusava licenciamento para mineração até mesmo a brasileiros natos casados com estrangeiras. Na Constituinte de 1946, a questão do petróleo passou a ser abordada sob o aspecto essencialmente político, estabelecendo-se duas grandes correntes de opinião sobre a forma de exploração das jazidas. De um lado, concentravam-se aqueles que defendiam a hegemonia do Estado em todas as etapas percorridas pela indústria, desde a prospecção ao transporte, o refino e as demais atividades subsequentes. De outro, colocavam-se os que pugnavam pelo recurso ao capital estrangeiro, sob o argumento de que o país não possuía capacidade técnica e financeira para suportar as sobrecargas do empreendimento.

Partidário dessa segunda solução, Juarez Távora pronunciou uma conferência no Clube Militar em maio de 1947, repisando convicções assumidas em 1934, quando ainda era ministro da Agricultura. Dias depois foi contestado em São Paulo pelo general Júlio Caetano Horta Barbosa, que até 1944 presidira o CNP. Logo em seguida, o grupo que se opunha à tese de Juarez, do qual Estillac Leal fazia parte, promoveu uma segunda conferência de Horta Barbosa, dessa vez como seu competidor, no auditório do Clube Militar. No período que seguiu, o clube, presidido pelo general Salvador César Obino, encampou a campanha do petróleo, favorecendo as posições nacionalistas explícitas na tese do monopólio estatal. Associando o problema às teorias de segurança nacional aprendidas nas escolas de formação, a maioria militar tendia para os pontos de vista de Horta Barbosa. A pregação do ex-presidente do CNP, na verdade, não movimentou apenas a classe militar, irradiando-se pelo país inteiro e levantando especialmente o meio universitário, além de uma faixa enorme da área política. Comícios nacionalistas enchiam as praças de quase todas as cidades do país, mas os adeptos da tese de Juarez não se pronunciaram.

A questão do petróleo começou a agitar o ambiente político à medida que a sucessão presidencial se aproximava, tendo como característica particular a expectativa da volta de Vargas nas eleições de 3 de outubro de 1950. Também nesse ano, em 17 de maio, realizar-se-iam eleições para a renovação da diretoria do Clube Militar, com o término do mandato do general Obino. Formou-se então no clube uma chapa conhecida como nacionalista, composta de nomes bastante conhecidos, alguns dos quais integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas todos eles, de uma forma ou de outra, envolvidos em compromissos com a tese monopolista e com a aplicação dos postulados constitucionais que garantiam a continuidade normal do processo democrático. À sua frente apareciam os nomes de Estillac Leal e Horta Barbosa. A chapa contrária era encabeçada pelos generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Emílio Ribas Júnior.

Estillac Leal colocara-se ao lado de Vargas em 29 de outubro de 1945. Seu antagonista, Cordeiro de Farias, fora naquele episódio o portador da intimação dos generais que resultara na deposição do chefe do governo. Estillac defendia abertamente o monopólio estatal do petróleo, ao passo que Cordeiro de Farias sustentava a posição contrária, liderada por Juarez. Havia, portanto, prenúncios muito claros de uma inevitável radicalização no setor militar, com penetrações de profundidade na área política, assinalando indícios de intranquilidade caso Vargas fosse eleito presidente da República. Vargas sabia, por seu lado, que, durante a campanha eleitoral em que iria enfrentar Eduardo Gomes e Cristiano Machado, seria interpelado sobre sua posição diante do problema do petróleo. Segundo se afirma, as eleições no Clube Militar reforçaram a decisão de Vargas de concorrer ao pleito, que só se tornou definitiva em 8 de junho.

Eleito presidente do Clube Militar em 17 de maio de 1950 com 3.929 votos contra 2.707 dados à chapa Cordeiro-Ribas, Estillac Leal tomou posse em 26 de julho seguinte. No discurso que proferiu na ocasião, defendeu entre outros pontos “uma solução patriótica para os problemas relacionados com a defesa nacional, como os do petróleo, das areias monazíticas, do manganês, do quartzo, do potencial amazônico etc.”. Com a divulgação na *Revista do Clube Militar* das posições de seu grupo – que incluíam o questionamento da intervenção militar dos Estados Unidos na Coreia –, nova crise foi detonada. Iniciou-se uma ofensiva contra a diretoria do clube e, particularmente, contra o general Estillac, expressa em sucessivos abaixo-assinados.

Com a eleição de Vargas para a presidência da República em 3 de outubro de 1950, e sua posse em 31 de janeiro de 1951, Estillac Leal foi nomeado ministro da Guerra. Os militares continuaram divididos, o que levou os antigos componentes da chapa Cordeiro-Ribas a formar, em fins de 1951, a Cruzada Democrática, visando às eleições de 1952 no Clube Militar. Atacado pela imprensa e incompatibilizado com o comandante da Zona Militar Leste, general Zenóbio da Costa, em 26 de março de 1952 Estillac foi substituído no Ministério da Guerra pelo general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Em seguida, anunciou seu propósito de candidatar-se mais uma vez à presidência do Clube Militar. As eleições foram realizadas em 21 de maio em clima de agitação e expectativa, e Estillac foi derrotado por Alcides Etchegoyen. Em seguida, licenciou-se e retirou-se para o Rio Grande do Sul.

A partir de 1953, a crise política do governo Vargas, sincronizada com a insatisfação militar, passou a apresentar sintomas mais nítidos de gravidade. Em fevereiro de 1954, o chamado *Manifesto dos coronéis*, criticando a política salarial do governo, teve como consequência as demissões de João Goulart do Ministério do Trabalho e de Ciro do Espírito Santo Cardoso do Ministério da Guerra. Para o Ministério da Guerra Vargas nomeou Zenóbio da Costa, que, de imediato, procurou remover seus desentendimentos com Estillac e com ele firmar uma aliança que tinha por base a defesa da legalidade ameaçada. Em 24 de abril de 1954 Estillac foi nomeado comandante da Zona Militar Centro, predecessora do II Exército, com sede na capital paulista. Zenóbio compareceu à posse de seu antigo adversário e, juntos, acertaram providências que tomariam caso o governo fosse atingido.

Quando ocorreu o suicídio de Vargas em 24 de agosto, Estillac colocou de prontidão as tropas sob seu comando e dispôs-se a marchar sobre o Rio de Janeiro. Zenóbio, no entanto, não aprovou a idéia, dizendo-lhe que as unidades da Vila Militar seriam suficientes para assegurar a manutenção da ordem. Em 2 de setembro, já sob o governo Café Filho e com o general Lott no Ministério da Guerra, Estillac passou o comando da Zona Militar Centro ao general Olímpio Falconière da Cunha. Onze dias depois, em 13 de setembro, foi nomeado inspetor-geral do Exército.

Ainda como inspetor-geral do Exército, Estillac Leal faleceu subitamente no Rio de Janeiro no dia 1º de maio de 1955.

Era casado com Laura Lima Leal e não deixou filhos.

Plínio de Abreu Ramos

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; BARROS, J. *Memórias*; BIJOS, G. *Clube*; CABRAL, O. *História*; CARNEIRO, G. *História*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA, A. *Rebelião*; *Correio da Manhã*; *Cronologia da Assembléia*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. LEAL, A.; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; *Jornal*; LAGO, L. *Generais*; LEVINE, R. *Vargas*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1952 e 1955); MIN. GUERRA. *Subsídios*; *Ministros da Justiça*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEREIRA, J. . *Petróleo*; SILVA, H. *1935*; SILVA, H. *1945*; SODRÉ, N. *História militar*; SODRÉ, N. *Memórias*.

LEAL, João de Deus Pires
*gov. PI 1928-1930.

João de Deus Pires Leal nasceu na cidade de São Bernardo (MA) no dia 22 de janeiro de 1890.
Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1909. No ano seguinte foi nomeado promotor público na cidade de Tutóia (MA), em 1917 tornou-se juiz federal no estado do Piauí e em 1922 no estado do Amazonas.
Em 1928 foi eleito governador do Piauí sucedendo a Matias Olímpio de Melo. Durante sua gestão, iniciada em 1º de julho do mesmo ano, construiu várias estradas e prédios públicos. Teve o mandato interrompido em 4 de outubro de 1930 com a eclosão da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. No dia em que foi deposto, foi preso e conduzido ao 25º Batalhão de Caçadores, unidade do Exército estabelecida no Piauí. Seu sucessor foi o interventor Humberto de Areia Leão.
No campo jornalístico colaborou com os periódicos *Correio de Teresina*, *Jornal de Notícias* e *Habeas Corpus*.
Faleceu na cidade de Teresina em 24 de maio de 1975.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; NASCIMENTO, F. *Revolução.*

LEAL, Rocha

*dep. fed. BA 1906-1908.

José da Rocha Leal nasceu na freguesia de Igreja Nova, município de Alagoinhas (BA), no dia 20 de outubro de 1861, filho de José Joaquim Leal e de Joana Alexandrina da Rocha.

Concluiu os estudos de humanidades em Salvador e ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se diplomou em 1882. Iniciou a carreira profissional em 1884 como juiz municipal em Santo Amaro da Purificação (BA). Em 1888 foi transferido para Valença e aí permaneceu até 1889.

Com o advento da República, a 15 de novembro de 1889, foi nomeado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, por decreto de dezembro, chefe de polícia do Amazonas, mas não aceitou a nomeação. Em 1891, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte da Bahia pelo 4º distrito. Teve destacada participação nos trabalhos da Assembleia, que, após promulgar a Constituição estadual, elegeu José Gonçalves da Silva governador do estado. Passou então a fazer cerrada oposição ao governador, ao lado de Jaime Vilas Boas, Lelis Piedade e outros. Quando o marechal Floriano Peixoto assumiu o poder em 23 de novembro de 1891, em decorrência da renúncia de Deodoro, foi nomeado chefe de polícia da Bahia, e mais uma vez declinou. Sempre eleito pelo 4º distrito, retornou à Assembleia Legislativa nas legislaturas 1903-1904 e1905-1906, e presidiu a Casa em 1905.

Em 2 de maio de 1906, renunciou ao mandato na Assembleia Legislativa da Bahia, por ter sido eleito e reconhecido deputado federal para a legislatura 1906-1908. Terminado esse período legislativo, não conseguiu obter a renovação do mandato. Desde então, passou a dedicar-se à advocacia.

Em março de 1918 foi nomeado intendente municipal de Salvador. Assumiu a gestão municipal em período de grave crise financeira e administrativa devido ao fraco desempenho do antecessor, o primeiro-tenente João Propício Carneiro da Fontoura, que

assumira a chefia do Executivo municipal em agosto de 1917. Sua gestão se estendeu até março de 1920.

Faleceu em Salvador no dia 3 de abril de 1928.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 214); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Cartas de Ontem;* (p. 51); *Diário de Notícias* (4/4/1928) Falecimentos; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (2004. p. 481-493); *Imparcial* (4/4/1928) Faleceu o conselheiro Rocha Leal; MELLO, A. *Cartilha*; RUI, A. *História*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, M. *Sinopse* (p. 141,153-156); *Tarde*, BA (16/3/1918) Estará por horas o tenente?.

LEAL, Valfredo

*religioso; pres. PB 1896; dep. fed. PB 1903-1904; sen. PB 1905; pres. PB 1905-1908; sen. PB 1909-1917; dep. fed. PB 1922-1926.

Valfredo Soares dos Santos Leal nasceu em Areias (PB) no dia 21 de fevereiro de 1855, filho de Matias Soares Cavalcanti e de Maria dos Santos Leal.

Ordenou-se padre em Roma em 1882 e, de volta ao Brasil, tornou-se pároco da freguesia de Nossa Senhora da Luz, na cidade de Guaraíra (PB), em 1888.

Ingressou na política já na República, quando foi eleito deputado constituinte estadual na Paraíba em 1891. Nesse mesmo ano apoiou a deposição do presidente do estado Venâncio Neiva (1889-1891), no contexto de crise política nacional que marcou o final da presidência do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em 3 de novembro de 1891, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o presidente dissolveu o Congresso Nacional. Em reação, a Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía de Guanabara. Diante da ameaça de guerra civil, Deodoro renunciou no dia 23 do mesmo mês, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto. Este, ao chegar ao poder, destituiu os governantes estaduais que apoiavam Deodoro, caso de Venâncio Neiva.

Depois de um curto período no qual a Paraíba foi governada por uma junta governativa composta pelo coronel Cláudio do Amaral Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Ferreira de Carvalho, Álvaro Lopes Machado assumiu o poder em 18 de fevereiro de 1892, devido à influência de João Coelho Gonçalves Lisboa, republicano histórico e florianista. Nesse momento Valfredo Leal foi nomeado vice-presidente do estado. Em 17 de maio de 1896, quando Álvaro Lopes Machado renunciou para concorrer a uma vaga no Senado, assumiu seu lugar. Presidiu o estado por poucos meses, até 22 de outubro, apenas concluindo o mandato do titular. A partir de então fez forte oposição ao governo do sucessor, Antônio Alfredo da Gama e Melo (1896-1900).

Em 1903 foi eleito deputado federal pela Paraíba. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano, mas em 1904 renunciou, pois foi eleito senador na vaga aberta pela renúncia de seu aliado político Álvaro Lopes Machado, que mais um vez se preparava para assumir o governo da Paraíba. Na ocasião, também foi eleito vice-

presidente do estado. Álvaro Lopes Machado ficou no governo de 22 de outubro de 1904 a 28 de outubro de 1905, quando novamente renunciou para tornar a se candidatar a senador. Dessa forma, com menos de um ano no Senado, Valfredo Leal deixou sua cadeira para voltar a assumir o governo paraibano.

Esteve à frente do estado por três anos, até 22 de outubro de 1908. Sua administração foi marcada por uma grave crise econômica. Ao final de seu governo articulou a eleição de João Lopes Machado, irmão de Álvaro Lopes Machado, para presidente estadual. Nessa campanha, que acabou vitoriosa, rompeu com João Coelho Gonçalves Lisboa, que defendia a candidatura de Apolônio Zenaides. No mesmo pleito, foi pela terceira vez eleito senador pela Paraíba. De volta ao Senado em 1909, continuou a exercer forte influência na política paraibana e, em 1911, conseguiu que seu sobrinho José Américo de Almeida fosse nomeado procurador-geral do estado.

Nas eleições para a o governo paraibano de 1912, que deram a vitória a João Pereira de Castro Pinto, esteve envolvido em uma disputa política com Epitácio Pessoa. Os dois líderes divergiram quanto ao nome a ser indicado. Epitácio Pessoa almejava lançar a candidatura de seu irmão Antônio da Silva Pessoa, enquanto o Valfredo Leal pretendia disputar ele mesmo a eleição. A solução foi encontrada foi a indicação de João Pereira de Castro Pinto, nome que permitiu o consenso entre as duas facções. De toda forma, o grupo político liderado por Epitácio Pessoa saiu da disputa fortalecido, pois Epitácio foi eleito senador na vaga aberta com a renúncia de Castro Pinto e conseguiu que seu irmão se tornasse primeiro vice-presidente estadual.

As divergências seguiram durante a administração de João Pereira de Castro Pinto, até que, em 1915, Epitácio Pessoa rompeu com Valfredo Leal e assumiu a chefia política da Paraíba após acirrada disputa eleitoral. Favorável à reeleição de Manuel Gomes da Cunha Pedrosa para senador, Epitácio viu ser lançada por Valfredo Leal a candidatura de João Machado, seu inimigo pessoal. Em campanha popular pelo interior do estado, apelidou os adversários de “bacuraus” e empolgou o povo com sua exuberante oratória. Inconformados com a derrota, os partidários do senador Valfredo Leal tentaram fazer um acordo com Pinheiro Machado e Bernardo Monteiro, líder do governo Venceslau Brás (1914-1918) no Senado, de modo que Epitácio conservasse a maioria dos deputados e João Machado ocupasse a cadeira no Senado. Epitácio, entretanto, resistiu à intervenção dos dois políticos, e obteve o

reconhecimento pela Câmara de seus quatro deputados, o mesmo ocorrendo na Comissão de Verificação de Poderes do Senado em relação ao senador. Em 24 de julho, João Pereira de Castro Pinto renunciou ao governo, sendo substituído por Antônio da Silva Pessoa.
Valfredo Leal deixou o Senado ao final de seu mandato, em 1917, e voltou a conquistar cargo eletivo em 1922, quando foi eleito deputado federal. Em 1924 renovou o mandato, até 1926. Em 1928 foi eleito deputado estadual na Paraíba e se reaproximou de Epitácio Pessoa. Teve seu mandato interrompido em outubro de 1930 com a vitória da Revolução de 1930, que extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

No campo jornalístico, esteve ligado ao jornal paraibano *Diário do Estado*. Foi também vice-presidente do Partido Republicano Nacional, presidido por Pinheiro Machado. Faleceu na cidade de João Pessoa no dia 30 de junho de 1942.
Seu sobrinho José Américo de Almeida foi interventor na Paraíba em 1930, ministro da Viação de 1930 a 1934, senador em 1935 e de 1947 a 1951, ministro do Tribunal de Contas da União de 1935 a 1947 e governador da Paraíba de 1952 a 1956.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; *Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; PINTO, L. *Fundamentos*.

LEÃO, EURICO DE SOUSA

*dep. fed. PE 1927-1930; rev. 1932; dep. fed. PE 1935-1937; const. 1946; dep. fed. PE 1946-1951.

Eurico de Sousa Leão nasceu no engenho de Laranjeiras, no interior de Pernambuco, em 17 de fevereiro de 1889, filho de Manuel de Sousa Leão, proprietário de terras pertencente a tradicional família pernambucana, e de Ernestina de Sousa Leão.

Fez o curso secundário no Instituto Pernambucano, em Recife, ingressando em seguida no Seminário de Olinda, de onde saiu para estudar na Faculdade de Direito do Recife. Transferiu-se depois para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, pela qual se bacharelou em 1919.

Em 1926 foi nomeado chefe de polícia de Pernambuco por Estácio Coimbra, presidente do estado e chefe do Partido Republicano de Pernambuco. Nessa legenda foi eleito deputado federal para as legislaturas de 1927 a 1929 e de 1930 a 1932, esta última interrompida em consequência da vitória da Revolução de 1930. Durante sua permanência na Câmara, participou da delegação brasileira junto à Comissão Interparlamentar de Comércio, reunida em Londres em 1926, e posteriormente em Bruxelas, em 1930. Representou ainda o Congresso Nacional nas comemorações do centenário do Legislativo belga em 1930.

Em fevereiro desse ano, eclodiu em Princesa, atual Princesa Isabel (PB), um movimento rebelde de oposição ao governo paraibano de João Pessoa, que na época era também candidato de oposição à vice-presidência da República na chapa da Aliança Liberal, encabeçada por Getúlio Vargas. Consta que as primeiras armas e munições chegadas a Princesa teriam sido obtidas junto à polícia de Pernambuco por interferência de Eurico de Sousa Leão.

A vitória da Revolução de 1930 em Pernambuco foi consolidada em pouco tempo. O movimento eclodiu na madrugada de 4 de outubro, e no mesmo dia Estácio Coimbra foi deposto e Carlos de Lima Cavalcanti tomou posse como governador provisório do estado, sendo mais tarde nomeado interventor federal. Antigo membro da Aliança Liberal e adversário político de Estácio Coimbra, Lima Cavalcanti ordenou de imediato a prisão de vários elementos ligados ao governo deposto, entre eles Eurico de Sousa Leão. Detido no Rio quando voltava da Europa, Sousa Leão foi logo transferido para Recife — onde chegou

no dia 20 de novembro — a fim de responder a um processo por crimes “políticos e funcionais”. Em telegrama oficial datado do dia 18 de novembro, João Batista Luzardo, então chefe de polícia do Distrito Federal, pediu garantias para o preso, responsabilizando Lima Cavalcanti por sua segurança. Por deliberação do Tribunal Especial — primeiro órgão da Justiça Revolucionária instaurada após o movimento de 1930 — e do ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, Sousa Leão foi reconduzido ao Rio de Janeiro para responder a processo na própria sede do tribunal. Obteve em seguida um *habeas-corpus* e foi mais tarde absolvido por unanimidade.

Em 1932 Sousa Leão participou da Revolução Constitucionalista, movimento deflagrado no mês de julho por forças paulistas em oposição ao governo provisório de Getúlio Vargas. Foi um dos civis incorporados ao estado-maior do coronel Euclides Figueiredo, cujas forças estiveram no vale do rio Paraíba, preparando-se para seguir rumo ao Rio de Janeiro. No final de setembro, com a revolução já praticamente derrotada em termos militares, Sousa Leão deixou São Paulo via Mato Grosso — a única saída possível da região do conflito — junto com João Neves da Fontoura e Djalma Pinheiro Chagas, seguindo depois para Buenos Aires. Lá encontraram Raul Pilla, Batista Luzardo e Lindolfo Collor, e lançaram um manifesto no dia 15 de outubro.

Com a reorganização partidária promovida em função das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, marcadas para maio de 1933, formou-se em Pernambuco, em 15 de dezembro de 1932, o Partido Social Democrático (PSD), sob a liderança de Lima Cavalcanti. Em oposição a essa agremiação, foi criado o Partido Republicano Social (PRS), que tentava aglutinar as forças estaduais depostas em 1930, tendo suas raízes no antigo Partido Republicano de Pernambuco. Sousa Leão filiou-se ao PRS.

Nas eleições para a Constituinte, enquanto o PSD elegeu 15 deputados, o PRS elegeu apenas Antônio Souto Filho. Nas eleições seguintes, de outubro de 1934, para a Assembleia Constituinte estadual e para a Câmara dos Deputados, o PSD elegeu 20 deputados estaduais, ficando com 2/3 das cadeiras da Assembleia e podendo assim eleger Lima Cavalcanti governador constitucional do estado. Para a Câmara, o PSD elegeu 15 deputados num total de 19. Sousa Leão conseguiu se eleger na legenda do PRS.

No início de 1937, houve uma cisão no PSD de Pernambuco, com o rompimento entre o interventor Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães, então ministro do Trabalho. Embora

se tivesse mostrado inclinado a apoiar a candidatura oposicionista de Armando Sales nas eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, Lima Cavalcanti acabou aderindo à candidatura de José Américo de Almeida, oficiosamente apoiada por Getúlio Vargas. Na prática, contudo, Getúlio já articulava o golpe que seria desfechado em novembro de 1937. Agamenon Magalhães, que estaria comprometido com os preparativos do golpe, recebeu a adesão de Sousa Leão, o qual contribuiu para desgastar a posição de Lima Cavalcanti denunciando-o na Câmara por conivência com a Revolta Comunista deflagrada em Recife em 24 de novembro de 1935. A denúncia baseava-se no fato de que Lima Cavalcanti tinha em seu secretariado dois elementos simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização promotora do levante. Esses colaboradores eram Sílvio Granville e Nélson Coutinho, respectivamente secretários da Fazenda e do Interior, que foram presos na ocasião. O caso foi levado ao Tribunal de Segurança Nacional, que em 11 de agosto de 1937 absolveu por unanimidade Lima Cavalcanti. Entretanto, com a instauração do Estado Novo (10/11/1937), Lima Cavalcanti foi deposto, assumindo Agamenon Magalhães a interventoria em Pernambuco. Com o golpe de Estado e o fechamento dos órgãos legislativos, Sousa Leão perdeu seu mandato.

Em 1945, durante o processo de redemocratização do país, Sousa Leão participou da formação da União Democrática Nacional (UDN), tomando parte em 21 de abril da primeira reunião de seu diretório nacional, quando foi nomeado membro da comissão de orientação política do partido. Dentro da UDN articulou-se em seguida um grupo de políticos ligados aos antigos partidos republicanos estaduais, que no mês de agosto constituíram uma agremiação independente, o Partido Republicano (PR). Sousa Leão participou do primeiro diretório nacional do PR ao lado de Artur Bernardes, João Sampaio, Afonso Alves de Camargo e Lino Rodrigues Machado.

Eleito deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PR nas eleições de 2 dezembro de 1945, Sousa Leão tornou-se secretário da Constituinte. Foi membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, nela apresentando um relatório sobre as condições da indústria de tecidos no Brasil. Sua atuação constituinte foi marcada por uma declarada oposição ao legado do Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas. Em diversas oportunidades, manifestou-se contra a vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes. Repudiou também a proposta da bancada comunista de incluir um

dispositivo constitucional determinando a separação entre Igreja e Estado.

Com a promulgação da nova Constituição, em 18 de setembro de 1946, e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, foi escolhido primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, integrando-se à Comissão Permanente de Finanças da Câmara e presidindo a Comissão Especial de Regimento Comum. Exerceu seu mandato até o fim da legislatura, em 31 de janeiro de 1951, quando se afastou da atividade política.

Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, tendo sido membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1960.

Era casado com Raquel de Sousa Leão, com quem teve duas filhas.

Vilma Keller

FONTES: *Boletim Min. Trab*. (5/1936); BRAGA, S. *Quem foi quem*; CÂM. DEP. *Anais* (1961-1); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. *Repertório* (1946-1967); CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Pernambuco* (18/11/1930); *Diário do Congresso Nacional*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FREIRE, G. *Ordem*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; NABUCO, C. *Vida*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. *1945.*

LEÃO, Joaquim Marques Batista de

* min. Marinha 1910-1912.

Joaquim Marques Batista de Leão nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 6 de janeiro de 1847.

Aspirante a guarda-marinha em 1863, foi efetivado dois anos depois. Em janeiro de 1867 foi promovido a segundo-tenente, em abril do ano seguinte a primeiro-tenente. Combateu na Guerra do Paraguai (1864-1870) e em decorrência recebeu a medalha de ouro do serviço militar e a medalha da passagem de Humaitá, além das medalhas do Mérito Militar oferecidas pelos governos do Brasil e da Argentina. Em 1879 foi promovido a capitão tenente e posteriormente a capitão de fragata. Em junho de 1894, quando alcançou a patente de capitão de mar e guerra, assumiu por um ano a presidência do Clube Naval. Voltou a presidir a instituição entre junho de 1903, ano em que foi promovido a contra-almirante, e junho de 1904.

Em 15 de novembro de 1910, ao ter início o governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), foi nomeado ministro da Marinha sucedendo ao contra-almirante Alexandrino de Alencar. Permaneceu à frente do ministério até janeiro de 1912, quando pediu exoneração e foi substituído pelo contra-almirante Manuel Inácio Belfort Vieira. Após seu afastamento do ministério foi promovido a almirante.

Faleceu em Paris (França) em 5 de novembro de 1913.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, p. 200-201); CLUBE NAVAL. Disponível em: <http://www.clubenaval.com.br/>. Acesso em: 16/3/2011; MAR. BRAS. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/>. Acesso em: 16/3/2011; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 16/2/2011.

LEÃO, LUÍS CEDRO CARNEIRO

*dep. fed. PE 1921-1923; const. 1934.

Luís Cedro Carneiro Leão nasceu no engenho do Cedro, no município do Cabo (PE), no dia 5 de outubro de 1885, filho de Pedro Carneiro Leão e de Minervina Carneiro Leão. Descendia de grandes proprietários rurais.

Fez os estudos preparatórios no Ginásio Pernambucano, bacharelando-se em 1908 pela Faculdade de Direito do Recife.

Agricultor e advogado, viveu alheio às lutas políticas até que, após recusar por diversas vezes convite para assumir o cargo de procurador-geral de seu estado, aceitou a indicação do governador José Bezerra Cavalcanti para integrar a chapa de candidatos a deputado federal para a legislatura de 1921 a 1923. Eleito, assumiu o mandato em maio de 1921 e no período seguinte participou da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922.

Em 1929-1930 participou da campanha da Aliança Liberal através de colaborações para o jornal *Diário da Manhã.* Após a Revolução de 1930, elegeu-se, em maio de 1933, deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de seu estado. Empossado em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta em 16 de julho de 1934 e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado, assim como os demais deputados, até maio de 1935.

Jornalista e escritor, trabalhou no *Diário de Pernambuco,* no *Jornal Pequeno* e em outros órgãos pernambucanos, bem como na revista *Ilustração Brasileira,* do Rio de Janeiro.

Casou-se com Júlia Solano Carneiro Leão.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes;* GODINHO, V. *Constituintes; Ilustração Brasileira* (11/1922).

LEÃO, Virgínio Marques Carneiro
*dep. fed. PE 1906-1908.

Vigínio Marques Carneiro Leão nasceu em Pernambuco.
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e iniciou a atividade política ainda durante o Império, defendendo a causa republicana. Depois da proclamação da República (15/11/1889), na administração de Alexandre José Barbosa Lima em Pernambuco (1892-1896), foi nomeado secretário de governo.
Em 1906 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu o mandato até dezembro de 1908, quando se encerrou a legislatura.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LEI DO SORTEIO MILITAR

Em 1874 uma lei modificou o sistema de recrutamento militar no Brasil, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado, instituindo o sorteio para o serviço militar, a ser realizado entre todos os cidadãos considerados aptos. No entanto, essa lei não foi aplicada, por motivos variados: resistência de setores do poder econômico, preocupados com a perda, embora temporária, da força de trabalho; inexistência de instrumentos apropriados para a burocracia estatal implementar a lei, e aversão manifestada pela maioria da população civil em relação à vida no Exército.

Três décadas mais tarde, já no regime republicano, o deputado Alcindo Guanabara apresentou, em outubro de 1906, novo projeto de lei instituindo no Brasil o serviço militar por sorteio. Na visão do deputado, os 20 mil soldados do Exército brasileiro eram, em sua maioria, ex-trabalhadores braçais de baixa condição. Já com a adoção do sorteio militar, todas as classes sociais passariam a estar representadas no Exército. Nos 15 meses seguintes, viveu-se uma intensa propaganda a favor e contra a lei. Entre os defensores destacavam-se os militares, em particular o Exército. No Relatório do Ministro da Guerra de 1907, relativo ao ano anterior, Hermes da Fonseca dizia que o projeto apresentado "satisfaz em princípio aos reclamos do Exército, que são os da própria Nação". Membros das elites civis também defenderam a lei, iniciando a constituição de "Tiros de Guerra", organizações civis de treinamento de atiradores destinadas a criar reservas treinadas para o Exército.

Entre os que se opuseram à medida destacou-se o movimento operário organizado, em particular os anarquistas. Como lembra Carlos Augusto Addor, o I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1906 e dominado pelos anarquistas, já havia tirado a resolução de "incitar o proletariado à propaganda e ao protesto contra a guerra, assim como o militarismo, e contra a intervenção da força armada nas contendas entre salariados e patrões". Críticas surgiram também de alguns deputados, que arguíram a constitucionalidade da lei, do Apostolado Positivista do Brasil e da Associação dos

Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, que em 1907 encaminhou uma representação ao Congresso Nacional afirmando que o projeto “desorganiza de um modo radical as classes produtoras do país”.

Apesar da oposição, a Lei do Sorteio Militar foi aprovada na Câmara em 4 de janeiro de 1908. Ela não seria, no entanto, posta em prática. O movimento operário realizou várias manifestações contrárias. Foi criada a Liga Antimilitarista Brasileira, que em seu programa afirmava: “Sorteio é a volta da escravidão e é inconstitucional. É a destruição da família brasileira: atrasa o progresso, gera ausência do lar e triunfo dos estrangeiros no campo do trabalho. A guerra é um sentimento repulsivo. [...] A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas [...].” A Liga Antimilitarista Brasileira teve como órgão oficial o jornal *Não Matarás*, lançado em março de 1908, de existência efêmera. O jornal *A Voz do Trabalhador*, da COB, também promoveu campanha contra a lei, defendendo serem legítimos até atos revolucionários para evitar o serviço militar, como instrumento “para combater o capitalismo e o militarismo, esses dois inimigos rancorosos do operariado universal” (edição de 15/8/1908). Em 1º de dezembro de 1908 ocorreu a primeira manifestação pública da COB contra a guerra e contra a Lei do Sorteio, com passeata pelo Centro do Rio e comício no Largo de São Francisco.

Com o lançamento, em 1909, da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República, o serviço militar, do qual fora grande defensor, passou a ser duramente atacado. Além da contínua mobilização operária, segmentos da elite política também se agruparam em torno da candidatura “civilista” de Rui Barbosa e passaram a atacar o “militarista” Hermes da Fonseca. Com isso, apesar da vitória de Hermes nas eleições, o entusiasmo de uma parcela significativa das elites civis pelo sorteio militar desapareceu. O fracasso da Lei do Sorteio de 1908 fica claro em alguns dados quantitativos referentes ao número de municípios mineiros (então o estado mais populoso do país) que fizeram alistamentos regulares ou, quando não os fizeram, apresentaram justificativa: de 55 municípios em 1908, o número caiu para 24 em 1909 e apenas 5 em 1910, de acordo com a publicação oficial

Serviço Militar Obrigatório, de 1912.

A campanha a favor do serviço militar obrigatório só retomou fôlego em 1912, com um discurso do chefe do Estado-Maior do Exército e presidente do Clube Militar, general José Caetano de Faria, proferido no Clube em 12 de março daquele ano, em presença do presidente da República. Para Caetano de Faria, a caserna seria a "escola da nação armada", e os oficiais, educadores dos soldados, os apóstolos do civismo brasileiro. Em 1913 foi criada a revista *A Defesa Nacional*, que, nos anos seguintes, publicaria muitos editoriais e artigos em defesa do serviço militar obrigatório. O poeta Olavo Bilac, hoje oficialmente cultuado pelo Exército como "patrono" do Serviço Militar, também se engajou na campanha. Em 1916 participaria da fundação da Liga da Defesa Nacional, que incluiu representantes das elites política, econômica e intelectual como Miguel Calmon, Pedro Lessa, Coelho Neto e outros.

Ao mesmo tempo, renovava-se a oposição dos grupos operários, especialmente de tendência anarquista, à guerra e ao sorteio. Em setembro de 1913 realizou-se no Rio de Janeiro o II Congresso Operário Brasileiro, que aprovou várias resoluções confirmando as bandeiras levantadas no Congresso de 1906, incluindo a propaganda antimilitarista (como mostra Alexandre Addor), e aconselhando o proletariado do Brasil a, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária (como mostra *A Voz do Trabalhador* nº 39 e 40, de 1/10/1913). Deflagrada a Primeira Guerra Mundial em 1914, no ano seguinte a COB criou uma Comissão Popular de Agitação contra a Guerra; concomitantemente, em São Paulo, uma Comissão Internacionalista contra a Guerra promoveu comícios e lançou um manifesto contra a guerra (*Voz do Trabalhador* nº 71, de 8/6/1915). Em outubro de 1915, a COB promoveu no Rio de Janeiro um Congresso Internacional da Paz, em cuja sessão de abertura foi apresentado um manifesto que afirmava: "Basta de chacinas de trabalhadores! Queremos viver, e para isso necessário é varrer da face da terra todos os sustentáculos e defensores deste regime de injustiça. Queremos a Revolução! Proletários do mundo: abaixo a guerra! Avante pela Revolução!" (*Na Barricada* nº 19, de 14/10/1915 e nº 20, de 21/10/1915).

Entretanto, ao longo desses anos, a forte repressão movida pelo governo fez com que o movimento operário vivesse um período de declínio e que sua mobilização não fosse suficiente para evitar a implantação da Lei do Sorteio Militar nem a entrada do Brasil na guerra. Em 10 de dezembro de 1916, quase nove anos após a aprovação da Lei do Sorteio Militar de 1908, foi afinal realizado o primeiro sorteio, no Quartel-General do Exército, em solenidade aberta ao público a que compareceram o presidente da República, o ministro da Guerra, o poeta Olavo Bilac e outras autoridades. Foram sorteados 152 nomes para o primeiro grupo. Alguns pedidos de *habeas corpus* foram rejeitados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que assim decidiu pela constitucionalidade da lei.

Após a realização do primeiro sorteio, seus defensores intensificaram a campanha, esperando ver a lei finalmente cumprida. Renasceram os Tiros de Guerra com a instalação, em setembro de 1917, do Tiro Brasileiro da Imprensa, presidido por Félix Pacheco, que também era, na época, primeiro-secretário da Liga da Defesa Nacional e redator-chefe do *Jornal do Comércio*. A Igreja católica também se manifestou favoravelmente ao serviço militar, através de uma circular de 1917 assinada pelos arcebispos do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre.

O período de euforia dos defensores da lei logo deu lugar a frustrações. Entre as causas do fracasso do sorteio, destaca-se a incapacidade do Estado brasileiro de promover a implantação do sorteio e a dificuldade de punir os "insubmissos" – isto é, aqueles que, sorteados, simplesmente não se apresentavam, valendo-se de falhas e brechas na lei. A questão do serviço militar só seria de fato resolvida ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a universalização da exigência do documento de serviço militar e a adoção de dispositivos legais mais eficazes. Um decreto de 1933 exigiu o certificado de serviço militar para o alistamento em cargo público, exigência incorporada à Constituição de 1934 por insistência do ministro da Guerra, Góis Monteiro. Em 1935 foi criada a Diretoria do Serviço Militar e da Reserva e, em 1939, adotada nova Lei do Serviço Militar.

Em 26 de fevereiro de 1945 o Decreto-Lei nº 7.343 finalmente determinou, em seu artigo 1º: "Fica extinto o sorteio militar." A partir de então, todos os brasileiros, no ano em que

completassem 21 anos (idade posteriormente reduzida para 18 anos), deveriam apresentar-se para a prestação do serviço militar. A falta de documento que comprovasse estar em dia com as obrigações militares impediria o jovem de tirar carteira de identidade ou passaporte, exercer cargo público ou pleitear o reconhecimento de qualquer direito, favor ou prerrogativa com fundamento nas leis trabalhistas, entre outros itens. Sete décadas de exortações patrióticas a favor do sorteio não surtiram o efeito que só a sequência de medidas punitivas que levaram à Lei do Serviço Militar Obrigatório produziu.

Celso Castro

FONTES: ADDOR, C. *Insurreição* (p. 80); *AECRJ; Circular coletiva;* CAPELLA, L. *Malhas*; CASTRO, C. *Insubmissos;* FARIA, J. *Oficial* (p. 23-31); LEURENROTH, E. *Anarquismo*; *Na Barricada* (n. 19, de 14/10/1915 e n. 20, de 21/10/1915); *Serviço Militar Obrigatório; Voz do Trabalhador* (n. 4, 15/8/1908. n. 39 e 40, de 1/10/1913. n. 71, de 8/6/1915).

LEI ELÓI CHAVES

Nome com que ficou conhecida a Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, resultante do projeto de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado paulista Elói Chaves.

Um dos fundadores da Empresa Luz e Força de Jundiaí (1904), onde construiu as hidrelétricas Monte Serrat (1905) e Quilombo (1913), Elói Chaves foi também deputado federal de 1903 a 1914, secretário de Justiça em São Paulo de 1913 a 1918 – período em que, no ano de 1917, eclodiram inúmeras greves – e novamente deputado federal de 1919 a 1930. O projeto por ele apresentado obrigava à formação de um fundo para aposentadorias e pensões em cada companhia ferroviária, garantindo quatro benefícios básicos (ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário), além de estabelecer que, após dez anos de serviço em uma empresa, o empregado só poderia ser demitido por falta grave. Contribuiriam para a formação dos fundos três fontes: o empregado, com 3% de seu salário mensal, a empresa, com 1% de sua renda bruta, e o governo federal, com a soma arrecadada do público através de taxas de serviços ferroviários. Os fundos deveriam ser administrados por um conselho, formado por representantes dos proprietários da empresa e dos empregados, como principais partes interessadas.

Nos anos seguintes à aprovação da Lei Elói Chaves, foram apresentados à Câmara projetos que beneficiavam outras categorias. Assim, em 1926 o regime da Lei Elói Chaves foi estendido aos portuários e marítimos, e em 1928 aos trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos. As caixas restringiam-se a empresas que explorassem transportes marítimos e urbanos ou a empresas que contassem com um grande número de empregados.

Em 1930, o Decreto nº 19.433, de 26 de novembro, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha entre suas atribuições orientar e supervisionar a previdência social, inclusive como órgão de recursos e decisões das Caixas de Aposentadorias e Pensões. A partir de 1933 criaram-se os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que reuniam várias categorias profissionais.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: GOMES, Â. *Burguesia*; SOUZA, S. *Questão.*

LEIS ADOLFO GORDO

Nome com que ficaram conhecidas a primeira Lei de Expulsão de Estrangeiros (1907, modificada em 1913), a segunda Lei de Expulsão de Estrangeiros (1919), a Lei de Acidentes no Trabalho (1919) e a Lei de Imprensa (1923).

Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929), republicano histórico paulista, constituinte de 1891, exerceu numerosos mandatos como deputado e senador federal, representando o estado de São Paulo. Em sua extensa carreira parlamentar, participou ativamente nas discussões travadas durante a tramitação de inúmeros projetos. Presidiu a Comissão de Justiça e Legislação, fez parte das comissões especiais incumbidas da elaboração dos Códigos Civil e Comercial e foi relator da que trabalhou no projeto da Reforma da Constituição em 1926. As Leis de Expulsão de Estrangeiros, a Lei de Acidentes no Trabalho e a Lei de Imprensa resultaram de projetos por ele apresentados e defendidos e, quando aprovadas, ficaram conhecidas com seu nome.

LEI DE EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS

Apercebendo-se que o final da escravidão se aproximava, os cafeicultores paulistas buscaram na imigração de estrangeiros a solução para o suprimento de mão de obra para suas lavouras. Os fluxos migratórios foram incentivados, e o governo do estado de São Paulo criou um serviço de imigração para atrair e organizar a alocação dessa mão de obra. Dirigiam-se os imigrantes para o meio rural, embora muitos se radicassem nas cidades, constituindo a maior parte da mão de obra das indústrias que se implantavam.

Atritos por vezes ocorriam entre imigrantes e seus empregadores, em desavenças que muitas vezes ultrapassavam os limites do trabalho e questionavam a própria sociedade. Alguns imigrantes trouxeram seus ideais anarquistas e socialistas e por eles lutaram. Essas atividades reivindicativas suscitaram uma resposta das classes dominantes, levando à proposição de uma lei que permitisse a expulsão dos “indesejáveis”.

Um projeto dispondo sobre a expulsão de estrangeiros de parte ou de todo o território nacional foi apresentado em 1894 (Projeto n° 109-B), tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não pelo Senado. O mesmo ocorreu com o projeto n° 317-A, apresentado em 1902. Em 1906 a questão voltou a ser discutida, e desta feita o projeto foi

aprovado. Sancionado pelo presidente da República, tornou-se conhecido como Lei Adolfo Gordo:

> Decreto n. 1.641 – de 7 de janeiro de 1907
> Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional.
> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
> Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:
> Art. 1º - O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.
> Art. 2º - São causas bastantes para a expulsão:
> 1ª) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;
> 2ª) duas condenações pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;
> 3ª) a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.
> Art. 3º - Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo quando:
> a) casado com brasileira;
> b) viúvo com filho brasileiro.
> Art. 4º - O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os art. 1º e 2º.
> Parágrafo único. A entrada não pode ser vedada aos estrangeiros nas condições do art. 3º, se tiver sido retirado da República temporariamente.
> Art. 5º - A expulsão será individual e em forma de ato, que será expedido pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.
> Art. 6º - O Poder Executivo dará anualmente conta ao Congresso da execução da presente lei, remetendo-lhe os nomes de cada um dos expulsos, com indicação de sua nacionalidade, e relatando igualmente os casos em que deixou de atender à requisição das autoridades estaduais e os motivos da recusa.
> Art. 7º - O Poder Executivo fará notificar em nota oficial ao estrangeiro que resolver expulsar, os motivos da deliberação, concedendo-lhe o prazo de três a trinta dias para se retirar, e podendo, como medida de segurança pública, ordenar sua detenção até o momento da partida.
> Art. 8º - Dentro do prazo que for concedido pode o estrangeiro recorrer para o próprio poder que ordenou a expulsão, se ela se fundou na disposição do art. 1º, ou para o Poder Judiciário Federal, quando proceder do disposto no art. 2º. Somente neste último caso terá efeito suspensivo.
> Parágrafo único – O recurso ao Poder Judiciário Federal consistirá na justificação da falsidade do motivo alegado, feita perante o juiz seccional, com audiência do ministério público.
> Art. 9º - O estrangeiro que regressar ao território de onde tiver sido expulso será punido com pena de um a três anos de prisão, em processo

> preparado e julgado pelo juiz seccional e, depois de cumprida a pena, novamente expulso.
>
> Art. 10° - O Poder Executivo pode revogar a expulsão, se cessarem as causas que a determinaram.
>
> Art. 11° - Revogam-se as disposições em contrário.
>
> Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1907, 19° da República.
>
> *Afonso Augusto Moreira Pena*
>
> *Augusto Tavares de Lira.*

As propostas de lei discutidas em 1894, 1902 e 1906 evidenciam que a preocupação com estrangeiros que pudessem vir a ameaçar a ordem existia desde o início da República. Por sua vez, jornais operários, fazendo-se porta-vozes de colonos e operários, denunciavam arbitrariedades e intimidação policial. A lei de 1907 representava uma constante ameaça. Apesar da opressão, os movimentos proletários continuavam insuflando greves e eram vistos como uma ameaça ao *status quo.* A Lei de Expulsão passou a ser vista como não mais suficiente para reprimir tais movimentos, e em 1912 foi proposta uma modificação em projeto que contou com a defesa do deputado federal Adolfo Gordo, para quem o direito de expulsão de estrangeiros indesejáveis era inerente à soberania nacional, essencial à segurança e defesa do Estado.

Adolfo Gordo defendia a revogação dos artigos 3° e 4°, argumentando que o estrangeiro que estivesse no país há mais de dois anos poderia ser até mais perigoso que o recém-chegado. Quanto ao fato de ser casado com brasileira e ter filho nascido no país, afirmava que a expulsão não atingia os familiares, que poderiam ou não acompanhar o expulso. Quanto ao artigo 8°, que se referia à possibilidade de recurso contra a medida, Adolfo Gordo estabelecia a distinção entre a legalidade e a legitimidade do ato de expulsão, sendo a legalidade avaliada pelo Poder Judiciário, e a legitimidade, julgada em função dos motivos determinantes, uma atribuição do Executivo. O projeto, revogando os artigos 3° e 4°, parágrafo único, e o artigo 8°, foi aprovado e sancionado em 8 de janeiro de 1913 (Decreto n° 2.741).

Analistas do período afirmam que a modificação da Lei de Expulsão de Estrangeiros teria sido uma resposta das camadas dominantes ao recrudecimento das greves urbanas em 1912. Contudo, ao defender o projeto, Adolfo Gordo tornou claro que seu objetivo era coibir as greves no campo, considerando que vários movimentos grevistas estavam ocorrendo, embora restritos a determinadas fazendas e municípios. Havia a

denúncia de que estaria em preparação uma greve geral que deveria eclodir no período da colheita do café em 1913, observando-se, que se a colheita não fosse feita nos meses adequados, a safra estaria perdida. A ação do representante paulista visava a coibir o movimento antes de sua ocorrência. Apontava Adolfo Gordo que o estado de São Paulo contava então com cerca de 3,5 milhões de habitantes, sendo 1,2 milhão de estrangeiros, em sua maioria colonos. Na capital, havia apenas 60 mil operários, números que corroboravam a motivação expressa pelo senador.

Embora a Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1913 tivesse sido proposta para coibir movimentos grevistas no meio rural, foi utilizada quando agitações ocorreram no meio urbano. Greves vinham se sucedendo em várias indústrias, reivindicando melhores condições de trabalho, quando ocorreu a greve geral na cidade de São Paulo em 1917, tendo como estopim a morte de um operário em confronto com a polícia. O movimento operário foi duramente reprimido, e foram expulsos os líderes estrangeiros.

Em 1919 a questão da expulsão de estrangeiros voltou a ser discutida. Novo projeto foi apresentado, regulando não apenas a expulsão de estrangeiros do território nacional, mas também regulamentando as condições de sua entrada. Foi a segunda Lei Adolfo Gordo.

LEI DE ACIDENTES NO TRABALHO

O projeto de Lei de Acidentes no Trabalho foi elaborado pelo senador Adolfo Gordo com a colaboração do Departamento Estadual do Trabalho do Estado de São Paulo e apresentado ao Senado Federal em 25 de julho de 1915. Foi defendido pelo senador paulista e enfrentou violenta oposição do Centro Industrial do Brasil durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Quando aprovado em 1918, constituiu o Decreto nº 3.274 de 15 de janeiro de 1919, que regulou as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

Existia no país até então somente o Decreto nº 1.313, promulgado em 17 de janeiro de 1891, regularizando o trabalho de menores empregados nas fábricas da capital federal. Contudo, sabia-se que crianças trabalhavam em péssimas condições. No I Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906 no Rio de Janeiro, foram apresentadas teses reivindicando melhores condições e regulamentação do trabalho, assim como reparação em caso de acidentes. No IV Congresso Operário, no Rio de Janeiro, foi também discutida a

questão da indenização a vítimas de acidentes no trabalho. Projetos foram apresentados na Câmara dos Deputados, sem conseguir aprovação: os dos deputados Medeiros e Albuquerque, Graco Cardoso, Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda, incorporando disposições relativas a acidentes no trabalho. Em 1915, Adolfo Gordo, baseando-se em dados levantados pela Seção de Informações do Departamento Estadual do Trabalho paulista, apresentou o projeto nº 273-A, regulando a reparação dos danos causados por acidentes no trabalho.

Baseava-se o projeto na doutrina do "risco profissional", e não na doutrina da culpa provada ou presumida, nem na da responsabilidade contratual. Segundo a doutrina da culpabilidade, aceita até então, a vítima do acidente deveria recorrer à Justiça para provar a culpa do patrão, devendo dispor de meios para tal, o que dificilmente ocorria com operários. Pela doutrina do "risco profissional", aceitava-se que o industrial expunha o trabalhador a riscos, cabendo àquele que auferia os proventos da produção incumbir-se do encargo de indenizar as vítimas, caso ocorresse acidente; a reparação dos acidentes de que fossem vítimas os operários no curso do trabalho deveria entrar nas despesas gerais da indústria.

Pelo projeto, dariam direito à reparação os danos decorrentes de acidentes em serviços que utilizassem máquinas, fossem as vítimas operários ou aprendizes. Requisitos essenciais para a indenização eram que o acidente tivesse ocorrido em lugar e em consequência do trabalho e que o patrão empregasse mais de cinco operários, exceto no caso de serviços perigosos. Instituíam-se normas a que deveria obedecer a reparação, conforme as consequências do acidente – morte, incapacidade permanente, ou incapacidade parcial temporária –, estabelecendo-se pensões. Para o pagamento das pensões, poderia o patrão fazê-lo diretamente, constituindo para tal um fundo de garantia insequestrável, optar por segurar os operários, individual ou coletivamente, em uma companhia de seguros devidamente autorizada, ou ainda constituir um sindicato de garantia; nos dois últimos casos, nenhuma contribuição poderia ser descontada do salário dos operários.

O tratamento médico correria por conta exclusiva do patrão, independentemente da indenização por pensão. Contudo, poderia o patrão inscrever os operários em uma sociedade de socorros mútuos, ou estabelecer um serviço de atendimento médico e farmacêutico custeado por ele e com pequena parte descontada do salário dos empregados,

não podendo exceder a 2% do salário. Os acidentados eram até então socorridos nas santas casas de misericórdia, entidades mantidas por particulares que contavam com uma pequena subvenção do governo, ou então recorriam às associações de auxílio mútuo, por eles mesmos organizadas e subvencionadas em uma forma de cooperativismo. Nenhum ônus cabia ao industrial.

O projeto Adolfo Gordo, regulando a responsabilidade dos patrões e a reparação aos operários vítimas de acidentes no trabalho, tramitou rapidamente no Senado, foi aprovado e remetido à Câmara dos Deputados ainda em 1915. A Câmara votou o projeto duas vezes em 1916, entrando em terceira discussão em 1917. Começaram então as dificuldades, com a oposição do Centro Industrial do Brasil. A votação foi adiada. Já na terceira discussão novas emendas não poderiam ser adotadas, mas foi apresentado um novo projeto propondo uma Lei de Trabalho com seis títulos, sendo que o IV – *Dos acidentes do trabalho* – continha as modificações desejadas pelos industriais quanto à forma de pagamento das pensões e aos socorros médicos e farmacêuticos. O regimento da Câmara impedia a apresentação de novo projeto, estando outro do mesmo teor já em terceira discussão; a solução regimental era propor as modificações julgadas convenientes, após a aprovação do primeiro.

Até então, nenhuma despesa proveniente de acidentes no trabalho era atribuída ao industrial, a não ser quando o operário conseguisse provar em juízo sua culpa. Jorge Street, um dos líderes do Centro Industrial do Brasil, via a lei proposta como teoricamente ultraperfeita, mas inadequada ao meio brasileiro naquele momento, sendo impraticável a forma de pagamento das pensões estipulada. Para o Departamento Estadual do Trabalho, a lei de acidentes seria uma garantia da paz industrial e contribuiria para atrair a imigração. Finalmente aprovada, a lei representou uma garantia para os operários e atribuiu aos patrões a responsabilidade pela indenização dos acidentes porventura ocorridos. Em alguns aspectos, representou uma vitória dos industriais, dado que não foi aceito o regime de pensões defendido por Adolfo Gordo; conforme desejavam os industriais, as indenizações seriam pagas no local do estabelecimento em que ocorreu o acidente; a prestação dos serviços médicos e farmacêuticos caberia ao patrão, mas sua participação nas sociedades de ajuda mútua não foi institucionalizada.

O projeto de Lei de Acidentes no Trabalho representava uma intermediação do Estado, interpondo-se entre capital e trabalho e minimizando conflitos. O favorecimento à imigração pela lei tornou-se manifesto na ação de Adolfo Gordo quando foi discutida a modificação da lei em 1924, e o senador defendeu a extensão de seus benefícios aos trabalhadores agrícolas.

LEI DE IMPRENSA

Corria o ano de 1922. Ano difícil da eleição presidencial de Artur Bernardes. A campanha fora perturbada no anterior pelo episódio das "cartas falsas" atribuídas a Bernardes, que nelas teria afrontado o marechal Hermes da Fonseca. O falsário Oldemar Lacerda, que contava com o apoio do senador Irineu Machado, partidário da candidatura Nilo Peçanha, confessou a autoria das cartas. Eleito em março de 1922, Bernardes tomaria posse em novembro.

Em reunião do presidente do estado de São Paulo com as bancadas paulistas da Câmara e do Senado em 5 de março desse ano, ficou resolvido que seria elaborado um projeto de Lei de Imprensa, garantindo a liberdade de crítica e a correspondente e efetiva responsabilidade do autor. O senador Adolfo Gordo elaborou então um projeto que continha poucos artigos: proibia o anonimato, quer nas seções editoriais, quer nas seções livres dos jornais, só permitindo a publicação sem assinatura de notícias, anúncios, avisos, propaganda, editais e outros da mesma natureza; instituía o direito de resposta e tornava o processo mais rápido e garantidor. Não modificava as disposições do Código Criminal que definiam os delitos de injúria e calúnia, mantendo as penas cominadas pelo Código. O projeto foi apresentado primeiramente à bancada paulista, que sugeriu a incorporação de algumas disposições de outro projeto, elaborado por Azevedo Marques, então ministro do Exterior.

Apresentado ao Senado como base para discussões, o projeto Adolfo Gordo foi aprovado pela Comissão de Justiça e Legislação em 17 de junho de 1922 e suscitou uma avalanche de críticas por parte da imprensa, de associações e de parlamentares. Para periódicos como o *Jornal do Comércio* (RJ), *O Dia* (SP*), A Folha da Noite* (SP), o projeto era um "desastre", era "monstruoso", "infeliz", "famigerado", por tentar adaptar ao Brasil processos da legislação francesa desconsiderando as diferenças entre os países; acusavam-

no de atentar contra a liberdade da imprensa, ao coibir o anonimato. Outros afirmavam que a lei fora proposta com a intenção de coibir a imprensa operária, tendo em vista os movimentos anarquistas de 1917 e 1919. Jornais como *A Imprensa* (SP), *Gazeta de Notícias* (RJ), *O País* (RJ), *A Plateia* (SP) elogiavam a iniciativa, acreditando que o projeto não significava uma mordaça à imprensa, dado que prevenia os excessos. Afirmavam que jornais de responsabilidade não o temiam. Órgãos como *A Folha* (RJ), *A Tribuna* (RJ), *Jornal do Comércio* (SP) viam a lei como necessária, mas julgavam a discussão inoportuna por estar o país em estado de sítio. Esse argumento era contestado por outros, *Gazeta de Notícias* (RJ), *A Gazeta* (SP), *O País* (RJ), que reconheciam que o Congresso tinha liberdade de discutir o assunto, da mesma forma que estavam tendo aqueles que combatiam o projeto.

Uma questão que levantou grande celeuma foi a exigência de assinatura em todos os artigos, tanto nos editoriais quanto nos ineditoriais. O argumento era que a parte editorial não requeria assinatura, dado que era de expressa responsabilidade do editor. Aceitando essa contestação, Adolfo Gordo apresentou um substitutivo não exigindo a assinatura nos artigos publicados na parte editorial. Outra disposição que provocou protestos dizia respeito ao direito de resposta, dado que as exigências propostas interferiam na parte econômica e operacional dos jornais. Era apontada a omissão do projeto, que não se referia à ação de estrangeiros que pudessem ser proprietários de jornais e defender interesses contrários ao país. Foi também apontada certa confusão doutrinária, considerando que o projeto deveria apenas se preocupar com meios de punir os que abusassem da liberdade da imprensa.

Associações se manifestaram contrárias ao projeto, como a Liga Nacionalista, associações operárias, lojas maçônicas e também estudantes. O Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro elaborou um contraprojeto, e o de São Paulo foi de opinião que o projeto deveria sofre modificações.

No Senado, uma violenta oposição foi capitaneada pelos senadores pelo Distrito Federal Irineu Machado e Paulo de Frontin. O projeto foi apresentado ao Senado na sessão de 19 de julho de 1922, entrando diretamente em segunda discussão, dado que havia sido aprovado pela Comissão de Justiça e Legislação. Foi aprovado por 24 votos contra 10 e entrou em terceira discussão no dia 21 de agosto. Foram apresentadas 118 emendas, examinadas pela Comissão de Justiça e Legislação. Adolfo Gordo apresentou um

substitutivo. O grande opositor, senador Irineu Machado, apresentou 62 emendas, das quais mais da metade foi aprovada; orientavam-se para a defesa dos jornalistas e procuravam atenuar as penas impostas aos delitos de imprensa. Em sua argumentação, Irineu Machado acusava o projeto de cercear o direito da palavra nos comícios, nos *meetings*, nas tribunas e também o direito de reunião. Uma incoerência, dado que o projeto só se referia à palavra escrita.

Um projeto substitutivo, levando em conta as inúmeras críticas e sugestões recebidas, foi apresentado no dia 21 de agosto de 1922. Compunha-se de 17 artigos e vários parágrafos, constituindo cinco Títulos: Responsabilidade e penas; Da matrícula; Da ação e prescrição; Do processo; Disposições gerais. Irineu Machado e Paulo de Frontin empreenderam uma formidável manobra para obstruir a votação, chegando Irineu a declarar que iria falar dez dias para impedir a discussão. As agressões de parte a parte foram violentas. Adolfo Gordo foi até ameaçado de morte por carta anônima assinada *Um que sabe*.

O presidente Artur Bernardes, na mensagem enviada ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1923, patenteou seu interesse na aprovação da lei, por ele considerada como uma arma de defesa da liberdade e garantia da dignidade do jornalismo. Bernardes via na Lei de Imprensa uma medida necessária à segurança do governo e forçou sua aprovação.

O projeto, bastante modificado na terceira discussão, foi aprovado ainda no mês de junho e enviado à Câmara dos Deputados. No projeto primitivo eram 17 artigos e no aprovado, 24, embora mantendo a mesma orientação geral: a exigência de que o autor da publicação assumisse a responsabilidade por ela, cabendo esta ao editor na parte editorial; o direito de resposta e a exigência de matrícula por parte dos órgãos de imprensa.

Na Câmara, os debates foram menos tensos, mas as modificações foram muitas; apenas não foram modificados cinco artigos: o que estabelecia que o direito de resposta não impediria o ofendido de promover a punição dos responsáveis por injúrias ou calúnias (art. 7); o que regulava a destinação das multas (art. 8); o que estabelecia a ação penal cabível quando a ofensa fosse contra particulares (art. 12); o que obrigava a publicação da sentença absolutória (art. 19); o que estabelecia a prisão especial para réus de delitos de imprensa (art. 20).

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto voltou ao Senado no dia 23 de agosto. Na ocasião da discussão Adolfo Gordo não se encontrava no Brasil, e o projeto foi defendido pelo senador Eusébio de Andrade. Submetido à votação final, obteve 21 votos favoráveis e 11 contrários. Para Irineu Machado, a aprovação da lei teve um sentido eminentemente político.

Subindo à sanção presidencial, constituiu o Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923. Apesar de todas as modificações sofridas na tramitação, o projeto convertido em lei ficou conhecido como Lei Adolfo Gordo.

Traços comuns marcam as três leis propostas e defendidas por Adolfo Gordo, que quando aprovadas levaram seu nome: a atuação do representante de São Paulo na defesa dos interesses econômicos do estado, da governabilidade e da manutenção da paz social.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES:

ARQUIVO ADOLPHO GORDO – Série: Temas tratados no Legislativo – Expulsão de estrangeiros; Acidentes no trabalho; Lei de imprensa. (O arquivo encontra-se no CMU – UNICAMP)

CARONE, Edgard. *A República Velha. Instituições e classes sociais.* São Paulo, Difel, 1975 (3. ed.)

CONGRESSO NACIONAL – "A expulsão de estrangeiros" – discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912 pelo sr. Adolpho Gordo, deputado por São Paulo. São Paulo, Espínola & Comp., 1913.

DIAS, Everardo. *História da lutas sociais no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1977 (2. ed.)

FAUSTO, Boris. "Conflito social na república oligárquica: a greve de 1917" in Estudos Cebrap, 10, out/nov/dez 1974

GORDO, Adolpho. *Lei de Imprensa.* Discursos pronunciados no Senado Federal – Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: representação e sociedade.* Brasília, Senado Federal, 1989.

MARAM, Leslie Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro – 1890-1920.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O proletariado industrial na Primeira República" in *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo III, vol.2. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel/Difusora Editorial, 1878

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo.* São Paulo, Dominus, 1966

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966

TAVARES, José Nilo. "Imprensa na década de 1920: sociedade, política e ideologia" in *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* n. 54, janeiro 1982

Anais da Câmara dos Deputados

Anais do Senado Federal

Boletins do Departamento Estadual do Trabalho - São Paulo

Imprensa do período

LEITÃO, Carlos Artur da Silva

*dep. fed. BA 1912-1917.

Carlos Artur da Silva Leitão nasceu em Pesqueira (PE) no dia 4 de novembro de 1868, filho de José Martins Leitão e de Emília Magalhães da Silva Porto. Seu pai, português de origem, era rico fazendeiro de gado e comerciante exportador de couro.

Ainda na infância, em função dos negócios do pai, toda a família transferiu-se para Santa Luzia, atualmente Santa Luz (BA). Após os primeiros estudos, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1891.

Iniciou a sua carreira política elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa da Bahia para a legislatura 1895-1896. Renovou o mandato nas legislaturas 1897-1898 e 1899-1900, e depois de um interregno de nove anos tornou a se eleger para as legislaturas (1909-1910 e 1911-1912).

Em 1912 foi eleito deputado federal para a legislatura 1912-1914. Quando dos desentendimentos entre o então governador J. J. Seabra e o conselheiro Luís Viana, com o consequente afastamento deste da comissão executiva do Partido Republicano Conservador (PRC) em 4 de janeiro de 1913, afastou-se também do partido, acompanhado de Deraldo Dias e J. E. Freire de Carvalho. Nas eleições de 30 de janeiro de 1915, obteve a renovação do seu mandato na legislatura 1915-1917.

Homem de visão moderna, foi grande incentivador da carreira literária da irmã, Emília Leitão Guerra. Esta, ao publicar seu primeiro livro, *Lírios da juventude*, dedicou-lhe a obra, chamando-o de “irmão e mestre”.

Faleceu na cidade de Salvador no dia18 de junho de 1948.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: *Bahia* (1897). Câmara dos Deputados; BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p 55-86); *Diário Oficial do Estado da*

Bahia (p. 490/492); Escritoras baianas. Disponível em: <http://www.escritorasbaianas.ufba.br/leitao.bioetraj.html>. Acesso em: 10/2/2009; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.117/128).

LEITE FILHO, BARRETO
*jornalista; mov. comunista.

João Batista Barreto Leite Filho nasceu em Santa Maria (RS) no dia 7 de dezembro de 1906, filho de João Batista Barreto Leite e de Gonçalina Azevedo Barreto Leite.

Fez estudos regulares até o secundário, prosseguindo como autodidata. Em 1923 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e ingressou na carreira jornalística. Nesse mesmo ano trabalhou no jornal *A Notícia* e, a partir do ano seguinte, em *O Brasil*. Em 1927 foi colaborador do *A Manhã* e a partir de 1928 escreveu em *O Jornal*, de São Paulo, no *Diário da Noite*, do Rio, e no *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. Participou, como jornalista, da campanha da Aliança Liberal em 1929 e 1930.

Enviado especial de *O Jornal* a Buenos Aires em 1930, obteve uma série de entrevistas do líder tenentista Luís Carlos Prestes. Exilado na capital argentina, Prestes respondeu nessas entrevistas às críticas feitas tanto por integrantes da Aliança Liberal quanto por membros do Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) — ao seu *Manifesto de maio*, em que se declarava comunista e criticava a revolução que a Aliança Liberal preparava. Ligando-se a Prestes, Barreto Leite Filho com ele participou em Buenos Aires, em julho de 1930, da fundação da Liga de Ação Revolucionária (LAR), cujo manifesto-programa redigiu. A LAR surgiu por ocasião do rompimento de Prestes com a Aliança Liberal e como resultado de divergências com o PCB, pretendendo pôr em prática a revolução agrária e anti-imperialista e qualificando-se como um "órgão técnico" de preparação dos trabalhadores rurais e urbanos, assim como da pequena burguesia empobrecida, para a revolução. Foi extinta logo após a Revolução de outubro de 1930.

Barreto Leite Filho ficou exilado em Buenos Aires e depois no Uruguai, só voltando ao Brasil em 1934, quando ingressou no *Diário de Notícias*. Filiou-se em seguida ao PCB, militando sobretudo no setor sindical. Entre maio e junho de 1935, fez-se líder de uma ala de oposição que surgia no interior do PCB. Considerava esse grupo que a direção do partido, incorrendo em aventurismo e seguindo uma linha de direita, adotava então uma orientação que visava à tomada do poder e deixava de lado o embasamento teórico.

Segundo seu próprio depoimento ao Cpdoc, em outubro de 1935 Barreto Leite Filho enviou, com o apoio da ala dissidente do partido, uma carta a Prestes — líder do PCB e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente única de esquerda que fundia setores da classe

média e do operariado — em que criticava a política do PCB em relação à participação de comunistas na ANL, a seu ver uma organização de cunho pequeno-burguês. Observava que, apesar de suas discordâncias, colaborara com a aliança após seu fechamento pelo governo em julho de 1935 e auxiliara no preparo do levante armado previsto para novembro, encarregando-se de chegar a um entendimento com a minoria parlamentar. Naquele momento, no entanto, rompia com Prestes e com os comunistas, alertando para o risco que corria o PCB de se ver absorvido pela ANL e abandonar a representação do proletariado. Advertia que nem as massas nem o partido estavam preparados para o levante de novembro e sugeria sua suspensão.

Expulso do PCB logo depois, não participou da malograda Revolta Comunista deflagrada no Nordeste e no Rio de Janeiro em novembro de 1935. Ainda assim foi preso e, acusado de ter sido um dos líderes do levante, ficou detido até julho de 1937, quando foi absolvido em processo julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Em seguida, militou por pouco tempo na Liga Comunista Internacionalista, grupo trotskista formado no Rio de Janeiro que tinha como figura exponencial o escritor Mário Pedrosa, elemento de influência decisiva na sua formação política. Às vésperas da implantação do Estado Novo (10/11/1937), exilou-se novamente em Buenos Aires. Trabalhou na imprensa argentina até regressar ao Brasil, no início de 1938.

Passando a escrever sobre política internacional, deixou de participar de campanhas políticas nacionais como jornalista. Em 1943 ingressou nos Diários Associados e foi correspondente de guerra durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e correspondente na Europa (Paris e Berlim) de 1946 a 1949, ano em que participou da delegação brasileira à Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1954 cursou a Escola Superior de Guerra (ESG) — da qual se tornaria conferencista — e em 1955 foi mais uma vez membro da delegação brasileira à ONU. No mesmo ano tornou-se professor do Instituto Rio Branco, do Itamarati.

Ainda em 1955 apoiou a conspiração contra a posse do presidente Juscelino Kubitschek, que foi bloqueada pelo movimento liderado pelo general Henrique Teixeira Lott em 11 de novembro de 1955. Ministro da Guerra até a véspera, Lott provocou o impedimento do presidente da República em exercício, Carlos Luz, e o de Café Filho, licenciado, empossando na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, e assegurando

assim a posse de Juscelino na presidência da República em janeiro de 1956.

Em 1961 Barreto Leite Filho foi nomeado pelo presidente Jânio Quadros embaixador do Brasil em Israel, posto em que permaneceu até 1964. Em seu depoimento ao Cpdoc, afirmou que teria participado do movimento político-militar de 31 de março de 1964 se estivesse no país naquela ocasião. Membro da Faculdade do Colégio Interamericano de Defesa, sediado em Washington, ali permaneceu de 1964 a 1967. Tendo abandonado o marxismo, tornou-se, em suas próprias palavras, um "democrata avançado".

Colaborador nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, este do Rio de Janeiro, exerceu as mais diversas funções no jornalismo, tendo trabalhado em várias editorias. Publicou artigos na *Revista do Brasil.*

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 25 de julho de 1987.

FONTES: CURRIC. BIOG.; DULLES, J. *Anarquistas*; *Folha de S. Paulo* (7/12/1986); PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. *1937*; *Veja* (5/8/1987).

LEITE, Benedito

*magistrado e jornalista; junta gov. MA 1891-1892; dep. fed. MA 1892-1896; sen. MA 1896-1906; gov. MA 1906-1908.

Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário (MA) no dia 4 de outubro de 1857, filho de Antônio Pereira Leite e de Ana Rita de Sousa Leite.

Cursou o secundário no Colégio Imaculada Conceição, em São Luís, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Conservador do Império. Com o advento da República em 15 de novembro de 1889, líderes das diversas dissidências oligárquicas aproveitaram a oportunidade proporcionada pelo início de um novo regime e fundaram seus partidos. No Maranhão, o Partido Nacional foi fundado basicamente por integrantes da ala do Partido Conservador liderada por Augusto Olímpio Gomes de Castro durante o Império. Com o afastamento desse líder em 1891, Benedito Leite assumiria a chefia do partido. Eleito constituinte estadual, foi signatário da primeira Constituição republicana do Maranhão, promulgada em 1891.

No plano federal, o governo do marechal Deodoro da Fonseca enfrentava então uma crise econômica e política. A chamada crise do Encilhamento, que causou inflação, quebrou empresas e faliu empresários, alterou a correlação de forças no Congresso Nacional, tornando-a desfavorável ao governo. Diante dessa situação, no dia 3 de novembro de 1891 Deodoro determinou o fechamento do Congresso. A reação à medida, com a ameaça de bombardeio da capital da República, levou Deodoro a renunciar à presidência 20 dias depois. Com a posse do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, vários governantes estaduais aliados do ex-presidente foram substituídos. Assim, no dia 25 de novembro, o presidente do Maranhão Lourenço de Sá e Albuquerque – que fora eleito senador e por isso estava no Rio de Janeiro – foi deposto do poder no estado. Seu substituto, o vice-presidente Carlos Emílio de Andrade Peixoto, foi afastado, e assumiu o governo uma junta provisória da qual Benedito Leite fazia parte, composta ainda pelo capitão-tenente Oton de Carvalho

Bulhão, Francisco da Cunha Machado e Raimundo Joaquim Ewerton Maia. Entretanto, dois dias depois, chegaram ordens do governo federal para que Carlos Emílio de Andrade Peixoto regressasse ao governo. Nesse ínterim, Lourenço de Sá e Albuquerque retornou ao Maranhão e em 29 de novembro assumiu novamente a presidência do estado. Diante das grandes pressões que sofreu, com a intervenção de líderes políticos locais, renunciou, porém, em 18 de dezembro. O Poder Executivo estadual voltou então a Carlos Emílio de Andrade Peixoto, mas este se recusou a reassumi-lo. O segundo vice-presidente do estado, Agripino Azevedo, assumiu o governo, mas apenas por um dia. Mais uma vez uma junta governativa, presidida por Francisco da Cunha Machado e composta por Benedito Leite e Raimundo Joaquim Ewerton Maia, assumiu o governo até 8 de janeiro de 1892, quando foi substituída pelo novo presidente do estado, Manuel Inácio Belfort Vieira.

Eleito deputado federal em março de 1892, Benedito Leite assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio seguinte. Exercendo sua liderança política no Maranhão, conseguiu costurar e consolidar a união dos partidos Católico, Constitucional e Nacional, surgindo daí o Partido Federalista, criado com o objetivo de tornar-se o guardião do federalismo, numa alusão crítica ao Partido Republicano, acusado pelos federalistas de tentar impor o centralismo. Em junho de 1892 surgiu a primeira crise no interior do Partido Federalista. Com o retorno de Augusto Olímpio Gomes de Castro do Rio de Janeiro, parte dos membros oriundos do Partido Nacional se afastou, pois não reconhecia Benedito Leite como chefe do partido. Para acalmar essa dissidência e fazê-la retornar, os federalistas assumiram o compromisso de que Gomes de Castro teria garantida uma vaga permanente no Senado, onde atuaria de forma independente. Durante o período da dissidência, o Partido Federalista perdeu o controle do jornal *O Nacional*, do qual Benedito Leite havia sido fundador. O jornal passou a atuar na oposição e foi empastelado em agosto. Para substituí-lo, foi criado o jornal *Federalista*, que passou a ter Benedito Leite e Urbano Santos como editores.

Reeleito deputado federal em 1894, Benedito Leite permaneceu na Câmara dos Deputados até 1896, quando foi eleito senador na vaga aberta com a morte de Francisco Manuel da

Cunha Júnior. Assumindo sua cadeira no Senado Federal, passou a integrar a Comissão de Finanças e foi relator do orçamento do Ministério da Guerra. Reeleito, exerceu o mandato até 1906, quando foi eleito presidente do Maranhão, na sucessão de Manuel Lopes da Cunha. Empossado em 1º de março desse ano, permaneceu à frente do governo maranhense até 25 de agosto de 1908, quando se licenciou e viajou para a França para tratamento de saúde. Foi substituído pelo segundo vice-presidente Artur Quadros Colares Moreira. Faleceu em Hyeres, na França, no dia 6 de março de 1909.

Foi também promotor público no município de Brejo e juiz municipal de Coroatá e Itapecuru, no interior maranhense, inspetor do Tesouro Público do Estado, e um dos diretores do jornal *Debate*.
Era casado com Angélica Gonçalves Pires Ferreira.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (p. 441/2); FERREIRA, L. *Decomposição*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

LEITE, CARLOS DA COSTA

*militar; mov. comunista.

Carlos da Costa Leite nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1º de janeiro de 1895, filho do oficial do Exército Jerônimo da Costa Leite e de Bernardina Martins Pereira Leite.

Sentou praça no 1º Regimento de Cavalaria (1º RC), no Rio de Janeiro, e ingressou depois na Escola Militar do Realengo, cujo curso concluiu em 1918 como aspirante a oficial da arma de artilharia, na mesma turma de Luís Carlos Prestes, Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Promovido a segundo-tenente em dezembro de 1919 e a primeiro-tenente em janeiro de 1921, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais quando recebeu a patente de capitão em junho de 1923.

NO MOVIMENTO TENENTISTA

Quando eclodiu a Revolta de 5 de julho de 1924 contra o governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926), foi preso como suspeito e levado para o 1º RC. Irrompida em Sergipe, Amazonas e São Paulo, a sublevação foi dominada com rapidez nos dois primeiros estados. Em São Paulo, entretanto, os rebeldes ocuparam a capital durante três semanas, deslocando-se depois para o interior. Em abril de 1925, no oeste do Paraná, esse grupo faria junção com o contingente que sublevou, em outubro de 1924, unidades militares no Rio Grande do Sul, constituindo dessa forma a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Conseguindo evadir-se da prisão, Costa Leite passou a conspirar na clandestinidade e foi um dos oficiais que em 2 de maio de 1925 tentaram tomar o quartel do 3º Regimento de Infantaria (3º RI) na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O ataque visava a conquistar o apoio dos duzentos soldados da unidade para, em seguida, empreender a marcha sobre o palácio do Catete. Porém, depois de uma rápida troca de tiros, em que morreu o tenente Luís Venâncio Jansen de Melo, os rebeldes debandaram.

Costa Leite foi um dos ajudantes de Juarez Távora em sua famosa fuga da prisão da ilha das Cobras em janeiro de 1927. Ainda nesse ano esteve com Prestes na Bolívia e, segundo depoimento de Juraci Magalhães — que em 1927 servia como tenente no 23º Batalhão de

Caçadores (23º BC) em Fortaleza —, atuou como “pombo-correio” levando mensagens de Prestes e Juarez aos revolucionários dessa região, que prosseguiram conspirando contra o governo. Sua atuação, segundo Jorge Amado, lhe valeria o epíteto de “o Prestes da cidade”.
Concordando com a posição de Luís Carlos Prestes, publicada em manifesto no jornal carioca *Diário da Noite* em 29 de maio de 1930, Costa Leite não participou da revolução que irromperia em outubro desse ano sob a liderança de Getúlio Vargas. Em seu manifesto, Prestes declarava não aceitar o caráter burguês do movimento promovido pela Aliança Liberal e afirmava que a revolução deveria ser orientada contra o latifúndio e o imperialismo “pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores”.

NO MOVIMENTO COMUNISTA

Em 1932 Costa Leite diplomou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e no ano seguinte ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército. No final de 1934, ao lado de Herculino Cascardo, Francisco Moésia Rolim, Nemo Canabarro Lucas, Antônio Rollemberg, Trifino Correia e outros, participou das articulações para a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento que pretendia reunir representantes de diferentes setores sociais e correntes políticas em torno de um programa de luta contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio.
No início de 1935, enquanto se discutia na Câmara o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional, apresentado no mês de janeiro, os militares se dividiram, colocando-se a favor ou contra a iniciativa. Segundo documento apreendido na época, Costa Leite pretendeu sem êxito realizar uma assembleia no Clube Militar para “reforçar a confiança popular no Exército, como força capaz de tomar posição ao lado do povo nas lutas pela libertação nacional”.
Em 12 de março de 1935, em reunião realizada no Rio de Janeiro, foi finalmente organizada a ANL e eleito seu diretório nacional, no qual foi incluído Costa Leite. Quando do lançamento oficial do movimento, no final do mês, por sua sugestão, o estudante Carlos Lacerda apresentou o nome de Prestes para a presidência de honra da ANL.
No dia 28 de maio de 1935 a ANL promoveu um grande comício num subúrbio do Rio de Janeiro, em desagravo à bandeira que acompanhara a Coluna Prestes e ao nome do próprio Prestes, que os integralistas atacavam. Em consequência de sua participação nesse comício,

Costa Leite e o capitão Trifino Correia foram punidos, sendo Costa Leite transferido para o Rio Grande do Sul, o que significou o cancelamento de sua matrícula na Escola de Estado-Maior do Exército no penúltimo mês antes de sua formatura.

Radicalizando a proposta de ação política da ANL, em comício realizado em 5 de julho de 1935 foi divulgado manifesto de Prestes, que se conservava na clandestinidade, afirmando que "a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto" e que "a idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas" e lançando a palavra de ordem "todo o poder à ANL". Encontrando-se ainda no Rio de Janeiro, Costa Leite esteve nesse comício ao lado de Trifíno Correia e Henrique Oest, mas nenhum deles sofreu punição, embora tivessem sido intimados a depor.

O documento de Prestes acabou por levar ao fechamento da ANL em 11 de julho, seguindo-se a prisão de milhares de pessoas. Segundo Hélio Silva, logo depois Costa Leite e a advogada Maria Werneck de Castro foram à Câmara dos Deputados e conferenciaram com os oposicionistas João Neves da Fontoura, João Mangabeira e Domingos Velasco, buscando formas de reagir à campanha repressiva do governo.

Com grande penetração nos meios militares e sob influência direta do clandestino Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), a ANL passou a preparar um movimento armado para depor Getúlio Vargas. Segundo o relatório posterior do delegado Eurico Bellens Porto, ainda no Rio de Janeiro Costa Leite teria desviado armas do Exército para esse movimento. Também no inquérito que apurou a explosão de uma casa no bairro carioca do Grajaú durante a fase de repressão ao PCB, o nome de Costa Leite aparece como o possível responsável pelo desvio de pólvora de alguma unidade militar para aquela residência. Em suas atividades clandestinas teria usado os nomes de Carlos, Firmo e Costa.

Ainda entre os documentos mais tarde apreendidos pela polícia, havia uma carta de Prestes, datada de 14 de outubro de 1935, em que este dava instruções ao diretório da ANL sobre o futuro governo popular revolucionário e investia Costa Leite como seu representante em todo o Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O levante comunista foi deflagrado em Natal no dia 23 de novembro de 1935, em Recife no dia seguinte e na capital federal no dia 27. Sufocado o movimento, seguiu-se um período de sistemática repressão aos opositores do governo. Na ocasião, Costa Leite era

subcomandante da Guarnição de Artilharia e Cavalaria de Bajé (RS), onde também servia o tenente Apolônio de Carvalho. Segundo depoimento deste último, o levante pegou-os totalmente despreparados, e ambos tiveram de fugir para Montevidéu. Em carta a Prestes datada de 12 de dezembro, Costa Leite explicou as razões de sua fuga e enumerou os recursos que a ANL possuía no Rio Grande do Sul.

Em abril de 1936, pelo Decreto nº 741, Costa Leite perdeu sua patente de major. Mais tarde foi denunciado pelo procurador Honorato Himalaia Virgulino ao Tribunal de Segurança Nacional, tribunal de exceção criado em setembro de 1936 com a finalidade de processar comunistas e outros opositores do regime. Em maio de 1937 o tribunal o condenou a três anos e dez meses de prisão.

Costa Leite permaneceu no Uruguai até meados de 1937, daí seguindo para a Espanha a fim de lutar, como voluntário, ao lado das forças republicanas. O mais graduado e mais idoso dos brasileiros que participaram da guerra civil espanhola, serviu inicialmente como instrutor do Centro de Organização e Preparação nº 2, localizado na Catalunha. Logo depois tornou-se comandante de um batalhão de artilharia do exército do Ebro, participando do último esforço de guerra das forças republicanas naquela região.

Em fevereiro de 1939, quando se deu a grande ofensiva franquista na Catalunha e sobreveio a derrota dos republicanos, Costa Leite e Apolônio de Carvalho — segundo informação deste último — encontravam-se entre os quinhentos mil republicanos que procuraram refúgio na França, sendo levado para um campo de concentração. Nesse campo, Costa Leite pertenceu à direção das remanescentes “brigadas internacionais”.

Libertado no início de 1941, retornou ao Brasil em setembro do ano seguinte. Apresentando-se como voluntário para seguir com a Força Expedicionária Brasileira que participaria da guerra na Europa, foi preso e levado para a ilha Grande, no Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1945, com a decretação da anistia a todos os que haviam cometido crimes políticos desde 1934, foi libertado. Em seguida fundou a Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol (ABAPE), entidade de caráter antifranquista.

Nessa ocasião, por discordar do apoio do PCB à campanha da Constituinte com Getúlio, considerando que os comunistas não deviam aliar-se ao até então ditador, Costa Leite afastou-se do partido. Entre 1947 e novembro de 1951 trabalhou como engenheiro civil. Nessa data reverteu ao Exército, promovido retroativamente a tenente-coronel desde

dezembro de 1941 e a coronel desde dezembro de 1946. Em fevereiro de 1955 passou para a reserva. Quando eclodiu o movimento político-militar de 1964 foi apenas chamado para depor.

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de junho de 1980.

Foi casado com Estelle Fleury, e em segundas núpcias com a militante comunista Rosa Meireles, irmã de Ilvo e de Silo Meireles, ambos pertencentes à cúpula do PCB na década de 1930.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARONE, E. *República nova*; CURRIC. BIOG.; LEVINE, R. *Vargas*; SILVA, H. *1922*; SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1935*; SILVA, H. *1937*; TÁVORA, J. *Vida*; *Temas de Ciências Humanas* (9).

LEITE, Domingos Barreto
*militar; junta gov. RS 1891-1892.

Domingos Alves Barreto Leite nasceu em 1828.

Assentou praça voluntariamente no 7º Batalhão de Infantaria em 1844, e em 7 de agosto de 1849 foi promovido a alferes. De 1851 a 1852 participou da Guerra do Prata e marchou com seu batalhão na fronteira gaúcha de Quaraí, Bagé e São Gabriel na campanha contra Rosas. No fim do conflito, que terminou com a vitória brasileira, foi condecorado com o hábito da imperial Ordem do Cruzeiro. Em 1856 recebeu a licença para prosseguir os estudos na Escola Militar e dois anos depois foi promovido a tenente.

Em março de 1862 seguiu com seu batalhão para o Rio de Janeiro, a fim de auxiliar no controle da manifestação popular contra a interdição inglesa do porto carioca. A medida britânica foi tomada depois que marinheiros ingleses envolveram-se em luta corporal com marinheiros brasileiros e foram detidos por policiais brasileiros, sendo soltos no dia seguinte. O então embaixador inglês William Christie exigiu reparações do Império Brasileiro e, como não foi atendido, ordenou que navios de guerra ingleses aprisionassem as embarcações que partissem ou chegassem ao Rio de Janeiro. Esse incidente diplomático ficou conhecido com o nome de Questão Christie.

Em 1864 seguiu para a Guerra do Paraguai (1864-1870), travada entre os paraguaios e a HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%ADplice_Alian%C3%A7a_(Guerra_do_Paraguai)" \o "Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai)"Tríplice Aliança, composta por HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil" \o "Brasil"Brasil, HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Argentina" \o "Argentina"Argentina e HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Uruguai" \o "Uruguai"Uruguai. No ano seguinte foi nomeado cavaleiro da Rosa por sua atuação em combate. Em 1866 foi promovido a capitão da 7ª Companhia do 3º Batalhão de Infantaria e, através do decreto de 21 de novembro do mesmo ano, foi nomeado oficial da Ordem da Rosa. Dois anos depois assumiu o comando

do 26º Corpo de Voluntários da Pátria. Foi promovido a major por atos de bravura e condecorado com a medalha do Mérito Militar em fevereiro de 1869. Em 1871 foi promovido a tenente-coronel e designado comandante do 5º Batalhão de Infantaria. Em 1885 foi reformado como general.

Depois da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o primeiro presidente eleito do Rio Grande do Sul foi Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que tomou posse em 15 de julho de 1891. Em 3 de novembro seguinte, enfrentando séria oposição parlamentar, o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, ordenou o fechamento do Congresso Nacional. O clima de instabilidade política favoreceu os opositores de Júlio de Castilhos, que de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro e por isso mesmo foi obrigado a renunciar. Instalou-se então uma junta de governo que ficou conhecida como "governicho", constituída pelo general Manuel Luís da Rocha Osório, Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, e presidida pelo general Domingos Barreto Leite.

Enquanto Barreto Leite esteve à frente da junta provisória, extinguiu escolas e cartórios; dissolveu conselhos municipais; suspendeu as garantias dadas por lei anterior ao funcionalismo público; dissolveu a Assembleia e, consequentemente, alegou que a Constituição castilhista do estado, promulgada em 14 de julho de 1891, não tinha mais efeito. Através do decreto de 29 de março de 1892, promulgou a Constituição provisória elaborada por Barros Cassal, praticamente uma cópia da anteerior. No entanto, logo em 8 de junho o "governicho" foi dissolvido, e José Antônio Correia da Câmara assumiu a chefia do governo gaúcho. Mas ficou no cargo por poucos dias, pois em 17 de junho Júlio de Castilhos reassumiu o governo, para transmiti-lo no mesmo dia ao vice-presidente Vitorino Carneiro Monteiro, que, por sua vez, deveria convocar eleições estaduais. Carneiro Monteiro afastou-se do cargo em setembro de 1892, para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, e foi substituído pelo segundo vice-presidente estadual, Fernando Abott. Nas eleições que se seguiram, Castilhos foi reeleito presidente do Rio Grande do Sul,

assumindo o poder em 26 de janeiro de 1893. No mês seguinte teria início a Revolução Federalista.

Mirna Aragão

FONTES: MARTINS, A. *Escritores*; PESAVENTO, S. *História*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*; TRIB. JUST. RS. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/historia_poder_judiciario/?print=true>. Acesso em: 22/6/2011.

LEITE, Júlio Pereira

*dep. fed. ES 1912-1914.

Júlio Pereira Leite nasceu na Bahia em 1870.

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se diplomou em 1893. Estabeleceu-se em Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde exerceu a clínica médica e o jornalismo. Colaborou em diversos jornais e fundou o *Alcantil*, rival do *Cachoeirano*, tradicional periódico da cidade. Em Vitória, foi redator do diário *Comércio do Espírito Santo*. Foi um dos fundadores da Loja Maçônica Fraternidade e Luz, instituída em Cachoeiro de Itapemirim em 1898.

Aliado e amigo de Jerônimo Monteiro, líder político no estado, Júlio Leite iniciou sua carreira política em 1907, quando foi eleito deputado estadual. No ano seguinte assumiu o governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no qual permaneceu até 1911. Nesse ano foi eleito membro do Conselho Municipal de Vitória, cargo que acumulou com o mandato de deputado estadual, para o qual havia sido reeleito. Em 1912 foi incluído na chapa governista e eleito deputado federal pelo Espírito Santo. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceu até dezembro de 1914, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Foi ainda presidente da Assembleia Legislativa capixaba e tornou-se patrono da cadeira nº 32 da Academia Cachoeirense de Letras.

Casou-se com uma filha de Otávio de Sousa Werneck, importante fazendeiro, filho de um dos primeiros grandes proprietários rurais de Muqui (ES) e membro da família Werneck, da porção fluminense do Vale do Paraíba.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MENDONÇA, P. *Muqui*; MORAES, P. *Dicionário*; PEREIRA, A. *Homens.*

LEITE, Pereira

*dep. fed. MT 1915-1926.

João Carlos Pereira Leite nasceu em Cuiabá no dia 12 de julho de 1861, filho do coronel honorário do Exército Luís Benedito Pereira Leite, político de prestígio em Mato Grosso, e de Ana Jacinta de Sampaio Leite.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889. Ao retornar a Mato Grosso, exerceu inicialmente o cargo de procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda, e em seguida assumiu a comarca de Santo Antônio do Rio Abaixo. Atuou também na imprensa mato-grossense, dirigindo em 1896 *O Democrata*. Em virtude das disputas políticas no estado mudou-se, contudo, para Santa Catarina, onde foi convidado para o cargo de secretário geral do estado. De regresso a Mato Grosso em 1907, assumiu a comarca de Poconé e em 1908 foi promovido a desembargador do Tribunal da Relação.

Em 1915 foi eleito deputado federal pela primeira vez, para a legislatura 1915-1917. Voltou também a atuar no jornalismo em 1916, escrevendo no periódico *O Povo*, de sua propriedade, editado em Cuiabá. Quando da crise política em Mato Grosso que culminou com a intervenção federal em 1917, assumiu na Câmara dos Deputados veemente defesa do governo de Caetano de Albuquerque. Foi reeleito para as legislaturas 1918-1920, 1921-1923 e 1924-1926.

Foi um dos fundadores da Liga Católica e dirigiu também seu órgão de divulgação, o jornal *A Cruz*.

Faleceu em Cuiabá no dia 8 de setembro de 1933.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

LEITE, **Vieira**
*pres. SE 1894.

João Vieira Leite nasceu no engenho São Félix, no município sergipano de Santa Luzia, em 4 de setembro de 1867, filho do coronel Sisenando de Sousa Vieira e de Adelaide Leite Vieira.

Formado pela Faculdade de Medicina de Salvador em 1890, pouco depois de terminado o curso abriu consultório médico em Estância (SE). Participou da política do município, eleito duas vezes intendente, e foi também delegado de polícia. Entre 1894 e 1896 ocupou o cargo de delegado de Higiene, e entre 1895 e 1897 foi administrador da Mesa de Rendas Estaduais da cidade.

Eleito deputado estadual para a legislatura 1894-1895, na qualidade de presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe assumiu provisoriamente o governo estadual entre 11 de setembro e 24 de outubro de 1894, durante o episódio da derrubada de José Calazans e da eleição de Manuel Valadão para a presidência do estado. Foram os integrantes do grupo "valadonista", daí em diante conhecidos como "pebas", que o proclamaram presidente interino em Aracaju, após seus adversários políticos, os "cabaús", terem transferido a sede do governo sergipano para a cidade de Rosário do Catete. Nos 44 dias de seu governo, agiu no sentido de reprimir os "cabaús" e garantir a posse de Manuel Valadão. Obteve um segundo mandato de deputado estadual em Sergipe no biênio 1896-1897.

Faleceu em 25 de janeiro de 1902.

Sérgio Montalvão

FONTES: DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário.*

LEME, SEBASTIÃO

*religioso; arceb. Olinda e Recife 1916-1921; arceb. Rio de Janeiro 1930-1942.

Sebastião Leme de Silveira Cintra nasceu em Espírito Santo do Pinhal, hoje Pinhal (SP) no dia 20 de janeiro de 1882, filho do professor Francisco Furquim Leme e de Ana Cândida da Silveira Cintra. Do lado paterno, descendia de um ramo da família flamenga Lems, que, através da ilha da Madeira, se transferiu para São Paulo no século XVI. As gerações mais próximas à sua eram constituídas de pequenos proprietários rurais. A família de sua mãe era de origem portuguesa, fixada no Brasil em meados do século XVIII e detentora de razoável fortuna obtida com a mineração do ouro em Pitangui (MG).

Os pais de Sebastião Leme moravam em Moji Mirim (SP), mas, nas vésperas de seu nascimento, se dirigiram para Pinhal, onde sua avó materna residia. Regressaram em seguida Moji Mirim, mas no ano seguinte Francisco Leme morreu vítima de tifo, o que acarretou o retorno da família para Pinhal, onde Ana Cândida passou a viver modestamente. Em 1888, ela contraiu segundas núpcias com Antônio Sales Nogueira, que veio a ser pai do único irmão de Sebastião. Pouco depois desse casamento, o padrasto colocou-o para trabalhar em um armarinho. No ano seguinte, contudo, Ana Cândida tornou a enviuvar, o que agravou as dificuldades financeiras da família.

Sebastião Leme fez os primeiros estudos com sua mãe, que auxiliava também as obras sociais da paróquia local e atendia pessoalmente em sua casa um grande número de necessitados. Em 1894, quando frequentava o Colégio Ávila, fez a primeira comunhão e mostrou-se inclinado ao sacerdócio, sendo incentivado pela mãe e pelo vigário da cidade. Foi então enviado para a capital do estado, onde ingressou em setembro no Seminário Menor Diocesano. No seminário destacou-se dos demais alunos, e sua participação em uma demonstração de latim realizada em 1895 chamou a atenção de dom Joaquim Arcoverde, então bispo de São Paulo, que decidiu enviá-lo para concluir os estudos na Itália. Em 1º de setembro de 1896, logo após receber a tonsura, Sebastião Leme partiu para Roma em companhia do padre Benedito Alves de Sousa, secretário particular de dom Arcoverde, e de André Arcoverde, sobrinho do bispo. Na capital italiana, ficou hospedado no Colégio Pio Latino-Americano, dos jesuítas, onde cursou humanidades ao mesmo tempo que estudava filosofia na Universidade Gregoriana. Data dessa época o início de sua amizade com

Francisco de Melo e Sousa, que mais tarde se tornou monsenhor e seu colaborador assíduo.

Pouco tempo depois de sua chegada a Roma, Sebastião Leme foi nomeado "prefeito dos filósofos" pela diretoria do colégio, o que contribuiu para o aumento do seu prestígio. Em 1900 recebeu o título de doutor em filosofia, iniciando em seguida o curso de teologia. Em maio de 1904, quando já era diácono, participou da cerimônia de sagração de um novo bispo brasileiro, dom Duarte Leopoldo e Silva, que posteriormente viria a ser seu superior em São Paulo.

Sebastião Leme recebeu as ordens maiores em 28 de outubro de 1904, em cerimônia realizada na capela do Colégio Pio Latino-Americano, e no dia seguinte celebrou sua primeira missa, na basílica das catacumbas de São Sebastião, em Roma. Retornou em seguida a São Paulo, sendo designado auxiliar do cônego Virgílio Morato, vigário de sua cidade natal.

Transferido em 1905 para a capital do estado, foi segundo coadjutor da paróquia de Santa Cecília, quando teve entre seus dirigidos os padres maristas e as religiosas do Orfanato Ana Rosa. Em São Paulo, onde era grande o anticlericalismo nos meios intelectuais e políticos, teve sua preocupação despertada para o trabalho de evangelização e obteve autorização de seu superior, dom José de Camargo Barros, para organizar um jornal católico voltado para a defesa da religião e do clero. Fundou então a *Gazeta do Povo*. Deixou a paróquia ainda em 1905 ao ser nomeado professor de filosofia do Seminário Episcopal de São Paulo, recém-remodelado por dom José. Em seguida, ocupou também a cadeira de teologia do estabelecimento.

Em 1908, o novo bispo da diocese, dom Duarte Leopoldo, conferiu ao padre Leme as insígnias capitulares e o nomeou diretor do *Boletim Eclesiástico*. Nesse jornal, sob o pseudônimo de Senex, escreveu diversos artigos para a seção de teologia pastoral. Nomeado em 1910 provigário geral da diocese de São Paulo (transformada poucos meses depois em arquidiocese), o cônego Leme se tornou rapidamente a principal figura da Confederação Católica, organismo destinado a coordenar todas as associações de ação católica no âmbito da diocese, e ainda naquele ano promoveu grande manifestação pública contra a visita do político anticlerical francês Georges Clemenceau à capital paulista, realizada simultaneamente à Conferência dos Bispos Sulinos.

BISPO AUXILIAR DO RIO DE JANEIRO

A atuação do cônego Leme no provicariato geral de São Paulo e o êxito da manifestação popular de apoio ao episcopado sulino levaram o cardeal Arcoverde a convidá-lo para assumir o cargo de bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Contando com apenas seis anos de sacerdócio, Sebastião Leme hesitou em aceitar a sagração episcopal, que implicaria a interrupção do seu trabalho na capital paulista. Após uma tentativa de recusa, aceitou o episcopado em dezembro de 1910, em face da insistência de dom Joaquim Arcoverde. Nos primeiros meses de 1911, ambos seguiram para Roma, onde Sebastião Leme foi sagrado bispo de Ortósia no dia 4 de junho em cerimônia realizada na capela do Colégio Pio Latino-Americano.

Dom Leme retornou ao Rio de Janeiro em novembro de 1911, e logo ficou evidenciada a diferença de personalidade entre o novo bispo e o cardeal Arcoverde, tendo então se esboçado o quadro inicial de uma crise que afloraria mais tarde. Segundo Laurita Pessoa Raja Gabaglia, biógrafa de dom Sebastião Leme, ambos eram homens de autoridade e divergiam radicalmente quanto à maneira de exercê-la. A convivência acentuou as diferenças.

Ao assumir o bispado auxiliar, dom Leme enfatizou o desenvolvimento da instrução religiosa da elite, pretendendo assim sanar, na medida do possível, a ignorância religiosa, que considerava a principal deficiência do catolicismo brasileiro. Com esse fim, realizou diversas pregações na Catedral Metropolitana durante as quaresmas de 1913 e 1914, e incentivou as obras arquidiocesanas, especialmente a Obra das Vocações e a Congregação da Doutrina Cristã. Nesse período, fez também diversas palestras em colégios religiosos, conventos e ligas de piedade, lançando as bases do que posteriormente se transformou na Ação Católica. Suas iniciativas, apoiadas sobretudo pelos elementos jovens ligados à arquidiocese, não foram bem recebidas por uma parte do clero e do laicato, que as consideravam, pelo menos, prematuras.

Em 1913 dom Joaquim Arcoverde viajou para a Europa e dom Leme assumiu provisoriamente a jurisdição plena sobre a arquidiocese, o que provocou um agravamento das divergências internas à estrutura da Igreja na região. Dom Leme passou a sofrer de insônia frequente e teve sua saúde abalada, retirando-se para São Paulo depois do retorno de dom Joaquim, no início de 1914. Permaneceu alguns meses na capital paulista à espera

do chamado do cardeal, que tentou, sem êxito, sua indicação para titular de outra diocese. Com a morte do vigário-geral da arquidiocese do Rio, monsenhor João Pires Amorim, dom Leme foi indicado para substituí-lo, retornando então à capital do país. Nos dois anos seguintes acumulou as funções de bispo auxiliar e vigário-geral, exercendo uma ação mais direta e contínua na coordenação do trabalho dos padres da arquidiocese.

NA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE

Por indicação do cardeal Joaquim Arcoverde, em 26 de abril de 1916 dom Sebastião Leme foi nomeado pelo Vaticano para a arquidiocese de Olinda (que só em 1918 passou a se chamar arquidiocese de Olinda e Recife), vaga com a morte de dom Luís de Brito. Antes de assumir suas novas funções, retirou-se para a fazenda do irmão em Tambaú (SP), onde elaborou sua Carta pastoral de inauguração, datada de 16 de junho, definindo sua linha de atuação. Para Thomas Bruneau, esse documento representou o primeiro passo significativo para a reorientação e mobilização da Igreja no Brasil.

Segundo Ralph della Cava, dom Leme considerava que “a República havia levado ao poder uma minoria descrente, deixando os crentes — que constituíam a maioria — sem poder de decisão a respeito dos problemas nacionais. Para inverter essa situação, era necessário mobilizar uma cruzada de militantes católicos, a fim de reeducar a nação através dos seus ensinamentos e, fundamentalmente, assegurar para a Igreja o reconhecimento jurídico de sua legítima posição”. Nesse sentido, dom Leme propunha a adoção de algumas medidas básicas, como a realização de obras de estímulo intelectual para os sacerdotes, o desenvolvimento da doutrinação nos centros urbanos e da catequese das populações rurais, a criação do ensino religioso facultativo e de escolas superiores francamente católicas.

Dom Sebastião Leme chegou à capital pernambucana em 15 de agosto de 1916 e dois dias depois prestou seu juramento solene na igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Olinda. Nos primeiros meses de sua administração, concentrou seus esforços na solução dos problemas financeiros da arquidiocese. O palácio arquiepiscopal da Soledade estava em ruínas sem que houvesse verbas para reformá-lo, e as obras de restauração da Catedral Metropolitana haviam sido paralisadas ainda no começo. Dom Leme determinou então a realização de uma campanha de donativos em todas as paróquias, ao mesmo tempo que procurava formas de equacionar definitivamente o problema financeiro. Para tanto, efetuou uma reforma

administrativa na arquidiocese e, apesar dos protestos de setores da sociedade e do próprio clero, vendeu o palácio da Soledade para os jesuítas portugueses e comprou em seguida uma nova sede, menor que a anterior.

Em termos pastorais, a principal preocupação de dom Sebastião Leme foi com a instrução religiosa, objeto de sua segunda carta à comunidade católica pernambucana (1917). Para enfrentar esse problema, criou a congregação da Doutrina Cristã (que, depois de enfrentar dificuldades iniciais, organizou 62 centros de catequese no estado) e firmou, em setembro de 1916, um acordo com o governo para a introdução do ensino religioso nas escolas públicas estaduais. Desenvolveu também o trabalho de catequese de adultos que resultou, mais tarde, na criação do Curso Superior de Religião.

Em meados de 1916, dom Sebastião Leme foi entrevistado pelo jornal *A Província* sobre a possível entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, declarando que o clero sentia as afrontas à nação do mesmo modo que o povo e que o recente torpedeamento de um navio brasileiro havia eliminado as possíveis divergências dentro da Igreja a esse respeito. Logo depois da declaração de guerra à Alemanha pelo governo brasileiro, em outubro de 1917, dom Sebastião Leme anteviu a possibilidade de os distúrbios populares atingirem os membros do clero de nacionalidade alemã, o que de fato ocorreu. Após a publicação de um manifesto ao povo, o próprio arcebispo se dirigiu à sede do governo e ao quartel-general da polícia solicitando proteção oficial para os padres estrangeiros e responsabilizando-se por sua fidelidade aos interesses do Brasil.

Em abril de 1918, dom Leme determinou a formação de comissões encarregadas de implementar a reorganização das circunscrições eclesiais do estado, que vinha sendo preparada desde a primeira visita do arcebispo aos municípios do interior em janeiro de 1917. Esses grupos cuidaram principalmente da criação do patrimônio das novas dioceses, finalmente oficializadas em agosto de 1918, com sede em Garanhuns e Nazaré. Ao mesmo tempo, a diocese de Floresta foi transferida para Pesqueira. Ainda em agosto, dom Leme criou também a Confederação Católica Pernambucana, voltada para transformar “os católicos em apóstolos no meio de seus contemporâneos”. A entidade foi responsável pela criação de várias comissões, como a da Santificação da Família, em 1919, e a Obra das Vocações Sacerdotais, de 1920.

No início de 1921, dom Leme publicou sua terceira carta pastoral como arcebispo de

Olinda e Recife, sobre a vida de São José.

ARCEBISPO COADJUTOR DO RIO DE JANEIRO

Em 24 de fevereiro de 1921, dom Sebastião Leme recebeu um cabograma do núncio apostólico, monsenhor Henrique Gasparri, comunicando-lhe que o papa Bento XV decidira nomeá-lo arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro em virtude do agravamento do estado de saúde do cardeal Arcoverde, impedido de prosseguir no exercício de suas funções. No mesmo dia, dom Leme telegrafou para o representante do Vaticano, solicitando que essa decisão fosse reconsiderada. Ao mesmo tempo, no Rio, seus antigos opositores também se mobilizaram para impedir sua efetivação. Entretanto, a escolha do papa foi confirmada em fins de março, e poucos dias depois chegou a Recife o decreto pontifício que nomeava dom Leme administrador efetivo da arquidiocese do Rio, com direito a sucessão.

Dom Leme tomou posse em 5 de agosto de 1921, após realizar breve visita a dom Duarte Leopoldo, em São Paulo. Na primeira fase de sua gestão, procurou neutralizar as possíveis oposições advindas do próprio clero e multiplicar as atenções ao cardeal Arcoverde, chefe nominal da arquidiocese. Começou também a empregar no Rio os mesmos processos de evangelização que aplicara em Pernambuco, seguindo a linha definida em sua carta pastoral de 1916, que pregava a luta pelo reconhecimento jurídico da “legítima posição” da Igreja, afetada desde a proclamação da República. Segundo Bruneau, essa posição do novo arcebispo coadjutor coincidiu, durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), com o início de uma política oficial de valorização das relações do Estado com a Igreja.

Dom Leme reformou com rapidez o ensino de formação de sacerdotes (então bastante debilitado, pois o seminário diocesano fora fechado havia 16 anos) e deu novo impulso à Obra das Vocações Sacerdotais, instituindo o Dia das Vocações e determinando a realização de pregações especiais voltadas para despertar os católicos para o sacerdócio. Conferiu também grande importância à organização dos leigos — inclusive intelectuais —, pretendendo aumentar a difusão da doutrina católica na sociedade e a capacidade de pressão da Igreja sobre o Estado. Em 1922, apoiou a iniciativa de Jackson de Figueiredo que levou à criação do Centro Dom Vital, associação civil ligada à Igreja e voltada para o estudo, a discussão e o apostolado da religião. A entidade se tornou o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro até 1941, quando foi criada a Pontifícia Universidade

Católica (PUC), também no Rio de Janeiro.

Com a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922, as tensões políticas aumentaram em virtude da oposição de setores militares à sua posse. No mês seguinte, representantes do presidente Epitácio Pessoa — que retornava de Petrópolis para o Rio — solicitaram a presença de dom Leme na estação de trem da Praia Formosa, para receber o chefe da nação e demonstrar seu apoio à autoridade civil, duramente combatida pelas oposições. Em 5 de julho seguinte, eclodiu o primeiro levante do ciclo de movimentos tenentistas da década de 1920, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes, o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, no Rio de Janeiro, além do contingente do Exército estacionado em Mato Grosso. Depois do controle do movimento pelo governo, dom Sebastião Leme recebeu no palácio São Joaquim, sede da arquidiocese, familiares de revoltosos, que pediram sua intervenção junto ao presidente da República para que seus parentes fossem anistiados. O arcebispo coadjutor se dirigiu então ao palácio do Catete, sede do governo, e sugeriu a concessão da anistia como parte das comemorações pelo transcurso do centenário da Independência, mas não foi atendido.

Em setembro de 1922 a arquidiocese do Rio de Janeiro patrocinou a realização do Congresso Eucarístico Nacional, e três meses depois dom Leme fundou a Confederação Católica, para melhor coordenar a ação dos leigos e das associações católicas do Distrito Federal. A estrutura e as diretrizes fundamentais da nova entidade foram definidas no livro *Ação católica: instruções para a organização e o funcionamento das comissões permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro*, lançado em junho de 1923 pelo arcebispo coadjutor. A partir de então, a Confederação Católica passou a apoiar todas as iniciativas de dom Leme, como as festividades realizadas em 1924 para comemorar os 50 anos da sagração sacerdotal de dom Arcoverde, a organização da Semana do Catecismo em 1925 e as campanhas pela construção da estátua do Cristo Redentor e de uma universidade católica.

Em 1925, o presidente Artur Bernardes propôs uma reforma constitucional. Dom Sebastião Leme, apoiado por Jackson de Figueiredo e pelo Centro Dom Vital, iniciou então uma campanha em favor da aprovação de duas emendas: a obrigatoriedade da instrução religiosa

nas escolas públicas e o reconhecimento da condição privilegiada do catolicismo como "religião da maioria", equivalente à sua transformação em religião oficial do Brasil. Entretanto, suas tentativas não obtiveram êxito, devido principalmente à oposição do próprio presidente da República.

Em outubro de 1926, dom Sebastião Leme, que sempre teve a saúde afetada pelo bócio (hipertireoidismo), sofreu violenta crise, tendo que ser operado em abril do ano seguinte na Suíça. Em 1928, sua saúde voltou a se deteriorar, sem impedir entretanto a continuidade de seu trabalho.

Em sua atuação na década de 1920 à frente da arquidiocese do Rio de Janeiro, dom Leme consolidou sua liderança sobre os demais membros da hierarquia eclesiástica, contribuindo assim para reforçar a tendência ao crescimento do peso relativo da região Centro-Sul frente ao Nordeste na ação nacional da Igreja. Foi nessa década que se definiu a nova organização interna da instituição, cujo centro de poder mais importante passou a ser, no início dos anos 1930, a arquidiocese do Rio de Janeiro.

O CARDINALATO

Em abril de 1930, dom Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina, faleceu no palácio São Joaquim. Embora a sucessão estivesse garantida a dom Leme, membros da Igreja de vários países do continente alimentaram esperanças de que fosse inaugurado um "sistema de rodízio", com a indicação de um bispo da América espanhola para preencher o lugar. Entretanto, o papa Pio XI decidiu confirmar rapidamente o direito de sucessão outorgado por seu antecessor a dom Sebastião Leme e, sem nenhuma consulta ao governo brasileiro ou à Nunciatura Apostólica, convocou o arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro a Roma. Em 2 de julho seguinte, nessa capital, dom Leme foi elevado à condição de cardeal, e no dia seguinte realizou-se o consistório público em que recebeu o chapéu cardinalício. Logo depois teve início o consistório secreto para a definição dos títulos dos novos cardeais, cabendo a dom Leme a designação de cardeal presbítero do título dos santos Bonifácio e Aleixo.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Em 3 de outubro, às vésperas da partida de dom Leme para o Brasil, teve início a Revolução de 1930, deflagrada a partir do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Nas semanas seguintes, as ações militares se irradiaram para todo o país, evoluindo favoravelmente às tropas sublevadas, que assumiram o controle de diversas capitais e iniciaram a marcha em direção ao Rio de Janeiro. Os generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o almirante José Isaías de Noronha começaram então a organizar a derrubada do presidente Washington Luís, conseguindo em seguida a adesão de outros oficiais de alta patente.

Quando o navio que trazia dom Leme aportou no Rio, o cardeal foi procurado por um emissário dos três chefes militares, que o colocou a par do projeto em curso e pediu que utilizasse sua influência sobre o presidente para ajudar na negociação de um acordo. Dom Leme respondeu que se recusava a participar de qualquer movimento revolucionário, mas poderia colaborar na busca de uma solução negociada entre as partes. Alguns dias depois, o cardeal voltou a conversar com o mesmo oficial, insistindo para que os militares evitassem a deflagração do golpe em troca de uma solução conciliatória a ser discutida com o presidente. Mena Barreto, Tasso Fragoso e Isaías de Noronha concordaram, em princípio, com essa iniciativa.

A primeira entrevista entre o cardeal e o presidente, entretanto, foi inútil. Washington Luís evitou tratar da situação política do país e conferiu um caráter meramente protocolar à visita, como se se tratasse de um agradecimento pelas homenagens oficiais prestadas a dom Leme por ocasião de sua elevação ao cardinalato. O cardeal limitou-se então a indagar se o presidente contava com o apoio das tropas estacionadas na capital, recebendo resposta positiva. Antes de se retirar do palácio do governo, contudo, pôde comprovar pessoalmente que essa informação não era verdadeira, pois o comandante da Região Militar, apesar de fiel à legalidade, confessou sua certeza de que não contaria com o apoio da tropa para defender o governo.

Na manhã de 23 de outubro, o general ajudante de ordens do presidente e o ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, conversaram em separado com o cardeal, conseguindo convencê-lo a expor para o presidente a gravidade da situação. Washington Luís, entretanto, continuou considerando infundadas as informações levadas por dom Leme, afirmando sua decisão de punir todos os que desrespeitassem sua autoridade.

No dia seguinte, os três chefes militares que lideravam a conspiração enviaram outro emissário ao palácio São Joaquim, pedindo que o cardeal fosse portador de uma mensagem dirigida ao presidente e assinada por quase todos os oficiais-generais lotados no Rio de Janeiro. Depois de ler o documento, que ameaçava o bombardeio do palácio Guanabara caso Washington Luís não renunciasse até as nove horas do mesmo dia, dom Leme recusou-se a encaminhá-lo e, após a saída do emissário, avistou-se com Otávio Mangabeira para informá-lo do ultimato e oferecer asilo ao presidente no palácio São Joaquim.

No horário marcado, as fortalezas da cidade fizeram seus primeiros disparos de artilharia, utilizando pólvora seca. Foi o suficiente para provocar a deserção das poucas forças policiais que permaneciam fiéis ao governo. Em seguida, a cidade começou a ser tomada por grupos de populares favoráveis à revolução, que passaram a incendiar jornais situacionistas, depredar edifícios e, em alguns casos, se encaminhar para as cercanias do palácio Guanabara. Dom Leme alertou os generais para a necessidade da manutenção da ordem pública e sugeriu a recondução de Belisário Távora ao cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, vago desde a saída de Coriolano de Góis no início do ano. Os três chefes da revolta, que haviam formado uma junta governativa provisória, aceitaram a sugestão.

Rapidamente, o palácio São Joaquim recebeu um grande número de refugiados políticos. Washington Luís permaneceu isolado com seu ministério no palácio Guanabara durante todo o dia, sem renunciar, e só consentiu em se retirar à tarde, na condição de prisioneiro. Tasso Fragoso solicitou então o comparecimento de dom Leme ao palácio para ajudar a proteger o presidente deposto, pois grande multidão hostil ao antigo regime se comprimia nos portões.

Chegando ao Guanabara, o cardeal demonstrou aos chefes militares que o palácio São Joaquim não possuía as condições de segurança exigidas pelas circunstâncias para abrigar Washington Luís. Em seguida, transmitiu ao ex-presidente a garantia de respeito à sua integridade oferecida pela junta e decidiu acompanhá-lo no carro que o conduziu ao forte de Copacabana, às 17 horas.

ATUAÇÃO DEPOIS DA REVOLUÇÃO DE 1930

Depois da formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas (3/11/1930), dom Leme começou a preparar o movimento leigo para intervir como porta-

voz da maioria católica na organização do novo regime político brasileiro. Ao mesmo tempo, procurou obter concessões do Estado para o catolicismo e adotou, em nome da Igreja, uma posição de neutralidade em relação aos partidos e movimentos políticos em formação, evitando inclusive qualquer posicionamento sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista cuja doutrina valorizava a religião católica e ganhava adeptos nas fileiras da Igreja.

As diversas entidades católicas criadas em torno do Centro Dom Vital foram mantidas à margem de qualquer envolvimento político e consideradas de utilidade pública, passando a receber subsídios do governo, interessado no apoio da Igreja. Como parte de sua política de pressão sobre o Estado e cooperação com ele, a arquidiocese do Rio de Janeiro organizou demonstrações populares para comemorar a Semana de Nossa Senhora da Aparecida, de 24 a 30 de maio de 1931, e, depois, a inauguração do monumento do Cristo Redentor, em 12 de outubro seguinte. Ainda em 1931, Vargas autorizou a organização de sindicatos católicos e o reinício da instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal, ao mesmo tempo que dom Leme vetava a tentativa de criação de um partido católico, proposto por Heitor da Silva Costa, membro do Centro Dom Vital. No ano seguinte, o cardeal impediu qualquer atividade política ou manifestação pública dos membros dessa entidade que simpatizavam com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada em 9 de julho com o apoio de dom Duarte Leopoldo e derrotada no início de outubro. Ainda em 1932, dom Leme fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores.

Depois da vitória sobre os constitucionalistas, o governo provisório convocou, para março de 1933, eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Nessa ocasião, dom Leme organizou e assumiu a direção da Liga Eleitoral Católica (LEC), associação civil de âmbito nacional criada para apoiar os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja, independentemente de sua filiação partidária. O cardeal enviou cartas a todas as dioceses do país, propondo a formação de juntas locais da LEC, que divulgou seu programa às vésperas das eleições e recebeu apoio político e financeiro de organizações católicas e da AIB. Dom Leme recusou-se a autorizar uma aproximação muito estreita com os integralistas, para preservar o caráter suprapartidário da LEC. No Ceará, contudo, a LEC conseguiu notável crescimento e se transformou num dos principais partidos do estado, aglutinando as forças contrárias à interventoria e elegendo todos os seus

candidatos à Constituinte. Ainda em 1933, realizou-se o I Congresso Eucarístico Nacional, também organizado pelo cardeal.

O movimento católico aglutinado em torno da LEC obteve expressiva influência na composição da Assembleia que, em julho de 1934, promulgou a nova Constituição brasileira e elegeu Getúlio Vargas presidente da República. Ocorreu em seguida uma relativa desmobilização da LEC. No mês seguinte, dom Leme, baseado na encíclica papal de 1922, submeteu à apreciação do Vaticano uma proposta de estatutos para a formação de uma nova entidade, chamada Ação Católica Brasileira (ACB), voltada para organizar a participação dos leigos no apostolado da Igreja. Criada em 1935, a ACB substituiu a antiga Confederação Católica no trabalho de coordenação das associações católicas no Brasil.

No primeiro semestre de 1935, ocorreu a regulamentação do ensino religioso, determinada pela Constituição de 1934, mas ainda contestada pelos defensores do ensino leigo. O diretor do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, Anísio Teixeira, posicionou-se radicalmente contra o ensino confessional, tentando impedir sua aplicação. Nesse contexto, o cardeal Leme, embora tradicionalmente contrário à participação do clero na política partidária, aconselhou o cônego Olímpio de Melo — ex-vigário de Bangu e membro do Partido Autonomista — a candidatar-se a vereador para liderar na Câmara do Distrito Federal a campanha pela regulamentação prevista na Carta Constitucional. Depois da eleição do cônego, dom Leme traçou as principais linhas do plano de ação que resultou, em julho de 1935, na aprovação do projeto apresentado pelo vereador Átila Soares, tornando obrigatório o ensino da religião católica nas escolas municipais. Nesse período, Anísio Teixeira foi alvo de violenta campanha promovida por grupos católicos liderados por Alceu Amoroso Lima.

A implementação do ensino religioso no Distrito Federal, entretanto, só ocorreu no ano seguinte, sob a direção de Francisco Campos, depois que o cônego Olímpio de Melo assumiu a prefeitura da capital em substituição a Pedro Ernesto Batista, preso sob acusação de envolvimento na Revolta Comunista de novembro de 1935. Com o fim da campanha pelo ensino religioso, dom Leme embarcou para Roma, pois, na condição de chefe de diocese, era obrigado pelo direito canônico a apresentar-se regularmente ao Papa. No Vaticano, o cardeal brasileiro tratou da criação de uma universidade católica no Rio de Janeiro e da reunião do I Concílio Plenário. Tornou-se também portador da *Carta do santo*

padre Pio XI ao cardeal dom Sebastião Leme e ao episcopado nacional sobre a Ação Católica Brasileira, datada de 25 de outubro de 1935, onde eram confirmadas as diretrizes pontifícias sobre a organização do laicato e sua aplicação no caso brasileiro.

Os anos de 1936 e 1937 foram marcados, no Brasil, pelo acirramento da repressão política desencadeada pelo governo depois do fracasso do levante comunista de 1935. Nesse contexto, a encíclica papal *Divini redemptoris*, publicada em março de 1937 combatendo a doutrina marxista, obteve grande repercussão e levou à preparação da *Pastoral coletiva de 1937*, redigida sob a orientação do cardeal Leme e divulgada em setembro. Esse documento situava a encíclica papal no momento político brasileiro e concluía "lembrando que o perigo comunista impõe aos cristãos um dever estrito de não participação". Nesse período, o cardeal já estava avisado de que o governo impediria as eleições presidenciais marcadas para o ano seguinte.

Dom Leme não foi surpreendido pelo golpe chefiado por Vargas, que implantou, em novembro de 1937, o Estado Novo. Pouco depois, o cardeal alertou a hierarquia eclesiástica para que evitasse qualquer tipo de manifestação capaz de afetar as relações entre a Igreja e o Estado e prejudicar os direitos já conquistados pelos católicos. Por outro lado, Getúlio Vargas deu continuidade à política de aprofundamento das relações com a Igreja, apesar de a Constituição outorgada pelo novo regime ser menos clara do que a de 1934 quanto ao papel do catolicismo na sociedade e no Estado brasileiros.

Em 1938, dom Sebastião Leme fez nova viagem a Roma, onde tratou da convocação do I Concílio Plenário Brasileiro e consultou um endocrinologista sobre o agravamento de seu hipertireoidismo. No início do ano seguinte, com a morte de Pio XI, retornou a Roma para participar da escolha do seu sucessor, Pio XII.

Em suas viagens ao Vaticano, o cardeal Leme insistiu na criação de uma universidade católica no Brasil, segundo ele o melhor caminho para desenvolver a influência da doutrina da Igreja nos meios intelectuais. Em fins de outubro de 1940, foi assinado o decreto federal que autorizava a abertura das faculdades de Direito e Filosofia, cujos cursos foram instalados oficialmente em março do ano seguinte e se tornaram o embrião da Pontifícia Universidade Católica (PUC), fundada no Rio de Janeiro pouco tempo depois.

Em agosto de 1942, com a declaração de guerra feita pelo Brasil aos países do Eixo, dom Sebastião Leme estabeleceu o plano geral da *Circular coletiva do episcopado* sobre esse

assunto, cuja redação encomendou ao padre Leonel Franca, reitor da PUC. O documento foi divulgado entre o clero na semana seguinte, definindo uma posição de solidariedade da Igreja com o governo de Vargas e ressaltando a confiança na fidelidade dos religiosos ao Brasil. Afirmava também que os bispos estariam "vigilantes em prevenir ou sanar, por meios eclesiásticos, possíveis exceções individuais de deslealdade para com o país".

Em 17 de outubro de 1942, nas vésperas da publicação da circular, dom Sebastião Leme faleceu no Rio de Janeiro.

A seu respeito, Alceu Amoroso Lima publicou *O cardeal Leme; um depoimento* (1943), e Laurita Pessoa Raja Gabaglia publicou *O cardeal Leme (1882-1942)* (1962).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ARQ. OSVALDO ARANHA; BRANDÃO, B. *Movimento*; BRUNNEAU, T. *Catolicismo*; CARNEIRO, G. *História*; CONFERÊNCIA NAC. BISPOS DO BRASIL; *Correio do Povo* (10/11/1930); CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; CRUZ, E. *História do Pará*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo*; GARDEL, L. *Armoiries*; *Grande encic. Delta*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (18, 21/10/1942); *Jornal do Comércio*, Rio (17, 18/10/1942); LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, L. *Dicionário*; SCHUBERT, G. *Província*; SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1931*; SOUSA, J. *Índice*; TAVARES, J. *Radicalização*; TODARO, M. *Pastors*; *Who's who in Latin*.

LEMES, HONÓRIO

*rev. 1893; rev. 1923; rev. 1924.

Honório Lemes da Silva nasceu em Cachoeira do Sul (RS) no dia 23 de setembro de 1864. De origem humilde, teve pouca instrução.

Sua atuação como revolucionário teve início em fevereiro de 1893, quando eclodiu a Revolução Federalista, guerra civil que conflagrou o Rio Grande do Sul e se estendeu a Santa Catarina e Paraná. Os insurretos federalistas opunham-se ao governo estadual gaúcho de Júlio de Castilhos e ao presidente Floriano Peixoto, que o apoiava. O conflito envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados dos rebeldes. Honório Lemes incorporou-se à coluna de Gumercindo Saraiva e chegou a ser comissionado coronel. Com a vitória dos castilhistas em agosto de 1895, passou a dedicar-se à pequena chácara herdada de seu pai em Caverá, no município de Rosário do Sul (RS).

Ingressando no Partido Federalista gaúcho, voltou a pegar em armas em janeiro de 1923, quando estourou a guerra civil entre os republicanos, liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros, e os federalistas, chefiados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, em consequência da reeleição do primeiro para o quinto mandato como presidente do estado. Chefe federalista em sua cidade, Honório Lemes estabeleceu seu quartel-general na serra do Caverá, à frente de cerca de trezentos homens. Formou em seguida o 2º Corpo do Exército Libertador, também conhecido como Divisão do Norte, integrado por trabalhadores rurais.

Iniciados os combates em vários pontos do estado, Honório Lemes, operando na zona oeste, ocupou Rosário do Sul, Vacaiquá e Alegrete. Assumiu a patente de general e marchou sobre Uruguaiana, cuja conquista poderia assegurar uma passagem para o território argentino. Entretanto, o intendente da cidade, José Antônio Flores da Cunha — que se tornaria um dos mais importantes chefes políticos gaúchos —, conseguiu organizar a resistência e forçou a retirada das forças rebeldes.

Deixando Uruguaiana, Honório Lemes retornou à serra do Caverá, empreendendo a chamada Marcha da Serra, que o consagrou como grande estrategista. Em virtude das condições adversas em que foi realizada, a marcha tornou-se tema de estudo por círculos militares nacionais e estrangeiros. Seguiram-se diversos combates com as forças de Flores

da Cunha em São Gabriel, Alegrete, Vista Alegre, Dom Pedrito, Quaraí, São Francisco, Passo da Armada e em outras localidades, sem que qualquer das facções conseguisse impor uma derrota definitiva à outra.

Ao se iniciarem as negociações de paz, em novembro de 1923, Honório Lemes estacionou suas forças em Santa Rita, no município de Livramento, atual Santana do Livramento. Os conflitos encerraram-se em dezembro com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que contou com a sua participação. Pelo acordo, Borges de Medeiros permanecia no governo, mas lhe era vedada nova reeleição.

Em novembro de 1924 Honório Lemes engajou-se no movimento gaúcho, deflagrado no mês anterior em apoio aos rebeldes paulistas, que, depois de levantarem a capital de São Paulo contra o presidente Artur Bernardes, haviam rumado para o Paraná sob a liderança de Isidoro Dias Lopes. Em Guaçu-Boi (RS) voltou a defrontar-se com Flores da Cunha, que conseguiu defender as posições legalistas. Retirando-se para a região missioneira, uniu-se a outras forças revoltosas, que terminaram por dominar toda a zona norte do estado.

Perseguido por Flores da Cunha, Honório Lemes viu-se forçado a entrar na Argentina, de onde retornou para atacar Santana do Livramento, não obtendo êxito. Derrotado em Passo das Carretas (RS) pelo tenente-coronel Júlio Bozzano, internou-se em território uruguaio. Em setembro de 1925 reagrupou suas forças e invadiu Livramento, enfrentando contingentes legalistas chefiados por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, que o alcançaram em Passo da Conceição (RS). Honório Lemes, que por sua bravura recebera o apelido de “Leão do Caverá”, caiu prisioneiro juntamente com seu estado-maior. Enviado para Porto Alegre, conseguiu evadir-se do 2º Corpo da Brigada Militar e exilou-se na Argentina, de onde acompanhou o desenrolar dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul, cujos revolucionários se retiraram para o Paraná, formando em abril de 1925 a Coluna Prestes.

Em 1929, por ocasião da campanha da Aliança Liberal, apoiou a união dos partidos gaúchos na Frente Única Gaúcha em torno da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República. Realizado em março de 1930, o pleito deu a vitória ao candidato situacionista, Júlio Prestes.

Honório Lemes faleceu no dia 30 de setembro de 1930, na fazenda de seu sogro, Fulgêncio da Silveira Goulart, localizada em Santana do Livramento, onde residia na época. Reduzido

à situação de simples carvoeiro, deixou viúva Adalgisa da Silveira Goulart, com quem se casara em segundas núpcias, e numerosos filhos em extrema miséria.

FONTES: CAGGIANI, I. *Município*; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio do Povo* (2/10/1930); *Diário de Notícias*, P. Alegre (2/10/1930); *Diário de Notícias*, Rio (2/10/1930); *Jornal do Comércio*, Rio (2/10/1930); SPALDING, V. *Construtores*.

LEMGRUBER FILHO, LAURINDO AUGUSTO

*dep. fed. RJ 1918-1920 e 1930; const. 1934; dep. fed. RJ 1935-1937.

Laurindo Augusto Lemgruber Filho nasceu em Cantagalo (RJ) no dia 2 de abril de 1888, filho de Laurindo Augusto Lemgruber e de Raquel Lemgruber.

Fez os primeiros estudos no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo (RJ), diplomando-se em letras em 1905. Em 1910 trabalhou como amanuense na Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tornando-se a seguir secretário do chefe de polícia. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1911, e de 1912 a 1914 foi oficial de gabinete do ministro da Viação José Joaquim Seabra.

Alinhado entre os partidários de Nilo Peçanha, foi deputado à Assembleia fluminense de 1915 a 1918 e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro de 1918 a 1920. Simpatizante da Revolta de 5 de Julho de 1922, que deu início às revoltas tenentistas da década de 1920, foi detido em agosto, permanecendo no cárcere até janeiro de 1924. A partir de 1929, integrou a campanha da Aliança Liberal no estado do Rio de Janeiro, elegendo-se novamente deputado federal em março de 1930. Com a vitória da revolução em outubro desse ano, entretanto, teve o mandato interrompido.

No pleito de maio de 1933, elegeu-se segundo suplente de deputado pelo Rio de Janeiro à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Popular Radical (PPR). Assumindo o mandato em novembro do mesmo ano, apoiou na Constituinte João Alberto Lins de Barros, que, em fevereiro de 1934, protestou contra a inversão dos trabalhos — ou seja, a eleição do presidente antes da promulgação da nova Carta — e declarou que a revolução certamente teria de reiniciar pelas armas o movimento de salvação do país. Participou ainda de reunião com deputados de diversos partidos em junho de 1934, na qual se definiu que a Assembleia Constituinte não se transformaria em Câmara legislativa ordinária. Com a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934, teve o mandato estendido até maio do ano seguinte. Em outubro de 1934 voltou a eleger-se deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda do PPR, exercendo o novo mandato de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Foi também proprietário agrícola em Cantagalo.

Faleceu no dia 1º de setembro de 1963.
Era casado com Ítala Cordovil Lemgruber.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab*. (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*.

LEMOS, Artur

*dep. fed. PA 1900-1908; sen. PA 1909-1917; dep. fed. PA 1921-1930.

Artur de Sousa Lemos nasceu em Vila do Riachão, atual Riachão (MA), em 1º de abril de 1871, filho de Manuel Caetano de Lemos e de Perpétua de Sales Lemos.
Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor público em Vila do Riachão e procurador fiscal do Tesouro. Transferiu-se em seguida para Belém, onde residia seu tio HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Lemos" \o "Antônio Lemos"Antônio José de Lemos, que, também maranhense, chegara ao Pará em 1869, aos 24 anos de idade, tornara-se proprietário do jornal *A Província do Pará*, chefiara o Partido Republicano do Pará por muitos anos e fora senador estadual. Intendente municipal (prefeito) de Belém de 1897 a 1911, o "velho Lemos", como era chamado, se notabilizou pela modernização urbanística da capital paraense, tendo sido associado, nesse campo, ao prefeito do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos (1902-1906). Seu longo domínio político na região, coincidente com o período áureo das atividades ligadas à borracha no país, foi chamado na época de "lemismo", incorporando-se como tema central à história política das oligarquias estaduais na Primeira República (1889-1930).

Artur Lemos casou-se com sua prima Maria Guajarina, filha de Antônio Lemos, e com ela teria seis filhos. Em Belém, advogou e foi redator do jornal *A Província do Pará*. Ativo participante da vida literária da cidade, poeta e orador destacado, foi escolhido pelo tio e sogro, cujos filhos homens não haviam demonstrado vocação para a política, para ser seu representante na cena federal.
Iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em 1897. Nos primeiros dias da legislatura foi encarregado de propor à Assembleia Legislativa, durante a sessão de posse do novo governador, José Pais de Carvalho, uma moção de congratulação a Lauro Sodré − militar e ativo propagandista republicano no Pará desde os últimos anos da monarquia −, cujo mandato à frente do Executivo estadual (1891-1897) então se encerrava. Pouco depois, precisou situar-se diante da cisão do situacionismo federal, que, em junho de 1897, colocou em campos opostos o presidente da República Prudente de Morais (1894-1898) e Francisco Glicério, líder máximo do Partido Republicano Federal (PRF). O Partido Republicano do Pará, recém-fundado, também se dividiu, e Artur Lemos alinhou-se com a facção liderada

por seu tio Justo Chermont e por Augusto Montenegro, que seguiu apoiando o presidente da República, enquanto Lauro Sodré punha-se à frente da corrente fiel a Glicério. Durante o congresso do Partido Republicano do Pará, realizado em 24 de agosto de 1897, foi um dos signatários da moção de apoio ao presidente da República aprovada pelos delegados. Seu apoio a Prudente de Morais se evidenciou, também, quando referendou o envio de tropas da polícia paraense para colaborar na repressão ao movimento camponês de Canudos, na Bahia (1896-1897), onde já atuava o 40º Batalhão de Infantaria, sediado no Pará.

NO CONGRESSO NACIONAL

Em 31 de dezembro de 1899 elegeu-se deputado federal, tendo sido o segundo candidato mais votado da bancada paraense, preenchida quase totalmente pelo Partido Republicano do Pará. A minoria ficou com a sétima vaga, que coube a Inácio Serzedelo Correia – militar e destacado participante da articulação que culminou com o golpe republicano de 1889 −, do PRF, aliado de Lauro Sodré.

Empossado em abril de 1900, foi eleito para a Comissão de Constituição e Justiça e estreou no plenário da Câmara no dia 27 daquele mês, debatendo com Serzedelo Correia. Acusado pelo jornal *A Província do Pará* de dever sua eleição a votos para ele carreados pelo Partido Republicano do Pará, Serzedelo alegou que fora eleito pela regra eleitoral que reservava vagas nas bancadas para a representação da minoria. Durante a discussão, Artur Lemos precisou rechaçar graves acusações feitas por Serzedelo ao grupo lemista, relativas ao processo eleitoral no Pará: "Senhores de todas as posições, com intendências unânimes, junta apuradora sua, força de bombeiros, e tendo na Intendência da capital o chefe do partido a distribuir favores, a gastar os dinheiros do município em politicagem, enfim, todos os meios de fraude". Em julho de 1901, foi eleito para uma comissão de nove deputados encarregada de apurar denúncias do almirante Custódio José de Melo contra o presidente Campos Sales (1898-1902), acusado pelo denunciante de ter usado de violência contra ele. Aceita pela comissão, a denúncia foi, contudo, rejeitada pelo plenário da Câmara, que a considerou inepta e baseada em fundamentos injurídicos.

Um dos fundadores, em setembro de 1901, do Instituto Teixeira de Freitas, que daria origem, no ano seguinte, à Faculdade Livre de Direito do Pará, primeira escola de ensino superior do estado, foi reeleito deputado federal em 1903. Durante esse mandato, teve a

oportunidade de auxiliar o escritor Euclides da Cunha em sua viagem à Amazônia como chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, pondo-o em contato com Antônio Lemos. Em carta a seu pai, datada de 30 de dezembro de 1904, o autor de *Os sertões* (1902) registrou as gentilezas com que fora cumulado em Belém, bem como a surpresa altamente positiva que a cidade lhe causara, antes de tudo pelo padrão urbanístico lá encontrado, para ele muito superior ao do Rio de Janeiro e São Paulo. Artur Lemos seria, também, depositário do deslumbramento de Euclides com a Amazônia, registrado pelo escritor em carta que lhe dirigiu em1905.

Reeleito deputado federal em 30 de janeiro de 1906, participou, como representante do governador do Pará e integrante da Comissão da Faculdade Livre de Direito do Pará, do I Congresso Jurídico Brasileiro, realizado em 1909 no Rio de Janeiro. Ainda nesse ano, foi eleito senador pelo Pará. Participou ativamente das eleições presidenciais de 1910, quando se defrontaram Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca, candidato do Partido Republicano Conservador (PRC), liderado pelo senador José Gomes Pinheiro Machado (RS), então uma das mais fortes lideranças políticas nacionais. O Partido Republicano do Pará apoiou Hermes, afinal vitorioso. Ainda em 1910, relatou no Senado o tratado de limites com o Uruguai, de 30 de outubro do ano anterior, pelo qual foram modificadas as fronteiras entre os dois países na lagoa Mirim e rio Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e estabelecidos princípios gerais para o comércio e a navegação na área.

Artur Lemos integrou a Comissão de Legislação e Justiça e a Comissão de Finanças do Senado, tendo atuado como relator de importantes emendas ao orçamento da União. Entre elas figurou, em 1911, a do orçamento do Ministério da Guerra para 1912, crucial para a viabilização dos projetos de modernização militar patrocinados pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), a quem os lemistas apoiavam. Por entender que beneficiaria a cultura da borracha, então o segundo produto de exportação do país, mas em crise, principalmente por causa da concorrência asiática, defendeu, também nessa legislatura, a criação da Estrada de Ferro Belém-Pirapora, que, no entanto, não se concretizaria, apesar de determinada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912, que estabeleceu medidas voltadas para o fomento da cultura da seringueira, do caucho, da mandioca e da mangabeira, bem como da colheita e beneficiamento da borracha extraída dessas árvores.

Em junho de 1911, assumiu o comando da corrente lemista, em decorrência da renúncia de Antônio Lemos aos cargos que ocupava, por pressão de setores do próprio Partido Republicano do Pará, divergentes da sua orientação econômico-financeira à frente da Intendência de Belém, bem como de seus métodos políticos, e de correligionários de Lauro Sodré. João Coelho, então governador do estado, tornou-se chefe do partido, enquanto os lemistas passavam a se identificar como a seção paraense do PRC. Na oposição a João Coelho, se aproximaram de Lauro Sodré, a quem apoiaram na sucessão estadual de 1912. Às vésperas do pleito, contudo, ocorreu, em agosto de 1912, um atentado contra Sodré, que teve sua residência e a sede do jornal *A Província do Pará* incendiadas e foi feito prisioneiro. Os lemistas denunciaram o atentado como falso, mas foram acusados de autores pelos partidários da vítima. Antônio Lemos se transferiu, então, para o Rio de Janeiro, onde faleceu no ano seguinte, na residência de Artur Lemos.

A preocupação com os rumos da cultura da borracha no país se traduziu, também, na emenda ao orçamento do Ministério do Interior para o ano seguinte, que Artur Lemos apresentou em 25 de dezembro de 1913. Tratava-se de promover o saneamento da Amazônia, de acordo com um plano concebido a partir de proposta formulada por Osvaldo Cruz, sanitarista notabilizado pela campanha de erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro. O objetivo era viabilizar a introdução de trabalhadores asiáticos em substituição aos brasileiros, que, em face das dificuldades que o setor começava a enfrentar, estariam trocando a região pelo centro do país. Também assinaram a emenda os senadores paraenses Lauro Sodré e Artur Índio do Brasil, e Gabriel Salgado, representante do Amazonas. A proposta foi, contudo, rejeitada, porque a legislação em vigor vedava a inclusão de novos serviços no orçamento em curso. Ainda no mesmo ano, Artur Lemos fez, no Senado, um alerta para a probabilidade de, em cinco anos, a produção estrangeira de borracha atingir o dobro da brasileira, o que de fato aconteceria no período 1915-1919, precipitando a decadência do setor nacional.

Retornou à Câmara dos Deputados em 1921. Na legislatura iniciada nesse ano, apresentou, em 1923, projeto de lei que concedia uma verba para financiar a primeira viagem do maestro e compositor Heitor Vila-Lobos – amigo e parceiro musical de seu filho Artur Iberê de Lemos − à Europa. A proposta despertou resistências na Câmara, e a verba, inicialmente fixada em 108 contos de réis, foi reduzida para 40 contos de réis e, finalmente,

para 20 contos de réis, mas permitiu que Vila-Lobos, mais tarde considerado o maior expoente da música clássica brasileira, apresentasse seu trabalho para platéias mais afeitas ao gênero musical que cultivava e fizesse importantes contatos no meio artístico internacional.

Reeleito em 1924 e 1927, durante o último mandato foi vice-presidente da Comissão Especial de Legislação Social da Câmara dos Deputados, criada em 1920 com a função de analisar propostas legislativas na área trabalhista e de assistência e proteção ao cidadão. Apesar da forte repressão que se abateu na década sobre o movimento sindical e popular em geral, a comissão, durante o período em que a integrou, teria papel importante na aprovação de duas leis que, embora viessem a ser sistematicamente desrespeitadas, procuraram introduzir melhorias nas condições de vida e trabalho dos assalariados: a Lei de Férias (1925), que obrigava os empresários a conceder 15 dias de férias remuneradas aos empregados, e o Código de Menores (Decreto nº 17.943-A, 12/10/1927), que consolidou as leis de assistência e proteção a menores – nesse caso, negociou diretamente com representantes do empresariado industrial que faziam oposição aos itens relativos ao limite mínimo de idade para trabalhar. Em 1930, tornou-se presidente da comissão.

Com a vitória do movimento político-militar liderado por Getúlio Vargas em outubro de 1930 e o consequente fechamento do Congresso Nacional, Artur Lemos encerrou sua carreira política. Partiu em seguida para a Europa, onde permaneceu exilado por cerca de um ano. De volta ao Brasil, enfrentou dificuldades financeiras, transferindo-se com a família para a ilha de Paquetá, na baía de Guanabara (RJ), onde residiu por dois anos. Retornou, então, à capital federal, passando a trabalhar como advogado da Caixa Econômica. Em 26 de julho de 1944, teve seu pedido de aposentadoria deferido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1945.

Era casado em segundas núpcias, após enviuvar, com Ceci Bezerra de Miranda e Lemos, com quem teve sete filhos.

Publicou *Questões sociais: direito e economia* (1918) e Advocacia judiciária no Distrito Federal, *Revista do Supremo Tribunal Federal* (v. 56, set. 1923).

Renato Lemos

FONTES: AZEVEDO, R. *Maranhão*; Cultura Brasil. Disponível em: < http://www.culturabrasil.org/correspondencia.htm>. Acesso em: 13/8/2010; Centro esportivo virtual. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/compilacao-legislacao-educacao-fisica-desportos%20Acesso%20em%2029/10/2010>. Acesso em: 29/10/2010; JusBrasil. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2444005/dou-secao-1-03-08-1944-pg-42>. Acesso em: 25/10/2010; LIMA, M. *Legislação*; MUS. VILLA LOBOS. Disponível em: <http://www.museuvillalobos.org.br/villalob/biografi/viagemeu/index.htm%20Acesso%20em%201/11/2010>. Acesso em: 1/11/2010; NOGUEIRA, W.; GALOTTI, O. *Correspondência*; ONG Trem. Disponível em: <http://www.ongtrem.org.br/artigos/arquivos/5/artigo_150_EFCB.htm%20Acesso%20em%2027/10/2010>. Acesso em: 27/10/2010; RIBEIRO, F. *Cartas* (p. 147-162); RICCITELLI, A. *Impeachment*; ROCQUE, C. *Antônio*; SANTANA, M. *Questão*; SARGES, M. *Memórias*; Recanto das letras. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/biografias/872951%20Acesso%20em%201/11/2010>. Acesso em: 1/11/2010; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1488&li=28&lcab=1909-1911&lf=28>. Acesso em: 9/8/2010; UNI. FED. PA. Disponível em: <http://www.ufpa.br/ccj/Inicio/historico.php%20Acesso%20em%201/11/2010>. Acesso em 1/11/2010; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_de_Sousa_Lemos>. Acesso em: 9/8/2010.

LEMOS, Faria

*magistrado; pres. PE 1872; pres. CE 1876-1877; pres. RS 1877-1878; pres. MG 1886-1887; min. STF 1892-1894.

Francisco de Faria Lemos nasceu em Recife no dia 23 de dezembro de 1828, filho de Francisco de Faria Lemos e de Cândida Maria de Avelez Faria.

Assentou praça no Exército em 1846 como voluntário no 2º Batalhão de Artilharia, sendo reconhecido cadete de 1ª classe em outubro do ano seguinte. Mesmo incorporado, conseguiu concluir o curso de humanidades no Colégio das Artes, em Olinda, obtendo a seguir licença para matricular-se na Faculdade de Direito do Recife. Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1851, ano em que se transferiu para o 10º Batalhão de Infantaria. Em janeiro de 1852 deu baixa do serviço no Exército.

Ainda em julho de 1852 ingressou na magistratura, ao ser nomeado juiz municipal suplente da 1ª vara da cidade do Recife. Em outubro de 1853 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Quixeramobim e Riacho do Sangue, na província do Ceará, e em outubro de 1857 foi removido para o termo de Aracati, na mesma província. Aí permaneceu até 1858, quando foi nomeado juiz de direito da comarca de Paranaguá, no Piauí. Em 1859 foi removido para a comarca de Boa Vista, em Pernambuco, mas logo a seguir foi nomeado chefe de polícia da província do Piauí, e depois chefe de polícia no Ceará. Em 1864 retornou às funções judicantes, sendo designado para a comarca de Santarém, no Pará. Em julho de 1868 foi nomeado chefe de polícia da província do Rio Grande do Norte, e em outubro passou a exercer o mesmo cargo na província de Pernambuco. De abril de 1869 a 1871 foi chefe de polícia na Corte, sendo então designado para a 2ª vara da mesma cidade.

Entre 1872 e 1887, foi presidente das províncias de Pernambuco (10 de junho a 5 de novembro de 1872), Ceará (22 de março de 1876 a 10 de janeiro de 1877), Rio Grande do Sul (21 de maio de 1877 a 10 de fevereiro de 1878) e Minas Gerais (1886-1887). Nomeado em agosto de 1879 desembargador da Relação de Fortaleza, foi transferido para a Relação da Corte por decreto julho de 1886, e presidiu esse tribunal em 1888.

Quando adveio a República, em 15 de novembro de 1889, estava em exercício na Relação, tribunal de segunda instância que teve o nome mudado para Corte de Apelação num dos primeiros atos do governo provisório. Em maio de 1892 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e em junho seguinte tomou posse, no contexto da reforma promovida no tribunal durante o governo Floriano Peixoto, com o objetivo de afastar os ministros identificados com o Império. Foi aposentado por decreto em janeiro de 1894, retirando-se da vida pública.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 7 de novembro de 1904.

Foi casado com Isabel Viana de Faria Lemos.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

LEMOS, Frederico Ferreira
*dep. fed. GO 1903-1905.

Frederico Ferreira Lemos nasceu em Porto Nacional (GO) no dia 3 de julho de 1861.

Em 29 de setembro de 1891 assumiu o cargo de presidente da intendência de Porto Nacional. No mesmo ano, fundou o primeiro periódico do município, *A Folha do Norte*, que circulou por quase três anos. Em 1902 fundou outro jornal, *O Incentivo.* Elegeu-se deputado federal pelo estado de Goiás em fevereiro de 1903 e exerceu o mandato de maio desse ano a dezembro de 1905.

Foi casado com Joaninha Lemos.

Detentor da patente de coronel, foi proprietário de muitos imóveis em Porto Nacional.

Adrianna Setemy

FONTES: COSTA, L.; TEIXEIRA, I.; PAINKOW, A. *Folha.*

LEMOS, Jaime Gomes de Sousa

* dep. fed. MG 1912-1920.

Jaime Gomes de Sousa Lemos nasceu no município de Rio Preto (MG) em 5 de setembro de 1858, filho de Joaquim Gomes de Sousa e de Adelaide Carolina de Lemos. Descendia de João Antônio de Lemos, o barão do Rio Verde, chefe conservador do município de Campanha (MG) e um dos primeiros povoadores de São Gonçalo do Sapucaí (MG). Coube também à família Lemos a criação e a emancipação do município de Passos (MG).

Fez os primeiros estudos em São Gonçalo do Sapucaí, completando-os no Rio de Janeiro, então capital do Império. Não há registro de que tenha feito curso superior. Em 1884 passou a residir na cidade de Passos, onde fundou, em 1887, o semanário *Gazeta de Passos* em parceria com Genaro César Costa. Nesse período exerceu também o cargo de coletor geral e provincial no mesmo município.

Ingressou na política como deputado estadual em Minas. Em 1912 foi eleito deputado federal para a legislatura 1912-1914. Reeleito para as legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara dos Deputados até 1920.

Faleceu em Belo Horizonte em 28 de fevereiro de 1922.

Casou-se em primeiras núpcias com Henriqueta Gomes de Carvalho, com quem teve um filho, e contraiu um segundo matrimônio com Luísa Negrão. Deste casamento nasceram três filhas. Uma delas, Sara Luísa Gomes de Sousa Lemos, casou-se com Juscelino Kubitschek, que foi prefeito de Belo Horizonte de 1940 a 1945, constituinte de 1946, deputado federal por Minas Gerais de 1946 a 1951, governador do estado de 1951 a 1955 e presidente da república de 1956 a 1961.

Ioneide Piffano Brion de Sousa

FONTES: ARAÚJO, F. *Juscelino*; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>. Acesso em: 7/8/2010; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Geneanet. *Bio. Jaime Gomes de Sousa Lemos*. Disponível em: <http://gw1.geneanet.org/index.php3?b=edmourao&lang=fr;pz=gabriel+quintao;nz=gontijo;ocz=0;p=jayme+gomes+de+Sousa;n=lemos>. Acesso em: 28/8/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; JARDIM, S.

Juscelino; JUREMA, A, *Juscelino*; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; PREF. MUN. PASSOS. *A história administrativa de Passos*. Disponível em: < http://www.passos.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=48>. Acesso em: 28/8/2010; Reocities. Passos: sul do Estado de Minas Gerais – Brasil. Disponível em: <http://www.reocities.com/Athens/7452/passos.html>. Acesso em: 28/8/2010; Usina de Letras. *Bio. Sara Kubitschek*. Disponível em: < http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=2444&cat=Ensaios>. Acesso em: 28/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

LEMOS, Virgílio de

*dep. fed. BA 1906-1908 e 1924-1926.

José Virgílio da Silva Lemos nasceu no dia 27 de julho de 1863 no município de Penedo, em Alagoas, filho de Sesóstris da Silva Lemos e de Maria dos Anjos de Farias Lemos.

Iniciou os estudos em Alagoas, depois seguiu para a capital baiana e aí concluiu o preparatório em 1883 no Colégio Carneiro Ribeiro, onde mais tarde seria professor. Em 1885 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, mas abandonou o curso para se dedicar ao ensino particular e às causas abolicionistas. Aliado a Raimundo Bizarria, Eduardo Carigé, Luis Anselmo da Fonseca e outros, combateu a escravidão, ensaiando seus primeiros passos como publicista na imprensa diária. Em 1888 tornou-se diretor do *Diário de Notícias* e fundou o *Diário do Povo*, no qual fez propaganda do regime republicano. Ainda com o objetivo de divulgar as benesses da República, juntamente com Cosme Moreira e outros, fundou o Clube Republicano e o jornal *República Federal*, do qual foi redator. Com justificação judicial, adotou o nome de Virgílio de Lemos, abandonando seu extenso nome, e assim ficou famoso.

Proclamada a República, foi nomeado pelo governador interino, Virgílio Damásio, professor catedrático de estatística, história da arte, retórica e poética do Instituto Oficial do Ensino Secundário, antigo Liceu Provincial. Exerceu o magistério de 1890 a 1895.

Eleito deputado estadual para o período de 1892 a 1894, foi afastado por acontecimentos políticos e passou a dedicar-se ao direito. Retomou os estudos, ingressando na Faculdade de Direito da Bahia, pela qual se diplomou em 1897. Em 1900 submeteu-se a concurso, sendo aprovado e nomeado para a cadeira de direito internacional, e transferindo-se depois para a cadeira de filosofia do direito. Quando o *Diário de Noticias* ressurgiu em 1903, voltou a fazer parte da redação até 1905. Depois dirigiu *O Estado*, órgão oficial do “marcelinismo”, corrente liderada pelo governador José Marcelino (1904-1908).

Elegeu-se deputado federal para a legislatura 1906-1908. Em 1909 assumiu uma cadeira no

Senado Estadual no lugar de Graciliano Pedreira de Freitas, que havia renunciado, e foi reeleito na legislatura seguinte (1911-1912). Com o bombardeio de Salvador em 1912, colocou-se em oposição ao governo de J. J. Seabra (1912-1916), posição que manteve durante toda a sua vida política, atacando-o implacavelmente nas colunas dos jornais. Em 1924 retornou à Câmara dos Deputados, mas não chegou ao fim da legislatura.

Faleceu em Salvador no dia 26 de janeiro de 1926, no exercício do mandato de deputado federal.

Casado com Maria Carolina de Lemos, teve dois filhos.

Escreveu os seguintes trabalhos: *A questão da inelegibilidade* (1911); *A língua portuguesa no Brasi*l (1916); *Da classificação das ciências jurídicas* (1916); *A fantasia da vogal preta* (1924).

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p.211 e 212); CASTRO, R. *Fundadores*; *Democrata, O Imparcial, Diário da Bahia (*, 27, 29/ 1/ 1926). Faleceu o deputado Virgílio de Lemos e Dr. Virgílio de Lemos*; Diário Oficial do Estado da Bahia* (2004, p.490-491); *Tarde.* Salvador (26, 27, 29/1/1926). Morreu hoje, pela manhã, o deputado Virgílio de Lemos, A cerimônia do enterro do deputado Virgílio de Lemos e Ainda a morte do deputado Virgílio de Lemos; *Revista do Instituo Histórico e Geográfico Brasileiro* (263, 1964, p. 67-69;80-82); SANTOS, M. *Sinopse* (p 19-21, 142, 143).

LEON, Adolfo Pereira Burgos Ponce de
*dep. fed. RJ 1894-1898.

Adolfo Pereira Burgos Ponce de Leon nasceu em Pernambuco, filho de Antônio de Burgos Ponce de Leon e de Teresa Adelaide de Siqueira Cavalcanti Ponce de Leon.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais, transferiu-se para Barra Mansa, na província do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como advogado e foi juiz municipal e de órfãos. Filiado ao Partido Conservador, em 1887 foi eleito vereador em Barra Mansa. Após a proclamação da República (15/11/1889), continuou a ser eleito vereador e exerceu mandato até 1892, tendo sido presidente da Câmara Municipal. Foi também deputado estadual e secretário do Interior e Justiça.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Tomou posse na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano, com mandato até dezembro de 1896. Reeleito para a legislatura seguinte, exerceu o mandato até meados de 1898, quando renunciou e foi substituído por João Francisco Barcelos.

Era casado com Fabrízia Carneiro de Campos, filha de Joaquim José Carneiro dos Santos, o visconde de Caravelas. Seu filho Luís Carneiro de Campos Ponce de Leon foi vereador em Barra Mansa, deputado estadual e deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1915 a 1917.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.9); Histórico Genealógico. Disponível em: <http://www.genealogy.com/>. Acesso em: 16/11/2010.

LEON, Luís Carneiro de Campos Ponce de
*dep. fed. RJ 1915-1917.

Luís Carneiro de Campos Ponce de Leon nasceu em Barra Mansa (RJ) no dia 9 de fevereiro de 1881, filho de Adolfo Pereira Burgos Ponce de Leon e de Fabrízia Carneiro de Campos Ponce de Leon. Seu avô materno, Joaquim José Carneiro dos Santos, era o visconde de Caravelas. Seu pai foi vereador, deputado estadual e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (1894-1898).

Fez os primeiros estudos no Colégio Anchieta, em Friburgo, e os preparatórios no Ginásio Nacional, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1902 bacharelou-se em direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro. Recém-formado, retornou ao município natal e dedicou-se ao exercício da advocacia. Foi também vereador em Barra Mansa e presidente da Câmara Municipal.

Em 1904 elegeu-se deputado estadual. Foi reeleito para sucessivas legislaturas até 1914, ano em que assumiu a presidência da Assembleia Legislativa. Em 1915 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e cumpriu seu mandato na Câmara dos Deputados de maio daquele ano até dezembro de 1917.

Faleceu em 16 de outubro de 1918.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES. J. *Governos* (v.2, p. 499-500); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.176); Genealogy.com. Disponível em: <http://www.genealogy.com/>. Acesso em: 21/1/2011.

LEONEL, ATALIBA

*dep. fed. SP 1926-1930; rev. 1932.

Ataliba Leonel nasceu em Itapetininga (SP) no dia 15 de maio de 1875. Estudou no Seminário Episcopal e no Colégio Ateneu Paulista, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Proprietário de terras, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Piraju (SP) e fundador do diretório político do Partido Republicano Paulista (PRP) dessa cidade. Eleito deputado estadual em São Paulo, presidiu durante os trabalhos legislativos a Comissão de Obras Públicas e Viação da Assembleia. No início dos anos 1920 liderou uma corrente política do PRP em Palmital (SP) que, durante a realização de um pleito municipal, entrou em choque com a corrente também perrepista dirigida por Olavo Egídio de Sousa Aranha. A luta resultou na chacina de 11 oposicionistas na cidade, sendo os criminosos chefiados na ocasião pelo coronel Cândido Dias Melo. Em 1923 realizou-se na cidade de São Paulo uma sessão do Júri Federal para proceder ao julgamento do crime, e o resultado foi a absolvição dos responsáveis.

Entre 1926 e 1930 foi deputado federal por São Paulo. Perdeu o mandato em outubro desse último ano em decorrência da vitória da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos do país. No dia 16 de fevereiro de 1932 assinou o manifesto de lançamento da Frente Única Paulista (FUP), no qual os dois principais partidos desse estado, o PRP e o Partido Democrático (PD), proclamavam sua união na luta pela pronta reconstitucionalização do país e pela restituição da autonomia estadual. Em maio do mesmo ano participou como representante do PRP, juntamente com Antônio de Pádua Sales e Altino Arantes, de uma reunião promovida por Pedro de Toledo, então interventor federal em São Paulo, para discutir uma possível composição política no governo estadual. Em seguida, Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda (1931-1934), enviou de São Paulo um telegrama a Getúlio Vargas em que denunciava a gravidade da situação naquele estado, alertando que o comércio, as academias e os colégios iriam aderir ao movimento. Nesse mesmo telegrama afirmou ser favorável a que Pedro de Toledo organizasse um governo de frente única, acreditando que dessa forma o interventor receberia o apoio integral de Ataliba Leonel, Francisco Morato e Paulo de

Morais Barros.

Cedendo à pressão das forças constitucionalistas, Vargas fez publicar em 14 de maio de 1932 o decreto que criava uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição e marcava eleições para o dia 3 de maio do ano seguinte. Por essa época, entretanto, já se consolidara entre os políticos da FUP a idéia de recurso a um levante armado contra o governo provisório como o único caminho possível para alcançar sua reivindicação de volta ao estado de direito. O general Isidoro Dias Lopes e o coronel reformado Euclides de Oliveira Figueiredo coordenavam, desde o início do ano, com a colaboração de Ataliba Leonel, o planejamento militar do movimento. Com a deflagração do conflito no dia 9 de julho de 1932 e sua posterior derrota em outubro do mesmo ano, Ataliba Leonel, juntamente com vários revoltosos, foi levado para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde permaneceu preso na Casa de Correção durante todo o mês de outubro. Em novembro foi deportado para Portugal juntamente com os principais líderes constitucionalistas civis e militares.

De volta ao Brasil já após as eleições de maio de 1933, encontrou em São Paulo um grande debate em torno da sucessão estadual. A vitória da Chapa Única por São Paulo Unido — coligação formada pelo PRP, o PD, a Federação dos Voluntários e a Liga Eleitoral Católica — nas eleições para a Constituinte havia levado Vargas a iniciar negociações visando à substituição do interventor Valdomiro Castilho de Lima (1932-1933) por um civil paulista. Após diversas indicações, chegou-se ao nome de Armando de Sales Oliveira. Ataliba Leonel, contudo, manifestou-se contrário à Chapa Única, preferindo que o PRP disputasse os postos isoladamente. Passou então a dar declarações em favor da manutenção da situação política vigente no estado, fortalecendo a posição de Valdomiro de Lima, que não concordava com a indicação de Armando Sales. A situação, porém, caminhou rapidamente para um desfecho contrário à sua posição, com a intervenção de outras autoridades federais, como o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e o interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha, francamente favoráveis à entrega do poder à Chapa Única.

Ataliba Leonel faleceu em Piraju no dia 29 de outubro de 1934.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; *Efemérides paulistas*; ENTREV. PEIXOTO, A.;

FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; LEITE, A. *História*; *Personalidades*; SILVA, H. *1932*; SILVA, H. *1933*.

LEONI, ARLINDO

*magistrado; dep. fed. BA 1912-1923 e 1935-1936.

Arlindo Batista Leoni nasceu em Barra (BA) no dia 29 de janeiro de 1869, filho de Manuel Batista Leoni e de Messias Valedici de Sousa Leoni.

Fez os primeiros estudos no Colégio D. Pedro II, em Salvador, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Foi promotor público na comarca de Brejo Grande, atual Ituaçu (BA), de 1887 a 1890, e juiz municipal de Pombal, atual Ribeira do Pombal (BA), de 1890 a 1892. Em seguida foi juiz de direito dos municípios baianos de Paraguaçu, Bom Conselho — atual Cícero Dantas — , Juazeiro, Maragojipe e Valença. Deixando a magistratura em 1904, instalou um escritório de advocacia em seu estado.

Em 1910 elegeu-se senador estadual na Bahia, reelegendo-se para a legislatura seguinte. Em janeiro de 1912 elegeu-se deputado federal e renunciou ao Senado estadual. Foi reeleito nos pleitos de 1915, 1918 e 1921, sempre com o apoio de José Joaquim Seabra, importante chefe político do estado durante a Primeira República. Na Câmara dos Deputados, integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em diferentes legislaturas.

Candidatou-se a uma cadeira no Senado na legenda do Partido Republicano Democrático (PRD) no pleito de julho de 1923, realizado para preencher a vaga aberta com o falecimento de Rui Barbosa em abril do mesmo ano. Sua eleição, entretanto, não foi reconhecida pelo Senado Federal, que proclamou a vitória de Pedro Lago, candidato da Concentração Republicana da Bahia (CRB). Em dezembro seguinte renunciou ao mandato na Câmara para candidatar-se ao governo da Bahia na legenda do PRD. Segundo o sociólogo Eul-Soo Pang, Arlindo Leoni era um chefe de segundo escalão do PRD, tendo sido escolhido à última hora pelo partido, que estava plenamente consciente da inutilidade do gesto, dada a crescente popularidade do candidato da CRB, Francisco Marques de Góis Calmon. Realizado o pleito, os dois partidos reivindicaram a vitória, forçando o Legislativo estadual a “reconhecer” o vencedor. Em março de 1924 a vitória de Góis Calmon foi proclamada, em meio a grande tensão política. Surgiram rumores de que o governador Seabra transmitira o cargo a Leoni, ignorando a decisão da Assembleia. Ainda em março, o presidente Artur Bernardes (1922-1926) decretou o estado de sítio na Bahia, garantindo a

posse de Góis Calmon.

Após a Revolução de 1930, Arlindo Leoni, juntamente com outros políticos do antigo PRD, rompeu com Seabra, aliando-se ao interventor federal Juraci Magalhães. Em janeiro de 1933 participou da fundação do Partido Social Democrático da Bahia. No pleito de maio do mesmo ano elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do seu partido, mas não participou dos trabalhos de elaboração da nova Carta por motivos de saúde. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal por seu estado, assumindo o mandato em maio do ano seguinte.

Durante sua vida pública advogou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde veio a falecer no dia 6 de setembro de 1936, em pleno exercício do mandato.

Publicou *Testamento e suas modalidades perante o direito e a legislação pátria* (1897) e *Penhor mercantil* (1898).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração brasileira* (10/1922); MACEDO, R. *Efemérides*; PANG, E. *Coronelismo*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

LESSA, Macário das Chagas Rocha
* sen. AL 1905-1906; gov. AL 1912.

Macário das Chagas Rocha Lessa nasceu em Coruripe (AL).

Não chegou a completar o curso na Faculdade de Direito do Recife.

Durante o Império foi deputado provincial em Alagoas de 1884 a 1889, pelo Partido Liberal. Já na República foi eleito deputado constituinte estadual em 1891, com mandato até 1892. Voltou à Câmara estadual entre 1897 e 1912 e foi também senador por Alagoas de 1905 a 1906. Como presidente do Congresso Alagoano, substituiu o governador Euclides Malta entre 29 de janeiro e 10 de março de 1912, e novamente a partir de 13 de março até o fim do governo, em 12 de junho, quando passou o cargo ao novo governador Clodoaldo Fonseca.

Seu filho Otávio Rocha de Lemos Lessa foi deputado federal por Alagoas de 1906 a 1908.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas.*

LESSA, Otávio Rocha de Lemos

*dep. fed. AL 1906-1908.

Otávio Rocha de Lemos Lessa nasce em Coruripe (AL) no dia 15 de dezembro de 1881, filho de Macário das Chagas Rocha Lessa. Seu pai foi senador por Alagoas de 1905 a 1906 e governador interino do estado

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor público em sua cidade natal de 1900 a 1902 e secretário do Interior de Alagoas de 1902 a 1905, no governo Joaquim Vieira Malta. A partir de 1904 foi também professor de história geral no Liceu de Maceió.

Eleito deputado federal por Alagoas, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio de 1906 a dezembro de 1908.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LESSA, PEDRO
*magistrado; min. STF 1907-1921.

Pedro Augusto Carneiro Lessa nasceu na cidade do Serro, província de Minas Gerais, no dia 25 de setembro de 1859, filho do coronel José Pedro Lessa e de Francisca Amélia Carneiro Lessa.

Após concluir o curso de humanidades na província natal, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. No segundo ano do curso dirigiu com Alberto Sales e Alcides Lima a folha republicana *O Federalista*. Colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 30 de outubro de 1883 e apresentou tese de doutorado em 13 de maio de 1884. Ainda em 1883 foi nomeado secretário da Relação de São Paulo. Em 1887 fez concurso para lente substituto da Faculdade de Direito, obteve o primeiro lugar, mas não foi nomeado pela princesa Isabel e a ela enviou protesto contra a preterição. Em outro concurso em 1888 obteve o cargo de lente substituto, e em 1891 foi promovido a professor catedrático. Nesse mesmo ano foi chefe de polícia da cidade de São Paulo.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte paulista em 1891, participou ativamente da elaboração da Constituição do estado, mas não se interessou em ingressar na política. A sua atividade profissional foi dedicada exclusivamente ao magistério superior – lecionando a cadeira de filosofia do direito – e à advocacia, uma das bancas mais prestigiosas do estado de São Paulo. Além de filosofia e direito, tinha interesse por literatura, história e ciências sociais. Em 1900 publicou "É a história uma ciência?", inicialmente prefácio da tradução da *História da civilização* de Buckle, e em 1905 "O determinismo psíquico e a imputabilidade e responsabilidade criminais", memória apresentada ao Congresso Científico Latino-Americano.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga de Lúcio de Mendonça, por decreto de 29 de outubro de 1907 do presidente Afonso Pena, tomou posse a 3 de dezembro, sendo-lhe prestada homenagem de despedida por iniciativa do Centro XI de Agosto. Foi um defensor da missão do STF como verdadeiro poder, e os seus votos, vencedores ou vencidos, constituíram sempre pronunciamentos importantes. Desempenhou

papel relevante no alargamento da aplicação do *habeas-corpus*, constituindo a "doutrina brasileira do *habeas-corpus*". Para Castro Rebelo, foi ele no Brasil "o juiz que melhor serviu à liberdade, servindo à justiça".

Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910, na vaga de Lúcio de Mendonça. Em 1912 tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Participou intensamente do movimento nacionalista e presidiu a Liga da Defesa Nacional.

Foi casado com Paula de Aguiar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 25 de julho de 1921.

Entre outros trabalhos, publicou, em 1909, *Dissertações e polêmicas*, reunindo estudos jurídicos anteriores ao ingresso no STF, e *Discursos*; em 1912, *Estudos de filosofia do direito*; em 1915, *Do Poder Judiciário*; e em 1916, *Discursos e conferências*, com conferências sobre João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Em 1925 foi publicado o volume póstumo *Reforma constitucional*, reunindo trabalhos sobre o assunto.

Alberto Venâncio Filho

FONTES: LAGO, L. *Supremo*; REALE, M. *Pedro Lessa*; REBELLO, E. *Pedro Lessa*; RODRIGUES, L. *História*; SUPR. TRIB. FED. Memória Jurisprudencial (2007); VAMPRÉ, S. *Memórias.*

LEUENROTH, Edgard

*jornalista; mov. anarquista; mov. operário.

Edgard Frederico Leuenroth nasceu em Mojimirim (SP) em 31 de outubro de 1881, filho do médico-farmacêutico Valdemar Eugênio Leuenroth e de Amélia de Oliveira Brito. Entre os diversos pseudônimos que utilizou estão: *Demócrito*, *Frederico Brito*, *Palmiro Leão*, *Len* e *Leão Vermelho*.

Perdeu o pai aos cinco anos de idade, e pouco depois a família mudou-se para a cidade de São Paulo, instalando-se no bairro do Brás. Frequentou apenas alguns anos do ensino primário na Escola Modelo, situada na rua do Carmo, no bairro da Sé, pois aos dez anos teve que deixar os estudos para trabalhar no escritório de uma firma de corretagem como encarregado da limpeza e de recados. Pela primeira vez ouviu falar de socialismo através de Estevam Estrela, médico socialista baiano que frequentava o escritório. Depois de deixar os estudos, continuou sua educação como autodidata. Mais tarde trabalhou como caixeiro de uma pequena loja de tecidos localizada na avenida São João, no centro de São Paulo. Na mesma região passou a trabalhar, aos 14 anos, nas oficinas da Companhia Industrial, situada à rua 25 de Março, onde iniciou sua aprendizagem como tipógrafo.

Em 1896, tornou-se tirador de provas no jornal *O Comércio de São Paulo*. Ainda trabalhava nesse jornal quando, em setembro do ano seguinte, lançou seu primeiro periódico, o jornal *O Boi*, produzido em uma pequena tipografia que comprara. Depois dessa primeira experiência, lançou, em 1899, *A Folha do Brás*, que duraria até 1901. Nas páginas do jornal, fazia a denúncia da politicagem e da "falsidade do voto". Para obter recursos, fundou com os irmãos Waldemar, Eugênio e João a agência de publicidade A Eclética. Porém trabalhou na agência como funcionário, não aceitando tornar-se sócio dos irmãos. A empresa passaria ao longo do tempo por fusões e incorporações que acarretaram mudanças na composição societária, deixando de ser uma empresa familiar. Todavia, alguns dos irmãos Leuenroth, como Eugênio e Edgard, continuaram ligados a ela. Entre as atividades desenvolvidas pela agência figuravam, entre outras, a distribuição do almanaque *Werneck*, a venda do *Diário Oficial*, a publicação de uma revista mensal distribuída gratuitamente nas estações ferroviárias e nos trens, e a criação do jornal dos jornais, serviço de distribuição de notícias para a imprensa.

Em 1900 começou a frequentar o círculo socialista 1º Maio, parte da Federação

do Estado de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, que integrou até 1904. Todavia, pouco depois abandonou o socialismo pelo anarco-comunismo, corrente que tinha como principais expoentes no plano internacional Kropotkin e Malatesta. Ainda em 1904 ingressou na União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), colaborando na fundação e redação do jornal *O Trabalhador Gráfico.* Foi um dos fundadores da Federação Operária de São Paulo em 1905, e nesse mesmo ano mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, passando a trabalhar como tipógrafo nos jornais *A Imprensa* e *Portugal Moderno*, publicados na então capital federal. Mesmo continuando a residir no Rio de Janeiro, fundou com o português Neno Vasco (pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos) o jornal libertário *Terra Livre*, publicado em São Paulo, inicialmente de 1905 a 1908, e depois em 1910, no qual eram tratados a situação da classe trabalhadora e seus problemas. Em 1906 casou-se com Aurora da Costa Reis, com quem teve quatro filhos.

Em abril de 1906, participou do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Centro Galego, no Rio de Janeiro, como representante da Federação Operária de São Paulo. Esse congresso consagrou a orientação sindicalista-revolucionária, inspirada na Confederação Geral do Trabalho francesa, que seria a política sindical defendida por anarquistas como Leuenroth, Neno Vasco e outros.

De retorno a São Paulo em 1908, publicou o jornal *Folha do Povo* que durou até o ano seguinte. Ainda em abril de 1908, participou, como representante de União dos Trabalhadores Gráficos, do 2º Congresso Operário de São Paulo, realizado na capital. Apresentou, na ocasião, moção vitoriosa que previa que o operariado se organizasse em sociedades de resistência econômica, deixando de fora a luta político-partidária e as doutrinas políticas e religiosas nos moldes daquilo que sustentava o sindicalismo revolucionário.

No final de 1909, associou-se a Benjamin Mota em *A Lanterna* (jornal anticlerical paulista fundado em 1901, cuja publicação havia sido interrompida em 1904), imprimindo ao jornal um caráter mais operário, além de inseri-lo na campanha internacional em favor do educador libertário catalão Francisco Ferrer, que havia sido condenado na Espanha, e na defesa da escola laica. Em 1911, teve início naquele jornal a coluna “Vida operária”, na qual eram tratadas as manifestações operárias e a organização sindical. Sob a direção de Leuenroth, o jornal perduraria até 1916.

Integrou, em 1910, a Associação Pró-Escola Moderna de São Paulo, que propunha um modelo de educação fundado nos preceitos de Francisco Ferrer. Os

esforços da associação foram recompensados com a abertura, em 1912, da Escola Moderna em São Paulo.

Em nome do jornal *A Lanterna*, Leuenroth participou do 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1913, que aceitou como delegados representantes de jornais operários. Esse congresso reiterou e aprofundou a orientação sindicalista-revolucionária do 1º Congresso.

Em 1915 colaborou no jornal independente *O Combate* e em 1916 e 1917 escreveu no também independente *A Capital*, ambos de São Paulo. Em julho de 1917, durante o processo de mobilização que atingiu São Paulo e outras cidades, lançou *A Plebe*, que se tornaria o mais importante jornal anarquista brasileiro. Na greve geral de 1917, naquela cidade, foi um dos organizadores do Comitê de Defesa Proletária que elaborou a pauta comum de reivindicações dos grevistas. Com o final do movimento foi preso como "autor psíquico-intelectual" da greve. Passou por várias delegacias e depois foi encaminhado à Cadeia Pública, onde permaneceu seis meses preso até ser levado a julgamento, contando entre seus advogados com Evaristo de Morais. Absolvido, deixou a prisão em março de 1918.

Em 1919, relançou *A Plebe*, que deixara de circular em 1918, dessa vez como jornal diário. Em março do mesmo ano, participou da fundação do Partido Comunista (libertário) no Rio de Janeiro e, no mês de junho, da fundação da mesma organização em São Paulo. A criação desse partido foi resultado do impacto e da admiração da Revolução Russa, mas também do desconhecimento entre os anarquistas brasileiros da natureza daquela revolução. Em coautoria com Hélio Negro, publicou, ainda em 1919, o folheto *O que é marxismo ou bolchevismo: programa comunista.*

Em abril de 1920, participou do 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, e integrou a comissão coordenadora do congresso. Ao término da reunião foi eleito secretário-geral da comissão executiva do 3º Congresso, que deveria manter-se em atividade até o congresso seguinte, nunca realizado. Nessa função editou, em agosto de 1920, o *Boletim da comissão executiva do 3º Congresso Operário*, que, além de informações sobre o congresso, continha diversos artigos doutrinários contrários à organização de um partido operário e de apoio à Revolução Russa, já com críticas às suas doutrinas. Também nas páginas de *A Plebe* começaram a aparecer artigos com críticas à Revolução Russa. Todavia a tônica dominante ainda era de apoio à revolução, a despeito das reservas à política dos bolcheviques.

Em 1921, morando em Teresópolis (RJ), Leuenroth colaborou com Afonso

Schmidt, João da Costa Pimenta, Fábio Luz e outros na publicação do diário *A Vanguarda*, de São Paulo. De acordo com Afonso Schmidt, naquele ano Leuenroth (já de volta a São Paulo) teria sido convidado por um enviado da Internacional Comunista, que ficou conhecido como "o cometa de Manchester", a fundar no Brasil o Partido Comunista segundo o modelo da Internacional Comunista, tendo, contudo, declinado e indicado o nome de Astrojildo Pereira para a tarefa.

Em março de 1922, às vésperas da fundação do Partido Comunista do Brasil, (PCB), ocorreu a ruptura definitiva com o modelo político surgido da Revolução Russa, quando Leuenroth, junto com outros oito anarquistas, lançou o manifesto-programa "Os anarquistas no momento presente – definindo atitudes" endereçado "aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado". No documento eram explicitadas as divergências com os rumos da Revolução Russa e com o modelo do Estado Soviético e era reafirmado o ideal anarco-comunista dos signatários.

Em fevereiro de 1923, devendo ausentar-se de São Paulo por problemas de saúde, Leuenroth deixou a direção de *A Plebe*, cuja publicação seria interrompida no ano seguinte para ser retomada por pouco tempo em 1927. Em 1925, integrou a comissão de redação de *O Sindicalista*, órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Colaborou nesse jornal com artigos assinados sob o pseudônimo de Demócrito, um dos que utilizava em *A Plebe*. Em 1926, participou do 1º Congresso Pan-Americano de Imprensa representado a agência de publicidade fundada por seus irmãos, A Eclética.

Foi preso, mais uma vez, em agosto de 1927 em São Paulo, com outros anarquistas, comunistas e militantes operários. Entre 1926 e 1928 foi redator do *Jornal do Jornais* e, mais uma vez, assumiu a redação da revista *Eclética*, ambas publicações da agência de publicidade.

Integrou a comissão organizadora do Congresso de Imprensa do Estado de São Paulo, a ser realizado em abril de 1933, sediada no escritório de A Eclética, à rua 3 de Dezembro, número 17. Desse congresso resultou a Associação Paulista de Imprensa, da qual seria um dos fundadores. Em julho do mesmo ano relançou *A Lanterna*, que desapareceria em virtude na repressão no final de 1935. Participou, ainda em 1933, da fundação do Centro de Cultura Social em São Paulo, iniciativa do movimento anarquista. No ano seguinte, foi diretor provisório do Sindicato dos Profissionais da Imprensa do Rio de Janeiro. Ainda como parte de sua militância pela organização dos profissionais da imprensa, fundou em 1939 a Federação Nacional da Imprensa.

Em novembro de 1939, comprou de Benjamin Mota o terreno de 7.500 m^2 no

bairro paulista do Itaim, que se transformou, com a construção de alojamentos, cozinha coletiva e salão com palco, a formação de pomar e a constituição de uma horta, em "Nossa Chácara", local que serviria para a realização de congressos anarquistas, apresentações e confraternizações do movimento anarquista paulista.

Participou de diversos congressos anarquistas nos anos seguintes, como: o Congresso Anarquista de São Paulo em dezembro de 1949, o Congresso Anarquista Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1953, e a Conferência Libertária Nacional, realizada em São Paulo em 1959.

Faleceu em 28 de setembro de 1968 na cidade de São Paulo.

Durante a vida Leuenroth reuniu pacientemente farto material referente ao movimento operário, ao anarquismo e a outras correntes políticas no Brasil e em várias partes do mundo sob a forma de periódicos, livros, folhetos e panfletos. Essa coleção foi adquirida de sua família pela Universidade Estadual de Campinas em 1974, dando origem ao Arquivo Edgard Leunroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social daquela universidade.

Além da grande quantidade de artigos publicados nos diversos periódicos que fundou ou nos quais colaborou, Edgard Leuenroth publicou as seguintes obras: *Anarquismo, roteiro de libertação social*; *O que é o marxismo ou o bolchevismo* (1919, em colaboração com Hélio Negro,). Postumamente foi publicada *A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951* (1987).

Cláudio H. M. Batalha

FONTES: Anarcopédia. Disponível em: <http://por.anarchopedia.org/Edgard_Leuenroth>. Acesso em: 2/8/2009; DULLES, J. *Anarquistas*; JOMINI, R. *Educação*; *Jornal do Estado*, SP (13/4/1933); KHOURY, Y. *Edgard*; PINHEIRO, P.; HALL, M. *Classe*; PINHEIRO, P. *Estratégias*; REIS FILHO, D. *História* (v. 1); RODRIGUES, E. *Lembranças*; RODRIGUES, E. *Nacionalismo*; SILVA, R. *Idéias*.

LEVY, ARTUR

*militar; rev. 1922; pres. Petrobras 1954-1956.

Artur Levy nasceu em Cuiabá no dia 8 de outubro de 1902, filho de Henrique Levy e de Joselina Castelo Levy.

Cursou o Colégio Militar de Barbacena (MG) de 1913 a 1919, ingressando no ano seguinte na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Como aluno da Escola Militar, participou da Revolta de 5 de Julho de 1922, movimento que deu origem ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Deflagrado no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas aos militares pelo governo Epitácio Pessoa com a prisão do marechal Hermes da Fonseca e fechamento do Clube Militar, o movimento foi prontamente debelado pelas forças federais.

Em consequência de sua participação no levante, Artur Levy foi afastado da Escola Militar. Prosseguiu seus estudos de engenharia no Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (MG) entre 1923 e 1925 e, diplomado engenheiro, retornou nesse último ano a Mato Grosso, onde trabalhou na construção da primeira usina hidrelétrica do rio da Casca. Durante a execução da obra foi encarregado da construção da linha de transmissão da usina até Cuiabá e da subestação daquela cidade. De 1925 a 1926 chefiou a construção da rede de distribuição de energia elétrica e água da capital mato-grossense, chefiando no ano seguinte as obras destinadas à construção da estação de bombas para o abastecimento de água de sua cidade natal. Exerceu ainda a função de inspetor de luz e água de Cuiabá, tendo unificado todos os serviços de água e luz da cidade durante o período de 1926 a 1928. Nos dois anos seguintes dedicou-se à medição de terras no sul de Mato Grosso.

Com a vitória da Revolução de 1930, foi anistiado e retornou à vida militar no posto de primeiro-tenente. Ainda em 1930 fez um estágio de atualização e revisão do curso de engenharia no 1º Batalhão de Engenharia (1º BE), com sede no Rio de Janeiro. De 1931 ao ano seguinte serviu no 6º BE, sediado em Aquidauana (MT), onde exerceu interinamente as funções de comandante e subcomandante. Comandou também o destacamento da unidade encarregada da construção das rodovias Corumbá (MS)-Porto Suarez (Bolívia) e Porto Murtinho (MS)-Bela Vista (MS).

Servia no Destacamento Néri da Fonseca, em Porto Murtinho, quando, em julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, movimento que se estendeu ao território do atual estado de Mato Grosso do Sul. Participou da repressão aos rebeldes nos combates de Porto Esperança, Porto Murtinho e São Roque e tomou parte ainda em todos os reconhecimentos aéreos na região, bem como nas operações fluviais a bordo dos navios *Oiapoque* e *Pernambuco*, da flotilha de Ladário (MS). Foi promovido a capitão no mesmo mês em que eclodiu a revolução, afinal debelada em outubro.

Em 1933 fez o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, servindo no ano seguinte e em 1936 como instrutor de oficiais na Escola de Armas. De 1937 a 1939 fez o curso da Escola de Estado-Maior, sendo promovido a major nesse ínterim, em maio de 1938. Após concluir o curso, estagiou durante o ano de 1940 no Estado-Maior do Exército (EME) e no estado-maior regional da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada no Rio Grande do Sul.

Transferido ainda em 1940 para o 2º Batalhão Ferroviário em Rio Negro (PR), representou seu batalhão no III Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária, realizado em Belo Horizonte. Foi subcomandante, primeiro-engenheiro e fiscal administrativo do batalhão, e foi promovido a tenente-coronel em dezembro de 1941. Durante a construção do Tronco-Principal-Sul pelo 2º Batalhão Ferroviário, foi subchefe de uma parte da obra, a estrada de ferro Rio Negro-Caxias (RS). Removido em seguida para o estado-maior-regional da 5ª RM, com sede em Curitiba, foi chefe de seção. Em 1942 chefiou o Serviço de Engenharia da 5ª RM, tendo participado de todas as obras militares, desapropriações e tombamentos de fortificações nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Chefiou também em 1942 o curso de engenharia do Curso Regional de Aperfeiçoamento de Oficiais (CRAO/5ª RM), dirigindo ainda o Círculo Militar de Curitiba.

De volta ao Rio de Janeiro em 1942, foi designado para servir no 1º BE, logo depois transformado em 7º BE e transferido para Petrolina (PE), que passou a ser sua sede provisória. Como comandante da unidade, chefiou a construção da rodovia Petrolina-Leopoldina (Parnamirim), do porto fluvial de Petrolina e da rede ferroviária do campo de instrução de Engenho Aldeia (PR). Com a declaração de guerra do governo brasileiro aos países do Eixo em agosto de 1942 — já em plena Segunda Guerra Mundial — e a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para combater ao lado dos países aliados na Europa, o 7º BE, pertencente à 7ª Divisão de Infantaria (7ª DI), iniciou os preparativos para

a campanha. Em 1944, Artur Levy estagiou durante três meses em Fort Belvoir, nos EUA, como parte do treinamento para a campanha, mas não chegou a seguir para o teatro de operações na Itália.

De volta ao Brasil após o treinamento, serviu no EME como adjunto da 4ª Seção no período de 1944 a 1945, frequentando nessa época o curso de transportes do Exército. Foi também representante do EME no Plano Rodoviário Nacional, que levou à constituição da comissão responsável pela elaboração da Lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945 — Lei Joppert —, a qual possibilitou o desenvolvimento da rede rodoviária brasileira.

NO CNP

Ainda em 1945 foi nomeado representante do Ministério da Guerra junto ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP). No ano seguinte foi transferido para a Diretoria de Engenharia como chefe da 2ª Divisão, que passara por uma reestruturação, cabendo-lhe a direção de todas as comissões militares da rede, anteriormente sob responsabilidade do EME. Promovido a coronel em março de 1946, chefiou também a Comissão de Estudos do Oleoduto Santos-São Paulo-Campinas, do CNP, entre 1946 e 1947.

Em fevereiro desse último ano foi nomeado pelo presidente da República, Eurico Dutra (1946-1951), membro de uma comissão especial encarregada de elaborar um anteprojeto de legislação sobre o petróleo. A comissão era presidida por Odilon Braga e dela também faziam parte os engenheiros Glycon de Paiva, Avelino Inácio de Oliveira, Antônio José Alves de Sousa e Rui de Lima e Silva. O objetivo básico do anteprojeto era dispor sobre a concessão do direito de exploração do petróleo a empresas estrangeiras e regular a formação de empresas brasileiras para a exploração de refinarias, levando em conta o artigo 153 da Constituição de 1946 e as diretrizes já traçadas pelo CNP.

O texto enviado ao Congresso Nacional em fevereiro de 1948 determinava como disposições básicas que as jazidas de petróleo continuariam no domínio privado da União como bens inalienáveis e imprescindíveis; a pesquisa e lavra dessas jazidas seriam declaradas de utilidade pública e da exclusiva competência da União, o mesmo ocorrendo com a refinação do petróleo nacional ou importado e seu transporte. O ponto central do anteprojeto referia-se à execução dessas operações pela União, sendo consideradas duas possibilidades: por administração direta ou por via de subordinações e concessões a serem

exploradas por uma empresa privada, o que assegurava um direito real de posse, administração e exploração econômica pelo capital privado. Houve grande resistência no Congresso, e os debates em torno do anteprojeto chegaram a um impasse quanto ao controle estatal sobre os trustes, ao grau de participação estrangeira, à necessidade de atração de capitais estrangeiros para o país e aos prazos das concessões de jazidas. Em conseqüência, o anteprojeto foi arquivado.

Artur Levy permaneceu na Diretoria de Engenharia até 1948, quando foi licenciado do Exército e posto à disposição do Ministério da Viação. Ainda em 1948 tornou-se membro da comissão dos recursos do Brasil no setor de combustíveis na Missão Abbink, nome pelo qual ficou conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. Constituída nesse ano por um grupo de técnicos norte-americanos enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões, a comissão mista tinha como objetivo analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro e retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão Cooke em 1942. O resultado dos trabalhos da comissão foram publicados em fevereiro de 1949, tornando-se conhecidos como *Relatório Abbink.*

Também em 1948, Artur Levy assumiu a chefia dos trabalhos de construção da rede de oleodutos Santos-São Paulo, da estrada de ferro Santos-Jundiaí, função que exerceu até 1952. No ano seguinte passou a integrar a Comissão de Localização da Refinaria de 45 mil barris diários, criada pelo CNP e depois transformada em Comissão de Localização da Refinaria de Cubatão (SP), na Baixada Santista. Designado assessor da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai em 1952, no ano seguinte assumiu a presidência da Comissão de Estudos da Rede de Oleodutos Nacionais do CNP, que iniciou seus trabalhos pelo oleoduto Paranaguá (PR)-Curitiba. Foi também chefe da Comissão de Estudos da Rede Militar de Oleodutos, do Ministério da Guerra, e, no período de 1953 a 1954, presidiu a I Comissão Especial das Indústrias Petroquímicas, órgão do CNP, chefiando ainda as obras de construção da fábrica de fertilizantes de Cubatão.

PRESIDENTE DA PETROBRAS

Com a criação da Petrobras em outubro de 1953, Artur Levy foi escolhido pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, para integrar a primeira diretoria da empresa. No ano seguinte tornou-se membro da Comissão de Incorporação de Bens da empresa, ocasião em que deixou a função de representante do Ministério da Guerra junto ao CNP.

Em setembro de 1954 substituiu Juraci Magalhães na presidência da Petrobras. Durante sua gestão, inaugurou a Refinaria Presidente Bernardes e a fábrica de asfalto, ambas em Cubatão, e a usina experimental de xisto, em Tremembé (SP). Firmou também o contrato de montagem de uma fábrica de fertilizantes, descobriu petróleo na bacia Amazônica, iniciou um esquema de reserva de dólares para os programas da Petrobras e intensificou as pesquisas de petróleo em território brasileiro. Em 1955 integrou a Comissão de Implantação das Indústrias Pesadas e presidiu a Associação dos Refinadores Nacionais, entidade que congregava os refinadores de petróleo particulares e estatais. Deixou a presidência da Petrobras em 1º de fevereiro do ano seguinte, quando foi substituído por Janari Nunes. Ainda em 1956 fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG), ao término do qual apresentou a monografia *Combustíveis, um grave problema nacional*.

Ao retornar ao Exército após o período de licença, serviu na Diretoria de Comunicações do Exército, do Departamento Geral de Material Bélico, como chefe de gabinete, tendo ocupado interinamente o cargo de diretor por diversas vezes entre 1957 e 1958. Nesse último ano frequentou o curso de treinamento em problemas de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), passando para a reserva em dezembro de 1958 com a patente de general de divisão. Chefiou a construção da Refinaria Duque de Caxias, em Duque de Caxias (RJ), a partir de 1959, e foi presidente da Casa de Mato Grosso de 1960 a 1962. Com a entrada em operação da Refinaria Duque de Caxias em 1961, tornou-se seu superintendente, atuando ainda como diretor-técnico da Empresa de Construção e Pavimentação de 1963 a 1964.

Em 1964 foi chefe de gabinete da presidência da Petrobras, ocupada então pelo general Osvino Ferreira Alves. Apoiou o movimento político-militar de março desse ano, que derrubou o governo de João Goulart (1961-1964), e de 1965 a 1967 foi superintendente-geral do Departamento Industrial da Petrobras. Em 1967 participou do VII Congresso Mundial do Petróleo, realizado na cidade do México, como chefe da delegação da

Petrobras.

Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cuja estrutura dinamizou de 1967 a 1969, frequentou em agosto do ano seguinte o curso de atualização doutrinária da ESG. No campo da iniciativa privada foi diretor da Eletrossiderúrgica (Sibra), em Aratu (BA), de 1968 a 1973, da Estamparia Metalúrgica Vitória, no Rio de Janeiro, de 1968 a 1971, e da Betanil Indústrias Químicas, em Alcântara, no município de São Gonçalo (RJ), a partir de 1973, tendo atuado ainda como assistente-técnico da Empreendimentos Técnicos de Estradas (Etec) a partir de 1974.

Tornou-se membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), do Clube de Engenharia e do Clube Militar.

Artur Levy faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de novembro de 1993.

Era casado com Dulce Alves Baeta Levy.

Além de artigos e conferências sobre a questão energética publicados nas revistas *Petróleo, Boletim da Associação de Engenheiros* e *Boletim da ADESG*, publicou *Energia não se importa* (1962). O arquivo de Artur Levy encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas.

FONTES: BULHÕES, O. *Margem;* COHN, G. *Petróleo;* CORRESP. PETROBRAS; ENTREV. BIOG.; *Globo* (23/11/1993); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1958); REIS, A. *Bibliografia nac.*

LÍBERO, CÁSPER

*jornalista.

Cásper Líbero nasceu em Bragança Paulista (SP) no dia 2 de março de 1889, filho de Honório Líbero e de Zerbina Toledo Líbero.

Cursou o Ginásio do Estado, ingressando a seguir na Faculdade de Direito de São Paulo. Ainda como estudante universitário, apoiou a Campanha Civilista que promoveu a partir de 1909 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito no pleito de março de 1910. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais ainda em 1909, defendendo tese relacionada à doutrina do pan-americanismo, à qual se filiava.

Passando a se dedicar exclusivamente ao jornalismo, fundou e foi o primeiro diretor da Agência Americana, primeira organização criada no Brasil com o objetivo de distribuir notícias à imprensa. Ocupou em seguida a chefia da sucursal de *O Estado de S. Paulo* no Rio de Janeiro, fundando mais tarde, com Olegário Mariano, Raul Pederneiras e Luís Peixoto, o jornal *Última Hora*, fechado por sua posição antigovernista. Afastou-se então da imprensa, passando a exercer a função de procurador da Fazenda em Mato Grosso. Pouco tempo depois retornou às atividades jornalísticas, assumindo em 1918 a direção de *A Gazeta*, que se transformou, durante sua administração, em importante órgão da imprensa paulista. Atuando também no campo do jornalismo esportivo, fundou *A Gazeta Esportiva*, através da qual incentivou a educação física e promoveu grande número de disputas atléticas, entre as quais as corridas de Nove de Julho (de ciclismo) e a corrida de São Silvestre, ambas até hoje realizadas anualmente. Criou também a Rádio Gazeta e o semanário de literatura intitulado *Gazeta Magazine*, posteriormente reunidos, juntamente com os dois jornais citados e uma escola de jornalismo, na Fundação Cásper Líbero.

Apoiou a Revolução Constitucionalista de julho de 1932, que opunha as correntes políticas tradicionais de São Paulo às correntes tenentistas e ao governo federal. Após a derrota do movimento pelas forças legalistas em outubro do mesmo ano, foi preso. Exilado na Europa, participou em Lisboa da recepção aos revolucionários de 1932, expulsos pelo governo brasileiro, transferindo-se a seguir para Paris.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de agosto de 1943 em desastre aéreo.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BEHAR, E. *Vultos*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Efemérides paulistas*; *Grande encic. Delta*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. *1932*.

LIBÓRIO, Joaquim de Albuquerque

*dep. fed. BA 1924-1926.

Joaquim de Albuquerque Libório nasceu na cidade de Teresina em 28 de maio de 1897, filho de Bráulio Libório e de Ana de Albuquerque.

Em 1919, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Eleito deputado federal pela Bahia, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio de 1924 a dezembro de 1926.

Liliane de Brito Freitas

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n. 263, p. 81-82).

LIGA BRASILEIRA CONTRA O ANALFABETISMO

Instituição fundada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 7 de setembro de 1915, visando ao combate ao analfabetismo em todo o Brasil. Encerrou suas atividades em 1940, após realizações empreendidas pelo presidente Getúlio Vargas no campo da educação.

ORIGENS E ATUAÇÃO

No Brasil, o impacto da eclosão da a Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a proximidade da comemoração do Centenário da Independência, em 1922, reacenderam entre os intelectuais a necessidade de pensar o país do ponto de vista brasileiro e despertaram o engajamento em torno de temas centrais como defesa nacional, educação, saúde, voto, representação política e civismo. Foi a partir dessas questões que os intelectuais brasileiros buscaram propor soluções para uma nação que precisava adquirir identidade própria. Ergueram-se bandeiras nacionalistas que propunham um programa de lutas e pregavam a necessidade de se organizar movimentos que atuassem na construção da nação, tendo sido numerosas as associações então fundadas.

Em abril de 1915, a partir de uma carta publicada no jornal *A Noite*, um grupo de intelectuais denunciou o analfabetismo como um dos maiores problemas brasileiros e apontou a necessidade de se fazer algo de prático e proveitoso no combate àquele "terrível mal", considerando que a instrução consistia no alicerce seguro onde deveria se firmar o prestígio de uma nacionalidade. Tendo isso em vista, a carta anunciava que no dia 21 de abril se realizaria uma reunião no Clube Militar, na qual seria instalada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. A instituição daria início a uma campanha destinada a convencer o povo da urgência de se extinguir o analfabetismo do Brasil, procuraria conquistar o engajamento da sociedade em favor da campanha, lutaria para obter o apoio dos poderes públicos na aprovação de leis que atendessem às suas finalidades e buscaria o auxílio da imprensa, veículo fundamental para que a campanha alcançasse êxito junto ao povo e aos poderes públicos.

Defendendo o lema “Combater o analfabetismo é dever de honra de todos os brasileiros”, no dia 7 de setembro de 1915, no salão nobre do Círculo Militar, realizou-se a sessão inaugural da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Entre os membros fundadores estava o poeta Olavo Bilac, um dos maiores entusiastas dos movimentos nacionalistas que emergiram na primeira década do século XX. Estiveram presentes os alunos da Escola José Bonifácio, que entoaram o Hino Nacional e o da Independência, e fizeram-se representar o presidente da República e o ministro do Exterior. Na ocasião foi aclamada a primeira diretoria da liga, composta por médicos, advogados, homens de letras e militares: presidente, dr. Antônio Ennes de Sousa; primeiro vice-presidente, Vicente Neiva; segundo vice-presidente, professora educadora Maria do Nascimento Reis Santos; terceiro vice-presidente, dr. Homero Batista; secretário-geral, major Raimundo Pinto Seidl; primeiro-secretário, Edgard Ribas Carneiro; segundo-secretário, Francisco Pinto Seidl; tesoureiro, dr. Júlio da Fontoura Guedes. Do conselho deliberativo faziam parte Irineu Marinho, Irene de Avelar Penteado, Leonídia Ferraz Teixeira, dr. Álvaro Batista, dr. Carlos Pinto Seidl, Marcelino Penteado, tenente Antônio Freire de Vasconcelos, prof. José Antônio Gonçalves, capitão de corveta Raul Elísio Daltro, prof. José Ferreira da Rosa, Lindolfo de Azevedo, dr. Oscar Trompowsky Leitão de Almeida e dr. José Honório Menelick.

De acordo com os estatutos, a diretoria e o conselho deveriam reunir-se semanalmente, em sessões conjuntas, no Liceu de Artes e Ofícios. O mandato da diretoria e do conselho teria a duração de sete anos, e as eleições deveriam ser realizadas na assembleia geral ordinária de agosto do último ano do mandato. Fichas de declaração de adesão foram enviadas aos associados, cujas contribuições não poderiam ser menores que quinhentos réis, aceitando-se ainda a oferta de artigos escolares ou serviços didáticos. Também foi pedido o apoio da corporação legislativa para a aprovação de projetos que contemplassem os propósitos do movimento e, aos redatores de jornais, foi solicitado um espaço diário ou semanal para a propaganda do lema de combate ao analfabetismo. O jornal *A Noite* de 30 de agosto de 1915 já informava que na capital federal 150 pessoas haviam aderido à liga como sócias e 18 pessoas se haviam apresentado dispostas a ensinar gratuitamente nas escolas a serem

instaladas.

Após a sessão de inauguração da liga, a diretoria e o conselho deliberativo organizaram algumas comissões visando a dar início aos trabalhos em diferentes localidades do país, entre elas a “Comissão para trabalhar junto ao Poder Llegislativo federal”, a “Comissão para atuar junto aos poderes municipais” e a “Comissão para atuar pela criação de escolas para analfabetos pelas associações religiosas, de auxílios mútuos, industriais, esportivas ou de qualquer outra natureza”. A campanha de combate ao analfabetismo via na educação a chave que abriria as portas do progresso e da civilização, tendo como alvo principal a formação de cidadãos.

Os membros da liga se investiam de uma verdadeira missão cívica que deveria culminar com a formação intelectual do povo. Atuando simultaneamente junto aos poderes municipais, estaduais e federais, além de buscar constantemente apoio junto à sociedade civil, a liga tinha como estratégia de ação ao longo do território nacional desde a fundação de escolas gratuitas, o uso de propaganda na imprensa, a nomeação de delegados em diferentes estados, até a fundação de ligas locais e a realização de conferências e festivais em benefício das causas da instituição.

A liga encerrou suas atividades em 1940, dando por concluída sua missão após as medidas educacionais concretizadas por Getúlio Vargas, como a decretação da obrigatoriedade do ensino primário, uma de e suas bandeiras de luta fundamentais. Assim como sua fundação foi anunciada à sociedade através de uma carta publicada em jornal de grande circulação, o encerramento dos seus trabalhos também foi comunicado em nota publicada no *Jornal do Comércio* de 14 de março de 1940: “A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, alcançado o objetivo a que se propôs, dá por terminada a sua missão, externando o seu profundo reconhecimento à colaboração eficiente e grandiosa da Imprensa Brasileira e das Estações de Rádio, que, com a sua indiscutível força de propaganda e difusão, de par com a boa vontade sempre demonstrada em todos os tempos, animaram muito a campanha da causa brasileira hoje vitoriosa. Finalizada a sua tarefa a LBCA não se extingue, não desaparece, vai apenas descansar da grande jornada que empreendeu, alerta sempre ao primeiro toque

de reunir para lutar, quando for chamada ou quando se tornar preciso, em prol do progresso e da felicidade do nosso querido Brasil, porque sendo a Instrução a base do progresso... Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro!”

Adrianna Setemy

FONTES: *Liga Brasileira Contra o Analfabetismo;* NOFUENTES, V. *Desafio.*

LIGA BRASILEIRA PELOS ALIADOS

Organização fundada no Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1915, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sob a presidência de Rui Barbosa, a fim de consolidar as simpatias pelos países Aliados. Foi extinta em 1919.

No Brasil, a eclosão da Primeira Guerra Mundial acirrou o ímpeto nacionalista e recolocou a questão da identidade nacional e da construção de uma nação brasileira na ordem do dia. Ergueram-se bandeiras nacionalistas que propunham um programa de lutas e apontavam a necessidade de se organizar movimentos visando à salvação do país e à construção da nacionalidade, tendo sido numerosas as associações fundadas nesse contexto, como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista de São Paulo, a Liga Pró-Saneamento e a Liga Brasileira contra o Analfabetismo.

Em março de 1915, a tendência pró-Aliados manifestou-se no país com a criação da Liga Brasileira pelos Aliados. A entidade encetou campanha contra a suposta postura pró-Alemanha do então ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, defendendo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos. A liga contou com o apoio de parte da imprensa da capital federal, especialmente do *Jornal do Comércio*, e reuniu importantes nomes da intelectualidade brasileira: além de Rui Barbosa, José Veríssimo (vice-presidente), Graça Aranha, Antônio Azeredo, Pedro Lessa, Barbosa Lima, Olavo Bilac e Manuel Bonfim. Outros intelectuais também defenderam a posição dos Aliados, como por exemplo Medeiros e Albuquerque, José Carlos Rodrigues, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Pandiá Calógeras, Emílio de Meneses, Mário de Alencar, Nestor Vitor, Assis Brasil, Miguel Lemos, Tobias Monteiro e Gilberto Amado.

Antes da entrada do Brasil na guerra, a liga agiu no sentido de desenvolver na sociedade brasileira simpatia pela causa dos Aliados, manter os laços de união cultural entre Brasil e França e ajudar aqueles que sofriam nas regiões em luta na Europa. A liga levantou fundos para a Cruz Vermelha brasileira e francesa, organizou manifestações públicas, redigiu petições para apresentação no Congresso e repetidas vezes protestou contra as “atrocidades

alemãs” e a violação das leis internacionais. Em outubro de 1917, o presidente Venceslau Brás declarou guerra à Alemanha e decidiu participar diretamente do conflito enviando uma frota de seis navios ao teatro de operações. Nesse momento, a liga ampliou suas atividades e desempenhou importante papel na produção de informações acerca das hostilidades no campo de batalha. Entretanto, o contingente enviado pelo Brasil não chegou a tomar parte direta no conflito, pois foi em grande parte vitimado pela gripe espanhola ao chegar ao porto de Dacar.

Rui Barbosa, presidente da liga, foi o grande arauto da propaganda pró-Aliados no Brasil. Considerava que as nações neutras haviam errado por não protestar vigorosamente contra os métodos de guerra alemães. Sua cruzada pró-Aliados ganhou dimensão internacional após o discurso que pronunciou no dia 14 de julho de 1916 na Faculdade de Direito de Buenos Aires, durante as festas comemorativas do centenário da independência da Argentina, a que foi enviado pelo governo brasileiro como embaixador especial do Brasil.

A Liga Brasileira pelos Aliados foi desfeita em 1919. Atualmente, na Fundação Casa de Rui Barbosa, uma sala de visitas denominada “Sala pró-Aliados” lembra a participação de Rui no movimento em favor dos Aliados na Primeira Guerra Mundial e da revogação da neutralidade do Brasil.

Adrianna Setemy

FONTES: CARDIM, C. *Raiz*; VINHOSA, F. *Brasil*.

LIGA DA DEFESA NACIONAL (LDN)

Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, era "congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes", difundindo "a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo". Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970 e em 1995 teve sua diretoria transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

ANTECEDENTES

A criação da Liga da Defesa Nacional foi um desdobramento da campanha , promovida entre 1915 e 1916 pelo poeta Olavo Bilac em prol da implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. Essa campanha, lançada pela primeira vez em 1907, no governo Afonso Pena (1906-1909), quando o general Hermes da Fonseca ocupava a pasta da Guerra, recebeu então o apoio do general Caetano de Faria, ministro da Guerra do presidente Venceslau Brás (1914-1918).

O serviço militar era concebido pelos seus defensores como um instrumento capaz de apagar as fronteiras entre civis e militares, através da disseminação da "consciência civil" nos quartéis. O "cidadão-soldado", fruto desse processo de amálgama que desembocaria na identificação Exército-nação, constituiria uma "força nacional real", de grande importância para a solução dos problemas do país.

A defesa do serviço militar obrigatório instituído em outubro de 1916 inseria-se no quadro maior de uma campanha nacionalista em grande escala, centrada no tema do patriotismo e do culto às tradições brasileiras. Essa cruzada de civismo produziu, além da LDN, a Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em dezembro de 1916 por estudantes da Faculdade de Direito.

PRIMEIROS ANOS

Fundada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a LDN incorporou o nome da mais importante publicação militar da época, *A Defesa Nacional* (lançada em 1913), procurando atestar com isso a identidade de interesses de civis e militares. Integrada por

elementos desses dois setores, a liga restringiu inicialmente suas atividades ao nacionalismo e ao serviço militar: as conferências e os debates sobre o nacionalismo eram de responsabilidade dos civis, ao passo que aos oficiais (sobretudo do Exército) cabia a parte prática do serviço militar.

Entretanto, a emergência das reivindicações e greves operárias no final da década de 1910 levou a liga a dedicar sua atenção às questões sociais. Compartilhando as posições das entidades patronais, a LDN manifestou-se contra as reivindicações do operariado. Durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), quando o governo reprimiu violentamente os líderes operários anarquistas, a instituição, através de Alfredo Pinto, protestou contra a realização de greves e comícios no Rio, "provocados por elementos estrangeiros", concitando os trabalhadores a "auxiliarem o governo nas medidas de repressão ao anarquismo".

NO ESTADO NOVO

O período compreendido entre os anos de 1938 e 1945 correspondeu a uma fase muito particular da história da Liga da Defesa Nacional. Em 10 de novembro de 1937, culminando o processo de fechamento político iniciado em 1935 com a promulgação da Lei de Segurança Nacional e a repressão à Revolta Comunista, foi implantado o Estado Novo, assumindo o presidente Getúlio Vargas poderes ditatoriais. A suspensão das liberdades públicas, o fechamento do Congresso e a extinção dos partidos políticos, acompanhados da montagem de um vasto aparelho repressivo, silenciaram quase totalmente a oposição. Liberais e esquerdistas de diversas tendências (socialistas, comunistas, trotskistas) tiveram — sobretudo os últimos — suas organizações desmanteladas pela polícia especial do regime, esbarrando em enormes dificuldades para desenvolver suas atividades políticas.

Foi nesse contexto que, a partir de 1938, os oposicionistas começaram a se aproximar individualmente da LDN, tentando abrir um espaço para a luta contra a ditadura. Naquele momento, faziam parte da direção da liga o conde Ernesto Pereira Carneiro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Francisco Tavares da Cunha Melo e a advogada Orminda Bastos, todos os três politicamente conservadores, mas não identificados com o Estado Novo. A maior parte dos demais membros da diretoria era constituída por professores dos colégios e escolas militares do país.

O primeiro adversário da ditadura varguista a ingressar na instituição foi o major do Exército Jeová Mota, ex-deputado federal e antigo membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) — organização de direita que alcançara grande penetração no Brasil na década de 1930 —, que rompera publicamente com o integralismo em plena Câmara dos Deputados em junho de 1937. A seguir, ingressaram na liga o major do Exército Júlio Machado de Oliveira, que participara da repressão à Revolta Comunista de 1935, mas posteriormente, a exemplo de Jeová, colocara-se contra Getúlio, e outros militares, como Henrique Oest, Péricles Vieira de Azevedo e o capitão Humberto Freire de Andrade, que então dirigia a *Revista do Clube Militar*.

A presença de um grupo de associados relativamente jovens — com menos de 40 anos —, dinâmicos, militares em sua maior parte e, acima de tudo, politicamente insuspeitos, o que lhes garantia a confiança da instituição, provocou uma mudança sensível na atuação da liga. Ao lado das tradicionais campanhas cívicas de exaltação à nação e a seus símbolos e vultos históricos, a LDN passou a patrocinar conferências antifascistas em sua sede, nas quais as ditaduras de Hitler e Mussolini eram criticadas. No entanto, seus promotores tomavam a precaução de não dar margem a correlações entre os regimes da Alemanha e da Itália e o Estado Novo.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a luta antifascista da liga ganhou nova dimensão, sendo lançada a palavra de ordem de barrar o avanço nazista a qualquer preço. A entidade começou a promover conferências fora de sua sede, em grandes casas comerciais do Rio como a Mesbla e O Camiseiro. A partir de 1940, intelectuais, estudantes e profissionais liberais — além de operários, em segundo plano — passaram a frequentar a LDN. Nesse grupo incluíam-se, entre outros, Artur Ramos, Gilberto Freire, Aníbal Machado, Dalcídio Jurandir, Emil Farhat, Augusto Rodrigues, Aidano do Couto Ferraz, Valdir Medeiros Duarte, Benedito Calheiros Bonfim, José Mascarenhas Sampaio, Irum Santana e o líder bancário Spencer Bittencourt, que em 1934 chefiara a primeira greve geral de bancários do Brasil.

Em 1942, o desenrolar das ações de guerra começou a mostrar-se favorável aos Aliados, o que beneficiou a campanha antifascista e a luta pela entrada do Brasil no conflito. Inicialmente, o governo brasileiro proclamou neutralidade em relação às partes envolvidas na guerra, embora, na realidade, houvesse nos meios governamentais uma forte tendência

favorável às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). No entanto, essa posição de neutralidade foi-se tornando cada vez mais insustentável, sobretudo devido às pressões dos Estados Unidos — que em dezembro de 1941 haviam entrado na guerra ao lado dos Aliados (Inglaterra, França e União Soviética) — e ao afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães.

Nesse sentido, a política externa brasileira foi progressivamente se identificando com as nações aliadas. Em janeiro de 1942 o governo rompeu relações diplomáticas com o Eixo, e em agosto declarou o estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Em agosto de 1943, foi estruturada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada para guarnecer o território nacional contra eventuais ataques do Eixo e para lutar nas frentes de batalha da Europa junto aos Aliados.

A LDN, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Sociedade Amigos da América — fundada em janeiro de 1943 e presidida pelo general Manuel Rabelo —, e outras entidades antifascistas lideraram o movimento de conscientização da população contra os países do Eixo e a favor dos Aliados. Durante esse período, estendendo-se até o final do confronto, a liga foi a principal promotora de três grandes campanhas em todo o país: a do envio de um corpo expedicionário brasileiro para a Europa — concretizada entre julho e novembro de 1944, com o embarque de mais de 25 mil homens da FEB; a do esforço de guerra, ou seja, da criação de toda uma infraestrutura que permitisse ao país arcar com os problemas trazidos pelo conflito mundial, e, finalmente, a do “ajudismo”, ou auxílio material aos soldados brasileiros no front, com o envio de alimentos, roupas e objetos de uso pessoal.

Em maio de 1943, a liga participou da Semana Antifascista, que reuniu no Rio representantes da UNE, da Sociedade Amigos da América e do Conselho Antieixista do Banco do Brasil, e contou com o apoio de várias autoridades. A promoção compreendeu solenidades e sessões públicas, incluindo visitas aos túmulos das vítimas do integralismo e do fascismo e o julgamento simbólico do líder integralista Plínio Salgado. No final desse mesmo ano, foi fundada a seção fluminense da LDN, cuja presidência foi entregue ao comandante Ernâni Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro e genro de Getúlio Vargas. Esse fato atesta a força da propaganda democrática e antifascista em círculos do próprio governo.

Nesse momento, as diferentes correntes que integravam a LDN começaram a marcar mais nitidamente seus contornos dentro da instituição. Foi o caso do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que depois de uma quase completa desorganização no início do Estado Novo conseguiu se reestruturar, sobretudo após a Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943. O dirigente comunista João Amazonas explicou mais tarde a presença de militantes do partido dentro da LDN, afirmando que o objetivo do PCB era "ajudar os dirigentes da liga a levar a efeito uma grande campanha de massa, de arregimentação popular para apoiar o esforço de guerra do governo. Pela justeza da linha política do partido, os comunistas ganharam enorme prestígio nesse organismo, principalmente no Distrito Federal, São Paulo e Ceará, e conseguiram em curto prazo ligá-lo às massas".

Em 1945, o processo de redemocratização do país avançou muito, influenciado pela pressão interna das oposições e, no plano externo, pela vitória final dos Aliados sobre as potências do Eixo. Além da anistia aos presos políticos, da restauração das liberdades públicas e da legalização do PCB, foi então iniciada a reorganização partidária. Frente a esse novo quadro, os membros mais atuantes da liga durante a ditadura deixaram a instituição: os liberais foram para a União Democrática Nacional (UDN) e para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto os elementos de esquerda tomaram o rumo da Esquerda Democrática e do Partido Comunista.

Com o fim do Estado Novo, a Liga da Defesa Nacional retornou à sua linha de atuação tradicional, voltada para a promoção de campanhas cívicas.

Sérgio Lamarão

FONTES: CARONE. E. *República velha*; CARONE, E. *Terceira*; ENTREV. MASCARENHAS, J.; LIGA DA DEFESA NAC. *Estatutos*.

LIGA DAS NAÇÕES

A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com sede em Genebra, na Suíça, foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. Os 26 artigos do Pacto da Liga foram incorporados à primeira parte do Tratado de Versalhes, tratado de paz entre as potências aliadas e associadas, de um lado, e a Alemanha derrotada, de outro, assinado em Versalhes em 28 de junho de 1919.

A organização praticamente deixou de funcionar com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, e foi oficialmente desativada em abril de 1946.

ORIGEM E FUNCIONAMENTO

Durante a Primeira Guerra, houve grande clamor da opinião pública por medidas que pudessem impedir a repetição de tragédia semelhante. Segundo a perspectiva idealista corrente na época, aquela deveria ter sido "a guerra para acabar com todas as guerras". A formação de uma "associação geral de nações" foi incluída pelo presidente Woodrow Wilson na proposta de paz dos Estados Unidos (Quatorze Pontos), com o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial tanto aos grandes quanto aos pequenos Estados. Organismos especializados preexistentes, tais como a União Telegráfica Internacional (UTI) e a União Postal Universal (UPU), serviram de exemplo de formas bem-sucedidas de funcionamento de instituições internacionais.

A estrutura da Liga das Nações foi organizada em torno de três órgãos principais: um Conselho Executivo, de composição restrita, com membros permanentes e não permanentes; uma Assembleia aberta a todos os Estados-membros para o exercício do debate público e da diplomacia parlamentar sobre todas as questões que afetassem a paz; e um Secretariado com funções basicamente administrativas, chefiado por um secretário-

geral. Além disso, foi criado um sistema de mandatos para territórios não autônomos e tomada a decisão de estabelecer a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) para solucionar por meios pacíficos controvérsias entre os Estados. Outros organismos, agências e comissões também ficaram associados à Liga, como foi o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919 (parte XIII do Tratado de Versalhes).

O Pacto da Liga exortava os Estados a observar rigorosamente as normas do direito internacional e não recorrer à guerra para resolver suas diferenças. Caso surgisse uma controvérsia suscetível de produzir uma ruptura, o caso deveria ser submetido a um processo de arbitragem ou solução judiciária. Se não houvesse acordo, o Conselho da Liga seria acionado e prepararia um relatório, que poderia ser aceito ou não pelas partes litigantes. Em qualquer situação, segundo o artigo 15, os membros da Liga se reservavam o direito de proceder como julgassem necessário "para a manutenção do direito e da justiça".

Deficiências inerentes ao Pacto logo se fizeram evidentes. Em 1921, resolução da Assembleia declarou que seria da competência de cada Estado-membro decidir por si mesmo se uma violação do Pacto havia sido ou não cometida. Confirmava-se assim que a aplicação das sanções previstas no artigo 16 (rompimento de relações comerciais e financeiras ou medidas que envolvessem o uso de efetivos militares, navais ou aéreos) dependia essencialmente da disposição dos países interessados em tomar os passos necessários para fazer valer a autoridade da Liga.

O primeiro sério golpe à credibilidade da Liga foi a recusa do Senado norte-americano em ratificar o Tratado de Versalhes, em 1920, o que afastou os Estados Unidos da organização. Apesar disso, em seu primeiro período de existência, a Liga obteve alguns pequenos sucessos políticos: resolução da questão territorial das ilhas Aaland entre a Suécia e a Finlândia (1920); defesa da soberania da Albânia, ameaçada por forças gregas e iugoslavas (1921); acordo sobre a Alta Silésia, reivindicada pela Alemanha e pela Polônia (1922); cessão à Lituânia da cidade portuária de Memel (1924); retirada de tropas gregas da Bulgária (1925); e resolução da disputa sobre a província de Mosul entre o Iraque e a Turquia (1926).

O ingresso da Alemanha em 1926, como resultado da reconciliação promovida pelos acordos de Locarno, fez crescer a expectativa de que a Liga finalmente ocuparia o lugar que seus idealizadores imaginaram na prevenção e encaminhamento pacífico dos conflitos. De modo geral, embora pouco progresso fosse alcançado em questões de desarmamento ou na solução de conflitos mais graves, a Liga desenvolveu intensa atividade em áreas de interesse mais técnico do que político: comunicações e trânsito, tráfico de mulheres e crianças, refugiados, proteção de minorias, combate ao ópio, higiene, cooperação intelectual, direito internacional privado, entre outras.

A relação entre a América Latina e a Liga das Nações foi importante desde os primeiros anos, quando muitos países latino-americanos aderiram à organização e declararam apoiar seus ideais pacificistas. No entanto, com o tempo houve uma perda gradual de interesse. A Costa Rica foi o primeiro Estado-membro a retirar-se da Liga, em 1925, alegando dificuldades orçamentárias. O Brasil foi o segundo, após ver frustrada sua pretensão de se tornar membro permanente do Conselho em 1926. A desilusão aumentou na década de 1930, período em que oito países latino-americanos deixaram a Liga, frequentemente criticada por dedicar pouca atenção aos problemas da região. Não obstante, em esforço de mediação entre a Colômbia e o Peru, a Liga patrocinou um plano de paz para a questão de Letícia, e uma comissão internacional foi enviada à zona do conflito para supervisionar o cumprimento do acordo em 1934. A Liga, em contraste, pouco pôde fazer para evitar a desastrosa Guerra do Chaco (1932-1935) entre a Bolívia e o Paraguai.

As crises provocadas pelas seguidas agressões dos regimes nazifascistas se revelaram um problema além da capacidade de intervenção da Liga, que não conseguiu reagir com o vigor esperado diante da invasão japonesa do território chinês da Manchúria em 1931. Quando a Itália invadiu a Abissínia (Etiópia) em 1935, o Conselho chegou a adotar sanções econômicas que, no entanto, foram largamente desrespeitadas e tiveram pouca eficácia. Também causou má impressão a impotência da Liga durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), quando foi incapaz de ter qualquer papel de relevo para conter a violência.

Sem a presença dos Estados Unidos e de outras potências, a organização genebrina se

esvaziou rapidamente. A Alemanha e o Japão se retiraram em 1933. Em 1937, foi a vez de a Itália abandonar a organização. A União Soviética foi admitida em 1934, mas expulsa no final de 1939 em virtude da invasão da Finlândia por suas tropas. O poder do Conselho ficou severamente limitado, dependente sobretudo da liderança da Grã-Bretanha e da França, que sozinhas não tinham como impor o cumprimento das disposições do Pacto. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Liga das Nações foi condenada ao descrédito por haver falhado em sua missão mais importante: manter a paz. Após ser desativada em abril de 1946, seus arquivos, instalações e acervos foram transferidos para a entidade que a substituiu, a Organização das Nações Unidas.

Eugênio Vargas Garcia

FONTES: ALMEIDA, R. *Liga*; ARMSTRONG, D. *From*; GARCIA, E. *Brasil*; GILL, G. *League*; OSTROWER, G. *League*; SEITENFUS, R. *Manual*; WALTERS, F. *History*.

LIGA DE AÇÃO REVOLUCIONARIA

Organização política fundada em julho de 1930 em Buenos Aires por Luís Carlos Prestes, Aristides Lobo, Emídio Miranda e Silo Meireles. Dissolveu-se logo após a Revolução de 1930.

ANTECEDENTES

Exilado em Buenos Aires depois de encerrada a marcha da Coluna Prestes, no mês de maio de 1930 Luís Carlos Prestes redigiu um manifesto expondo uma orientação política que divergia inteiramente do "programa anódino" defendido no Brasil pela Aliança Liberal. Qualificando de apenas "aparentemente democrática" a campanha eleitoral encerrada pouco antes (3/3/1930), o documento criticava também a omissão da Aliança frente à perseguição política sofrida pelas associações proletárias brasileiras. Prestes combatia ainda a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano e defendia a instauração de um governo de trabalhadores urbanos e rurais. Esta seria a única forma de garantir o atendimento das reivindicações sociais bem como a nacionalização de importantes setores da economia.

Uma cópia desse manifesto foi levada a São Paulo e ao Rio de Janeiro por Emídio Miranda, ex-integrante da Coluna Prestes, que acabou sendo preso pela polícia carioca. Na tentativa de adiar a publicação do documento, os tenentes Antônio de Siqueira Campos e João Alberto Lins de Barros, antigos companheiros de Prestes, foram ao seu encontro em Buenos Aires. Ainda assim, o manifesto foi publicado no final de maio.

O manifesto de maio recebeu severas críticas tanto dos membros da Aliança Liberal como dos políticos ligados ao presidente Washington Luís e dos comunistas. Estes últimos ressaltaram o fato de Prestes não ter mencionado o papel condutor do proletariado na revolução agrária e anti-imperialista, o que levava a crer que a revolução brasileira seria liderada pela pequena burguesia. Criticaram ainda a omissão de Prestes em relação ao papel de direção do proletariado desempenhado pelo Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro Brasileiro (PCB). Através de entrevistas concedidas a *O Jornal*, Prestes respondeu às críticas feitas pelo capitão Juarez Távora, pelo deputado Maurício de Lacerda e pelo comunista Otávio Brandão.

ATUAÇÃO

No mês de julho de 1930, com a ajuda de Aristides Lobo e outros, Prestes fundou a LAR, com o objetivo de pôr em prática a revolução agrária e anti-imperialista. No mesmo mês, lançou um manifesto qualificando a organização de "órgão técnico" de preparação dos trabalhadores rurais e urbanos, assim como da pequena burguesia empobrecida, para a revolução. Segundo o documento, o PCB deveria orientar o proletariado, ao qual caberia a direção do movimento. Por fim, o manifesto conclamava todos aqueles que acreditavam na necessidade de uma transformação social a procurar os comitês locais que se formariam em todo o Brasil ou então o comitê provisório da LAR, sediado em Buenos Aires.

Os comunistas não aceitaram a formação da LAR na medida em que não consideravam necessária a criação de um outro partido para dirigir o proletariado. O jornal comunista *A Classe Operária* chegou a identificar em Prestes "o adversário mais perigoso do PC" devido à sua influência e popularidade entre "as massas não experimentadas na luta revolucionária". Prestes foi acusado também de representar os interesses da "pequena burguesia pauperizada".

A LAR contou com um reduzido número de adeptos, e os comitês brasileiros não chegaram a se formar. Prestes chegou a enviar Emídio Miranda a Porto Alegre para tentar convencer alguns integrantes do movimento tenentista, como Herculino Cascardo, Newton Estillac Leal e Estênio Caio de Albuquerque Lima a aderirem à LAR, mas a missão não obteve sucesso. Por outro lado, um pequeno contingente simpatizante de Prestes seguiu para a Argentina, pretendendo unir-se a seu grupo.

Em 2 de outubro de 1930, Prestes foi preso em Buenos Aires. A primeira explicação para o fato foi que, em entrevista à United Press, que não chegou a ser publicada, Prestes acusara o presidente argentino, general Uriburu, e outros oficiais de se terem vendido ao imperialismo norte-americano. O governo argentino na verdade prendeu Prestes atendendo a um pedido de extradição feito pelo governo brasileiro.

Prestes foi libertado três dias depois e exilou-se em Montevidéu. Na capital uruguaia, soube da deposição de Washington Luís, ocorrida no dia 24 de outubro. Reunindo-se então a Emídio Miranda, Silo Meireles e Aristides Lobo, decidiu dissolver a LAR, já que a organização não tinha condições de liderar um movimento revolucionário.

No início de novembro, Prestes lançou um manifesto sem mencionar a LAR. Os membros da organização aderiram em sua maioria à Revolução de 1930. Alguns anos mais tarde, Prestes, que já vinha mantendo contato com o secretariado sul-americano do Komintern, filiou-se ao PCB.

Mônica Kornis

FONTES: DULLES, J. *Anarquistas*; MORAIS, D.; VIANA, F. *Prestes*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*.

LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO (LNSP)

Organização fundada em dezembro de 1916, tendo como principais bandeiras de luta a defesa nacional, o serviço militar obrigatório, a educação primária e profissional, a educação cívica patriótica, o escotismo e o voto secreto e obrigatório. Foi fechada em 1924, após a Revolução Paulista.

ORIGENS E ATUAÇÃO

No Brasil, impacto da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a proximidade da comemoração do Centenário da Independência, em 1922, reacenderam entre os intelectuais a necessidade de pensar o país do ponto de vista brasileiro e provocaram o engajamento em torno de temas como defesa nacional, educação, saúde, voto, representação política e civismo. Foi a partir dessas questões que os intelectuais brasileiros buscaram propor soluções para uma nação que precisava adquirir identidade própria. Ergueram-se bandeiras nacionalistas que propunham um programa de lutas e pregavam a necessidade de se organizar movimentos que atuassem na construção da nação, tendo sido numerosas as associações então fundadas.

Em 9 de outubro de 1915, ao falar aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo a partir do emblemático espaço das Arcadas, o poeta Olavo Bilac deu início a uma jornada patriótica que contaminaria toda a nação. Sua proposta de salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como um instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos, que conduziria ao triunfo da democracia. Os discursos de Bilac defendendo tais idéias seriam reunidos no livro *A defesa nacional*, publicado em 1917. Antes disso, sob a inspiração do discurso de São Paulo, organizou-se no Rio de Janeiro a Liga da Defesa Nacional, fundada no dia 7 de setembro de 1916. Três meses depois, foi criada a Liga Nacionalista de São Paulo.

A organização da entidade paulista começou, na verdade, logo após o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito. Os acadêmicos Sarti Prado, Clóvis Ribeiro, Júlio de

Mesquita Filho, Antônio Pereira Lima, Joaquim Sales Júnior e Fábio Aranha constituíram uma comissão que passou a reunir-se diariamente, contando com o auxílio de diversos professores da faculdade, a fim de elaborar o esboço do programa da Liga Nacionalista. Segundo o documento, que foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 31 de março de 1916, caberia à liga: "a) reerguer o espírito de solidariedade nacional, de orgulho nacional, de interesse pelas coisas e problemas vitais do Brasil; b) pugnar pelo desenvolvimento da cultura e difusão da instrução do país; c) promover a educação cívica e política do povo brasileiro; d) combater a abstenção eleitoral, assim como todos os processos que corrompem, fraudam ou falsificam a vontade popular; e) fazer estudar por comissões técnicas todos os problemas que interessam à sociedade brasileira; f) representar aos poderes públicos reclamando a adoção de medidas de utilidade nacional".

A fundação oficial da LNSP ocorreu em 16 de dezembro de 1916, no escritório de Frederico Vergueiro Steidel, professor de direito comercial da Faculdade de Direito de São Paulo. Na ocasião, elegeu-se um conselho deliberativo e uma diretoria com mandato até 1917, de que faziam parte professores das faculdades de direito, medicina e engenharia, jornalistas, juristas e estudantes. Entre eles figuravam o próprio Frederico Steidel (presidente), Paula Sousa, Arnaldo Vieira de Carvalho, Abelardo Vergueiro César, Gama Cerqueira, Laerte Assunção, Arquimedes Pereira Guimarães, Clóvis Ribeiro, Plínio Barreto, Ernesto de Sousa Campos, Antônio Sampaio Dória, Tomás Lessa e Francisco Alves dos Santos.

A LNSP era uma organização política de cunho cívico-patriótico, que abrigava em seu interior representantes de camadas médias da população e se opunha ao Partido Republicano Paulista (PRP), embora também fosse dirigida por segmentos dissidentes da elite paulista. Pregava a luta pela defesa nacional, o serviço militar obrigatório, a educação primária e profissional, a educação cívica patriótica, o escotismo e a importância do voto, polarizando o debate da questão nacional em torno da oposição militarismo *versus* antimilitarismo. Para seus membros, a educação tinha ligações estreitas com a política, uma vez que o artigo 70, parágrafo 2º, da Constituição Federal proibia ao analfabeto manifestar

vontade política.

Já em seu discurso inaugural, o presidente da liga, Vergueiro Steidel, propôs que as atividades iniciais privilegiassem dois objetivos: a difusão do ensino e a educação política e cívica da população. Para tanto, sugeriu a fundação de uma escola noturna para operários, que teria como professores os estudantes afiliados à entidade; a realização de conferências tendo em vista o estímulo e a difusão do civismo; e a organização de uma comissão encarregada de promover o alistamento eleitoral. A comissão encarregada da promoção do alistamento eleitoral foi integrada por Waldemar Ferreira, Tomás Lessa e Júlio de Mesquita Filho e publicou um manifesto que tecia considerações acerca da importância do exercício do voto, além de informar que a liga se dispunha a fornecer instruções e facilitar o alistamento eleitoral, uma vez que o voto, na ocasião, não era obrigatório. Já para a instalação das escolas noturnas, a liga obteve a colaboração do governo estadual, que lhe cedeu instalações em estabelecimentos de ensino. O que se pretendia, portanto, era corrigir as distorções do sistema político, combatendo a abstenção eleitoral e todas as fraudes que corrompiam e viciavam o exercício do voto, partindo-se do princípio de que somente a alfabetização permitiria que maior parte da população gozasse de direitos políticos. A defesa do voto obrigatório e secreto foi de fato uma das mais importantes bandeiras da LNSP. O aumento do número de eleitores e o estímulo ao seu comparecimento às eleições eram peças importantes para tentar mudar o quadro vigente e fazer frente aos “currais eleitorais” que consagravam as chapas do PRP e impediam a eleição de candidatos independentes ou oposicionistas nas eleições federais, estaduais e municipais.

A partir de 1917, sob a influência da LNSP, e a partir da reforma do ensino público paulista coordenada por Sampaio Dória, exacerbou-se a exaltação de um passado grandioso cunhado por figuras cívicas relevantes. Sampaio Dória elaborou um manual para a liga, intitulado “O que o cidadão deve saber”, no qual estavam registradas as leis do “Decálogo Cívico”, que pregava o seguinte: “1 – Amar a liberdade; 2 – Defender a pátria; 3 – Pagar impostos; 4 – Votar; 5 – Cooperar na política; 6 – Servir no júri; 7 – Respeitar a lei; 8 – Fiscalizar; 9 – Falar bem a sua língua; 10 – Não desdenhar a civilidade.”

Em 1919, ano da segunda campanha presidencial de Rui Barbosa, a LNSP intensificou sua campanha em prol do alistamento eleitoral, afirmando que o movimento de regeneração da política brasileira só poderia partir de São Paulo, através da ampliação do alistamento. A partir de 1920 a LNSP deliberou intensificar a campanha pelo voto secreto e, por esse motivo, apoiou integralmente a ação de um grupo de deputados que havia apresentado, na Câmara dos Deputados, um projeto nesse sentido. Foram enviadas representações às várias autoridades e órgãos governamentais pedindo que se adotassem medidas que garantissem o exercício do voto em todo o país e, além disso, solicitou-se a colaboração dos principais jornais, numa tentativa de sensibilizar a opinião pública e os parlamentares para a necessidade de moralizar as eleições. Apesar de todos os esforços, o voto secreto só seria instituído após a Revolução de 1930.

A LNSP foi fechada após a Revolta de 1924, sob a suspeita de haver colaborado com os revoltosos. Renasceu logo em seguida, sob a denominação Liga do Voto Secreto. Em 1926 seus fundadores voltaram a se reunir em torno do Partido Democrático de São Paulo.

Adrianna Setemy

FONTES: BANDECCI, B. *Liga*; Discursos proferidos na sessão solemne de posse do Conselho deliberalivo da LNSP, no Instituto Histórico (26/7/1917). Acervo da FBN. Localização: V-156, 3, 8, n. 9; LIPPI, L. *Questão.*

LIGA PRÓ-SANEAMENTO DO BRASIL

Organização fundada em 1918 com o objetivo de atuar em prol do saneamento, não apenas do interior, mas de todo o Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Foi extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

ORIGENS E ATUAÇÃO

Nos primeiros anos da República, a higienização das cidades, principalmente da capital federal, que era tida como "vitrine" do país, foi uma grande preocupação de médicos sanitaristas e autoridades públicas. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a proximidade da comemoração do Centenário da Independência, em 1922, acirraram o ímpeto nacionalista, recolocaram a questão da brasilidade e da justiça social na ordem do dia e reacenderam entre os intelectuais a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro, fazendo emergir o engajamento em torno de temas centrais como defesa nacional, educação, saúde, voto, representação política e civismo. Foi a partir dessas questões que os intelectuais brasileiros se puseram a pensar o país, preocupados em apresentar soluções para uma nação que precisava adquirir identidade própria. Ergueram-se bandeiras nacionalistas que propunham um programa de lutas e apontavam para a necessidade de organizar movimentos que atuassem na construção da nação. De fato, várias associações foram então fundadas com esse propósito.

Educação e saúde passaram a ser apontadas como dois grandes problemas que deveriam ser solucionados a fim de que se pudesse construir uma nação civilizada, próspera e moderna. Era preciso organizar movimentos para salvar o país do analfabetismo e da insalubridade. O ambiente rural e as populações do interior tornaram-se assim o centro das atenções de todos aqueles que viam no saneamento a condição para o progresso nacional. Foi empreendida uma grande campanha nacionalista pelo saneamento dos sertões, deflagrando-se o movimento higienista, que ganhou fôlego a partir de 1916. Dele fizeram parte médicos, cientistas, professores, políticos, engenheiros, advogados, militares e outros agentes sociais,

que em 11 de fevereiro de 1918, por iniciativa de Belisário Pena, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública, fundaram a Liga Pró-Saneamento do Brasil. A fundação da liga marcou a passagem de um período mais espontâneo da campanha sanitarista para uma ação mais organizada.

Durante os anos de 1918 e 1920, a Liga Pró-Saneamento do Brasil promoveu conferências em associações privadas e instituições públicas, distribuiu panfletos de caráter pedagógico alertando a população para a importância dos princípios básicos de higiene e estabeleceu delegações em algumas unidades da Federação, com o objetivo de estimular os governos estaduais e municipais a implementar a construção de habitações higiênicas, a profilaxia de doenças consideradas evitáveis, programas de educação higiênica, postos rurais e obras de saneamento básico. A liga declarava-se empenhada em uma "luta patriótica" e definia como sua principal meta a promoção de uma propaganda ativa para incutir no espírito de todos os brasileiros, sobretudo no dos homens públicos, literatos, jornalistas e intelectuais, que o alcoolismo, a doença de Chagas, a malária e a opilação, males que na época atingiam a população do interior, eram a verdadeira causa do nosso atraso em relação aos outros povos. Sendo assim, o lema proclamado enfaticamente pela liga era: "Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo". Entretanto, o objetivo principal da liga era a criação de uma agência pública de âmbito federal que uniformizasse o serviço de saúde em todo o território nacional para que então fosse possível superar os limites e restrições que a Constituição de 1891 impunha à atuação da União no âmbito da saúde pública.

A Liga Pró-Saneamento publicou a revista *Saúde*, que em oito edições, ao lado de textos doutrinários, divulgou artigos de caráter científico sobre as endemias rurais e sobre variados temas associados à higiene. O conselho redator da revista era composto por médicos e higienistas vinculados à Diretoria Geral de Saúde Pública e ao Instituto Osvaldo Cruz. Eram eles: Belisário Pena, Olímpio da Fonseca, Astrogildo Machado, Aristides Marques da Cunha, Mário Magalhães, João Barros Barreto, J. P. Fontenelle e Edgard Roquette-Pinto.

Desde a fundação da liga, a imprensa carioca – sobretudo *O Correio da Manhã* e *O País*,

dois jornais de grande circulação – conferiu destaque à campanha pelo saneamento rural e abriu espaço para a propaganda e divulgação do movimento. O projeto de modernização reivindicado pelos médicos e sanitaristas da liga recebeu o reconhecimento do meio político e intelectual da época e, além disso, conquistou uma parcela das elites políticas que, no Congresso Nacional, defendiam a intervenção do Estado no campo da saúde pública. Foi graças às bem-sucedidas articulações políticas promovidas pelo movimento no Congresso Nacional que a saúde pública se tornou tema central no debate político.

Como um dos desdobramentos da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em dezembro de 1919 foi criado pelo governo federal, sob a direção do cientista Carlos Chagas, o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que passou a centralizar as ações de saúde pública em todo o país. Com a criação desse órgão e a subsequente incorporação dos membros do movimento sanitarista a seu quadro funcional, a extinção da liga foi considerada natural por Belisário Pena, uma vez que a organização havia logrado cumprir seu objetivo.

Adrianna Setemy

FONTES: GADELHA, P. *Trajetória*; HOCHMAN, G. *Era.*

LIGHT

Nome com que se tornou conhecido o grupo de empresas constituídas por investidores canadenses e norte-americanos a partir do final do século XIX, tendo por objetivo explorar os serviços de iluminação pública e particular, de fornecimento de energia elétrica e de transportes por tração elétrica, entre outros, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A primeira dessas empresas foi a São Paulo Railway, Light and Power Company Limited, criada na cidade de Toronto, Canadá, em 7 de abril de 1899, e autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 3.349, de 17 de julho do mesmo ano. Em 13 de dezembro, a São Paulo Light teve sua denominação alterada para São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited. A Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, também sediada em Toronto, foi criada em 9 de junho de 1904 para explorar os serviços de energia elétrica na capital da República. Teve sua denominação alterada para Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited em 18 de julho, confirmando-se, dessa forma, o amplo escopo de objetivos da empresa, que incluía, além da iluminação pública e particular e do fornecimento de eletricidade, a construção e a exploração de linhas de carris urbanos, ferrovias e serviços de telefones. A Rio Light foi autorizada a funcionar no Brasil com a expedição do Decreto nº 5.539, de 30 de maio de 1905.

A crescente diversificação e a complexidade das atividades desenvolvidas por essas empresas, desde o início do século XX, levou à constituição, também em Toronto, em julho de 1912, da *holding* Brazilian Traction, Light and Power Company Limited. A Brazilian Traction tinha por objetivo subscrever, garantir, adquirir ou possuir obrigações ou debêntures, ações e outros títulos, de qualquer corporação do governo, de bancos, companhias ou corporações atuantes num amplo rol de atividades de energia elétrica, podendo ainda reunir ou incorporar quaisquer outras companhias com objetivos similares aos seus. Em seu ato de incorporação, a Brazilian Traction tornou-se detentora das três principais empresas pertencentes ao mesmo grupo de investidores canadenses no Brasil, a São Paulo Light, a Rio Light e a São Paulo Electric Company, que fora organizada em 1910 e era responsável pelos serviços de energia elétrica no interior do estado de São Paulo. Todas essas empresas, ainda que nominalmente canadenses,

contavam com expressiva participação de capitalistas norte-americanos, aumentando-se em seguida, progressivamente, o aporte de investimentos oriundos dos mercados europeus, sobretudo inglês.

ANTECEDENTES, CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO GRUPO LIGHT

A chegada a São Paulo dos investidores responsáveis pela criação da Light, em 1899, foi precedida por gestões conduzidas por empresários e políticos locais vinculados aos canadenses, com o objetivo de assegurar junto aos poderes públicos todas as garantias legais necessárias à exploração dos serviços de iluminação e transportes urbanos naquela cidade. Depois de instalados no Brasil, os representantes da Light buscaram manter relações estreitas com políticos influentes, o que favoreceu a obtenção e a consolidação das concessões de serviços públicos visadas pela empresa e também a incorporação das pequenas concessionárias então existentes na sua área de atuação.

Anteriormente à constituição da empresa paulista, em 15 de junho de 1897, o cidadão italiano Francisco Gualco e o brasileiro Antônio Augusto de Sousa obtiveram da Câmara Municipal de São Paulo uma concessão para exploração do serviço de transportes urbanos por ferro carris de tração elétrica. Gualco residira no Canadá, onde atuara como empreiteiro de mão de obra, tendo-se associado, em um projeto de imigração, ao advogado Américo de Campos, filho de Bernardino de Campos, que fora presidente do estado de São Paulo e ministro da Fazenda. O sócio de Gualco na concessão municipal, Antônio Augusto de Sousa, também se vinculava à família Campos, sendo sogro de Carlos de Campos, que era filho de Bernardino e irmão de Américo de Campos. Gualco e Sousa atuaram como intermediários nos entendimentos mantidos entre os investidores canadenses e norte-americanos e as autoridades brasileiras na preparação do empreendimento paulista. Foi Gualco que entrou em contato com Frederick Stark Pearson, engenheiro norte-americano de grande renome e investidor em diversos empreendimentos nos setores de ferrovias e carris urbanos de tração elétrica nas cidades de Nova Iorque e Boston, nos Estados Unidos, em Cuba e também no Canadá.

Na preparação do empreendimento de São Paulo, Pearson estava associado ao empreiteiro e capitalista canadense William Mackenzie, estabelecido em Toronto, que comandava um vasto conjunto de investimentos em ferrovias, empresas de navegação,

transportes urbanos e energia elétrica. Os investidores associados a William Mackenzie eram responsáveis por vultosas operações financeiras nos mercados canadense e norte-americano e nas praças europeias e controlavam, nas duas primeiras décadas do século XX, um importante conjunto de empresas de serviços públicos em países como Espanha e México e no Caribe.

O interesse dos capitalistas canadenses no projeto paulista justificava-se pelo fato de que a cidade de São Paulo despontava, ao final do século XIX, como um mercado extremamente promissor para investimentos em atividades de serviços públicos. No último quartel do século, a reboque da expansão do setor exportador cafeeiro, a capital paulista sofrera expressivo crescimento demográfico, passando de 31 mil habitantes em 1872 para 239 mil habitantes em 1900. Registrava também acelerada diversificação das atividades comerciais e urbanas, espelhada no fortalecimento do setor bancário e na multiplicação dos estabelecimentos industriais.

Em dezembro de 1898, a concessão original dada a Glauco e Sousa foi ampliada com a autorização para a construção de novas linhas de bondes, além das inicialmente previstas, sendo-lhes outorgada ainda uma segunda concessão para a exploração de serviços de iluminação pública e particular e fornecimento de força motriz a partir de geração elétrica na cidade de São Paulo. Todas essas vantagens seriam transferidas à São Paulo Light após a criação da empresa, em abril de 1899.

Na data de sua criação, a São Paulo Light declarava o capital de seis milhões de dólares. Tinha por objetivo realizar um amplo escopo de atividades que incluía a produção, a utilização e a venda de energia elétrica gerada por qualquer tipo de força (vapor, gás, pneumática, mecânica ou hidráulica), o estabelecimento de sistemas de transporte por ferro carris e a exploração de serviços de telégrafo e telefones. Inicialmente, os serviços de iluminação pública ficariam restritos às vias não supridas pela iluminação a gás, então operada pela São Paulo Gaz Company, de capital inglês. No ano de 1900, a São Paulo Light incorporou, por compra, a Companhia Viação Paulista, que operava bondes de tração animal, e a Companhia Água e Luz de São Paulo, de eletricidade, assumindo definitivamente o controle desses serviços na capital paulista. Em maio do mesmo ano, entrou em operação a primeira linha de bondes elétricos da São Paulo Light.

A primeira hidrelétrica da São Paulo Light, a usina de Parnaíba, foi inaugurada em setembro de 1901. Situava-se no rio Tietê, a 33 quilômetros da cidade de São Paulo, dispondo da capacidade geradora inicial de 2 MW. Em 1913, após a construção da represa de Guarapiranga, a potência da usina foi ampliada para 16 MW. A segunda hidrelétrica da Light paulista foi a usina de Ituparanga, inaugurada em 1914, com capacidade de 37,5 MW.

Na capital federal, uma primeira concessão para fornecimento de energia elétrica produzida por força hidráulica foi dada pela prefeitura municipal ao engenheiro inglês William Reid, da firma William Reid & Cia., em dezembro de 1899. A "concessão Reid" autorizava a construção e a manutenção de usinas hidrelétricas por tempo indeterminado e garantia privilégio exclusivo, por 15 anos, e licença sem exclusividade, por mais 30 anos, para fornecimento de eletricidade à cidade do Rio de Janeiro. A mesma concessão continha cláusula de reversão de bens e instalações, ao final do contrato, o que deveria ocorrer sem indenização. Em 1904 a "concessão Reid" foi transferida ao Banco Nacional Brasileiro e em seguida à Companhia Nacional de Eletricidade, de propriedade do mesmo banco.

A proposta de constituição de uma segunda empresa, nos moldes da São Paulo Light, destinada a explorar os serviços de viação por tração elétrica e fornecimento de eletricidade na capital da República, foi apresentada pelo advogado canadense Alexander Mackenzie, representante da empresa, no início de 1904, ao prefeito Francisco Pereira Passos e ao presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). Por essa época Pearson mantivera contatos com o empresário brasileiro Eduardo Guinle, filho de Eduardo Palassim Guinle, que, juntamente com Cândido Gaffrée, era proprietário da Companhia Docas de Santos, tendo em vista assegurar a participação nacional no projeto, que, no entanto, não chegou a ser concretizada. No ano anterior, Mackenzie havia obtido, em seu nome, uma concessão estadual para a exploração de energia hidráulica no rio Paraíba do Sul, na queda de Sapucaia, tendo em vista a instalação de uma usina para fornecimento de eletricidade à cidade do Rio de Janeiro, no local onde haviam sido conduzidos alguns estudos por William Reid. Da mesma forma que São Paulo, o Rio de Janeiro crescera de forma acelerada no último quartel do século XIX, passando de 274 mil habitantes em 1872

para 811 mil habitantes em 1900, e apresentando-se também, portanto, como mercado bastante atraente para o fornecimento de serviços urbanos de energia elétrica.

A proposta canadense recebeu acolhimento favorável por parte das autoridades no Rio. O projeto de instalação dos modernos serviços de eletricidade e transportes públicos por tração elétrica vinha a calhar, no momento em que a capital federal passava pelo importante processo de remodelação conduzido por Passos, que abarcava a reforma do porto, a renovação dos diversos equipamentos e serviços urbanos e a abertura de novas ruas e avenidas nos espaços anteriormente ocupados pelo casario de feições coloniais.

A criação da Rio Light deu-se, como no caso de sua antecessora paulista, a partir de entendimentos conduzidos por Frederick Pearson nos Estados Unidos e no Canadá e por Mackenzie no Brasil, e foi precedida pela organização de uma primeira companhia, em maio de 1904, denominada Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, sediada no estado americano de Nova Jersey. Tomaram parte nessa iniciativa o empresário norte-americano Percival Farqhuar, que tinha numerosos investimentos no Brasil, o banqueiro canadense Willian van Horne e o banqueiro americano W. Lanman Bull, além do próprio Pearson. No mês de junho, após a adesão do grupo de investidores associados ao empreendimento paulista, foi organizada, finalmente, a Rio Light canadense, e foi abandonado o projeto da empresa norte-americana. O capital declarado da nova empresa era de 25 milhões de dólares, dos quais quatro milhões de dólares já integralizados.

A instalação da Rio Light e sua posterior expansão freavam as aspirações dos proprietários da Companhia Docas de Santos, Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée, de atuar nas atividades de serviços públicos de energia elétrica. Logo após a criação da empresa, em outubro de 1904, a Prefeitura do Distrito Federal editou um decreto proibindo a concessão de privilégios para qualquer aplicação de energia elétrica, o que impedia, portanto, a formação de monopólios no setor, medida que parecia favorecer os empresários brasileiros. Órgãos como o *Jornal do Comércio*, *A Notícia* e a *Gazeta de Notícias*, atuando como porta-vozes dos interesses de Gaffrée e Guinle, denunciaram a suposta irregularidade dos métodos adotados pela Rio Light para a conquista de vantagens.

Por essa época, foi decisiva a intervenção de Mackenzie e Percival Farqhuar para que o Departamento de Estado norte-americano e diplomatas desse país conduzissem gestões

junto ao ministro de Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, em favor da Light. Em maio de 1905, finalmente, foi concedida à Rio Light a autorização para funcionar no Brasil. A cobertura legal das diversas operações da empresa canadense foi garantida pela atuação de advogados de renome como Carlos de Campos e Antônio Pinto Ferraz, no Brasil, e pelo escritório de advocacia Blake, Lash & Cassels, do Canadá, ao qual estava vinculado o próprio Alexander Mackenzie. Além disso, o eminente jurista Rui Barbosa forneceu pareceres fundamentando o pleito dos canadenses em favor do estabelecimento do monopólio na área de serviços públicos, e integrou os quadros da Rio Light a partir de 1907. Nesse ano, a revisão da "concessão Reid" garantiu aos canadenses a ampliação do prazo de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, sem exclusividade, até o ano de 1990.

Em 1909, novos conflitos opuseram os dirigentes canadenses aos empresários brasileiros Gaffrée e Guinle, dessa vez tendo por objeto o fornecimento de eletricidade ao mercado paulista, pretendido pela Companhia Docas de Santos. Novamente prevaleceu a posição favorável aos primeiros, sendo confirmadas as prerrogativas da São Paulo Light pela Câmara Municipal.

Logo em seguida à sua criação, a Rio Light iniciou um processo de incorporação de pequenas companhias de capital nacional e estrangeiro que operavam nas áreas de seu interesse, o que rapidamente lhe garantiu o efetivo controle sobre uma variada gama de atividades e serviços. Em 1905, a Rio Light adquiriu a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel e a empresa de serviço de telefones Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft, ambas de capital alemão. Com o propósito específico de atuar nessas operações, foram incorporadas nos Estados Unidos duas novas companhias, a Vila Isabel Tramway Company e a Rio de Janeiro Telephone Company, respectivamente. No mesmo ano, e também por intermédio de uma terceira empresa organizada nos Estados Unidos, a Rio de Janeiro Gas Company, foi adquirida a belga Société Anonyme du Gas, que detinha contrato firmado em 1885 com o governo imperial para fornecimento de serviços de iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro. Entre 1906 e 1911, a Rio Light adquiriu, por compra ou tomada do controle acionário, a Companhia de Ferro Carril Carioca, a Estrada de Ferro Corcovado, a Companhia de São Cristóvão (de bondes), a Companhia de Carris Urbanos, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico e a

Companhia Ferro Carril de Jacarepaguá. Em 1911, foi adquirida a Interurban Telephone Company of Brasil, que operava os serviços de telefones nas cidades de Niterói e Petrópolis, no interior do estado do Rio de Janeiro. A totalidade dos acervos das companhias de bondes foi integralmente adquirida pela empresa canadense em maio de 1916.

A primeira hidrelétrica da Rio Light foi a usina de Fontes, inaugurada em maio de 1908, como capacidade instalada de 12 MW, o que a equiparava, isoladamente, à potência instalada total do Brasil no ano de 1900. A entrada em operação das usinas da Light, no Rio de Janeiro e em São Paulo, representava, portanto, uma significativa ampliação de escala em relação aos empreendimentos do gênero existentes no Brasil até o final do século XIX. Em 1910, a capacidade instalada total do grupo Light era de 48 MW, correspondendo a 30% total nacional, dos quais 12 MW instalados no sistema de São Paulo (7,5% do total nacional) e 36 MW no sistema do Rio de Janeiro (22,5% do total nacional).

A reunião das empresas canadenses, sob administração financeira centralizada, através da *holding* Brazilian Traction, em julho de 1912, com capital declarado de 12 milhões de dólares, aumentou grandemente o poder de barganha da Light nos entendimentos com as diferentes esferas do poder público no Brasil, para a negociação de novas concessões ou renegociação das existentes, o que lhe garantiu largos benefícios e vantagens. Nos mesmos moldes das companhias de eletricidade e também com sede em Toronto, foi incorporada, em fevereiro de 1914, a Interurban Company Limited, cuja denominação foi alterada para Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company em maio desse ano. A nova empresa de telefones obteve autorização para funcionar no Brasil em fevereiro de 1915.

Na cidade do Rio de Janeiro, os canadenses estenderam seus negócios também à operação de linhas de ônibus urbanos quando, em 1918, a Rio Light adquiriu a concessão anteriormente outorgada ao engenheiro inglês H. L. Wheatley para esses serviços. Em 1926, a extensão das operações da Rio Light nesse setor levaria à organização da empresa Viação Excelsior, mantida em atividade até a década de 1940.

No ano de 1920, o total instalado nas usinas das empresas canadenses havia mais do que dobrado em relação aos valores registrados dez anos antes, atingindo 134 MW,

ou 37,5% do total nacional, dos quais 58 MW em São Paulo (16,2% do país) e 76 MW no Rio de Janeiro (21,3% do total do país). Em fevereiro de 1922, com a finalidade específica de realizar a construção e a exploração do fornecimento de energia elétrica da usina de Ilha dos Pombos, no rio Paraíba, foi constituída, sob controle da *holding* canadense e também com sede em Toronto, mais uma empresa de energia elétrica, a Brazilian Hydro Electric Company Limited. A construção da usina de Ilha dos Pombos, com 44 MW, visava a garantir a ampliação da potência instalada do grupo Light destinada ao fornecimento de energia elétrica ao Distrito Federal, que se achava por essa época próxima ao limite de utilização, em função do rápido incremento do consumo e da expansão dos serviços públicos baseados na utilização da eletricidade. O projeto e a execução da obra ficaram a cargo do conhecido engenheiro americano Asa Kenney Billings, que mais tarde se tornou presidente da Brazilian Traction.

Em 1922, a revisão do contrato original do serviço de telefones da Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft garantiu a extensão de sua vigência até o ano de 1990. Em janeiro de 1923, a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company teve sua denominação alterada para Brazilian Telephone Company, tornando-se válido, de acordo com o estatuto publicado no mesmo ano, o uso da tradução portuguesa Companhia Telefônica Brasileira.

Ao final da década de 1920, a Rio Light ampliou grandemente sua área de atuação, restrita originalmente ao território do Distrito Federal, ao adquirir diversas pequenas empresas de eletricidade nos municípios atravessados por suas linhas de transmissão. Entre 1928 e 1932, foram incorporadas a Companhia Industrial de Eletricidade (Piraí, Paraíba do Sul e Valença), a Empresa Fluminense de Força e Luz (Barra do Piraí, Vassouras e Valença), a Empresa Força e Luz de Floriano (Barra Mansa), a Empresa Industrial Serra do Mar (Vassouras) e as usinas Turvo e Chalet, pertencentes à Companhia de Fiação e Tecidos São José (Barra Mansa).

Também em São Paulo foi promovida expressiva ampliação da capacidade instalada do grupo canadense na década de 1920, com a construção das novas hidrelétricas de Rasgão (22 MW) e Cubatão (70 MW), a partir de projetos desenvolvidos por Asa Billings. No interior do estado, entre 1927 e 1928, a São Paulo Light incorporou um total de oito

empresas concessionárias, estendendo suas operações aos municípios de Jundiaí, Mogi das Cruzes, Taubaté, Itu, Guaratinguetá e Caçapava.

Em 1930, os sistemas da Light somavam 330 MW, ou 44,1 % do total da capacidade instalada no Brasil, sendo 175 MW em São Paulo (23 % do total nacional) e 155 MW (20,7 %) no Rio de Janeiro. A Rio Light controlava toda a área fluminense do Vale do Paraíba e parte da Baixada Fluminense, estendendo sua atuação a quase todas as cidades ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, até a divisa com São Paulo.

NACIONALIZAÇÃO, ESTATIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

A Revolução de 1930 trouxe impactos significativos para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades das empresas do grupo Light. Fortaleceu-se a capacidade de intervenção estatal sobre as atividades econômicas e consolidou-se a regulamentação da exploração dos recursos naturais considerados estratégicos para o desenvolvimento do país e a defesa nacional. Dispositivos constantes da nova Constituição federal, promulgada em julho de 1934, e do Código de Águas, editado no mesmo mês, consagraram princípios nacionalistas, restringindo a outorga de novas concessões para aproveitamentos hidrelétricos a empresas organizadas no país, embora tenham sido assegurados os direitos obtidos anteriormente à publicação desses instrumentos, o que, em princípio, salvaguardava os interesses das empresas canadenses. A Constituição de novembro de 1937, do Estado Novo, inovou ao proibir a outorga de concessões de novos empreendimentos hidrelétricos a empresas estrangeiras, reservando esse direito somente a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros.

Após a queda do Estado Novo e a redemocratização, em 1946, não houve mudanças significativas na legislação no tocante ao setor elétrico. Apesar das restrições existentes à realização de novos aproveitamentos, o grupo Light consolidou sua liderança na indústria de energia elétrica, aumentando sua capacidade instalada para 980 MW em 1950, ou 52,1% do total do país. Os investimentos mais significativos se concentraram no sistema da empresa paulista, que passou a totalizar a capacidade de 600 MW em 1950, com a ampliação da usina de Cubatão. A empresa promoveu acréscimos nas usinas de Fontes e Ilha dos Pombos, no sistema fluminense, que alcançou a capacidade de 380 MW no ano de 1950.

Frente ao novo quadro jurídico e institucional, os dirigentes canadenses iniciaram a transferência progressiva para o Brasil da alta administração e do processo decisório das empresas controladas pela Brazilian Traction. Em 1938, um despacho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizou o uso do nome em português pelas empresas de São Paulo e do Rio, isto é, da denominação Companhia de Carris Luz e Força. Em 1947, outro passo importante no sentido da transferência da administração da Light para o Brasil foi a criação da Companhia Brasileira Administradora de Serviços Técnicos (Cobast), que tinha por finalidade centralizar a administração e as operações técnicas de todas as empresas controladas no país. A nacionalização de todas as empresas do grupo Light foi efetuada a partir de novembro de 1956, com a transformação da Brazilian Telephone Company na Companhia Telefônica Brasileira, e da São Paulo Light na São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade. Em junho de 1959 foram nacionalizadas a Brazilian Hydro Electric Company Limited, sob a denominação de Companhia Fluminense de Energia Hidrelétrica; a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited, sob a denominação de Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade e Carris; e a São Paulo Electric Company Limited, sob a denominação de São Paulo – Serviços de Eletricidade S.A..

Outra mudança importante foi a criação da Brascan – Expansão e Investimentos S.A., em dezembro de 1956, tendo por objetivo realizar operações de crédito e financeiras e, em particular, a compra e venda de títulos e a subscrição de ações em empresas de qualquer natureza, especialmente de serviços públicos. O surgimento da empresa de investimentos representava a busca de alternativas para os investimentos do grupo Light, diante da necessidade de contornar dificuldades relativas à ampliação da capacidade instalada, atribuídas pelos dirigentes da empresa canadense à impossibilidade de fixar tarifas satisfatórias, em face da legislação reguladora do setor de energia elétrica.

Até a década de 1960, embora a capacidade instalada do grupo Light tenha crescido a taxas médias inferiores ao crescimento da demanda, registraram-se importantes acréscimos nas instalações das empresas. Em São Paulo, teve destaque a ampliação da usina de Cubatão e a construção da usina subterrânea de Cubatão II e da termelétrica de Piratininga. No Rio de Janeiro, foram realizadas as obras de desvio dos rios Paraíba e Piraí que garantiram a construção da usina subterrânea de Nilo Peçanha, inaugurada em

1954, e da usina de Ponte Coberta, concluída em 1962. Em 1960, os sistemas das empresas do grupo Light somados totalizavam 2.140 MW, correspondendo a 50,4 % da capacidade instalada total do país. A participação relativa do grupo começaria a declinar depois dessa data, em função da entrada em operação de usinas de maior porte construídas pelos governos federal e estaduais. Com o início da operação da usina de Furnas, do governo federal, em 1963, a participação da Light reduziu-se a 38,4% do total do país.

Desde a criação da Brascan, fortaleceu-se a tendência à diversificação dos investimentos do grupo Light no Brasil, que passaram a se dirigir preferencialmente para a atuação no mercado financeiro, seguindo tendência semelhante à de outras empresas de serviços públicos estrangeiras que mantinham operações na América Latina. No que respeita às atividades tradicionais do grupo na área de serviços públicos, estas passaram a se concentrar na produção e distribuição de energia elétrica. Os serviços de carris urbanos de São Paulo foram transferidos para a prefeitura municipal na década de 1940, enquanto os bondes do Rio de Janeiro passaram à administração do estado da Guanabara em 1963. A Companhia Telefônica Brasileira foi vendida à estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1966. Nessa ocasião, a *holding* teve sua denominação alterada para Brazilian Light and Power Company Limited.

Em agosto de 1967, o Decreto nº 61.232 aprovou a unificação de todas as empresas de eletricidade do grupo Light, sob a denominação Light – Serviços de Eletricidade S.A., empresa sediada em São Paulo. A Sociedade Anônima do Gás do Rio de Janeiro, que sucedera à antiga Société Anonyme du Gas, foi transferida para o estado da Guanabara em maio de 1969. No mês seguinte, o nome da *holding* foi alterado para Brascan Limited.

Em 12 de janeiro de 1979, as ações da Light de propriedade da Brascan, no valor de 380 milhões de dólares, foram vendidas à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, empresa *holding* do setor elétrico do governo federal. Essa operação foi duramente criticada por políticos e jornalistas, que denunciaram sua inconstitucionalidade, uma vez que o preço acordado excedia a lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional para o exercício daquele ano. Também foi questionado o valor real da operação, sendo colocado em dúvida o lucro declarado pela empresa, utilizado para o cálculo do preço

das ações. Outras questões levantadas sobre a operação relacionavam-se à necessidade de considerar a amortização do investimento da empresa ao longo do período do seu funcionamento no país, e à possibilidade contratual da encampação da Light.

A venda da Light representou a etapa final de liberalização dos investimentos do grupo canadense no Brasil, iniciada em 1956, com a criação da empresa de investimentos Brascan. Segundo Duncan McDowall, o grupo Light permaneceu até a década de 1950 como a maior corporação privada da América do Sul, quando foi superado por algumas empresas de petróleo da Venezuela. Foi também o maior empregador privado do Brasil até a década de 1960. Após 1979, a Brascan manteve vastos investimentos nos setores financeiro, de alimentos e bebidas, mineração, turismo e imobiliário. Em 2009, teve sua denominação alterada para Brookfield Brasil.

Exerceram a presidência da *holding* Brazilian Traction, Light and Power Company, depois Brascan Limited, até a venda da Light para o governo brasileiro, em janeiro de 1979, Frederick S. Pearson (1912-1915), Alexander Mackenzie (1915-1928), Miller Lash (1928-1941), Herbert Couzens (1941-1944), Asa K. White Billings (1944-1946), Henry Borden (1946-1964), John Grant Glassco (1964-1968) e John Henderson Moore (1968-1979).

No contexto das reformas neoliberais da década de 1990, com a redução expressiva da presença empresarial do Estado, a Light foi privatizada, em leilão realizado em maio de 1996. A administração da empresa foi então transferida ao consórcio formado pelas multinacionais EDF – Electricité de France, AES Corporation e Reliant Energy, e pela Companhia Siderúrgica Nacional. Em 2002, após reestruturação societária, a Light passou a ter como controladora principal a EDF. Em 2005, foi criada a *holding* Light S.A., controladora das três empresas operacionais Light Energia S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Esco Ltda. Em 28 de março de 2006, as ações da EDF foram vendidas à Rio Minas Energia Participações S.A. (RME), composta pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AG Concessões), Pactual Energia Participações S.A. (Pactual Energia) e Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações (Luce).

Maria Letícia Corrêa

Fontes: CABRAL, L. *Light*; DATAS LIGHT. Gerência do Centro Cultural da Light. *(s.d*, mimeo.); DIAS, R. *Panorama*; LAMARÃO, S. *Capital*; LIGHT . *Histórico;* LOBO, E.; LEVY, M. *Estudos*; MCDOWALL, D. *Light*; MENDES, D.; POLETI, I.; SOARES, L. *Formação;* SAES, A. *Conflitos*; *SIRKIS, S. Energia;* TENDLER, J. *Electric*.

LIMA FILHO, Francisco Alves de

*dep. fed. PB 1912-1914.

Francisco Alves de Lima Filho nasceu em Catolé do Rocha (PB).

Formou-se em medicina e depois de formado clinicou na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa. Tornou-se também professor de francês no Liceu Paraibano.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu à República e foi eleito deputado estadual na Paraíba por uma legislatura. Em 1912 foi eleito deputado federal e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio desse ano a dezembro de 1914.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LIMA, ALBUQUERQUE

*militar; rev. 1922; rev. 1924; comte II Ex. 1958-1961.

Estênio Caio de Albuquerque Lima nasceu no Ceará no dia 11 de maio de 1897, filho do advogado Joaquim Lima e de Luísa de Albuquerque Lima. Seu irmão, o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, foi ministro do Interior de 1967 a 1969.

Sentou praça em fevereiro de 1916 no 1º Regimento de Artilharia Montada (1º RAM) da Vila Militar, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressando nessa mesma data na Escola Militar do Realengo, também na capital federal. Declarado aspirante a oficial em dezembro de 1918, foi promovido a segundo-tenente em dezembro do ano seguinte. Em janeiro de 1920 passou a servir no 1º RAM. Também nesse ano transitou pelo Hospital Central do Exército (HCE) e esteve à disposição do Serviço Geográfico, atuando ainda como auxiliar de instrutor da Escola Militar. Foi também ajudante interno do 1º e 2º grupos e diretor da Escola Regimental, além de responder pelo comando da 2ª Bateria e, posteriormente, da 5ª Bateria. Passou em seguida ao 1º Grupo, que se achava à disposição da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em janeiro de 1921 foi promovido a primeiro-tenente e em fevereiro seguinte voltou ao comando da 5ª Bateria, sendo dispensado a pedido da função de diretor da Escola Regimental. Em junho deixou o 1º RAM e reincorporou-se à Escola Militar do Realengo, onde foi instrutor de artilharia de abril até julho de 1922.

Foi um dos tenentes que participaram da Revolta de 5 de Julho de 1922, tendo deflagrado o movimento na Escola Militar do Realengo. O levante, que deu origem ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa (1922-1926) aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Debelada no mesmo dia, a revolta envolveu no Rio de Janeiro o forte Copacabana, a Escola Militar e contingentes da Vila Militar e, em Mato Grosso, unidades do Exército local. Albuquerque Lima e mais dois colegas intimaram o capitão Oton Oliveira Santos — que fazia a ronda noturna por ordem especial do diretor da Escola Militar, general Eduardo Monteiro de Barros — a apresentar-se ao coronel revoltoso João Maria Xavier de Brito Júnior, diretor da Fábrica de Cartuchos de Realengo.

Por sua participação no movimento foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão juntamente com outros 52 oficiais.

Promovido a capitão em junho de 1923, participou também da revolta tenentista de julho de 1924, conhecida como o Segundo 5 de Julho. Irrompido em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo, o levante foi sufocado com facilidade naqueles dois primeiros estados, mas em São Paulo, comandados por Isidoro Dias Lopes, os rebeldes ocuparam a capital por três semanas. Abandonaram então a cidade e deslocaram-se para o interior, onde iriam formar no ano seguinte a Coluna Prestes, ao juntar-se, no oeste do Paraná, com o grupo revolucionário que em 1924 sublevou unidades militares no Rio Grande do Sul. Em consequência de seu envolvimento na revolta, Albuquerque Lima exilou-se em Rivera, no Uruguai, e no período que se seguiu participou de incursões na fronteira gaúcha junto com outros líderes tenentistas.

Após a Revolução de 1930 foi anistiado, e em dezembro ingressou no Estado-Maior Geral das Forças Nacionais, onde permaneceu como adido até janeiro do ano seguinte. Serviu a seguir na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME), ingressando em abril de 1931 como aluno na EsAO. Tornou-se ainda membro do Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 para congregar as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. Em outubro seguinte passou a servir no Departamento de Pessoal do Exército, deixando a EsAO em dezembro de 1931. Dessa data até julho de 1932 permaneceu como adido ao Departamento de Pessoal, sendo em seguida colocado à disposição do comando da 4ª Região Militar (4ª RM), então sediada em Belo Horizonte, a fim de prestar serviço junto ao 8º RAM, em Pouso Alegre (MG).

Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo em julho de 1932, participou da repressão a esse movimento como integrante do destacamento do coronel Galdino Esteves, permanecendo em operações de guerra até setembro. Em novembro seguinte voltou ao Departamento de Pessoal do Exército como adjunto de gabinete, sendo promovido a major em fevereiro de 1933. Em abril do mesmo ano deixou o Departamento de Pessoal e ingressou como aluno na Escola de Estado-Maior (EEM) do Exército, aí permanecendo até janeiro de 1935, quando concluiu o curso. Ainda nesse mês começou a estagiar no gabinete do EME, do qual sairia em abril para chefiar a 2ª Seção do estado-

maior da 9ª RM, com sede em Mato Grosso, assumindo esporadicamente as chefias interinas da 1ª Seção e do estado-maior regional dessa unidade.

De volta ao Rio de Janeiro em abril de 1936, ingressou em maio no 1º RAM, do qual se desligou em junho do ano seguinte para retornar ao EME como adjunto da 3ª Seção. Em agosto foi transferido para a Inspetoria Geral de Ensino do Exército (IGEE), passando em outubro à chefia de sua 2ª Seção. Deixou a IGEE em fevereiro de 1938, quando se tornou oficial de gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra, função que exerceu até abril do mesmo ano. Passou então a comandar o 1º Grupo de Artilharia de Dorso, em Campinho (RJ). Promovido em maio seguinte a tenente-coronel, deixou o comando que exercia em setembro de 1939 para assumir a chefia do estado-maior do Distrito de Defesa de Costa, no quartel do estado-maior da 1ª RM, e da Inspetoria de Defesa de Costa.

Em julho do ano seguinte matriculou-se como aluno da Escola de Artilharia de Costa, na fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, sem prejuízo de suas funções. Ainda nesse mês foi designado membro da Comissão de Redação e Doutrina da Defesa de Costa. Em novembro foi dispensado de todas essas funções por haver sido recrutado para missão no estrangeiro, desligando-se também do curso que fazia na Escola de Artilharia de Costa.

Adjunto do adido militar à embaixada do Brasil em Washington a partir de abril de 1941, substituiu no ano seguinte o representante brasileiro na Junta Interamericana de Defesa, passando então a acumular as duas funções. Tornou-se adido militar em Washington em outubro de 1942, sendo designado no mês seguinte para dirigir a Comissão Militar Brasileira de Compras nos Estados Unidos. Acumulou então essa função às outras que já vinha exercendo e, em março do ano seguinte, foi promovido a coronel. Em julho de 1945 deixou a chefia da Comissão Militar de Compras e, em abril do ano seguinte, a de adido militar na capital norte-americana.

De volta ao Brasil ainda em 1946, assumiu o comando do 1º Regimento de Infantaria (1º RI) da Vila Militar, no Rio de Janeiro, função que acumulou com a de comandante da Artilharia Divisionária I (AD-1) entre 1946 e 1948. Promovido a general de brigada em julho desse ano, permaneceu adido à Secretaria Geral do Ministério da Guerra dessa data até outubro seguinte. Nesse ínterim foi nomeado em setembro comandante da 10ª RM, sediada em Fortaleza, cujo comando exerceu até março de 1950. Ainda nesse mês ingressou na Secretaria Geral do Ministério da Guerra, ficando à disposição do Conselho

Nacional do Petróleo (CNP). Nomeado ainda em março de 1950 presidente da Refinaria de Cubatão (SP), foi promovido a general de divisão em abril de 1954, sendo afastado daquele cargo em junho do mesmo ano.

Em julho seguinte assumiu o comando da 2ª RM, em São Paulo, e em novembro de 1955, por ocasião do movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, apoiou a iniciativa, que, segundo seus promotores, visava a neutralizar uma conspiração em andamento no governo e a assegurar a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. O movimento levou ao impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e João Café Filho, licenciado, e empossou na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos.

Em 23 de dezembro de 1955 foi designado por Nereu executor do estado de sítio em São Paulo. Depois de haver exercido interinamente, em diversos períodos entre 1956 e 1958, o comando do II Exército, assumiu efetivamente o cargo em dezembro desse último ano, sendo promovido ainda nesse mês a general de exército. Deixou o II Exército em julho de 1961 e de outubro a dezembro desse ano atuou como ministro do Superior Tribunal Militar (STM) em substituição a Antônio José Lima Câmara, que entrara em gozo de três meses de licença. Em 1962 esteve adido à Secretaria Geral do Ministério da Guerra, sendo transferido para a reserva de primeira classe no posto de marechal em novembro do mesmo ano.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. MIN. EXÉRC.; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato;* CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; TÁVORA, J. *Vida*.

LIMA, ALCEU AMOROSO

*jornalista; mov. católico; reitor UDF 1937-1938.

Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo literário *Tristão de Ataíde*, nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de dezembro de 1893, filho de Manuel José de Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima. Seu pai, além de comerciante e industrial, foi um grande admirador da música, tendo fundado, juntamente com Machado de Assis, o Clube Beethoven.

Alceu Amoroso Lima fez os estudos primários em casa, sob a orientação do professor João Kopke, fundador da Escola Nova do Brasil, e cursou o secundário no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, formando-se em 1908. No ano seguinte ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, e em 1911, ainda acadêmico, começou a trabalhar no escritório de advocacia de João Carneiro de Sousa Bandeira, tio do poeta Manuel Bandeira. Nesse período tornou-se diretor da revista *A Época*, órgão estudantil de sua faculdade, aí publicando seus primeiros contos e comentários jurídicos. Durante essa fase de sua vida, segundo afirmaria mais tarde, foi perdendo a "vaga fé de infância, através da influência do professor Sílvio Romero, com o evolucionismo, de Benedetto Croce, com o hegelianismo, e de Henri Bergson, com o vitalismo".

Bacharelou-se em 1913 e viajou em seguida para a Europa, onde entrou em contato com o escritor José Pereira da Graça Aranha, que lhe propôs a organização de uma agremiação cultural no Brasil — que se chamaria Clube Goethe — voltada para a intelectualidade jovem. Durante essa viagem fez também vários cursos na Sorbonne e no College de France, em Paris.

Após seu regresso ao Brasil, voltou a trabalhar em 1914 no escritório de Sousa Bandeira, já como advogado, ali permanecendo pouco tempo. Em 1917, decidido a seguir a carreira diplomática e contando com a intermediação do senador Álvaro de Carvalho junto ao então ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, tornou-se adido ao Itamarati. Entretanto, como recebia remuneração insatisfatória e, ao longo de um ano de trabalho, não obtivera sequer uma promoção, em 1918 resolveu mais uma vez deixar o emprego para assumir a direção jurídica da Fábrica de Tecidos Cometa, de propriedade de seu pai.

No ano seguinte foi convidado por Renato Lopes, que então organizava o lançamento de *O*

Jornal, para escrever a crítica literária desse novo órgão de imprensa. Assim, pouco depois, Alceu inaugurava a coluna intitulada “Bibliografia”, usando o pseudônimo de Tristão de Ataíde para encobrir sua identidade, já que naquela época existiam preconceitos incompatibilizando o exercício de atividades industriais com a prática intelectual. Alegando querer manter sua independência de pensamento, atuou como crítico literário sem engajar-se em nenhum grupo literário ou se deixar envolver “por teorias ou tendências grupais”. Baseado nesse ponto de vista, não participou da Semana de Arte Moderna realizada em 1922 em São Paulo, embora tenha apoiado o espírito do movimento e sua própria realização.

O PROCESSO DE CONVERSÃO

Durante essa fase, Alceu não se deixou envolver por preocupações de ordem política, social ou religiosa, encarando a vida, segundo suas próprias palavras, “como uma expressão estética”. Entretanto, em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a buscar novos caminhos. Interrompeu então sua coluna de crítica literária em *O Jornal* e iniciou um longo diálogo epistolar com Jackson de Figueiredo, líder católico que fundara em 1922, no Rio de Janeiro, o Centro Dom Vital, associação civil para estudo, discussão e apostolado vinculada à Igreja Católica. Esse debate — publicado mais tarde no livro *Correspondência* — tratou inicialmente de questões políticas. Jackson se empenhava na defesa do presidente da República Artur Bernardes e de princípios conservadores, contrapondo-se a Alceu, crítico do governo e adepto das idéias liberais. Mais tarde a discussão se ampliou para o aprofundamento dos problemas filosóficos e religiosos, levando Alceu a se dedicar à leitura das obras dos pensadores católicos Jacques Maritain e Gilbert Chesterton, que passaram a exercer uma profunda influência em sua vida.

Esses debates e questionamentos desencadearam seu processo de conversão ao catolicismo, que se completou afinal em junho de 1928, quando, diante do padre Leonel Franca, declarou sua fé, confessou e comungou pela primeira vez depois de adulto. Segundo seu próprio depoimento, a conversão significou “uma passagem do descompromisso para os problemas transcendentes, isto é, das origens e dos fins da vida do ser humano”. Representou, por outro lado, um escândalo no meio intelectual e entre seus amigos, chegando Mário de Andrade a dizer que havia morrido um crítico literário.

Ao longo de todo esse período as influências de Jackson de Figueiredo não chegaram a alterar fundamentalmente as ideias liberais anteriores de Alceu. Porém, com a morte do fundador do Centro Dom Vital, em dezembro de 1928, Alceu assumiu a direção da instituição e passou a editar a revista *A Ordem*, dando início a uma nova etapa de sua vida, caracterizada em um artigo que escreveu na ocasião intitulado "Adeus à disponibilidade".

DA ORTODOXIA CATÓLICA AO CONSERVADORISMO POLÍTICO

À frente do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima manteve a orientação política conservadora desenvolvida até então, passando gradativamente a assumir a posição ortodoxa de seu antecessor, baseada no sentimento da disciplina e da ordem. Com essa nova perspectiva, reassumiu na mesma época sua coluna em *O Jornal*, intitulada agora "Letras universais" e voltada para questões religiosas, filosóficas, sociológicas, econômicas, políticas e pedagógicas. Engajou-se também paralelamente na militância católica, assumindo em 1929 a direção da Coligação Católica Brasileira, associação civil criada por dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, com o objetivo de congregar todas as associações católicas no país.

Apesar de manter o Centro Dom Vital desvinculado das questões políticas, diante da deflagração da Revolução de 1930, Alceu se manifestou publicamente contra o movimento, considerando-o prejudicial aos interesses nacionais. Afirmou ainda na ocasião que estranhava o fato de agremiações políticas como os partidos Republicano Mineiro e Republicano Rio-Grandense, que haviam aprovado todos os atos de arbitrariedade praticados pelo governo de Artur Bernardes, se apresentarem então como revolucionárias e inovadoras dos costumes políticos e sociais. Entretanto, com a vitória e a consolidação do movimento revolucionário, não desenvolveu oposição ao governo provisório de Getúlio Vargas, em virtude do tratamento quase oficial que a Igreja Católica passou a receber.

Em 1931, foi lançada a encíclica *Quadragesimo Anno*, que reformulou de maneira bastante incisiva o posicionamento do Vaticano diante dos problemas sociais. Como uma das lideranças mais expressivas do laicato católico, Alceu foi encarregado por dom Sebastião Leme de fazer um estudo sobre as novas orientações, cujo resultado foi o trabalho intitulado "Reivindicações católicas", no qual defendia que era dever dos católicos influir nos acontecimentos do país.

Assim, quando em maio de 1932 o governo provisório marcou as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para novembro de 1933, cedendo assim às pressões em favor da reconstitucionalização do país, Alceu Amoroso Lima foi encarregado pelo cardeal Leme de planejar, juntamente com outros líderes católicos, a formação de uma organização eleitoral apartidária, que atuasse paralelamente ou acima dos partidos políticos como um grupo de pressão. Dessa forma foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), da qual Alceu se tornou secretário-geral. Na condição de uma das principais figuras à frente da entidade, destacou-se na luta contra o Estado, com base na cooperação.

A formação da LEC em 1932 não apenas coincidiu com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), como também as duas organizações defendiam pontos de vista semelhantes no tocante às reivindicações sociais e espirituais. Essa identidade levou o movimento integralista a despertar simpatias nos meios católicos. Assim, a ênfase que o integralismo dava às posições antiburguesas foi ao encontro das propostas de Alceu expressas no livro *O problema da burguesia*, reforçando sua impressão de que esse movimento se constituía numa "reação política nacional de caráter unitário e autoritário contra a fraqueza do Estado, o regionalismo e a luta de classes, em favor do Estado forte, da unidade nacional e da reforma corporativa da economia".

Visando obter da LEC o reconhecimento da AIB como partido católico, já que apoiava seu programa e se dispunha a defendê-lo na ANC, Plínio Salgado, o líder máximo do integralismo, tentou uma aproximação política através de Alceu com aquela organização católica. Entretanto, apesar de sua confessada simpatia pelo projeto integralista, Alceu negou-se a dar um apoio especial à AIB diante do eleitorado católico, argumentando que a LEC deveria permanecer à margem dos partidos, não favorecendo a nenhum em particular.

Ainda em 1932, paralelamente à sua militância católica, Alceu começou a se dedicar ao magistério, tendo sua primeira experiência como professor de sociologia e doutrina social da Igreja no Instituto Católico de Estudos Superiores, vinculado ao Centro Dom Vital. Continuando a defender seus princípios religiosos no exercício da nova atividade, combateu o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, lançado nesse ano por um grupo de intelectuais, entre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Antônio de Almeida Júnior e Manuel Lourenço Filho, propondo as bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro. A divulgação do manifesto teve grande repercussão porque

significou uma cisão entre os educadores, opondo os defensores do ensino leigo aos que lutavam pelo ensino religioso obrigatório, entre esses últimos Alceu Amoroso Lima.

Também em 1932 Alceu prestou concurso para a cátedra de economia política da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas não foi aprovado. No ano seguinte fez novos exames na mesma faculdade, agora para a cátedra de introdução ao direito, e mais uma vez não obteve a vaga, tendo sido classificado em segundo lugar.

Mantendo-se na liderança do laicato católico, Alceu empenhou-se principalmente em articular grupos de pressão com o objetivo de interferir junto aos constituintes para que a nova Constituição atendesse às reivindicações básicas da LEC, tais como o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do casamento religioso, a concessão de assistência religiosa às escolas públicas de nível primário e secundário, às forças armadas, às prisões e hospitais, e a pluralidade e liberdade de sindicalização.

Em 1935, sempre ao lado de dom Sebastião Leme, participou da criação e assumiu a direção nacional da Ação Católica Brasileira (ACB), entidade civil destinada a organizar a participação do laicato no apostolado da Igreja para a difusão dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Pouco depois, ocupou a cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras (ABL), que fora de Miguel Couto, e tornou-se membro do Conselho Nacional de Educação.

Plenamente engajado nas lutas da Igreja, ainda em 1935 moveu intensa campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla liderada pelos comunistas, cujo programa tinha como base a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Manifestou-se também contra a fundação, pelo prefeito Pedro Ernesto Batista, da Universidade do Distrito Federal (UDF), devido à orientação pedagógica do grupo de professores que a organizara — vinculado ao movimento da Escola Nova — considerado pela Igreja de inclinação esquerdista. Assim, esteve à frente da campanha desencadeada contra Anísio Teixeira, uma das principais figuras da nova universidade, afinal demitido da Secretaria de Educação do Distrito Federal em dezembro de 1935, logo após a fracassada insurreição comunista de novembro, e substituído por Francisco Campos, que viria a desarticular todo o trabalho desenvolvido anteriormente na UDF.

Convicto de que “o catolicismo era uma posição de direita”, Alceu persistiu nos anos subsequentes em sua conduta conservadora, posicionando-se a favor das forças franquistas

diante da Guerra Civil Espanhola, deflagrada em 1936, com a perspectiva de que sua vitória representaria a vitória da Igreja. Em outubro de 1937 foi indicado pelo Ministério da Educação, em conjunto com a Comissão Executora do Estado de Guerra — que fora implantado no país em março de 1936 em consequência do levante comunista —, para integrar uma comissão de defesa da cultura nacional contra o bolchevismo.

Com o advento do Estado Novo, foi outorgada a Constituição de 1937, que não tratou das questões referentes à Igreja. Em contrapartida, o novo regime, visando a angariar o apoio dos setores católicos, escolheu Alceu Amoroso Lima para substituir Afonso Pena Júnior na reitoria da UDF. Alceu assumiu paralelamente a cátedra de sociologia dessa universidade, deixando então, após 14 anos, a diretoria jurídica da fábrica de tecidos de seu pai. Embora tenha se tornado um dos colaboradores do Estado Novo, fez restrições a seu excessivo autoritarismo. A seu ver, as duas contribuições fundamentais trazidas pelo novo regime foram "ter permitido que a Igreja desenvolvesse sua colaboração social e ter produzido leis sociais incentivando a promoção do proletariado".

Em 1938 passou a dar aulas de sociologia na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social, patrocinado pelo cardeal Leme, deixando então suas funções como professor e como reitor da UDF.

A REVISÃO DOS PRINCÍPIOS

Logo no início da década de 1940, Alceu Amoroso Lima começou a rever seus princípios filosóficos e políticos, retornando então gradativamente às suas concepções liberais anteriores à conversão. Do convívio com Jackson de Figueiredo, restou apenas a influência religiosa e a fé católica. Na obra *Humanismo integral*, de Jacques Maritain, publicada nessa época, encontrou respostas às indagações que se fazia acerca das questões sociais, embora conservando ainda vacilações e incertezas próprias do processo de transformação a que se submetia. Aos poucos foi percebendo, entretanto, com maior clareza, "que o fato de acreditar na liberdade acima da autoridade, de acreditar na democracia acima das oligarquias ou autocracias, de acreditar na liberdade de pensamento acima do dirigismo intelectual, não implicara nenhum conflito com suas convicções católicas, e não existia entre uma coisa e outra a menor incompatibilidade". Propôs então uma nova plataforma para o Centro Dom Vital, que continuava dirigindo, tendo como base

as idéias de Jacques Maritain.

Paralelamente, continuou empenhado em ampliar suas atividades docentes, sendo nomeado em 1941 catedrático de literatura brasileira da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UB). Nessa mesma ocasião foi indicado para ocupar a cadeira de literatura brasileira na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, então fundada. Em 1944, com o objetivo de criar uma editora que ampliasse as publicações católicas, participou da fundação da Livraria Agir no Rio de Janeiro, tornando-se seu diretor literário.

Em janeiro de 1945 participou do I Congresso Brasileiro de Escritores promovido em São Paulo pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que assumiu um caráter de luta contra a censura e a ditadura e em prol da redemocratização do país. Com o início do processo de constitucionalização, foram criados novos partidos políticos e Alceu foi indicado pelo brigadeiro Eduardo Gomes, candidato à presidência da República na legenda da União Democrática Nacional (UDN), para candidatar-se ao Senado na legenda desse partido. Não aceitou contudo a indicação de seu nome e por essa mesma época colaborou também na organização do Partido Democrata Cristão (PDC), tendo sido o autor de seu manifesto de lançamento. Porém, segundo Antônio Cesarino Júnior, não se engajou nessa agremiação partidária, “por acreditar que um partido pequeno não servia para propagar a doutrina social católica”.

Ainda em 1945 deixou a presidência da ACB, forçado pelas divergências com o novo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, que não aceitou a orientação mais aberta que passara a imprimir à instituição ao final de seus dez anos de chefia. A partir de 1946, desenvolveu estreita amizade com Carlos Lacerda, tornando-se um dos responsáveis, juntamente com Gustavo Corção, pela sua conversão ao catolicismo.

Em 1947 foi chamado por Orlando Dantas para colaborar no *Diário de Notícias*, inaugurando então nesse jornal sua seção “Letras Universais”, transcrita na *Folha da Manhã*, de São Paulo, em *O Diário*, de Belo Horizonte, em *A Tribuna*, de Recife, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e no *Diário Ilustrado*, de Lisboa.

Em 1949 participou do chamado movimento de Montevidéu, que tinha como objetivo organizar a democracia cristã na América Latina. No fim desse ano viajou para a Europa e estabeleceu-se em Paris, aí proferindo uma série de conferências na Sorbonne sobre a

civilização brasileira. Em meados de 1950 regressou ao Rio, mas logo em seguida viajou novamente para o exterior, fixando-se nos Estados Unidos, onde assumiu a direção do Departamento Cultural da União Pan-Americana, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). No exercício dessa função, proferiu inúmeras conferências em diversas universidades norte-americanas; participou, em 1951, como secretário executivo, da I Reunião do Conselho Cultural Interamericano, realizada no México, e foi representante da OEA em 1952 na IX Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), reunida em Paris. Nessa ocasião lançou a revista cultural interamericana *Panorama*, com o objetivo de transmitir uma visão global da cultura continental.

Após seu regresso ao Brasil no final de 1953, retomou suas atividades como colaborador do *Diário de Notícias* e como professor. Reassumiu também a direção do Centro Dom Vital, onde se estabeleceu desde então uma grave dissensão interna devido à orientação profundamente conservadora imprimida por Gustavo Corção durante sua ausência, originando uma aguda crise que se prolongaria por vários anos.

Em 1958 Alceu Amoroso Lima viajou novamente para os Estados Unidos para dar um curso sobre a civilização brasileira na Universidade de Nova Iorque. De volta ao Brasil ainda nesse ano, retomou suas atividades e, a convite de Odilo Costa Filho, tornou-se colaborador do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S. Paulo*.

O RETORNO À ORIENTAÇÃO LIBERAL

No início da década de 1960, a Igreja Católica sofreu profundas transformações, introduzidas pelo papado de João XXIII e pelo Concílio Vaticano II, realizado em novembro de 1962, ao qual Alceu Amoroso Lima compareceu como membro da delegação brasileira. Incentivado pelas novas orientações doutrinárias, prosseguiu sua caminhada em direção “à defesa da liberdade, da justiça e à defesa inclusive da evolução da sociedade num sentido socializante”. Embora mantendo-se fiel às idéias de Maritain, recebeu a influência das novas tendências do pensamento católico francês, principalmente de Pierre Teillard de Chardin, cuja obra o reconciliou “com o evolucionismo que estava na espontaneidade do seu pensamento”. A partir de então, segundo Medeiros Lima, tornou-se “um dos mais legítimos intérpretes do pensamento católico”, expresso nas encíclicas *Mater*

et magistra (1961) e *Pacem in terris* (1963).

Em 1963 completou 22 anos de ensino da literatura brasileira e, coerente com a nova postura adotada diante das questões sociais, apoiou as chamadas reformas de base propostas pelo presidente João Goulart (1961-1964). Embora divergindo do processo de radicalização política que caracterizou os últimos meses do governo Goulart, logo após a vitória do movimento político-militar de março de 1964 manifestou-se contra o novo regime publicando em sua coluna no *Jornal do Brasil* um artigo intitulado "Terrorismo cultural", no qual denunciava a repressão que se abatia sobre a liberdade de pensamento. Assumiu a partir de então uma postura sistemática de oposição ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Quando, em 27 de outubro de 1965, foi editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que reabriu o processo de punições extralegais de adversários do regime, extinguiu os partidos políticos e instaurou eleições indiretas para a presidência da República, Alceu liderou um grupo de intelectuais que lançou um manifesto contra essa nova medida excepcional. De acordo com o documento, "enquanto não se restabelecer a legalidade democrática dentro do princípio da independência e da harmonia dos poderes... o Brasil não conseguirá fixar seus objetivos e lançar-se à sua conquista".

Em 1966 deixou a presidência do Centro Dom Vital, mas continuou ligado à instituição. No ano seguinte foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma, e tornou-se ainda membro associado estrangeiro da Academia de Ciências Morais e Políticas, em Paris.

Com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, que conferiu ao regime um caráter marcadamente ditatorial, fortaleceram-se suas posições oposicionistas. Desde então, segundo o jornalista Luís Alberto Bahia, pela enorme respeitabilidade que adquirira, tornando-o praticamente intocável, conseguiu que suas colunas no *Jornal do Brasil* e na *Folha de S. Paulo* rompessem as barreiras da censura e veiculassem as críticas ao regime, enfatizando principalmente as denúncias relativas às violências cometidas contra os direitos humanos. Em 1969, após 34 anos, deixou o Conselho Nacional — então Federal — de Educação e no ano seguinte afastou-se do cargo de diretor literário da Livraria Agir, que exercia havia 26 anos.

O chamado processo de "abertura", liderado pelo chefe do governo, general João Batista

Figueiredo, a partir de 1979, não conseguiu minimizar suas críticas ao regime. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* em maio de 1982, declarou que "a situação no Brasil piorou muito nos últimos anos, porque as forças armadas, que deveriam ser um instrumento do poder, transformaram-se no próprio poder".

Alceu Amoroso Lima colaborou também em jornais como *A Manhã* e *Jornal do Comércio*, no Rio, o jornal integralista *A Ofensiva*, e o *La Prensa* de Buenos Aires. Foi ainda diretor da *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 14 de agosto de 1983.

Era casado com Maria Teresa Faria, filha do escritor Alberto de Faria, com quem teve sete filhos.

Publicou as obras *Afonso Arinos* (1922), *Estudos* (cinco séries, 1927-1933), *Tentativa de itinerário* (1929), *Freud* (1929), *Esboço de uma introdução à economia moderna* (1930), *Preparação à sociologia* (1931), *Debates pedagógicos* (1931), *Problema da burguesia* (1932), *Economia pré-política* (1932), *As repercussões do catolicismo* (1932), *Política* (1932), *Contrarrevolução espiritual* (1932), *Pela reforma social* (1933), *Introdução ao direito moderno* (1933), *Da tribuna e da imprensa* (1935), *No limiar da idade nova* (1935), *Pela ação católica* (1935), *O espírito e o mundo* (1936), *Indicações políticas* (1936), *Elementos da ação católica* (1938), *Contribuição à história do modernismo* (1939), *Três ensaios sobre Machado de Assis* (1941), *Poesia brasileira contemporânea* (1942), *Meditações sobre o mundo moderno* (1942), *Pela união nacional* (1942), *O cardeal Leme* (1943), *Humanismo pedagógico* (1944), *A voz de Minas* (1945), *Estética literária* (1945), *O crítico literário* (1946), *Pela cristianização da idade nova* (1947), *O problema do trabalho* (1947), *Mensagem de Roma* (1950), *Manhãs de São Lourenço* (1950), *O existencialismo* (1951), *Europa de hoje* (1951), *Meditação sobre o mundo interior* (1954), *A realidade americana* (1954), *Pela América do Norte* (1955), *Introdução à literatura brasileira* (1956), *Quadro sintético da literatura brasileira* (1956), *A vida sobrenatural e o mundo moderno* (1956), *Bilac* (1957), *Integração econômica, social e política na América Latina* (em colaboração, 1958), *O trabalho no mundo moderno* (1959), *O espírito universitário* (1959), *O teatro claudeliano* (1959), *Visão do Nordeste* (1959), *A família no mundo moderno* (1961), *A segunda revolução industrial* (1961), *Problemas de estética* (1961), *O jornalismo como gênero literário* (1961), *A missão de São Paulo* (1962), *Da*

inteligência à palavra (1962), *Europa e América* (1962), *Cultura interamericana* (1962), *O gigantismo* (1962), *Revolução, reação ou reforma* (1964), *Pelo humanismo ameaçado* (1965), *João XXIII* (1966), *A experiência reacionária* (1968), *Adeus à disponibilidade e outros adeuses* (1969), *Violência ou não?* (1969), *Meio século de presença literária* (1969), *Manuel Bandeira* (1969), *Comentários à Populorum progressio* (1969), *Companheiros de viagem* (1971), *Evolução intelectual do Brasil* (1971), *Memórias improvisadas* (1973), *Em busca da liberdade* (1974) e *Os direitos do homem e os homens sem direitos* (1974).

Marieta de Morais Ferreira

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. *Anuário*; BEHAR, E. *Vultos*; BRINCHES, V. *Dicionário*.; CENTRO D. VITAL; COELHO, J. *Dicionário*; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; CURRIC. BIOG.; *Encic. Mirador*; ENTREV. CESARINO JÚNIOR, A.; *Folha de S. Paulo* (16/5/1982); *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; IstoÉ (13/7/1977); *Jornal do Brasil* (7/10, 5/11/76, 23/4, 5/5, 2/7/1977, 2/11, 13/12/1978, 23/10, 2/11, 2/12/1981, 15/8/1983); LEVINE, R. *Vargas*; NEVES, F. *Academia*; *Pasquim* (16, 23/9/1977); REIS, A. *Bibliografia bras.*; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário*; *Quem é quem no Brasil*; *Súmulas*; TODARO, M. *Pastors*; TRINDADE, H. *Integralismo*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

LIMA, Alcides de Mendonça

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893.

Alcides de Mendonça Lima nasceu em Bajé (RS) em 11 de outubro de 1859, filho de João Pereira Mendonça Lima e de Ana Teresa Mendonça Lima.

Iniciou seus estudos no Colégio São Pedro, em Rio Grande (RS), e no Colégio Gomes, em Porto Alegre. Ingressou depois na Faculdade de Direito de São Paulo e durante o curso defendeu as causas abolicionista e republicana. Por essa militância fez parte do Clube 20 de Setembro, do Clube Republicano Acadêmico e do Centro Abolicionista de São Paulo. Em 1880 foi redator do jornal *O Federalista*, e no ano seguinte de *A República*, ambos em São Paulo. Formou-se em 1882, e nesse mesmo ano foi nomeado promotor público em Livramento (RS) e juiz municipal em Pelotas (RS). Em 1889, tornou-se redator-proprietário de *O Cidadão*, em Porto Alegre.

Depois de proclamada a República (15/11/1889), foi eleito deputado federal constituinte, na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em fevereiro de 1891, em maio seguinte passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893.

Em 1894 foi transferido da comarca de Pelotas para a de Rio Grande, onde foi juiz municipal nos dois anos seguintes. Em 1901 ingressou na Academia Rio-Grandense de Letras e em 1906 tornou-se reitor do Ginásio Municipal Lemos Júnior, na cidade de Rio Grande. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1935.

Seu filho, João de Mendonça Lima, foi ministro da Viação entre os anos de 1937 e 1945.

Publicou *Clube 20 de Setembro de São Paulo. Discurso Inaugural* (1881), *História popular do Rio Grande do Sul* (1882) e *Resposta do juiz da comarca à denúncia do procurador do estado* (1886).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; BRINCHES, V. *Dicionário*; MARTINS, A. *Escritores* (p.640).

LIMA, Alexandre Barbosa

*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1892; gov. PE 1892-1896; dep. fed. PE 1897-1899; dep. fed. RS 1900-1905; dep. fed. DF 1906-1911 e 1915-1917; sen. AM 1924-1930.

Alexandre José Barbosa Lima nasceu em Recife no dia 23 de março de 1862, filho de Joaquim Barbosa Lima e de Rita de Cássia Cintra Barbosa Lima.

Cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre 1879 e 1882 e em seguida ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, completando seus estudos em 1884. Continuou na vida militar e em 1889 tornou-se catedrático de geometria analítica na Escola Militar do Ceará.

Com a proclamação da República (15/11/1889), atuou desde os primeiros dias na consolidação do novo regime e, por essa campanha, foi eleito deputado constituinte pelo Ceará. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a exercer mandato ordinário. Em 1892 renunciou ao mandato, pois foi indicado pelo então presidente da República, marechal Floriano Peixoto, para o governo de Pernambuco. O último governador do estado, Antônio Epaminondas de Barros Correia, o barão de Contendas, governara até 7 de abril de 1892, quando foi deposto, assumindo em seu lugar uma junta de governo da qual faziam parte Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, José Vicente Meira de Vasconcelos e Joaquim Mendes Ouriques Jaques. Eleito então vice-governador, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti exerceu o governo até 20 de abril, quando Alexandre José Barbosa Lima, eleito governador, tomou posse.

Caracterizado por Robert Levine como “homem impetuoso e administrador autoritário”, Barbosa Lima adiou as eleições locais, suspendeu o orçamento da capital e reformulou as divisões orçamentárias de alguns municípios para diminuir o poder de algumas lideranças políticas estaduais. José Isidoro Martins Júnior, republicano histórico de Pernambuco, fez forte oposição a seu governo, atuando no Rio de Janeiro em favor de sua deposição e estimulando movimentos armados no sertão pernambucano. Barbosa Lima, em represália,

expurgou o Judiciário estadual de aliados de seu opositor, empastelou jornais de oposição, perseguiu o Partido Republicano de Pernambuco e demitiu José Isidoro de seu cargo de professor da Faculdade de Direito do Recife.

Durante sua administração promoveu, a partir de incentivos estaduais, a modernização da indústria açucareira e a instalação de centros de treinamento técnicos. Também criou a Inspetoria de Higiene do estado, combateu as epidemias que o assolavam, aumentou as redes de esgotos e galerias pluviais, ampliou a rede telegráfica e incentivou a navegação costeira e fluvial. Na área de educação, construiu escolas em muitas cidades, criou a Escola de Engenharia e ajudou a Escola Industrial Frei Caneca, destinada ao ensino dos órfãos e carentes. Abriu a linha férrea Recife-Olinda-Igarassu-Goiana-Itambé, iniciou a de Garanhuns a Bom Conselho e deu continuação à ferrovia Recife-Caruaru-Pesqueira.

Após transmitir o governo, em 7 de abril de 1896, a Joaquim Correia de Araújo, foi eleito deputado federal por Pernambuco e em 1897 assumiu sua cadeira na Câmara. Nesse mesmo ano, foi acusado de estar envolvido no atentado perpetrado em 5 de novembro contra o então presidente da República, Prudente de Morais (1894-1898), que resultou na morte do ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt. Foi preso na cidade do Rio de Janeiro e desterrado na ilha de Fernando de Noronha, mas foi libertado graças a um *habeas corpus* impetrado por Rui Barbosa. Ao final de seu mandato, em 1899, foi reeleito deputado federal, agora pelo Rio Grande do Sul. Membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1901 escreveu vários artigos no jornal *A Federação*, órgão oficial do partido, contra o arrendamento das estradas de ferro. Em 1903 foi reeleito deputado federal pelo mesmo estado.

Em 1906, conseguiu mais uma vez a renovação de seu mandato na Câmara dos Deputados, agora pelo Distrito Federal. Nesse ano foi crítico do Convênio de Taubaté, que criava uma política de valorização do café. Em 1908 foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1909 foi reeleito deputado federal pelo Distrito Federal e deu forte apoio à Campanha Civilista, que defendia a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, contra a do marechal Hermes da Fonseca. Com a vitória deste nas eleições,

fez oposição ao seu governo. Encerrou o mandato em 1911, e em 1912 reformou-se no Exército com a patente de general. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara em 1915, mais uma vez eleito pelo Distrito Federal, e concluiu o mandato em 1917. Em 1919 assumiu a direção do Lloyd Brasileiro e, em 1921, apoiou a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República. Voltou à vida parlamentar em 1924, quando foi eleito senador pelo estado do Amazonas. Ocupou uma cadeira no Senado Federal até o ano de 1930, quando teve o mandato interrompido com a vitória da Revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de janeiro de 1931.

Foi casado com Francisca Cintra Barbosa Lima. Era tio de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, que foi jornalista, deputado federal, governador de Pernambuco e membro da Academia Brasileira de Letras.

Publicou *Independência e República* (1917), *Centenário da Revolução de 1817 em Pernambuco* e *Discursos parlamentares* (1963).

Raimundo Helio Lopes

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G. *Parlamentares*; *Federação* (20/8/1901, 14/2/1902);GASPAR, L. *Barbosa Lima;* LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p. 115-116); LEVINE, R. *Velha*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 164, 1931).

LIMA, Álvaro Moreira de Barros Oliveira
*gov. PI 1890-1891.

Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima foi bacharel em direito e governador do Piauí. Depois que o governador Gregório Taumaturgo de Azevedo deixou o governo do Piauí em 4 de junho de 1890, o cargo foi ocupado por Joaquim Nogueira Paranaguá, até 23 de agosto, Gabino Besouro, até 19 de outubro, e João da Cruz e Santos, até 27 de dezembro. Nessa data tomou posse Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima, que reuniu a Assembleia Constituinte estadual, promulgou a primeira Constituição republicana piauiense e organizou a eleição indireta para governador. Em 28 de maio de 1891 transmitiu o cargo ao governador eleito Gabriel Luís Ferreira.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos.*

LIMA, Antônio Augusto Pereira

* dep. fed. RJ 1900-1908.

Antônio Augusto Pereira Lima nasceu no município de Cantagalo (RJ).

Sua vida política teve início com a eleição para deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1900. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 3 de maio e ainda no mesmo ano foi eleito segundo vice-presidente do estado, durante a presidência de Quintino Bocaiúva (31 de dezembro de 1900 e 31 de dezembro de 1903). Encerrada a legislatura 1900-1902, foi reeleito para mais duas e permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1908.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Casou-se com Maria Frederica Scheiner.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COL. BRAS. GENEAL. *Bio*. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 4/12/2010.

LIMA, Antônio Austregésilo Rodrigues de

*****dep. fed. PE 1920-1930.

Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima nasceu na cidade do Recife no dia 21 de abril de 1876, filho do advogado José Austregésilo Rodrigues Lima e de Maria Adelaide Feitosa Lima.

Foi educado no Colégio das Artes, em Recife, onde conheceu Tobias Barreto e participou precocemente do movimento literário e artístico da Escola de Recife. Ainda com 16 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressou na Faculdade de Medicina e formou-se em 1899 com a tese *Estudo clínico do delírio*. Especializou-se no estudo das doenças mentais. Indicado por Miguel Couto, catedrático da Faculdade de Medicina, em 1901 tornou-se diretor do laboratório e, um ano após, médico da Santa Casa de Misericórdia.

Durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), integrou a equipe do professor Juliano Moreira, um dos pioneiros da psiquiatria no Brasil, que assumira a Diretoria de Assistência aos Alienados. Em 1909 foi nomeado pela Congregação da Faculdade de Medicina professor substituto de clínica médica, patologia interna e clínica propedêutica. Em 1912 foi nomeado professor da recém-fundada cátedra de neurologia. Eleito para a cadeira nº 30 da Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 1914, sucedendo a Heráclito Graça, tomou posse no dia 3 de dezembro, recebido pelo Acadêmico Mário de Alencar.

Ingressou na política em 1920, ao ser eleito, em eleição suplementar, deputado federal por Pernambuco. Reeleito em 1921, 1924, 1927 e 1930, teve o mandato interrompido em outubro desse ano em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e dissolveu os órgãos legislativos do país.

Foi também professor, ensaísta, criador da primeira Escola de Neurologia, fundador dos Arquivos Brasileiros de Medicina e dos Arquivos Brasileiros de Neurologia e de Psiquiatria, e representou o Brasil em vários congressos internacionais de Neurologia. Além disso, foi membro e presidente da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade Brasileira de Neurologia; membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Medicina de Paris e da Academia de Medicina de Nova Iorque, professor honorário da

Faculdade de Medicina de Pernambuco e professor emérito da Universidade do Brasil.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, no dia 23 de dezembro de 1960.

Sobre medicina e psicologia, além de sua tese, publicou *Clínica neurológica* (3 vols., 1917, 1923 e 1945); *Clínica médica* (1917); *As psiconeuroses* (1933); *Novas aquisições no domínio da neurologia* (1934); *L'Analyse mentale dans les psychonevroses* (1936); *Patologia mental* (1948) e *Psicologia e psicoterapia* (1951). Publicou também *Manchas* (prosa poética, 1898); *Palavras acadêmicas* (discursos, 1916), *Vidas desgraçadas* (romance, 1950), e os seguintes ensaios: *Pequenos males* (1917), *O mal da vida* (1920), *Preceitos e conceitos* (1921), *Educação da alma* (1921), *Pessimismo risonho* (1922), *Livro dos sentimentos* (1923), *Meditações* (1923), *Perfil da mulher brasileira* (1924), *As forças curativas do espírito* (1926), *O meu e o teu, forças psicológicas* (1932), *Caracteres humanos* (1933), *Lições da vida* (1934), *Disciplina espiritual* (1934), *Ascensão espiritual* (1934), *Viagem interior* (1935), *Pensar, sentir e atuar* (1935), *Estátuas harmoniosas* (1940), *Perfis de loucos* (estudos psicológicos, 1943), *Afeto e inteligência* (1943), *Moral biológica* (1945) e *Da biótica humana* (1953). Suas obras completas foram publicadas, em 10 volumes, pela Editora Guanabara (1945-1947).

Marcos Paulo Torres

FONTES: ACAD. BRAS. LET. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=148&sid=288>. Acesso em: 1/11/2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FUND. JOAQUIM NABUCO.

LIMA, Antônio Buarque de

*magistrado; min. STJ 1889-1890; min. STF 1891.

Antônio Buarque de Lima nasceu no engenho de Sambá, na comarca de Porto Calvo, interior da província de Pernambuco, em 15 de fevereiro de 1820, filho de José Inácio Buarque e de Maria José Lima Buarque.

Recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Olinda em 1841. Ingressou na magistratura no ano seguinte, ao ser nomeado promotor público da 5ª comarca da cidade de São Paulo. Em maio de 1844 tornou-se juiz municipal e de órfãos do termo de Sorocaba e, em 1846, dos termos reunidos de Porto Calvo e Porto das Pedras. De volta à sede da província em 1850, foi nomeado terceiro suplente de juiz municipal. Ali permaneceu até 1854, quando foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Bragança e Atibaia. Em 1855, foi nomeado juiz de direito da comarca de Carolina, na província do Maranhão, sendo daí removido, no mesmo cargo, para Boa Vista, em junho de 1860, e para Caruaru, em Pernambuco, em outubro de 1867.

Durante a Guerra do Paraguai, estando no exercício da magistratura no interior da província de Pernambuco, organizou batalhões de voluntários da pátria e, à frente deles, marchou para Recife, a fim de que os contingentes fossem embarcados rumo ao Prata. Em julho de 1874 foi nomeado desembargador da Relação de Belém do Pará e nessa corte exerceu os cargos de presidente e procurador da coroa. Foi removido daí para a Relação de Pernambuco, em outubro de 1879.

Por decreto de maio 1889, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) do Império, preenchendo a vaga aberta em decorrência da aposentadoria do visconde de Jari. Tomou posse na corte em junho seguinte. Com a proclamação da República, foi automaticamente nomeado para o Supremo Tribunal Federal (STF), corte constitucional criada em outubro de 1890 nos moldes da Suprema Corte norte-americana. Instalado o novo órgão em fevereiro de 1891, praticamente não chegou a atuar, por ter sido aposentado um mês depois.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 6 de setembro de 1899.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal;* MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

LIMA, Antônio Gomes de
*dep. fed. MG 1915-1920.

Antônio Gomes de Lima nasceu em Minas Gerais, filho de Joaquim Alves de Lima. Pertencia a uma família radicada na região de Campanha (MG).
Em 1862 residia na região de Pindamonhangaba (SP). Junto com o irmão, Benedito Alves de Lima Gomes, pediu ao juízo de órfãos da comarca que fosse nomeado um curador para o pai, que estava idoso e não conseguia mais gerir os bens da família.
Ingressou na política ao ser eleito deputado estadual em Minas Gerais. Exerceu seu mandato na Assembleia Legislativa mineira de 1907 a 1910. Em 1913 foi primeiro vice-presidente da Sociedade de Pecúlios Mútua Central, sediada em Palmira (MG), que recebeu autorização governamental para funcionar pelo Decreto nº 10.084, de 19 de fevereiro daquele ano. Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1915. Tomou posse em maio na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito em 1918. Exerceu o mandato até dezembro de 1920.
Faleceu em Minas Gerais.

Liliane Correa / Ioneide Piffano Brion de Souza

Fontes: ARQ. HIST. MG. *Deputados e Senadores*. Disponível em <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/ deputadosesenadores.html>. Acesso em: 4/7/2010, 19:55; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. Decreto nº 10.084, de 19 de fevereiro de 1913. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10084-19-fevereiro-1913-575878-publicacao-99184-pe.html>. Acesso em: 4/7/2010, 19:45; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); PREF. PINDAMONHANGABA. *Catálogo do Juízo de Órfãos: Inventários e Testamentos – 1701 a 1880*. Disponível em <http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/museu/catalogo.pdf>. Acesso em: 4/7/2010, 19:35; PREF. PINDAMONHANGABA. *Juízo de Órfãos*. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=6&ved=0CCcQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.pindamonhangaba.sp.gov.br%2Farqhistorico%2Fjuizodeorfaos.doc&rct=j&q=%22antonio+gomes+de+lima%22+1891&ei=as8bTLH7LcL78AbTmo3NDA&usg=AFQjCNF7HwiImVBFnqVAHNn8IENM04gKSQ>. Acesso em: 4/7/2010, 19:25; VASCONCELOS, D. *História*.

LIMA, Antônio Rodrigues

*dep. geral BA 1881-1884; dep. fed. BA 1894-1905 e 1909-1920.

Antônio Rodrigues Lima nasceu na cidade de Paraguassu (BA) no ano de 1854. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1875 e depois de formado viajou para a Europa, onde aperfeiçoou seus estudos. De volta ao Brasil, foi eleito deputado provincial na Bahia. Em 1881 foi eleito deputado geral e assumiu sua cadeira na Assembleia Geral, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Apoiou o gabinete liberal de Manuel Pinto de Sousa Dantas e encerrou seu mandato em 1884. Ainda durante o Império, defendeu a causa abolicionista.

Depois da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Em 1894 foi eleito deputado federal pela Bahia e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Em 1896 conseguiu sua transferência como professor da Faculdade de Medicina da Bahia para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi reeleito em 1897 e em 1900, e nesse último ano participou do 4º Congresso Médico Nacional, realizado durante a comemoração do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil. Durante o evento, foi concebida a ideia da construção de uma maternidade escola na cidade do Rio de Janeiro. Além de Antônio Rodrigues Lima, contribuíram para a concretização desse projeto os médicos Werneck de Almeida, Gonçalves Penas, Vieira Souto e Azevedo Júnior. No parlamento, liderou uma campanha para que o Congresso Nacional ajudasse financeiramente o projeto, o que resultou na compra da sua futura sede, na rua das Laranjeiras, em 1901. Em 1903 conseguiu mais um mandato como deputado federal e, em 18 de janeiro de ano seguinte, foi considerado o fundador e nomeado primeiro diretor da Maternidade Escola do Rio de Janeiro, que posteriormente seria incorporada à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em dezembro de 1905 concluiu seu mandato, ao final da legislatura.

Voltou a ser eleito deputado federal pelo estado da Bahia em 1909, o mesmo ocorrendo em 1912, 1915 e 1917. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1920, quando concluiu seu último mandato. Durante sua vida parlamentar legislou sobre higiene pública e fez parte das comissões de Instrução e Saúde Pública. Foi também membro da Academia

Nacional de Medicina.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1923.

Publicou diversos trabalhos na área médica, com destaque para *Haverá diferença entre septicemia, a infecção purulenta e a febre puerperal?* (1875) e *Prenhez ectópica* (1914).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande encic. Delta Larousse*; MIN. EDU. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/humat.pdf>. Acesso em: 16/2/2011.

LIMA, Antônio
*dep. fed. SE 1894-1896.

Antônio Alves Gouveia Lima nasceu no município de Porto da Folha (SE) no dia 8 de setembro de 1830, filho de Luís Alves de Lima e de Maria Alves de Assunção Lima.

Coronel da Guarda Nacional, advogado provisionado em Propriá (SE) e Porto da Folha, promotor público na comarca de Gararu (SE), foi também redator e proprietário do jornal *União Liberal de Propriá* de 1885 a 1889.

Deputado provincial durante o Império, após a proclamação da República (15/11/1889) foi eleito em 1891 deputado estadual constituinte em Sergipe e designado presidente da Assembleia Legislativa. Em 1894 foi eleito deputado federal por seu estado natal, assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Segundo o biógrafo Armindo Guaraná, ocupou a tribuna em diversas ocasiões para defender "o desenvolvimento da zona ribeirinha do baixo São Francisco, entregue à sua direção política". Permaneceu no Legislativo até dezembro de 1896, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

De 1897 a 1898 foi redator de *O País*, em Aracaju.

Faleceu em Porto da Folha no dia 1º de junho de 1901.

Sérgio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUARANÁ, M. *Dicionário.*

LIMA, AUGUSTO DE
*magistrado; pres. MG 1891; dep. fed. MG 1909-1929; const. 1934.

Antônio Augusto de Lima nasceu no atual município de Nova Lima (MG) em 5 de abril de 1859, filho de José Severiano de Lima e de Maria Rita de Lima. Também seguiram a trajetória política seu irmão Bernardino Augusto de Lima, senador estadual em Minas (1895-1898), e seu tio João Franzen de Lima, prefeito de Belo Horizonte (21/3 a 12/12/1947).

Depois de fazer os estudos básicos na escola do professor Paulo Rocha, em Sabará (MG), cursou humanidades no Seminário de Mariana e no Colégio Caraça, em seu estado natal. Transferindo-se para a capital paulista, ingressou em 1878 na Faculdade de Direito desta cidade, bacharelando-se em novembro de 1882. Entre os colegas de formatura, encontravam-se Silva Jardim, Pinheiro Machado e Raimundo Correia. Dedicou-se ao jornalismo desde os tempos de acadêmico, divulgando idéias abolicionistas e republicanas e tornando-se redator de *O Liberal* (1878-1882), órgão do Clube Liberal Acadêmico, de *A República* (1880) e do efêmero *A Comédia* (1881). Colaborou também, junto com Raul Pompeia, no número único de *Castro Alves*, e foi um dos fundadores da *Revista de Ciências e Letras*, ao lado de Raimundo Correia, Alexandre Coelho e Randolfo Fabrino.

Retornando a Minas Gerais, foi designado promotor em 1883 e, mais tarde, juiz municipal de Leopoldina, onde permaneceu até pouco depois da proclamação da República (15/11/1889). Nomeado então juiz de direito da comarca de Conceição da Serra (ES), exerceu essas funções até maio de 1890, e em agosto assumiu a chefia de polícia de Ouro Preto, então capital do estado de Minas Gerais.

Em 18 de março de 1891, substituiu o desembargador Frederico Augusto Álvares da Silva na chefia de governo mineiro, cabendo-lhe reunir a Assembleia Constituinte estadual que, em 15 de junho, promulgou a Constituição e elegeu José Cesário de Faria Alvim presidente de Minas Gerais. Em sua mensagem à Constituinte, propôs a mudança da capital mineira para Belo Horizonte, o que seria realizado durante o governo de Afonso Pena (1892-1894).

Em 16 de julho de 1891, passou o governo ao novo presidente do estado e foi nomeado juiz de direito da comarca de Ouro Preto, cargo que ocupou durante dez anos. Um dos fundadores da Faculdade de Direito de Minas Gerais, da qual foi professor a partir de 1894, tornou-se, em 1901, diretor do Arquivo Público Mineiro. Deixou esses cargos em 1909,

para assumir seu primeiro mandato de deputado federal, que seria sucessivamente renovado em sete legislaturas até 1929. Durante a Campanha Civilista — que nos anos de 1909 e 1910 promoveu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca — foi diretor do *Diário de Minas*, através do qual apoiou a candidatura vitoriosa do marechal Hermes nas eleições de março de 1910. Em sua atuação parlamentar, exerceu durante muitos anos a vice-presidência da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, e foi relator do projeto de lei que determinou a criação do Serviço Florestal do Brasil.

Em 1929, apoiou a formação da Aliança Liberal — coligação interpartidária de oposição que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República —, participando inclusive de uma de suas caravanas ao Norte do país. Em março de 1930, novamente eleito para a Câmara, foi um dos 14 deputados mineiros "degolados", isto é, que não tiveram seus mandatos reconhecidos, numa manobra que favoreceu os correligionários do governo em detrimento dos oposicionistas. Ao mesmo tempo, a vitória do candidato situacionista Júlio Prestes no pleito para a presidência da República provocou a intensificação das articulações com vistas a um movimento armado de caráter nacional que, deflagrado em 3 de outubro no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, resultou na queda do governo Washington Luís depois de 20 dias de luta. Na ocasião, Augusto de Lima assumiu a direção de *A Noite* e foi nomeado diretor dos serviços externos de Minas Gerais na capital federal.

Tendo em vista as eleições de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, foram criados, em todos os estados, partidos que representassem os objetivos doutrinários da Revolução de 1930. Em Minas Gerais, foi fundado o Partido Progressista Mineiro (PPM), por cuja legenda Augusto de Lima elegeu-se deputado à Constituinte que se reuniria a partir de novembro de 1933. Sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1934, impediu que acompanhasse até o fim os trabalhos da Assembleia. Seu lugar foi ocupado pelo terceiro suplente Antero de Andrade Botelho.

Era casado com Vera Tuckaw Monteiro de Barros Lima, com quem teve sete filhos, entre eles Augusto de Lima Júnior, historiador e romancista.

Augusto de Lima ingressara em 1903 na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 12. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia, dos Institutos Históricos da Bahia e de São Paulo, do Instituto Histórico e

Paleontológico de Pernambuco, da Academia do Ceará e da Associação Brasileira de Imprensa. Durante 34 anos, foi delegado de Minas Gerais incumbido de participar das discussões sobre o estudo das questões de limites do estado.

Conhecido poeta, Augusto de Lima deixou, entre outras, as seguintes obras: Contemporâneas (poesia, 1887), Símbolos 1888-1890 (1892), A comarca da capital de Minas e o juiz de direito de Ouro Preto (1898), Poesias (1909), Limites entre Minas Gerais e São Paulo resumo histórico documentado oferecido ao dr. Artur Bernardes (1920), Noites de sábado (1923), São Francisco de Assis (poema, 1930), Tiradentes (drama lírico, 1937) e Coletânea de poesias (1980-1934) (1959). A seu respeito, além de artigos e discursos comemorativos, foi publicado, de Mercês Maria Moreira Lopes, Augusto de Lima (1959).

Helena Faria

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. *1934*. *Anais*; AUTUORI, L. *Quarenta*; BEHAR, E. *Vultos*; BLAKE, A. *Diccionário*; BRINCHES, V. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados*; COELHO, J. *Dicionário*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (4/4/1959); *Encic. Mirador*; ENTREV. BARRETO, A.; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HORTA, C. *Famílias*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); *Jornal do Comércio* (23, 24/4/1934); LEITE, A. *História*; MENESES, R. *Dicionário*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; NEVES, F. *Academia*; *Personalidades*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SOUSA, J. *Índice*; SOUSA, J. *Teatro*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

LIMA, BARROS

*min. TCU 1918-1935.

Francisco de Paula Monteiro de Barros Lima nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 10 de fevereiro de 1871, filho de João Gonçalves Pereira Lima e de Emília Monteiro de Barros Lima.

Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1892, depois de formado, trabalhou no escritório de seu cunhado, o professor Francisco Bulhões de Carvalho.

No governo do presidente Prudente de Morais (1894-1898), que enfrentou violenta oposição dos florianistas, corrente política que representava parte da oficialidade do Exército e o Partido Federal Republicano, foi delegado-auxiliar da polícia do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Nesse período ocorreram os empastelamentos dos jornais monarquistas *A Gazeta da Tarde* (primeiro jornal abolicionista do Brasil) *Liberdade* e *Apóstolo*, em março de 1897, e o assassinato do diretor-proprietário da *Gazeta*, o coronel Gentil José de Castro, baleado por populares quando fugia para Petrópolis (RJ).

Ocupava ainda o cargo de delegado-auxiliar quando em maio de 1897 foi desencadeada a segunda revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, reduto dos florianistas, que ajudou a aumentar o clima de agitação política. Em 5 de novembro de 1897, ocorreu um atentado contra Prudente de Morais, que teve como consequência a morte do ministro da Guerra, o marechal Carlos Machado Bittencourt.

Barros Lima foi ainda auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão do qual se tornou ministro em 1918. Nesse mesmo ano, representou o tribunal no Congresso Jurídico. Vice-presidente do TCU entre 1931 e 1933, no ano seguinte, sucedendo a Agenor de Roure, foi designado presidente do TCU, cargo em que se aposentou em 1935, quando foi substituído por Otávio Tarquínio de Sousa.

Faleceu ainda em 1935.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARONE, E. *República velha*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Jornal do Brasil* (1/6/1982); TRIB. CONTAS UNIÃO. *Dados* (1893-1990).

LIMA, Carlos Jorge Calheiros de

* militar; junta gov. AL 1891; dep. fed. AL 1894-1896.

Carlos Jorge Calheiros de Lima nasceu no dia 16 de julho de 1860.

Sentou praça no Exército em novembro de 1878, cursou a Escola Militar, tornou-se alferes aluno em 1883 e foi promovido a segundo-tenente em 1884. Ocupava o posto de capitão quando integrou a junta governativa que assumiu o governo de Alagoas em 23 de novembro de 1891, em substituição a Manuel José de Araújo Góis. A junta, composta ainda pelo tenente-coronel José Correia Teles, Manuel Ribeiro de Meneses e Jacinto de Assunção Pais de Mendonça Castelo Branco, ficou no poder até o dia 28 seguinte, quando passou o governo alagoano a Manuel Gomes Ribeiro, presidente do Senado estadual.

Eleito deputado federal por Alagoas em 1894, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e nela permaneceu até dezembro de 1896, quando se encerraram a legislatura e o seu mandato.

Foi promovido a coronel em 1910.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LIMA, Diogo de Holanda
*dep. fed. PA 1893-1896.

Diogo de Holanda Lima foi eleito deputado federal pelo Pará em eleição suplementar realizada durante a legislatura 1891-1893. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 30 de maio de 1893, com mandato até 31 de dezembro do mesmo ano. Reeleito, exerceu novo mandato entre maio de 1894 e dezembro de 1896.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).* Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

LIMA, Eurípedes Esteves de

*militar; junta gov. SE 1924.

Eurípedes Esteves de Lima nasceu em Itabaianinha (SE) no dia 11 de janeiro de 1884.

Ingressou, em 1902, na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, alcançando a patente de segundo-tenente em 1913. No início da década de 1920 estabeleceu-se no 28º Batalhão de Caçadores (28° BC) de Sergipe, sediado em Aracaju. Em 1923 foi promovido a capitão e por esse período conheceu Augusto Maynard Gomes, militar tenentista que havia participado da Revolta de 5 de julho de 1922 no Rio de Janeiro.

Eurípedes Esteves de Lima, ao lado de Maynard Gomes e João Soarino de Melo, tornaram-se o núcleo de militares opositores à Primeira República em Sergipe. Quando o marechal e ex-presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914), que desfrutava de grande prestígio entre os jovens oficiais, faleceu, em setembro de 1923, o *Diário da Manhã*, jornal de Aracaju, comentou o fato de maneira que desagradou aos militares. Esses três militares, então, invadiram, em plena luz do dia, a redação do jornal, causando-lhe danos materiais.

Com a eclosão da Revolta de 5 de julho de 1924 em São Paulo, iniciaram-se em Sergipe articulações de solidariedade aos insurretos que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista. Diante da perspectiva de requisição da guarnição sergipana pelo governo federal para a repressão aos rebeldes no Sul e da impossibilidade de adesão em São Paulo, Eurípedes Esteves de Lima, Maynard Gomes e João Soarino de Melo aceleraram o movimento rebelde no 28º BC. Os três tornaram-se líderes do movimento, acertando sua deflagração para a madrugada do dia 13 de julho. Depois de conquistarem a adesão do segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça, intendente do 28º BC e responsável pelo depósito de munições, comunicaram o plano a parte das tropas, prenderam os militares legalistas e assumiram o controle do quartel. Eurípedes Esteves de Lima assumiu a chefia do 28º BC por ser o líder com maior graduação militar.

Desmembrado em três companhias comandadas pelos líderes do levante, o contingente do

28º BC tomou o palácio do governo, depondo o presidente do estado, Maurício Gracco Cardoso (1922-1926). A junta que assumiu a chefia do Executivo estadual era composta pelo capitão Eurípides Esteves de Lima, o primeiro-tenente Augusto Maynard Gomes, o também primeiro-tenente João Soarino de Melo e o segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça. Em seguida, ocuparam os principais postos estratégicos da capital, fizeram uma proclamação à população explicando seus motivos e organizaram a defesa dos espaços tomados. Contudo, o movimento foi derrotado 21 dias depois pelas tropas federais lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria.

Tentando fugir, Eurípedes Esteves de Lima foi preso em 9 de agosto. Ficou detido em Aracaju e, com o decorrer do processo, teve sua prisão relaxada. Maynard Gomes, preso em São Paulo e transferido para Sergipe, continuou liderando o movimento rebelde de oposição ao governo e, com a passagem da Coluna Prestes pelos estados do Norte, a força dos oposicionistas aumentou.

Em 18 de janeiro de 1926, Maynard Gomes fugiu da prisão e deu início a um novo movimento, novamente liderando-o ao lado dos antigos companheiros. Voltaram a assumir o governo do estado por algumas horas. Assim como em 1924, Eurípedes Esteves de Lima assumiu o controle do 28º BC e João Soarino de Melo, ao lado de Maynard Gomes, assumiram a liderança das tropas em combate. Esse movimento foi dominado em cerca de quatro horas, tendo as tropas governistas novamente sido lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria.

Após esses combates, Eurípedes Esteves de Lima e os outros rebeldes foram transferidos para a Ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo. Na prisão, adoeceu e foi transferido, assim como João Soarino de Melo, para o Hospital Militar do Rio de Janeiro. Com a posse do presidente Washington Luís (1926-1930) em 15 de novembro de 1926, foi revogado o estado de sítio, presente em quase todo o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Assim sendo, os líderes rebeldes foram transferidos para Aracaju em setembro de 1927.

Recebidos com grande aclamação popular, Eurípedes Esteves de Lima, Maynard Gomes e João Soarino de Melo, os líderes do movimento rebelde, foram julgados em 1928

e condenados em primeira instância a 10 anos de prisão, obtendo depois redução da pena no Supremo Tribunal Federal para dois anos. Julgados novamente em 1929 — agora pelo levante de 1926 — foram condenados a um ano e quatro meses de reclusão, tempo inferior ao período já cumprido na prisão.

Ainda sem a liberdade garantida, Eurípedes Esteves de Lima apoiou a Revolução de 1930 e, após a vitória do movimento, serviu alguns meses em Salvador, retornando a Sergipe em 1931, já com Maynard Gomes como interventor federal do estado (1930-1935), e desse ano até 1934 assumiu a Chefatura de Polícia de Sergipe.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; DANTAS, J. *Tenentismo*; DANTAS, J. *História.*

LIMA, Francisco Cornélio da Fonseca
*dep. fed. PE 1894-1908.

Francisco Cornélio da Fonseca Lima nasceu em Pernambuco.
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e em seguida foi nomeado promotor público na cidade de Palmares (PE). Iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando se filiou ao Partido Conservador. Por essa agremiação foi eleito diversas vezes deputado provincial.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual em Pernambuco e fez parte da Assembleia responsável pela elaboração da primeira Constituição republicana do estado. Em 1894 foi eleito deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, e foi sucessivamente reeleito. Em várias ocasiões, foi relator na Câmara do orçamento do Ministério do Interior. Exerceu o mandato até 5 de outubro de 1908, quando faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

Foi também prefeito da cidade de Água Preta (PE). No campo jornalístico, colaborou com o periódico pernambucano *A Cidade*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande encic. Delta Larousse*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3).

LIMA, Ildefonso Correia
*dep. fed. CE 1894-1899.

Ildefonso Correia Lima nasceu em Lavras (CE) no dia 7 de julho de 1860, filho do coronel Ildefonso Correia Lima e de Fideralina Augusto Lima.

Estudou no Liceu do Ceará e logo após seguiu para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Faculdade de Medicina, formando-se em 1886 com a tese intitulada "Dos progressos recentes na operação da litrotícia". Ainda em 1882 trabalhou como interno extranumerário do Hospital de Misericórdia da Corte, e de 1883 a 1885, como interno de segunda e primeira classe no mesmo hospital. Foi ainda ajudante de anatomia topográfica e operações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, relator da Comissão Cirúrgica do Ginásio Acadêmico, sócio honorário e vice-presidente dos Grêmios dos Internos e dos Hospitais da Corte.

De volta a Fortaleza, clinicou durante algum tempo, mas logo ingressou na política, sendo eleito deputado estadual em 1892. No mesmo ano foi eleito terceiro vice-presidente do Ceará, na gestão do tenente-coronel Bizerril Fontenelle (1892-1896). Em 1894 foi nomeado professor catedrático de física e química do Liceu do Ceará e trabalhou como jornalista. Foi também eleito deputado federal para a legislatura 1894-1896 e reeleito para o período 1897-1899. Na Câmara dos Deputados, defendeu reiteradamente a ilegalidade do divórcio. Voltaria à Assembleia estadual em duas legislaturas: 1905-1908 e 1909-1911.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de fevereiro de 1911

Depois de sua morte foi publicado, de sua autoria *Física do éter*.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.292); LEAL, V. *História*; STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 382-383).

LIMA, João Batista de Azevedo

*dep. fed. DF 1921-1930.

João Batista de Azevedo Lima nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 22 de março de 1888, filho de José Jerônimo de Azevedo Lima e de Alzina Clara dos Santos Lima.

Estudou no Externato Aquino, e em 1907 formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com especialidade em fisiologia. A partir de então, passou a clinicar.

Em 1917 e 1920, foi eleito intendente (vereador) no Distrito Federal. Eleito em seguida deputado federal, exerceu o mandato de 3 de maio de 1921 a 31 de dezembro de 1923. Reeleito para as legislaturas 1924-1926 e 1927-1929, tornou-se membro do Bloco Operário e Camponês (BOC), criado em 1927 a partir de esforços do Partido Comunista do Brasil (PCB), por sua vez fundado em 1922. O PCB defendia, entre outros pontos, a participação dos trabalhadores nos processos eleitorais e nos parlamentos, buscando utilizar-se de tais ocasiões e espaços para fazer denúncias, propaganda e agitação políticas. Nesse sentido, impulsionou, na segunda metade da década de 1920, a criação de uma organização política de frente única. Azevedo Lima, que não era militante do PCB, aderiu à proposta do BOC, muito embora, mais adiante, se indispusesse com os comunistas e acabasse sendo expulso do bloco. Voltou a se eleger em março de 1930, mas teve o mandato interrompido em outubro pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi também um dos diretores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, diretor do laboratório da Liga Brasileira contra a Tuberculose, médico escolar e inspetor sanitário do Rio de Janeiro, além de ter sido colaborador da *Imprensa*, jornal fundado pelo célebre jornalista e político Alcindo Guanabara, e de algumas revistas médicas.

Foi casado com Georgina de Araújo Azevedo Lima.

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário Analítico*. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); KAREPOVS, D. *Esquerda*; NASCIMENTO, D. *Fundação*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; SOC. MED. CIR. RJ. Disponível em: <http://www.smcrj.org.br/historico/index.asp>; VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário;* SOUSA, J. *Índice*.

LIMA, João Gonçalves Pereira

* min. Agric. 1917-1918.

João Gonçalves Pereira Lima nasceu em Pernambuco em 1864.

Em novembro de 1917 foi nomeado pelo então presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em substituição a José Rufino Bezerra de Andrade. Em novembro de 1918, quando da posse do novo presidente Delfim Moreira (1918-1919), foi nomeado ministro interino da mesma pasta, até a nomeação do novo titular. Permaneceu no comando do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio até meados de dezembro de 1918, quando foi substituído por Antônio Pádua Sales.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1937.

Luciana Pinheiro

Fontes: PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 2/2/2011.

LIMA, Joaquim Davi Ferreira

* dep. fed. SC 1921-1926.

Joaquim Davi Ferreira Lima nasceu em Camisão, atual Ipirá (BA), em 14 de novembro de 1876, filho de Davi Ferreira Lima.

Médico, estabeleceu-se na cidade de Tubarão (SC) e iniciou a carreira política ao ser eleito deputado à Assembleia Estadual de Santa Catarina para a legislatura 1904-1906. Foi reeleito para a legislatura seguinte, cumprindo novo mandato de 1907 a 1909. Em 1910 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Estadual de Santa Catarina, com mandato até 1912, ano em que foi vice-presidente da mesma Assembleia.

Na década de 1920, deu continuidade à carreira política elegendo-se deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1921-1923. Ao final do mandato reelegeu-se para a legislatura 1924-1926.

Foi também Inspetor de Higiene do Estado de Santa Catarina.

Faleceu em 29 de fevereiro de 1936.

Era casado com Carolina Colaço Cabral de Lima, com quem teve filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário* .

LIMA, José Antônio Maria da Cunha

*dep. fed. PB 1894-1896 e 1915-1920.

José Antônio Maria da Cunha Lima nasceu na cidade de Areia (PB). Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1892, quando Álvaro Lopes Machado assumiu a presidência do estado da Paraíba, nomeado pelo presidente marechal Floriano Peixoto, e convocou uma nova Constituinte estadual, foi eleito para compô-la. Permaneceu no Legislativo estadual até o ano de1894, quando foi eleito deputado federal. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1896. Voltou então para a Paraíba e seguiu a carreira de advogado até ser nomeado juiz de direito.

Em 1915, com o apoio de Epitácio Pessoa, então senador pela Paraíba (1912-1919), foi novamente eleito deputado federal. Em 1918 foi reeleito para a legislatura que se encerrou em 1920.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PINTO, L. *Síntese.*

LIMA, José Cerqueira de Aguiar

* militar; gov. PE 1889; pres. PR 1890.

José Cerqueira de Aguiar Lima nasceu em Salvador no dia 6 de março de 1828, filho de José Cerqueira de Aguiar Lima.

Ainda na juventude transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde passou a integrar o 1º Batalhão de Artilharia. Em 1851 matriculou-se na Escola Militar, sendo nomeado engenheiro do Exército em 1855. Já promovido a capitão, em 1866 comandou a fortificação de Óbidos, no rio Amazonas. Em 1871 foi promovido a major.

Graduado coronel em 1888, foi designado comandante das armas da província de Pernambuco. Um dia após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado governador provisório do agora estado de Pernambuco. Exerceu o cargo por menos de um mês, sendo substituído em 12 de dezembro por José Simeão de Oliveira. Já promovido brigadeiro, em 27 de dezembro de 1890 foi nomeado presidente do Paraná. Substituiu Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, que por sua vez substituía interinamente Inocêncio Serzedelo Correia. Permaneceu no governo até 3 junho de 1891, ocasião em que Generoso Marques dos Santos assumiu a presidência do estado.

Afastado da vida política a partir de então, seguiu a carreira militar até reformar-se como marechal graduado em 1895.

Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1898.

Luciana Pinheiro

Fontes: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em: 24/10/2010; CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 24/10/2010; GOV. PE. Disponível em: <http://www2.pe.gov.br>. Acesso em: 24/10/2010; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 24/10/2010.

LIMA, José Fernandes de Barros

* dep. fed. AL 1894-1896; gov. AL 1918-1924; sen. AL 1924-1930; dep. fed. AL 1935-1937.

José Fernandes de Barros Lima nasceu em Passo de Camaragibe (AL) no dia 21 de agosto de 1868, filho de Manuel José de Lima e de Constantina Acióli de Barros Lima.

Estudou em Maceió no Ginásio Bom Jesus e no Liceu Alagoano, e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1893. Ainda estudante lutou pela abolição dos escravos, tendo pertencido à Sociedade Libertadora Alagoana. Propagandista da República, em 1888 publicou no Recife um folheto preconizando a mudança do regime e foi um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico. Colaborou na época na revista *O Norte***,** órgão republicano, além dos jornais *Arrebol*, *Movimento* e *Norte de Alagoas***.**

Iniciou a carreira política ao ser escolhido membro do primeiro Conselho Municipal de Camaragibe e, depois, ao ser eleito intendente do município (1892-1893). Também em 1892 foi eleito para ocupar a vaga aberta na Assembleia Legislativa alagoana com a morte de Ambrósio Lira, mas não tomou posse. Foi deputado estadual na legislatura 1893-1894 e novamente membro do Conselho Municipal de Camaragibe de 1894 a 1895. Elegendo-se deputado federal, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados entre maio de 1894 e dezembro de 1896.

Em sua atuação na política de Alagoas, destacou-se pela oposição à oligarquia dominante, chefiada por Euclides Malta, que governou o estado de 1900 a 1903 e de 1906 a 1912. Intensificou sua ação ao assumir, em junho de 1911, a direção do jornal oposicionista *Correio de Maceió***,** órgão oficial do Partido Democrata de Alagoas. Nesse mesmo ano foi lançado candidato a vice-governador na chapa do partido, encabeçada pelo coronel Clodoaldo da Fonseca. Essa candidatura foi favorecida pela nova orientação do governo federal, então chefiado pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), que passou a intervir em alguns estados, inclusive com o afastamento de seus governantes, no que ficou conhecido como "política das salvações". Em virtude das manifestações contrárias a seu

governo, Euclides Malta passou a reprimir a oposição, que se organizou e lutou contra as forças estaduais, levando-o a renunciar em 13 de março de 1912, quando foi substituído pelo presidente do Congresso Estadual, o coronel Macário das Chagas Rocha Lessa. As eleições deram a vitória aos candidatos do Partido Democrata, que tomaram posse em 12 de junho seguinte. Como vice-governador, Barros Lima substituiu interinamente o titular de janeiro a abril de 1915. Em 12 de junho do mesmo ano, teve início o governo de João Batista Acióli Júnior.

De volta à Assembleia Estadual em 1917-1918, Barros Lima deixou-a ao ser eleito, em março de 1918, governador de Alagoas. Tomou posse em 12 de junho, sucedendo a João Batista Acióli Júnior, e afastou-se por motivo de saúde entre 1º de março e 12 de junho de 1921, quando foi substituído por Manuel Capitulino Carvalho. Nesse mesmo período foi reeleito, permanecendo no exercício do governo até 12 de junho de 1924, quando tomou posse o novo governador Pedro da Costa Rego.

Contra a tese de que o desenvolvimento deveria ser feito da capital para o interior, durante seu governo lançou o *slogan* "Rumo aos campos", buscando interiorizar sua ação administrativa. Para tanto, cuidou da abertura de cerca de quatrocentos quilômetros de rodovias cortando o interior, em especial daquela ligando a capital à cidade de Passo de Camaragibe. Inaugurou três pontes de cimento armado, sobre os rios Paraíba, Mundaú e Camaragibe, e construiu grupos escolares nas cidades de Capela, Camaragibe e São Luís do Quitunde. Iniciou também o Serviço de Profilaxia Rural, com o apoio da Comissão Rockefeller. Em seu governo foi criado, em março de 1919, o Gabinete de Identificação e Estatística. Em 23 de agosto seguinte, os representantes dos estados de Alagoas e Pernambuco no VI Congresso de Geografia assinaram um convenio, *ad referendum*, para a fixação definitiva dos limites divisórios entre os dois estados, mas a medida não teve o êxito pretendido.

Em 1924 foi eleito para o Senado Federal, onde exerceu o mandato até que a Revolução de outubro de 1930 suprimiu os órgãos legislativos do país. Após a promulgação da nova Constituição em 16 de julho de 1934, foi eleito, no pleito de outubro, deputado federal.

Assumiu seu mandato em maio de 1935 e permaneceu na Câmara dos Deputados até novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo mais uma vez fechou o Congresso Nacional.

Faleceu em Maceió no dia 16 de maio de 1938.

Foi membro fundador da Academia Alagoana de Letras e primeiro ocupante da cadeira nº 6. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, colaborou na revista da instituição. Além de mensagens ao Congresso alagoano, publicou: *Tiradentes – poemeto realista* (1884); *Cartas de um democrata* (1888); *Ação para divisão do engenho "Ilha Vitório"* (1900); *Política de Alagoas – sugestões para organização de um partido em Alagoas*; *A sucessão governamental no estado de Alagoas em 1924* (discursos Fernandes de Barros Lima e de Pedro da Costa Rego 1924); *Estado de Alagoas – Sua administração e sua política – O estouro da boiada alagoana* (discurso no Senado, 1927); "Efemérides do município de Camaragibe. Elementos para sua história e crônica" (publicação feita no *Evolucionista*, em 1903, sob o pseudônimo Camile Desmoulins), *Revista do IHGA* (1933-1934).

Reynaldo de Barros

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo;* ALTAVILA, J. *História*; BARROS, F. *A B C das Alagoas*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados;* CÂM. DEP. *Relação nominal;* CORONEL, E. *República velha; Grande encic. Delta;* INF. Francisco Amorim; LIRA, A. *Senado*.

LIMA, José Francisco de Araújo

*dep. fed. AM 1930.

José Francisco de Araújo Lima nasceu em Vila de Muaná, na ilha de Marajó (PA), no dia 9 de maio de 1884, filho de José Francisco de Araújo Lima e de Maria Amélia de Mendonça Lima. Seu pai foi juiz de direito na capital amazonense e sua mãe foi proprietária e regente do Colégio Santa Catarina.

Cursou o primário e o secundário em Manaus, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Faculdade de Medicina. Em 1902 formou-se em farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia. De volta a Manaus dedicou-se à clínica e, mediante concurso em 1905, ao ensino secundário no Ginásio Amazonense Pedro II. De 1909 a 1910 foi inspetor do ensino primário no Amazonas. Seguiu para a Europa em 1911 e matriculou-se no curso de medicina tropical da Universidade de Paris, diplomando-se no ano seguinte. Nesse mesmo ano fez o curso de microbiologia do Instituto Pasteur de Paris. Ainda em 1912 regressou ao Brasil e doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Também nesse ano representou oficialmente o governo do Amazonas na II Conferência Brasileira de Educação.

De volta à capital amazonense, em janeiro de 1917 foi nomeado diretor da Instrução Pública do Amazonas, cargo que exerceu até novembro de 1919. No governo de César do Rego Monteiro (1921-1924) foi nomeado prefeito de Manaus. Assumiu o cargo em setembro de 1924, em substituição a Francisco das Chagas Aguiar, e exerceu-o até novembro seguinte, quando foi substituído por Gentil Augusto Bittencourt, já no governo de Raimundo Rodrigues Barbosa. Voltou à prefeitura da capital amazonense em janeiro de 1926, nomeado pelo governador Efigênio Sales (1925-1929), em substituição a Hugo Ribeiro Carneiro. Permaneceu no cargo até novembro de 1929, quando foi substituído por Sérgio Rodrigues Pessoa.

Em março de 1930 foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas em

outubro teve o mandato interrompido em decorrência da vitória do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder e dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

Foi membro da Academia Amazonense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1945.

Era casado com Branca Machado e Silva, filha do barão de Machado e Silva, com quem teve três filhos.

Publicou: *Falsa demência* (1912); *Só a educação transforma os povos* (1933) e *Amazônia: a terra e o homem* (1933).

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; SENADO. <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1599&li=35&lcab=1930-1930&lf=35>. Acesso em: 10/3/2011; Wikipédia. Disponível em: <http://de.wikipedia.org/wiki/Liste_der_B%C3%BCrgermeister_der_Stadt_Manaus>. Acesso em: 21/7/2011.

LIMA, Leonel Loretti da Silva

*dep. fed. RJ 1897-1899.

Leonel Loretti da Silva Lima nasceu em Angra dos Reis (RJ) no dia 27 de janeiro de 1863, filho do major Antônio Francisco da Silva Lima e de Ana Loretti da Silva Lima.

Estudou no antigo Colégio Pinheiro, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1880 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 28 de novembro de 1884. Em janeiro de 1885 foi nomeado promotor público em Petrópolis (RJ), cargo no qual permaneceu até 1887, quando foi exonerado por se haver filiado à corrente republicana, liderada pelo então senador José Tomás da Porciúncula. Ainda em 1887, mudou-se para Barra Mansa (RJ), onde passou a atuar como advogado. Fundou também em Barra Mansa, juntamente com Saul de Avillez Cravalho, Bittencourt Macedo e Francisco Gonçalves de Morais, entre outros, o Clube Republicano, do qual foi secretário. Desde então, tornou-se redator-chefe do hebdomadário *A Notícia*, órgão do Partido Republicano que circulou até a proclamação da República. Envolvido na propaganda republicana, foi convidado por correligionários do Partido Republicano a proferir duas conferências, em Barra Mansa e Resende (RJ).

Já após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado promotor em Barra Mansa em 1890 e foi eleito vereador em Santa Maria Madalena (RJ), mas não chegou a tomar posse, pois foi convidado a assumir a chefia de polícia do estado do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de janeiro de 1891 a setembro de 1892, concomitantemente ao de juiz de direito em Angra dos Reis. Também em 1891 foi eleito deputado estadual e escolhido líder da Assembleia Legislativa. Em 1892 estabeleceu-se em Santa Maria Madalena, onde se casou com Herondina Ribeiro Portugal e abriu um escritório de advocacia.

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo 2º distrito do estado do Rio de Janeiro, e exerceu o mandato de 5 de junho daquele ano a 31 de dezembro de 1899.

Além disso, ao longo da vida, também atuou como advogado da Câmara Municipal de Petrópolis e fiscal do governo junto ao Ginásio de São Bento, no Rio de Janeiro, função da qual foi exonerado por Nilo Peçanha sob a alegação de que a Constituição brasileira proibia a acumulação de cargos.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); Índice dos Livros de Batizado de Santa Maria Madalena (RJ). Disponível em: <http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/rj/indBatSMMad_L.pdf >. Acesso em: 14/1/2011.

LIMA, LOURENÇO MOREIRA

*rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; rev. 1935.

Lourenço Moreira Lima nasceu na cidade de També (PE) em 1881, filho de Joaquim Moreira Lima e de Marcolina Etelvina Lima. Seu pai foi magistrado no Império e presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba. Seu irmão Filipe Moreira Lima foi interventor federal no Ceará de 1934 a 1935.

Radicado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ingressou em 1900 na Escola Preparatória do Realengo, da qual foi desligado em 1902 em virtude de um incidente com um dos oficiais da administração. Incorporado em seguida ao 7º Batalhão de Infantaria, aquartelado na fortaleza de Conceição (RJ), abandonou o Exército em 1903, seguindo em 1905 para Fortaleza, onde se matriculou na Faculdade de Direito. Bacharelou-se mais tarde e em 1910 transferiu-se para o Acre, onde exerceu a advocacia por dez anos.

De volta ao Rio de Janeiro em 1920, participou da conspiração que culminou na revolta tenentista de 5 de julho de 1924. Irrompido em Sergipe, Amazonas e São Paulo, o movimento foi rapidamente dominado nos dois primeiros estados, mas em São Paulo os rebeldes, comandados por Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando então a cidade e deslocando-se para o interior. Preso nessa ocasião, Moreira Lima foi posto em liberdade cinco meses depois e se incorporou à Coluna Prestes. A coluna foi o resultado da junção — efetivada em abril de 1925, no oeste do Paraná — do grupo rebelde proveniente de São Paulo com o do Rio Grande do Sul.

Serviu na coluna como capitão do estado-maior, exercendo as funções de secretário e de comandante do 4º Destacamento — em substituição a Djalma Dutra, por ocasião de sua viagem a Paso de los Libres para um encontro com Isidoro Dias Lopes. Dirigiu também o jornal revolucionário *O Combate*, órgão de divulgação dos objetivos do movimento. Liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, a Coluna Prestes percorreu o interior do país através de 13 estados, dando combate às tropas legais, até internar-se em 1927 na Bolívia (fevereiro) e no Paraguai (março). Com a dissolução do movimento, Moreira Lima permaneceu em Santa Vitória do Palmar (RS) de 1928 a 1930.

Participou da Revolução de Outubro de 1930, quando marchou com as forças que avançaram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro. Atuou em operações de

Itararé (SP), onde se concentravam as tropas governamentais. Nesse local, às vésperas do ataque à capital paulista, as tropas legalistas tomaram conhecimento da deposição do presidente Washington Luís no Rio de Janeiro e depuseram as armas. Após a vitória do movimento que colocou Getúlio Vargas no poder, voltou ao Rio Grande do Sul.

Transferindo-se para a capital federal em 1932, assumiu em 1935 um cargo no Ministério do Trabalho, do qual foi desligado logo a seguir sob a acusação de envolvimento na Revolta Comunista. Promovido pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o movimento — que eclodiu em Natal no dia 23, em Recife no dia 25 e no Rio de Janeiro no dia 27 de novembro — foi rapidamente sufocado pelas forças legais. Lourenço Moreira Lima foi preso na ocasião, mas afirmou, em depoimento na Polícia do Distrito Federal, que não havia participado das conspirações para o levante, apesar de haver mantido entendimentos com o major Costa Leite, representante de Prestes no Rio de Janeiro. Seu irmão Felipe, após deixar a interventoria no Ceará (1934-1935), embora não tivesse participado da insurreição armada de 1935 esteve consideravelmente próximo da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Faleceu em São Paulo em 1940.

Publicou *A Coluna Prestes; marchas e combates da coluna invicta e a Revolução de Outubro de 1930* (1934) e *A Coluna Prestes (marchas e combates)* (1945).

FONTES: CARNEIRO, H. *História*; PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. *1926.*

LIMA, Luís Siqueira da Silva

*sen. ES 1900-1908.

Luís Siqueira da Silva Lima, futuro *barão de Itapemirim*, nasceu em Itapemirim (ES) a 10 de abril de 1844, filho de Joaquim Marcelino da Silva Lima e de Leocádia Tavares Brum. Seu pai, o segundo barão de Itapemirim, foi um dos mais ricos e poderosos políticos capixabas de meados do século XIX, dono de numerosas fazendas de açúcar e de café espalhadas ao longo do vale do rio Itapemirim. Membro do Partido Liberal, foi deputado provincial e vice-presidente da província do Espírito Santo por diversas vezes. Sua mãe, segunda esposa do barão, era filha de um grande proprietário de terras em Itapemirim.

Tendo perdido o pai ainda na adolescência, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1868, retornou à província natal e fez carreira no Judiciário e na política. Foi juiz de paz em Alegre, juiz municipal em Cachoeiro de Itapemirim, e depois juiz de direito em São Mateus (1891) e em Cachoeiro (1895). Pelo Partido Liberal, foi vereador em Cachoeiro (1877-1882) e deputado provincial em três legislaturas (1882-1887). Foi agraciado com o título de barão de Itapemirim (o terceiro do nome) em 25 de setembro de 1889, mas nunca o utilizou.

No início da República afastou-se da política, mas foi convidado por Muniz Freire, então presidente do Espírito Santo (1892-1896) e principal liderança do Partido Republicano Construtor (PRC), para se candidatar ao Senado nas eleições a serem realizadas ao final de 1896. Demitiu-se do cargo de juiz de direito para poder se candidatar, porém, na ausência de Muniz Freire, então na França em missão especial, o diretório do PRC não cumpriu o compromisso assumido. Esse fato, somado a outros relacionados com a formação da chapa para o Congresso Nacional, provocou uma crise no partido, pois Luís Siqueira tinha muitos aliados e gozava de prestígio no sul do estado, contando inclusive com o apoio do jornal *Sul do Espírito Santo*. Formou-se uma dissidência no PRC, que se uniu à oposição criando um novo partido, a seção estadual do Partido Republicano Federal (PRF), o qual concorreu

com uma chapa às eleições tendo Luís Siqueira como candidato ao Senado. Travou-se acirrada luta política no estado, mas o partido governista conseguiu a vitória e o reconhecimento de seus candidatos pelo Congresso Nacional.

Em 1899, Muniz Freire retornou ao estado e promoveu uma política de reconciliação: trouxe de volta ao PRC a maioria dos dissidentes, inclusive Luís Siqueira, e uniu todos em torno de sua candidatura a um novo mandato de presidente do estado. Nas eleições que então se realizaram para o Congresso Nacional, Luís Siqueira Lima foi finalmente eleito senador. Tomou posse no Senado em 1900 e aí integrou a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Também deu apoio a Muniz Freire quando a liderança deste foi contestada por Henrique Coutinho, e a política capixaba se dividiu entre os dois. Terminado seu mandato em 1908, afastou-se da política.

Faleceu em 9 de novembro de 1916, no Rio de Janeiro.

Casou-se com Mariana Moreira Gomes, filha do coronel José Gomes Pinheiro, importante fazendeiro e político do Itapemirim, e Vitória Moreira da Silva. De seu pai herdou a fazenda Bananal, onde residiu por muitos anos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Comércio do Espírito Santo* (1896-1900); *Estado do Espírito Santo* (1896-1900); MARINS, A. *Minha*; MORAES, P. *Nobreza* (n. 58, 12/2004, p. 169-173); Site de Sérgio de Freitas. Disponível em: <http://www.sfreinobreza.com/NobI3.htm>. Acesso em: 7/2010.

LIMA, Miguel da Rocha

*pres. GO 1905-1909 e 1923-1925; sen. GO 1926-1930.

Miguel da Rocha Lima nasceu em Goiás Velho (GO) no dia 12 de agosto de 1868, filho de Franklin da Rocha Lima e de Adelaide Augusta Carneiro da Rocha Lima.

Fez os estudos secundários no Seminário Episcopal, em Goiás, e ingressou na Faculdade Direito, mas não concluiu o curso.

Iniciou-se na política como deputado estadual em Goiás na legislatura 1895-1897. Reelegeu-se para a legislatura seguinte, 1898-1900, e durante todo o período foi vice-presidente da mesa diretora da Assembleia Legislativa. Elegeu-se em seguida senador estadual para a legislatura 1901-1904, e foi escolhido presidente do Senado Estadual. Em 1905 foi reeleito e reconduzido à presidência da casa.

Entre 1901 e 1905 governou o estado de Goiás José Xavier de Almeida. A princípio apoiado por Leopoldo Bulhões, poderoso chefe político que praticamente controlou com seus aliados a política estadual entre 1891 e 1900, Xavier de Almeida começou a decepcionar o grupo bulhonista poucos meses após ter sido empossado e chegou à ruptura em fins de 1903 e início de 1904. Com o apoio de Xavier de Almeida, Miguel da Rocha Lima disputou em 2 de março de 1905 a eleição para presidente do estado. Obteve 23.404 votos, enquanto o candidato apoiado pelos Bulhões, o senador Joaquim José de Sousa, obteve apenas 8.937. Os Bulhões não aceitaram o resultado, homologaram seu candidato, e dessa forma o estado de Goiás ficou sob o governo de dois chefes do Executivo. A questão foi encaminhada ao Congresso Nacional, onde se formou uma comissão julgadora que teve como relator o deputado Estevão Lobo. Os Bulhões pediam que o governo federal interviesse no estado, mas o relator da comissão deu ganho de causa a Miguel da Rocha Lima.

Após renunciar ao mandato de senador estadual, Miguel da Rocha Lima assumiu o governo do estado no dia 14 de julho de 1905. Em sua gestão, manteve as linhas mestras do governo de Xavier de Almeida, inclusive a política fiscal que desagradava aos “coronéis” ligados ao

próprio grupo “xavierista”. Enquanto isso, Leopoldo Bulhões, derrotado em 1906 na eleição para o Senado Federal, passou a aguardar no Rio de Janeiro, então capital federal, a oportunidade de investir contra o grupo que se encontrava no poder em Goiás. A ocasião que almejava para retornar à cena política goiana ocorreu em 1908, quando tiveram início as articulações relativas às eleições para o governo do estado e para o Senado. Xavier de Almeida, então deputado federal, apoiou a candidatura ao governo de seu sogro Hermenegildo Lopes de Morais. Este foi eleito em 2 de março de 1909, mas teve sua eleição repelida pela oposição, que se aglutinou fortemente em virtude da decisão da comissão executiva do Partido Republicano Federal de homologar a eleição para o Senado de Xavier de Almeida, em desfavor de Luís Gonzaga Jaime.

A insatisfação diante da vitória de Hermenegildo Lopes de Morais para o governo do estado, e de Xavier de Almeida para o Senado, cresceu a ponto de atingir proporções de um movimento armado para depor Miguel da Rocha Lima. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou no dia 11 de março, e em seu lugar assumiu o vice-presidente Francisco Bertoldo de Sousa. Em abril, alguns integrantes da composição política situacionista deixaram o governo, aliaram-se aos Bulhões e formaram o Partido Democrata. No dia 1º de maio, os revolucionários, sob o comando de Eugênio Jardim, percorreram a cavalo a cidade de Goiás, consumando a chamada Revolução de 1909, movimento liderado por Leopoldo Bulhões que, com o apoio das lideranças pecuaristas, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Francisco Bertoldo de Sousa entregou então a presidência de Goiás ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, em 24 de julho de 1909.

Em 1913, Miguel da Rocha Lima foi eleito senador estadual para a legislatura 1913-1916. Reelegeu-se para a legislatura seguinte, de 1917-1920, durante a qual foi vice-presidente da mesa diretora. Nesse mesmo período, verificou-se a consolidação do Partido Democrata, então dirigido pela família Caiado, e do qual Rocha Lima se tornou dirigente em 1917. Em

1920, o Partido Republicano Federal de Goiás desapareceu e o Partido Democrata tornou-se o único partido expressivo na região. Em setembro desse ano, Rocha Lima reelegeu-se senador estadual para a legislatura 1921-1924. O critério adotado nessas eleições, tanto para a Assembleia Legislativa como para o Senado Estadual, foi o da reeleição dos congressistas, pois, segundo informou o então presidente do estado, João Alves de Castro (1917-1921) em seu relatório anual enviado ao Congresso Legislativo do estado, tal medida faria "desaparecer as paixões facciosas", além de estabelecer "uma sólida garantia de continuidade administrativa". Ao tomar posse, Rocha Lima foi reconduzido à vice-presidência da mesa diretora do Senado Estadual.

No dia 2 de março de 1921, realizaram-se eleições para a presidência do estado. Enquanto Eugênio Jardim foi eleito presidente, Francisco Aires da Silva, Miguel da Rocha Lima e Pedro Nunes da Silva foram eleitos, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes. Após um ano e meio de governo, Eugênio Jardim apresentou sua renúncia, no dia 27 de julho e 1923. Francisco Aires, por motivos desconhecidos, não assumiu o cargo, e Miguel da Rocha Lima, após ter renunciado ao mandato de senador estadual, tomou posse em seguida. Procurou dar seguimento ao trabalho de seu antecessor, destacando-se por ter empreendido a manutenção das estradas oficiais, fomentado o plantio de algodão e criado a Escola Prática de Agricultura. Afastou-se da presidência do estado entre 31 de março e 25 de abril de 1924, e nesse período foi substituído pelo vice-presidente Joaquim Rufino Ramos Jubé. De volta ao comando do estado, nele permaneceu até o fim do mandato, em 14 de julho de 1925, quando tomou posse o novo governador eleito, Brasil Ramos Caiado.

Foi novamente eleito senador estadual, mas renunciou ao mandato logo em seguida, em março de 1926, após ter sido eleito para o Senado Federal, na legenda do Partido Democrata. Nas eleições de outubro de 1929 reelegeu-se senador da República pelo estado de Goiás, mas não pôde exercer o mandato em virtude da Revolução de 1930, que fechou todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no estado de Goiás no dia 14 de julho de 1935.

Era casado com Rosa Alves de Amorim Godinho da Rocha Lima, com quem teve sete filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).* Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. *Biografia dos Senadores.* Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1611&li=33&lcab=1924-1926&lf=33>. Acesso em: 28/9/2009.

LIMA, PEDRO MOTA

*jornalista; mov. comunista; rev. 1935.

Pedro Mota Lima nasceu em Viçosa (AL) no mês de dezembro de 1898, filho de Joaquim Pinto da Mota Lima e de Joana Rego da Mota Lima. Seu irmão Rodolfo Mota Lima foi também jornalista e deputado federal por Alagoas de 1935 a 1937.

Completou os estudos básicos na sua cidade natal, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se tornou jornalista. Participou do movimento tenentista desde 1922, apoiando-o através de artigos publicados no jornal *O Imparcial*, do qual foi secretário-geral.

Ainda na década de 1920 fundou os jornais *A Esquerda* (1927), vinculado ao Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro (PCB), e *A Batalha* (1929). Esse órgão, dirigido por Leônidas Resende e José Augusto Mota Lima, tentou aproximar o tenentismo do movimento operário dentro da Aliança Liberal, e defendeu insistentemente o retorno ao Brasil de Luís Carlos Prestes, na época exilado em Buenos Aires.

Em 1935, foi um dos fundadores e diretor do diário carioca *A Manhã*, órgão semioficial da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O fechamento da ANL pelo governo em julho do mesmo ano levou o PCB a preparar um levante armado, que eclodiu nos dias 23, 25 e 27 de novembro em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. O jornal de Pedro Mota Lima foi favorável à insurreição, publicando inclusive uma “edição da vitória” no dia 27 para esclarecer a população sobre as finalidades do movimento. Com a derrota do levante, o jornal foi fechado e Pedro Mota Lima exilou-se na Argentina.

Em 28 de julho de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional o condenou à revelia, decisão confirmada pelo Superior Tribunal Militar em janeiro do ano seguinte. No entanto, Pedro Mota Lima foi indultado antes da anistia decretada por Getúlio Vargas em 1945, retornando ao país em 1943. Trabalhou no jornal *O Globo*, onde organizou um suplemento semanal chamado *O Expedicionário*, destinado aos membros da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutavam na Itália. Além de cartas dos familiares dos combatentes, o suplemento continha um resumo das principais notícias nacionais.

Em 1945, foi delegado do Distrito Federal ao I Congresso Brasileiro de Escritores, reunido em São Paulo de 22 a 27 de janeiro. Ali estavam representadas todas as linhas de

pensamento favoráveis à democracia, o que imprimiu ao congresso um perfil oposicionista em relação ao Estado Novo.

Quando o PCB foi legalizado, ainda em 1945, Pedro Mota Lima tornou-se um dos diretores da *Tribuna Popular*, órgão do partido que se sobressaiu na promoção dos candidatos comunistas à Assembleia Nacional Constituinte e na difusão da atuação dos eleitos. Contando com a presença de Álvaro Moreira, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade na sua direção, a *Tribuna Popular* foi fechada em 1947, quando o PCB retornou à ilegalidade.

Em 1948, passou a fazer parte do corpo de redatores e dirigiu em várias ocasiões o jornal *Imprensa Popular*, órgão oficioso do PCB, que existiu até 1958.

Foi casado com Cristina Viegas da Mota Lima.

Faleceu em desastre aéreo na Tchecoslováquia no ano de 1966.

Deixou os romances *Coronel Lousada* (1925), *Bruhaha* (1932), *Zamor* (1940) e *Idade da pedra* (1950).

Amélia Coutinho

FONTES: CONG. BRAS. ESCRITORES I; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. *1937*; SILVA, H. *1938*; TAVARES, J. *Radicalização*.

LIMA, RODRIGUES
*gov. BA 1892-1896.

Joaquim Manuel Rodrigues Lima nasceu em Caetité (BA) no dia 4 de maio de 1845, filho do capitão Joaquim Rodrigues Lima e de Rita Sofia Gomes Lima.

Pouco depois do seu nascimento, seus pais mudaram-se para a cidade de Santa Isabel, atual São João do Paraguaçu. Lá morou até completar dez anos e foi, então, enviado para estudar em Salvador. Após concluir o curso de humanidades no Colégio São João, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1862. No quinto ano do curso, fez parte de um grupo de estudantes de medicina que se alistou voluntariamente para servir na Guerra do Paraguai. Retornou da guerra em 1869 e colou grau nesse mesmo ano. Com a saúde abalada, deixou Salvador e fixou residência em Caetité, dedicando-se à carreira médica e à lavoura. Na mesma época, casou-se com Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima, filha do barão de Caetité, magistrado e rico proprietário da região.

Ingressou na política em 1872, ano em que se elegeu deputado provincial pelo Partido Liberal, sendo reeleito para mais duas legislaturas. Ainda no Império, exerceu também a presidência da Câmara Municipal de Caetité. Com a proclamação da República, foi nomeado intendente de Caetité pelo então governador Manuel Vitorino. Eleito para a assembleia que elaborou a primeira Constituição estadual republicana da Bahia (1891), apresentou o projeto de transferência da capital para o interior do estado, num ponto equidistante entre Salvador e o rio São Francisco, mas não conseguiu aprová-lo. Após a promulgação da Constituição, prosseguiu em seu mandato de senador estadual.

Em 1891, o Brasil viveu uma grave crise política, com uma tentativa de golpe do presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, seguida da renúncia deste e da posse do vice-presidente, marechal Floriano Peixoto. Com a subida ao poder do grupo florianista, os governadores que apoiaram Deodoro foram depostos, inclusive o da Bahia, José Gonçalves. O general Tude Soares Neiva, comandante do 3º Distrito Militar, assumiu o governo, transmitindo-o logo após ao almirante reformado Joaquim Leal Ferreira, presidente do Senado Estadual. Numa conjuntura de grande instabilidade no estado, os chefes políticos

locais decidiram convocar novas eleições, pelo voto direto. Rodrigues Lima foi escolhido candidato e, eleito, tomou posse no dia 28 de maio de 1892.

Para administrar o estado, Rodrigues Lima implantou novos serviços públicos e organizou a administração estadual em quatro secretarias: do Tesouro e Fazenda, do Interior, Justiça e Instrução Pública, da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, e de Polícia. O governador enfrentou um período turbulento, repleto de revoltas nacionais e crises políticas locais, agravadas com a cisão do Partido Republicano Federalista (1893). Exaurido, pediu licença em 1895 para tratamento de saúde no Rio de Janeiro, deixando como substituto Antônio Calmon de Araújo Góis, barão de Camaçari, presidente do Senado. Após as eleições desse ano, porém, dissidentes "gonçalvistas", inconformados com o resultado, instalaram sua própria Assembleia Legislativa, o que resultou na duplicação do Legislativo estadual. O presidente desse Legislativo oposicionista, o barão de Jeremoabo, invocou para si o direito de ocupar a chefia do governo e tomou posse, em nome de seu grupo político. Com isso, além do Legislativo, o Executivo estadual foi também duplicado. A crise só foi contornada com o retorno antecipado do governador.

Em 28 de maio de 1896, Rodrigues Lima encerrou seu mandato governamental, passando o cargo ao governador eleito, Luís Viana. Foi novamente eleito senador estadual nas eleições de 1898, mas não concluiu o mandato por motivo de doença. Faleceu em Caetité, no dia 18 de dezembro de 1903, aos 58 anos.

De seu casamento com Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima, teve seis filhos.

Uma herma foi erguida em sua homenagem no largo da Vitória, em Salvador, que passou a ser denominado praça Rodrigues Lima.

Silvia Noronha Sarmento/ Consuelo N. Sampaio

FONTES: ARQ. BA. Inventário de Joaquim Manuel Rodrigues Lima (maio 2009); DIAS, A. *Dr. Rodrigues Lima*; MATTA, A. *Bahia*; *Revista do Instituto Genealógico*

da Bahia (n.1, 1959, p. 131-136); SAMPAIO, C. *Fazenda*; SOUZA, A. *Baianos* (p. 347).

LIMA, Salatiel Simões de

* pres. GO 1914-1915, 1916 e 1917.

Salatiel Simões de Lima foi eleito primeiro vice-presidente de Goiás nas eleições de março de 1913, quando Olegário Herculano da Silveira Pinto foi eleito presidente do estado. Assumiu o governo em virtude do afastamento do titular, de 6 de julho de 1914 a 30 de junho de 1915. Foi então substituído pelo presidente do Senado estadual, Joaquim Rufino Ramos Jubé, que exerceu o cargo até 6 de maio de 1916. Nessa data, voltou a assumir a presidência do estado, até 13 de outubro seguinte, quando foi substituído pelo segundo vice-presidente, Aprígio José de Sousa. Voltou ainda uma vez ao governo, de 9 de maio a 14 de julho de 1917, quando tomou posse o novo presidente eleito, João Alves de Castro.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).* Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

LINHARES, AURÉLIO

*militar; rev. 1924; rev. 1930; comte. IV DN 1955; comte V DN 1958.

Aurélio Linhares nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de setembro de 1896, filho de Manuel do Nascimento Alves Linhares, engenheiro, e de Maria José de Araújo e Silva Linhares, professora.

Ingressou, em maio do 1914, na Escola Naval do Rio de Janeiro. Participou da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) engajado na divisão Naval em Operação de Guerra. Foi promovido a segundo-tenente em fevereiro de 1917 e a primeiro-tenente em novembro de 1921. Em 1923 cursou a Escola de Submarinos.

Servia no estado do Amazonas quando, em julho de 1924, irrompeu a revolta tenentista contra o presidente Artur Bernardes. O movimento foi deflagrado inicialmente em São Paulo, onde os rebeldes, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando-a em seguida para deslocar-se no sentido do interior. Em Sergipe, a tentativa de solidariedade aos paulistas foi rapidamente dominada. No Amazonas, um grupo rebelde, do qual Aurélio Linhares fazia parte, sob a liderança dos tenentes Alfredo Ribeiro Júnior e Joaquim Cardoso Magalhães Barata, depôs o governador Turiano Meira no dia 23 de julho. Constituiu-se a seguir uma junta governativa presidida pelo tenente Ribeiro Júnior. Alguns dias depois, contudo, tropas federais comandadas pelo general João de Deus Mena Barreto depuseram a junta revolucionária, a despeito do grande apoio popular de que desfrutava. Assumiu então a chefia do estado, na condição de governador militar, o coronel Raimundo Barbosa, e os rebeldes foram enviados presos para Belém. Aurélio Linhares permaneceu detido durante 32 meses, embora estivesse condenado a apenas um ano de prisão.

Participou também do movimento revolucionário de outubro de 1930 e, após a vitória da revolução, foi beneficiado pela anistia decretada pelo governo provisório e promovido a capitão-tenente, tendo a medida valor retroativo a fevereiro de 1926. Ainda no período pós-revolucionário, participou da Comissão Revisora dos Inquéritos Administrativos, organizada por Juarez Távora, então ministro da Viação e Obras Públicas, e presidiu a Comissão de Inquéritos Militares do Ministério da Marinha. Em 1934 realizou viagem de estudos aos Estados Unidos.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), comandou comboios e navios brasileiros. Com a desagregação do Estado Novo (1937-1945), participou da formação dos novos partidos políticos. Apoiou a tese do monopólio estatal do petróleo em conferência proferida no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, quando da intensa discussão acerca da exploração petrolífera que resultou na criação da Petrobras durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

No posto de contra-almirante, foi designado, em janeiro de 1955, durante o governo de João Caio Filho, comandante do IV Distrito Naval (DN), sediado em Belém, em substituição ao contra-almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Exercia essa função quando, em 11 de novembro de 1955, foi deflagrado um movimento político-militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, com o objetivo, segundo seus promotores, de barrar uma conspiração em curso no governo e assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. O movimento provocou o impedimento dos presidentes João Café Filho, licenciado, e Carlos Luz, em exercício, e empossou na chefia da nação Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Contrário ao movimento, Aurélio Linhares foi exonerado do comando do IV DN em 14 de novembro do mesmo ano, sendo substituído pelo contra-almirante Ari dos Santos Rangel.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek. assumiu, em janeiro de 1958, o comando do V DN, sediado em Florianópolis, substituindo o contra-almirante Alberto Jorge Carvalhal. Exerceu esse comando até julho do mesmo ano, quando foi substituído por Antônio Carlos Raja Gabaglia.

Participou ativamente da campanha de Jânio Quadros para a presidência da República em 1960, tendo presidido a “arregimentação janista”, em favor dessa candidatura. Em 1961 opôs-se à adoção do parlamentarismo no país, solução conciliatória encontrada pelo Congresso para encerrar a crise gerada pelo veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros (25/8/1961).

Foi ainda administrador do porto de Ilhéus (BA) de agosto de 1968 a maio de 1975.

Participou de vários congressos, conferências e comissões no Brasil e no exterior, tendo sido adido naval no Paraguai. Ocupou também o posto de capitão dos portos de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Casou-se com Mary de Figueiredo.

Além de artigos e conferências publicou *Fantasia* (1925), *São Carmo*, *Salada de letras*, *Histórias infantis*, *Epístolas optativas*, *Judite* e outras peças teatrais.

FONTES: CORRESP. SER. DOC. GER. MAR.; ENTREV. BIOG.; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário;* SOUSA, J. *Teatro;* VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário.*

LINHARES, Vicente
*dep. fed. CE 1930.

Vicente Alves Linhares nasceu em Fortaleza no dia 4 de abril de 1891, filho do coronel Francisco Alves Linhares e de Josefa Caracas, oriunda de tradicional família cearense. Seu pai, segundo Afonso de Taunay, foi um dos pioneiros da cultura do algodão no Ceará. Seu tio homônimo, Vicente Linhares, era pai do poeta Mário Linhares. Seu irmão José Linhares foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1937 a 1956 e presidente da República de 1945 a 1946.

Proprietário de fazendas na serra de Baturité e em Canindé, no Ceará, em dezembro de 1912 casou-se com Edith Caracas, sua prima, com quem teria quatro filhos. Em 1915 tornou-se diretor do Instituto de Algodão e Crédito Agrícola, do qual se tornaria presidente em 1940. Em 1923, sob sua direção, foi instalada a Fábrica Mirian, que seria a primeira indústria de extração de óleo de oiticica no Ceará.

Ingressou na política ainda em 1923, sendo eleito vereador em Fortaleza. Reeleito em 1927, exerceu seu mandato na Câmara Municipal até 1928. Em 1930 foi eleito deputado federal pelo Ceará. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Em 1945, com o fim do Estado Novo (1937-1945), a redemocratização do país e a ascensão de seu irmão, ministro José Linhares, à presidência da República, foi nomeado interventor em Fortaleza. Em janeiro de 1946, deixou esse cargo por ter sido nomeado presidente da Caixa Econômica Federal no Ceará, após a autonomia que o governo havia concedido à instituição em 1945.

Um de seus filhos, José Alves Linhares, foi constituinte de 1946 e deputado federal pelo Ceará de 1946 a 1951.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LINHARES, M. *Linhares* (p. 118-127); TAUNAY, A.. *História*.

LINS, Albuquerque

* dep. fed. AL 1912-1914.

José de Barros Albuquerque Lins nasceu em Camaragibe (AL) em 22 de dezembro de 1853, filho de Belmiro de Albuquerque Lins e de Francisca Acióli de Barros Lins.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1874, foi nomeado juiz municipal em Santa Cruz (ES), depois removido para Cristina (MG) e finalmente para Penedo (AL). Deixou então a magistratura e passou a se dedicar às atividades agrícolas em Porto Calvo (AL).

Filiado ao Partido Liberal, foi deputado provincial na legislatura 1888-1889. Proclamada a República, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte estadual com mandato de 1891 a 1892. Após a promulgação da primeira Constituição republicana de Alagoas, foi escolhido presidente da Assembleia Legislativa. Em seguida foi eleito senador estadual, em 1893. Em 1894 conquistou o mandato de deputado federal, mas renunciou logo depois e permaneceu no Senado estadual até 1898. Mais uma vez eleito, exerceu o mandato de deputado federal na legislatura 1912-1914.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LINS, Antônio Wanderley Navarro Pereira

*magistrado; gov. SC 1915.

Antônio Wanderley Navarro Pereira Lins nasceu em Pernambuco.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife e posteriormente migrou para o Espírito Santo. Depois transferiu-se para Santa Catarina, sendo nomeado, em 1891, juiz de direito da comarca de Lajes. Exerceu a mesma função em outras comarcas do estado, como Brusque, Itajaí e Florianópolis. Em 1909 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, função que exerceu até 1911. Em 1913 assumiu a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cargo no qual permaneceria até 1917.

Em 1915, na ausência do governador Filipe Schmidt, foi governador interino de 20 a 24 de junho. Transferiu a chefia do Executivo catarinense, também interinamente, a João Guimarães Pinho, até a volta de Filipe Schmidt ao governo.

Faleceu em Florianópolis.

Era casado com Idalina Wanderley Navarro Lins, com quem teve filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia. Lista de governadores. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_de_Santa_Catarina>. Acesso em: 11/5/2010; Wikipedia. Walter Piazza.Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza>.

LINS, Bento José Lamenha

*junta gov. PR 1891; dep. fed. PR 1895-1905 e 1909-1914.

Bento José Lamenha Lins nasceu em Recife no dia 29 de agosto de 1866, filho de Adolfo Lamenha Lins e de Maria Leonor Correia de Sá e Benevides. Seu pai foi presidente da província do Paraná de 1875 a 1877.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1887 e foi adjunto de promotor público nessa cidade.

Reconhecido entusiasta das ideias republicanas, integrou a junta governativa nomeada pelo presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894) para assumir, em 29 de novembro de 1891, o governo do Paraná em lugar do presidente estadual Generoso Marques dos Santos, então deposto. A junta, composta também por Roberto Ferreira e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, permaneceu à frente do governo paranaense até 25 de fevereiro de 1892, quando da promulgação da nova Constituição estadual e da posse do governador eleito Francisco Xavier da Silva.

Em 1893 foi para a Europa, como inspetor dos consulados brasileiros em Portugal, na França, na Itália, na Espanha e na Áustria. Estando em curso a legislatura 1894-1896, foi eleito deputado federal pelo Paraná em 1895 e em maio do mesmo ano assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito para três legislaturas consecutivas, permaneceu na Câmara até dezembro de 1905. No decorrer de seu mandato integrou a Comissão de Constituição, Justiça e Diplomacia. Em 1909 voltou a se eleger deputado federal pelo Paraná. Tomou posse em maio e, reeleito para a legislatura seguinte, exerceu o mandato até dezembro de 1914.

Ao longo de sua trajetória foi promotor público em Ponta Grossa e juiz municipal em Antonina, secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e secretário de Finanças do estado do Paraná, e ainda chefe de polícia.

Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de novembro de 1922.

Casou-se com Helena Loiola Machado.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 50); CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2010; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 22-23); PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2010.

LINS, EDMUNDO

*magistrado; min. STF 1917-1937.

Edmundo Pereira Lins nasceu em Serro (MG) no dia 13 de dezembro de 1863, filho do escrivão Miguel da Silva Pereira Lins e de Antônia Ferreira Campos Lins.

Órfão de pai aos quatro anos e de mãe aos 14, enfrentou desde cedo grandes dificuldades econômicas. Ainda criança aprendeu os ofícios de ourives e de ferreiro, trabalhando depois como caixeiro de armazém. Para seguir seus estudos, iniciados na escola pública da cidade natal, precisou contar com a proteção de seus professores. Em 1878 ingressou no Seminário de Diamantina (MG), onde obteve admissão gratuita. Terminou os preparatórios e, devido a seu bom aproveitamento, foi convidado em 1881 a lecionar no curso preparatório do seminário, ao mesmo tempo em que iniciava o estudo de teologia no seminário maior. Chegou a receber a primeira tonsura e as ordens menores, mas concluiu não ter vocação para o sacerdócio e deixou o seminário em 1883, transferindo-se para Ouro Preto, na época capital da província de Minas Gerais.

Em 1885 matriculou-se na Academia de Direito (futura Faculdade de Direito) de São Paulo, lecionando ao mesmo tempo latim e matemática para sustentar-se. Em 1886, filiou-se ao Partido Republicano Paulista e passou a colaborar em jornais acadêmicos com artigos de cunho político. Formou-se no dia 18 de novembro de 1889, sendo nomeado no mês seguinte promotor público em Jundiaí (SP). Permaneceu nesse posto até março do ano seguinte, quando aceitou o convite de João Pinheiro, na época presidente de Minas Gerais, para assumir o cargo de secretário da Repartição de Estatística criada pouco antes em Ouro Preto. Ao mesmo tempo, ocupou o cargo de redator-chefe de *O Movimento*, jornal de propaganda republicana fundado por João Pinheiro em 1888.

Casou-se em 1890 com Brasilina Pinheiro e Prado, que viria a falecer seis anos depois. Em novembro desse mesmo ano, com a organização da Justiça Federal pelo governo provisório da República, foi nomeado juiz substituto da seção de Minas Gerais, deixando a redação de *O Movimento*.

Em 1892 foi nomeado juiz de direito de Tiradentes (MG), de onde enviou ao governo do estado inúmeros relatórios, nos quais apontava falhas da legislação vigente e sugeria emendas. Ao mesmo tempo, lecionava gratuitamente para os rapazes pobres da cidade,

fornecendo-lhes material escolar. Permaneceu em Tiradentes até 1897, quando tornou a transferir-se para Ouro Preto, assumindo a diretoria da Secretaria do Interior. Nesse mesmo ano, casou-se com Maria Leonor Monteiro de Barros. Ainda em 1897, concorreu em Ouro Preto à cadeira de lente substituto da Faculdade de Direito de Minas Gerais, sendo aprovado por unanimidade e passando a lecionar sucessivamente economia política, direito romano e direito civil, até chegar à cátedra de direito romano.

Após a inauguração da nova capital do estado, Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, foi nomeado juiz em março de 1898 e encarregado de instalar a nova comarca. Nela permaneceu até 1903, quando foi nomeado desembargador do Tribunal de Relação de Minas Gerais, a cuja presidência viria a ser conduzido dez anos depois.

Em 1915 foi convidado pelo governo de Minas Gerais para arbitrar a questão Minas Gerais-Werneck, relativa às águas de Lambari. Concluindo que o estado não tinha razão, Edmundo Lins proferiu contra ele sua sentença. Devido a essa decisão, seu nome foi deixado de lado, embora sempre indicado, no preenchimento de três vagas sucessivas no Supremo Tribunal Federal durante o governo do mineiro Venceslau Brás (1914-1918). Em 1916, foi eleito diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, onde era catedrático. Durante os anos em que lecionou na faculdade, publicou diversos trabalhos na *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais* e na *Revista Forense*.

Ao se abrir uma quarta vaga no STF, em 1917, diversas entidades representativas de advogados de Minas Gerais mobilizaram-se em favor de sua nomeação e, afinal, em agosto de 1917, Edmundo Lins foi nomeado ministro do STF, tomando posse no mês seguinte. Em dezembro de 1922, votou a favor da concessão de *habeas-corpus* aos implicados nos acontecimentos de 5 de julho, por considerar injustificado o excesso do prazo legal para a formação da culpa dos acusados, tendo sido voto vencedor. Em janeiro de 1925, foi um dos que votaram a favor do acórdão que beneficiava os revolucionários de 1922, considerando não ter havido crime naqueles movimentos, que constituíram uma atitude de legítima defesa contra os atos do governo Epitácio Pessoa em relação ao Exército. Em novembro de 1930 manifestou-se contrário à concessão do *habeas-corpus* pedido em favor do ex-presidente Washington Luís, que se encontrava detido por ordem da junta militar governativa. O pedido foi negado pelo tribunal.

Eleito presidente do STF em 1931, Edmundo Lins foi reeleito em 1934 e em 1937, até ser

aposentado, logo após a decretação do Estado Novo, em 16 de novembro de 1937. Entre as inúmeras sessões que presidiu, destaca-se a de 20 de julho de 1936, em que foi julgado o pedido de *habeas-corpus* impetrado pelo deputado João Mangabeira em favor de si próprio e de outros implicados nos acontecimentos de novembro de 1935. Por maioria de votos, o STF tomou conhecimento do pedido, mas negou o *habeas-corpus* por unanimidade.

Em 1935, Edmundo Lins publicou *Estudos jurídicos*, trabalho que lhe valeu a medalha Teixeira de Freitas do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Além dessa obra, escreveu *Miscelânea*, publicada por seus filhos em 1938, e *Reminiscências literárias*, publicada em 1941, reunindo artigos que escrevera para o *Jornal do Comércio*.

Edmundo Lins faleceu no Rio de Janeiro no dia 10 de agosto de 1944.

Dos dois casamentos que contraiu, teve 12 filhos, dos quais dez sobreviveram. Entre eles, destacou-se Ivan Monteiro de Barros Lins (1904-1975), médico, professor, escritor, ministro do Tribunal de Contas do antigo estado da Guanabara e figura importante do positivismo no Brasil. Ivan Lins publicou, sobre sua vida, *Edmundo Lins: alguns traços de sua personalidade e juízos de seus contemporâneos* (1965).

Sílvia Pantoja

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (22/12/1963); COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; *Grande encic. Delta*; HORTA, C. *Famílias*; LAGO, L. *Supremo*; LEITE, A. *História*; SILVA, H. *1922*; SUP. TRIB. FED. *Supremo*.

LINS, Leopoldo Marinho de Paula
*dep. fed. PE 1909-1911.

Leopoldo Marinho de Paula Lins nasceu em Barreiros (PE) no dia 13 de dezembro de 1857, filho de José Lins de Barros e de Blandícia de Paula Lins.
Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1877, formou-se em 1881 e em dezembro desse ano foi nomeado promotor público em sua cidade natal. Exerceu o cargo até 2 de agosto de 1883, quando foi transferido para o estado do Rio Grande do Sul como juiz municipal dos termos reunidos das cidades de Conceição do Arroio e Torres. Depois de uma rápida atividade no município de São João de Montenegro (RS), foi nomeado juiz municipal de Santarém (PA) em julho de 1885, mas não aceitou o cargo. Voltou para Pernambuco e tornou-se promotor público na cidade de Palmares em 1891.
Iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando ingressou nas fileiras do Partido Liberal. Depois da proclamação da República (15/11/1889), apoiou o governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Em 1892 foi eleito prefeito do município de Palmares, e em 1893, deputado estadual. Em 1897 foi eleito senador estadual em Pernambuco e em 1899 foi nomeado pelo governador Segismundo Antônio Gonçalves chefe de polícia do estado.
Em 1909 foi eleito deputado federal. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1911, quando renunciou ao mandato devido à derrota que Francisco de Assis Rosa e Silva, seu líder político, sofreu em Pernambuco com a chegada ao poder de Dantas Barreto. Assumiu sua vaga Esmeraldino Olímpio Torres Bandeira.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERREIRA, P. *Pinto.*

LINS, Manuel de Albuquerque

* pres. SP 1908-1912.

Manuel Joaquim de Albuquerque Lins nasceu em São Miguel dos Campos (AL) no dia HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/6_de_agosto" \o "6 de agosto" 20 de setembro de HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1866" \o "1866" 1852, filho de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins e de Orminda da Rocha e Silva. Seu pai era dono de engenho de açúcar em Alagoas. Seu primo João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o visconde de Sinimbu, foi presidente do Conselho de Ministros do Império entre 1878 e 1880.

Fez seus primeiros estudos em sua cidade e aos 14 anos seguiu para Salvador, na Bahia, onde estudou humanidades no Seminário Arquiepiscopal. Sentindo vocação eclesiástica, também cursou teologia, mas, apesar de ter recebido os aplausos dos mestres, não foi ordenado por não ter a idade exigida. Resolveu então, em 1871, ir completar seus preparatórios em Pernambuco e em 1873 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1877.

De volta a Alagoas, foi nomeado promotor público no município de Anadia. Desempenhou a função durante pouco mais de um ano, até transferir-se, a conselho do visconde de Sinimbu, para a província de São Paulo. Aí foi juiz municipal e de órfãos de Santos e juiz de direito de São Simão e Ribeirão Preto, sendo posteriormente removido, a pedido, para Tatuí. Nomeado em 1885 chefe de Polícia do Paraná, não chegou a tomar posse em virtude da queda do gabinete do conselheiro Saraiva e o afastamento dos liberais do poder em agosto daquele ano. Pedindo exoneração da magistratura, foi declarado juiz de direito avulso e fixou definitivamente residência na capital paulista, onde se dedicou à advocacia e passou a colaborar na imprensa.

Aliado pelo casamento à tradicional e rica família Sousa Queirós, de muita influência no Partido Liberal da província de São Paulo, foi eleito deputado provincial pelo 5° distrito para a legislatura 1888-1889, que seria a última do Império. Em 1889 foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Norte, mas não chegou a tomar posse. Quando sobreveio a República, em 15 de novembro daquele ano, o Partido Liberal de São Paulo, embora teoricamente preparado para a evolução que se operava, pois havia inscrito em sua

bandeira “A Federação – com a monarquia ou sem ela”, conservou-se a princípio em atitude reservada, e Albuquerque Lins manteve-se discretamente ao lado dos liberais. No dia 18 de novembro de 1889, Antônio da Silva Prado, um dos chefes do Partido Conservador, promoveu uma reunião conjunta com chefe da corrente liberal, o ex-deputado Augusto de Sousa Queirós, cunhado de Albuquerque Lins. Os dois líderes e seus correligionários decidiram dar seu “apoio leal e decidido ao governo provisório de São Paulo, para que ele possa cumprir o seu dever”, e no final do encontro deram por dissolvidos seus partidos.

Tendo recebido o apoio declarado dos antigos partidos do Império, os membros do Partido Republicano Paulista (PRP), que assumiram o governo de São Paulo, resolveram incluir políticos do antigo regime na chapa que concorreria ao Congresso Nacional Constituinte, e desde logo ficou assentada a candidatura de Albuquerque Lins a deputado. Ainda por solidariedade a seus antigos correligionários, teve ele, porém, de retirar a anuência que já havia concedido a essa candidatura oficial. Já na eleição para a Constituinte paulista, contudo, realizada em 30 de abril de 1891, foi eleito com a maior votação entre os candidatos. Empossado em 6 de junho seguinte, tomou parte ativa na elaboração da Carta Magna do estado e, após a promulgação desta, em 14 de julho de 1891, passou a exercer o mandato ordinário.

Desde o Congresso Nacional Constituinte (15/11/1890-25/2/1891), transformado a partir de maio de 1891 em Congresso ordinário, os deputados e senadores federais faziam forte oposição ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, sendo tal postura mais evidente na bancada paulista, que apoiara a candidatura de Prudente de Morais na eleição indireta para a presidência. A tentativa da aprovação pelos parlamentares da chamada Lei de Responsabilidades, que limitava os poderes do presidente da República, acabou por provocar o golpe de Deodoro, que fechou o Congresso no dia 3 de novembro de 1891. Poucos presidentes dos estados apoiaram o golpe, e entre eles estava o de São Paulo, Américo Brasiliense, que fora nomeado por Deodoro em 7 de março anterior.

Enquanto a crise na capital federal levou à renúncia de Deodoro e à sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro, a reação de Américo Brasilense, que não quis aceitar a saída do marechal da chefia da nação e se negou a deixar o governo

paulista, convulsionou todo o estado. Sua situação política tornou-se porém insustentável, e acabou por levá-lo a renunciar em 15 de dezembro. Substituiu-o por um dia o major Sérgio Tertuliano de Castelo Branco, e a seguir assumiu o governo paulista o vice-presidente do estado José Alves de Cerqueira César. Mesmo alertado de que estaria em curso um movimento revolucionário com o objetivo de destituir os governantes que estavam apoiando o marechal Floriano Peixoto, Cerqueira César continuou no governo e assinou o Decreto nº 15, que foi publicado no Diário Oficial do dia 29 de janeiro de 1892, determinando a dissolução do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo e convocando novas eleições.

Com o fechamento do Legislativo paulista, Albuquerque Lins resolveu se afastar da política e se dedicar a seus negócios particulares. Mas sete anos depois retornaria, sendo eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo para o triênio de 1899-1902 e escolhido por seus pares, por unanimidade, presidente da casa. Em 16 de dezembro de 1901 foi eleito para a vaga de Paulo de Sousa Queirós no Senado Estadual, e tomou posse em 8 de abril de 1902. Renunciou em 2 de maio de 1904, quando foi nomeado secretário da Fazenda pelo presidente do estado Jorge Tibiriçá (1/5/1904-1/5/1908). Exerceria o cargo até 31 de outubro de 1907, quando foi substituído por Olavo Egídio de Sousa Aranha. À frente da secretaria, atuou em defesa da política de valorização do café adotada em face da grande safra cafeeira do período, que abriu uma tremenda crise econômica no estado e muito preocupou o governo.

PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Graças à sua gestão na área financeira, quando da disputa pela indicação do candidato à sucessão de Jorge Piratininga, venceu o ex-presidente Campos Sales na convenção do PRP. Formada a chapa governista, foi eleito em 1º de março de 1908, tendo como vice Fernando Prestes de Albuquerque, e tomou posse em 1º de maio de 1908, com mandato até 1º de maio de 1912.

Em sua administração à frente do governo de São Paulo, prosseguiu em sua política de valorização do café; incrementou a entrada de imigrantes, cujo número chegou a 185.367; fomentou a construção de numerosos grupos escolares, tanto na capital como no interior; transformou todas as escolas complementares em escolas normais primárias; criou

institutos profissionais na capital e nas cidades de Amparo e Jacareí; aprovou a planta e orçamento para a edificação das escolas normais de Pirassununga e Botucatu; criou a diretoria geral da Instrução Pública, em substituição à Inspetoria do Ensino; iniciou a reforma do regimento penitenciário, tendo batido a pedra fundamental da penitenciária do estado; criou o Serviço Florestal, visando a desenvolver a silvicultura; criou o Patronato Agrícola; criou os Bancos de Custeio Rural; e lançou os alicerces do palácio das Indústrias, localizado no parque Dom Pedro II, no centro da capital. Entre seus auxiliares estavam Carlos Guimarães, na Secretaria da Fazenda, e Washington Luís, mais tarde presidente da República, na Secretaria da Justiça.

Nas eleições para presidente da República em 1910, foi candidato a vice-presidente na chapa civilista de Rui Barbosa, derrotada pela chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás. Teve assim perturbados os dois últimos anos de seu governo, quando ocorreu uma tentativa de intervenção federal em São Paulo pela vindita do marechal Hermes, afinal evitada. Ao término de seu governo, transferiu o cargo para o sucessor Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Em 8 de fevereiro de 1913 foi eleito senador estadual para o período de 1913 a 1921, e em 29 de abril de 1922 foi reeleito para o período de 1922 a 1930. Como parlamentar, discutiu os projetos de lei de criação de bancos agrícolas e outras medidas de interesse para a economia paulista.

Foi membro da comissão diretora do PRP, como grande capitalista foi presidente do Banco de São Paulo e da Companhia Mecânica Importadora, e sempre ligado a agricultura, foi importante proprietário rural em Limeira. Faleceu em São Paulo em 7 de janeiro de 1926, em pleno exercício do mandato de senador estadual.

De seu casamento com Helena de Sousa Queirós Lins, teve seis filhos.

Em sua homenagem foi criado, pela Lei nº 1.708, de 27 de dezembro de 1919, o município de Albuquerque Lins, que em 1926 teve alterada a denominação para Lins.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; *Correio Paulistano* (8/1/1926); EGAS, E. *Galeria*

(v.2); *Folha da Manhã* (8/1/1926); FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo*; *Municípios e distritos*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; RIBEIRO, A. *Governantes*..

LINS, Marcionilo de Barros
*dep. fed. 1894-1896.

Marcionilo de Barros Lins nasceu em Pernambuco.
Formou-se em medicina, foi professor da Faculdade de Medicina de Pernambuco e dedicou-se também à atividade agrícola, onde teve grande destaque.
Em 1894 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio, e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1896.
No campo jornalístico, colaborou com o *Jornal de Medicina de Pernambuco*.
Faleceu no dia 27 de junho de 1909.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1).

LINS, TibúrcioValeriano da Rocha

*gov. AL 1894.

Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins foi eleito deputado provincial em Alagoas pelo 1º distrito para as legislaturas de 1866 a 1869 e pelo 2º distrito para as legislaturas de 1874 a 1879.

Foi o primeiro presidente do Tribunal Superior do Estado, quando este foi instalado em 1º de julho de 1892, no governo de Gabino Besouro. Nessa qualidade, em 17 de julho de 1894 assumiu interinamente o governo de Alagoas, substituindo a junta governativa aclamada com a deposição do governador Gabino Besouro, composta por Manuel de Sampaio Marques, José Tavares da Costa e Francisco Soares Palmeira. Durante sua curta gestão reorganizou a força de segurança, criando um novo corpo policial, e contratou com Adriano Augusto de Araújo Jorge a elaboração de um livro sobre a história de Alagoas. O trabalho não foi completado, mas alguns capítulos foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Em 17 de outubro de 1894 passou a chefia do Executivo estadual a Manuel Gomes Ribeiro, o barão de Traipu.

Seu texto "Algumas palavras" foi publicado no livro *Tavares Bastos visto por alagoanos,* coordenado por Moacir Medeiros de Sant'Ana (1975).

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

LIRA FILHO, Carlos

*jornalista; dep. fed. PE 1924-1926.

Carlos Benigno Pereira de Lira Filho era filho do coronel Carlos Benigno Pereira de Lira, industrial e fazendeiro em Alagoas e Pernambuco. Em janeiro de 1913, seu pai comprou o *Diário de Pernambuco* e o transformou em redator-chefe e secretário-gerente da empresa. Alguns anos depois, com a morte do coronel Carlos Benigno, tornou-se proprietário do jornal.

Em 1924 foi eleito deputado federal por Pernambuco e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No ano seguinte recebeu do governo português o grau de comendador da Ordem Militar de Cristo e tornou-se sócio benemérito do Real Gabinete Português de Leitura. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1926, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Em junho de 1931, após uma série de negociações, vendeu o *Diário de Pernambuco* à cadeia dos Diários Associados, de Francisco de Assis Chateaubriand.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CÂM. DE. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1).

LIRA, Antônio Alves Pereira de
*const. 1891; dep. fed. PE 1891-1911.

Antônio Alves Pereira de Lira nasceu em Timbaúba (PE) no dia 9 de setembro de 1857.
Formou-se em medicina em 1884 e nesse mesmo ano iniciou-se na política elegendo-se deputado provincial em Pernambuco. Exerceu o mandato até dezembro de 1885.
Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado constituinte por Pernambuco. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a exercer o mandato ordinário até 1893. Foi sucessivamente reeleito de 1894 até 1909, e durante essas legislaturas fez parte da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados.
No campo jornalístico, colaborou com o *Diário de Pernambuco*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1).

LIRA, AUGUSTO TAVARES DE

*dep. fed. RN 1894-1904; gov. RN 1904-1906; min. Just. 1906-1909; sen. RN 1910-1914; min. Viação 1914-1918; min. TCU 1918-1941.

Augusto Tavares de Lira nasceu em Macaíba (RN) em 25 de dezembro de 1872, filho de Feliciano Pereira de Lira Tavares e de Maria Rosalina de Albuquerque Vasconcelos de Lira Tavares.

Estudou em Natal no colégio dirigido por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que se tornaria grande líder político no Rio Grande do Norte – governador do estado em 1889 e 1890, deputado federal de 1891 a 1892, novamente governador de 1892 a 1896, novamente deputado em 1896, senador de 1897 a 1907 – e, além disso, viria a ser seu sogro. Completou o secundário em Recife e em 1892 bacharelou-se pela Faculdade de Direito dessa cidade. Recém-formado, abriu banca de advogado em Natal e foi nomeado, em 1893, lente de história no Colégio Ateneu.

Ainda em 1893 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Norte. Em 1894, elegeu-se deputado federal. Reeleito em 1897, 1900 e 1903, foi líder de sua bancada, secretário da Câmara dos Deputados e membro de importantes comissões, revelando-se como jurisconsulto ao apresentar, como membro da Comissão de Justiça, seu parecer sobre o capítulo "Contratos" do projeto do Código Civil.

Eleito governador do Rio Grande do Norte na sucessão de Alberto Maranhão – que por sua vez era irmão de Pedro Velho –, tomou posse em 25 de março de 1904, enquanto Alberto Maranhão era eleito para sua vaga na Câmara. Durante seu governo reestruturou os quadros da administração, dinamizou a burocracia, saneou as finanças públicas e fundou o primeiro banco do estado. Iniciou a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, inaugurando o trecho de Natal a Ceará-Mirim. Ajudou a promover o desenvolvimento das indústrias salineira, açucareira e algodoeira. Dedicou-se ao problema das secas, obtendo recursos junto ao governo federal para obras no sertão. Foi também responsável pela urbanização de Natal, onde construiu vários edifícios públicos, como os do Tribunal de Justiça (depois Instituto Histórico) e do Congresso estadual (depois Tribunal de Justiça), e o parque Augusto Severo, em homenagem a outro irmão de seu sogro, político e inventor falecido em 1902. Em 1905 inaugurou a iluminação a gás acetileno nos bairros alto e baixo

da cidade.

Segundo Raimundo Nonato da Silva, por ocasião da viagem que o presidente eleito Afonso Pena fez ao Norte, foi antecipadamente escolhido para ocupar a pasta da Justiça. Recusou por duas vezes o convite, mas, pressionado por Pedro Velho, afinal aceitou, diante da alegação de ser aquela a primeira oportunidade de o estado ser representado no governo da República. Assim, em novembro de 1906, deixou o cargo de governador, que passou ao vice Manuel Moreira Dias, para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sucedendo a Félix Gaspar de Barros Almeida.

Nesse período apresentou ao Legislativo um plano de reforma geral do ensino e tornou oficial a ortografia brasileira, empreendendo ainda várias obras públicas, entre as quais as do Instituto Oswaldo Cruz e da Biblioteca Nacional. Reorganizou em 1908 o território do Acre, reformou aspectos da Justiça federal e local, regulamentou a nacionalização de estrangeiros, reorganizou o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e Militar, a Guarda Civil, a Casa de Detenção e a Colônia dos Dois Rios, o Ginásio Nacional, o Hospital dos Alienados, o Instituto Benjamin Constant e o ensino industrial da antiga Escola Politécnica, tornando-se figura de destaque no “jardim-de-infância” – grupo de jovens estadistas republicanos selecionado por Afonso Pena para pôr em prática seu programa governamental. Empenhou-se também na questão que envolvia o projeto da bancada cearense visando à fixação de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Durante o período de crise que se seguiu à doença de Afonso Pena, conseguiu manter a integridade da Constituição, coordenando a ação dos chefes dos partidos políticos nacionais. Com a morte de Afonso Pena e a posse do vice-presidente Nilo Peçanha em junho de 1909, apesar do convite deste para que permanecesse no cargo, abandonou no mesmo mês o ministério, sendo substituído por Esmeraldino Bandeira. Em abril de 1910 foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte. Nessa época lançaram-lhe acusações políticas que rebateu em discurso na tribuna. Durante sua permanência no Senado, apesar de ser o mais jovem dos senadores, foi líder da maioria na presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914).

Iniciado o governo de Venceslau Brás (1914-1918), foi convidado por este a participar de seu ministério. Antes, porém, como líder do governo que se extinguia, foi encarregado de compor os ministérios, conforme os acordos partidários. Escolheu para si a pasta da Viação

e Obras Públicas – que assumiu em novembro de 1914, em substituição a José Barbosa Gonçalves, após deixar o Senado –, tendo sido o primeiro jurista a ocupá-la. Nesse período reviu numerosos contratos que provou serem nocivos e onerosos às finanças do país, liberando o Tesouro de elevados compromissos financeiros. Na área energética tornou efetivo o aproveitamento do carvão nacional, adquirindo as primeiras locomotivas destinadas ao seu consumo. Promoveu também a instalação de usinas hidrelétricas, como a de Itatinga, reorganizando vários serviços, entre os quais os que se achavam afetos às inspetorias de Obras contra as Secas, de Iluminação, de Estradas de Ferro, de Viação Marítima e Fluvial, de Portos, Ruas e Canais e de Esgotos, remodelando também os da Repartição Geral dos Telégrafos. Ocupou interinamente, por duas vezes, a pasta da Fazenda: de março a abril de 1916, quando substituiu João Pandiá Calógeras, e em novembro de 1918, quando era titular Antônio Carlos de Andrada.

Deixou a pasta da Viação em agosto de 1918, sendo substituído por Afrânio de Melo Franco. No mesmo ano abandonou a política e aceitou o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), do qual viria a ser presidente de 1939 a 1940, após recusar vários convites para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como ministro do TCU, manifestou-se contrário ao registro do contrato com a companhia inglesa Itabira Iron Ore, destinado à exploração de jazidas de ferro em Minas Gerais. Foi o primeiro, desde o início da vida republicana, a lavrar um parecer sobre as contas do presidente da República e favoreceu a instalação do primitivo Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, tendo sido presidente de seu conselho administrativo.

Em 1923, por ocasião da Revolução Gaúcha desencadeada com a reeleição de Antônio Augusto Borges de Medeiros para o seu quinto mandato como presidente do estado, foi enviado ao Rio Grande do Sul pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) para servir como mediador entre as forças republicanas de Borges de Medeiros e as federalistas de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Pouco depois, foi substituído nessa missão por Fernando Setembrino de Carvalho. O conflito foi encerrado em novembro com o Pacto de Pedras Altas, que mantinha Borges de Medeiros no governo, mas vedava nova reeleição.

Em 1924 atuou como presidente e relator da chamada Guedd’s Commission, encarregada pelo presidente Artur Bernardes de apresentar sugestões com vistas ao maior rendimento e economia da administração pública. Em 1927, presidiu a organização do atual Instituto de

Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), sendo aposentado do TCU em 1941 por atingir o limite de idade.

Considerado grande orador, Tavares de Lira teve intensa participação em eventos culturais, presidindo o II, III e IV congressos de História Nacional. Escreveu ainda vários artigos sobre história política, inclusive esboços biográficos de personalidades do Império e da República, tendo deixado também trabalhos sobre administração, finanças e direito administrativo. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Nacional e sócio de várias entidades culturais, nacionais e estrangeiras. Vários de seus trabalhos foram publicados na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro,* do qual foi o primeiro vice-presidente. Foi também professor de direito administrativo na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de dezembro de 1958.

De seu casamento com Sofia Eugênia de Albuquerque Maranhão, teve sete filhos. Uma delas, Sofia Augusta Tavares de Lira, casou-se com um de seus sobrinhos, Roberto Tavares de Lira, que foi ministro da Educação e Cultura em 1962, no governo João Goulart. Outro sobrinho, o general Aurélio de Lira Tavares, foi comandante do IV Exército de 1964 a 1965, ministro do Exército de 1967 a 1969, membro da junta militar que governou o Brasil entre agosto e outubro de 1969 e embaixador do Brasil na França de 1970 a 1974. Era ainda tio de Paulo Lira, que foi ministro interino da Fazenda entre junho e agosto de 1944 e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo de Nereu Ramos, de novembro de 1955 a janeiro de 1956, e de João Lira Filho, que foi reitor da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) de 1967 a 1971.

Publicou *O estado de sítio* (1899), *A questão de limites entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte* (1902), *Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte* (1904), *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte* (1907), *Acumulações remuneradas* (1911), *O Rio Grande do Norte em 1911* (1912), *Aposentadoria de funcionários públicos* (1912), *Domínio holandês no Brasil* (1915), *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte* (1918), *Aspectos econômicos do Rio Grande do Norte* (1919), *As secas do Nordeste* (1919), *História do Rio Grande do Norte* (1921), *Procuradores-gerais das províncias do Brasil* (1922), *Regime eleitoral de 1822 a 1922* (1922), *Corografia do Rio Grande do Norte* (1924), *Contribuição para a biografia do*

imperador (1925), *Centenário do Senado do Império* (1926), *Centenário da fundação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda* (1927), *Deodoro da Fonseca* (1927), *Centenário do Supremo Tribunal de Justiça* (1928), *O primeiro Conselho de Estado* (1931), *Marquês de Queluz* (1933), *Lafayette Rodrigues Pereira* (1934), *João Alfredo Correia de Oliveira* (1935), *Quintino Bocaiúva* (1936), *Caxias, presidente do Conselho de Ministros* (1936), *O primeiro Senado da República* (1938), *Organização política e administrativa do Brasil — Colônia, Império e República* (1938), *Presidente Afonso Pena* (1939), *Francisco Belisário Soares de Sousa* (1939), *Independência do Brasil* (1940), O *sistema parlamentar no Brasil* (1940), *Estradas de ferro e portos do Rio Grande do Norte* (1940), *O duque de Caxias e a unidade brasileira* (1941), *Francisco Glicério* (1941), *Senador Pedro Velho* (1942), *O Ministério da Justiça* (1943), *Minha passagem pelo Senado* (1943), *O monumento ao barão do Rio Branco* (1944), *Rio Branco no Instituto Histórico* (1945), *Os ministros de Estado da Independência à República* (1946), *Presidente Rodrigues Alves* (1948), *Amaro Cavalcanti* (1949), *Sinopse histórica da capitania do Rio Grande do Norte* (1950), *Pinheiro Machado* (1951) e *O Senado da República de 1889 a 1930* (1953).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos;* CÂM. DEP. *Anais* (1); CASCUDO, L. *História;* CASCUDO, L. *História da Assembléia; Grande encic. Delta;* GUIMARÃES, A. *Dicionário*; LEITE, A. *História;* LIRA, A. *Senado; Perfil;* REIS JÚNIOR, P. *Presidentes; Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.* (10/12/1959); SILVA, R. *Bacharéis; Who's who in Latin.*

LIRA, João de

* jornalista; sen. RN 1915-1930.

João de Lira Tavares nasceu em Goiana (PE) no dia 23 de novembro de 1871, filho de Feliciano Pereira de Lira Tavares e de Maria Rosalina de Albuquerque Vasconcelos. Seu irmão, Augusto Tavares de Lira, foi governador do Rio Grande do Norte de 1904 a 1906, ministro da Justiça de 1906 a 1909, senador de 1910 a 1914, ministro da Viação e Obras Públicas de 1914 a 1918 e ministro do Tribunal de Contas da União de 1918 a 1941.

Em 1876 a família mudou-se para a cidade de Macaíba (RN), onde já residiam três irmãos de seu pai, todos casados com filhas de Fabrício Gomes Pedrosa, fundador da cidade e um dos homens mais ricos do Rio Grande do Norte. João de Lira cursou até o segundo ano do Ginásio Rio-Grandense em Natal, mas teve de abandonar os estudos para trabalhar como caixeiro em uma firma comercial de Macaíba, na qual se tornou depois guarda-livros e chefe de escritório. Em 1888 foi um dos fundadores da Libertadora Norte-Rio-Grandense. No ano seguinte, foi um dos signatários da ata de fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Norte.

Em 1890, já após a proclamação da República (15/11/1889), mudou-se para Natal, onde continuou engajado no Partido Republicano, chefiado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, e se tornou colaborador do jornal *A República*. Em 1894 alistou-se como o soldado nº 1 do Batalhão Patriótico Silva Jardim, formado com o objetivo de defender o governo Pedro Velho, e foi nomeado administrador dos Correios no Rio Grande do Norte. Por conta da firma comercial em que trabalhava, que possuía filiais em Pernambuco e na Paraíba, foi transferido para Recife em 1895. Aí colaborou na *Gazeta da Tarde*, tornou-se membro da Associação Comercial e fundou a Associação dos Guarda-Livros, categoria com a qual manteria vínculos por toda a vida. Após 1902 transferiu-se para a cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, onde passou a lecionar corografia e história do Brasil, na Escola Normal, e contabilidade, no Liceu Paraibano. Nessa escola, junto com outros professores, fundou em 1905 o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Foi também redator do jornal *A União*, criou *O Tempo*, que circulou em 1906, e editou durante vários anos o *Almanaque da Paraíba*.

Foi eleito deputado estadual na Paraíba nas legislaturas 1904-1907 e 1908-1911, o que o

levou a abandonar definitivamente a profissão comercial em 1908. Em 1913, a convite do governador João Pereira de Castro Pinto, participou da fundação da Universidade Popular da Paraíba. No ano seguinte, atendendo à solicitação do ministro da Fazenda, Rivadávia Correia, viajou pela primeira vez ao Rio de Janeiro, então capital federal, para tomar parte na comissão de reorganização da contabilidade do Tesouro Nacional. Retornou à cidade logo depois, como representante do Instituto Histórico e Geográfico no I Congresso de História Nacional.

Em 1915 foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal, passando a representar a facção ligada ao legado político de Pedro Velho, comandada por seu irmão Tavares de Lira. Ainda que sua permanência no Senado tenha sido ameaçada por sucessivas crises ligadas à perda de poder de sua facção no partido, acabou sendo reeleito em 1918 e em 1927. No Senado, foi reconduzido sucessivamente à Comissão de Finanças, a partir de onde se bateu desde 1916 pela fiscalização das sociedades anônimas, pelo reconhecimento de uma classe de contadores públicos e pela regularização da profissão de contabilista. Em 1922 foi o criador da Tabela Lira, que cuidava de organizar a remuneração dos servidores públicos.

Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 1930, cerca de dois meses depois do triunfo da Revolução de 1930, que fechou as casas legislativas em todo o país e interrompeu seu mandato de senador.

Era casado com Rosa Amélia de Lira Tavares, com quem teve 12 filhos, dos quais quatro se destacaram na vida pública: Aurélio de Lira Tavares foi comandante do IV Exército de 1964 a 1965, ministro do Exército de 1967 a 1968, membro da junta militar que governou o Brasil de agosto a outubro de 1969 e embaixador do Brasil na França de 1970 a 1974; Roberto Tavares de Lira foi ministro da Educação e Cultura em 1962, durante o governo de João Goulart; Paulo Lira foi ministro interino da Fazenda de junho a agosto de 1944 e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo de Nereu Ramos, de novembro de 1955 a janeiro de 1956; e João Lira Filho foi ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (1949-1960) e depois do Estado da Guanabara (1960-1966) e reitor da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), de 1967 a 1971.

Publicou as seguintes obras: *Modesta homenagem ao Dr. Antônio Simeão dos Santos Leal* (1904), *Ligeiras notas – estudo sobre as leis orçamentárias do estado da Paraíba* (1905),

Aos meus colegas da Assembleia Legislativa (1905), *Traços biográficos do coronel Graciliano Fontino Lordão* (1907), *A Paraíba* (1910), *Notas históricas sobre Portugal* (1910), *Apontamentos para a História territorial da Paraíba* (1911), *Estudo sobre a Revolução Praieira* (1911), *Pontos de história pátria* (1912), *Pleito eleitoral - sucessão presidencial* (1912), *A contabilidade e sua influência na administração pública* (1913), *O dia 24 de maio na história da Paraíba* (1914), *Discurso pronunciado na Assembleia Legislativa da Paraíba* (1914), *A contabilidade* (1914), *Economia e finanças dos estados* (1914), *Discursos* (1917), *Cifras e notas – economia e finanças do Brasil* (1925).

Renato Amado Peixoto

FONTES: ALEGRIA, L. *Assim*; BARBOSA, S. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Homens*; CARNEIRO, R. *Homenagem*; GUIMARÃES, L. *História*; INST. HIST. GEO PARAIBANO. Memorial; LYRA, S. *Rosas*; NISKIER, A. *Sempre*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Sessão magna comemorativa do 93º aniversário; *Revista Brasileira de Contabilidade* (n.30); SOUSA, E. *Meio*; SOUZA, I. *República*.

LISBOA NETO, Mariano Martins
*pres. MA 1909.

Mariano Martins Lisboa Neto nasceu na cidade de Pedreiras (MA).
Foi coronel da Guarda Nacional e deputado estadual no Maranhão, chegando em 1909 a presidente da Assembleia Legislativa. Três anos antes, Benedito Pereira Leite fora eleito presidente do estado, mas em 25 de maio de 1908 embarcara para a Europa para tratar de problemas de saúde. Artur Quadros Colares Moreira, segundo vice-presidente, assumiu então o governo do estado e o exerceu até 25 de fevereiro de 1909, quando viajou para a Paraíba e para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tratar de assuntos particulares e políticos, visando às próximas eleições estaduais. Como o primeiro vice-presidente, Antônio Teixeira Belfort Roxo, também estava no Rio de Janeiro, e o terceiro vice, Raimundo Nogueira da Cruz e Castro, havia falecido poucos meses antes, Mariano Martins Lisboa Neto foi chamado, como presidente do Legislativo estadual, a assumir o governo. Pouco depois, em 6 de março 1909, Benedito Leite viria a falecer na Europa.
Quando da volta de Artur Quadros Colares Moreira ao Maranhão, em 12 de junho de 1909, Mariano Martins Lisboa recusou-se a entregar-lhe o governo, afirmando que havia perdido o mandato quando saíra do estado sem autorização do Poder Legislativo local. A contenda só foi resolvida com a intervenção de políticos importantes no cenário nacional, como Nilo Peçanha e Pinheiro Machado. Ficou decidido então que Mariano Martins Lisboa renunciaria à presidência do Congresso estadual e Artur Quadros Colares Moreira à vice-presidência do estado, passando o governo em 29 de junho de 1909 ao novo chefe do Legislativo estadual, Américo Vespúcio Reis.
Mariano Martins Lisboa continuou na vida política e ainda no ano de 1909 foi eleito intendente de São Luís. Sua administração na capital maranhense, iniciada em 1º de janeiro de 1910, foi marcada pela construção e pavimentação de ruas, reformas de praças e mercados. Também durante sua gestão assinou contrato com a The Maranhão Obras Públicas Company. Permaneceu na prefeitura até dezembro de 1912.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

LISBOA, Bento
*magistrado; pres. RJ 1872-1873; min. STF 1892-1893.

Bento Luís de Oliveira Lisboa, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1836, filho de Venâncio José Lisboa.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em 1859. Iniciou sua carreira na magistratura no ano seguinte, sendo nomeado promotor público do termo de Itaboraí, na província do Rio de Janeiro. Passou depois a juiz municipal e de órfãos do termo de Campos, em 1861, sendo removido a seguir para cargo idêntico no termo de Resende. No biênio 1862-1863, tomou assento na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Em 1865 foi nomeado juiz de direito da comarca dos Reis Magos, na província do Espírito Santo, e em 1868 foi removido para a comarca de Bananal, São Paulo, onde ficou até 1872. De 10 de outubro desse ano a 20 de março de 1873 foi presidente da província do Rio de Janeiro. Removido para a comarca de Vassouras em 1873, passou a ter exercício na 2ª vara comercial da Corte por decreto de 1º de fevereiro de 1878. Foi nomeado desembargador da Relação da capital do Império por decreto de 14 de outubro de 1886.

Proclamada a República e reorganizada a Justiça, a antiga Relação da Corte tornou-se a Corte de Apelação. Bento Lisboa foi então nomeado um de seus desembargadores e exerceu o cargo de 1890 até ser nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em maio de 1892, no contexto da pequena reforma realizada durante o governo Floriano Peixoto com o fim de afastar antigos ministros identificados com o regime monárquico. Foi aposentado em novembro de 1893, e retirou-se da vida pública para se dedicar à advocacia e ao jornalismo.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 6 de junho de 1905.

Foi casado com Cecília Toledo de Oliveira Lisboa.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

LISBOA, João Coelho Gonçalves

*dep. fed. PB 1894-1899; sen. PB 1905-1908.

João Coelho Gonçalves Lisboa nasceu na cidade de Areia (PB) no dia 27 de junho de 1859, filho de Teodósio Gonçalves Lisboa e de Josefa dos Santos Coelho e Silva.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1884. Depois de formado foi promotor público na cidade natal, mas ocupou o cargo por poucos meses. Iniciou sua vida política ainda durante o Império, defendendo as causas abolicionista e republicana. Nessa militância, proferiu palestras contra o Império nas províncias do Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Durante essas atividades, esteve ao lado de Aristides Lobo, também republicano histórico da Paraíba.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado chefe de polícia pelo presidente do estado da Paraíba Venâncio Neiva (1889-1891) e ingressou no Partido Republicano da Paraíba. Devido a desentendimentos políticos, rompeu com Venâncio Neiva e mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Com o início da Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto (1891-1894) que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894 e, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, envolveu a esquadra sediada na baía de Guanabara, organizou e foi capitão do Batalhão 23 de Novembro, criado para defender o governo federal. Por essas atividades, foi nomeado professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde lecionou por muitos anos.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba. Reeleito em 1897, ao final dessa legislatura, em 1899, deixou a Câmara dos Deputados, mas continuou suas atividades políticas na Paraíba e no Rio de Janeiro. Em 1905 foi eleito senador pela Paraíba, na vaga aberta com o falecimento do então senador José de Almeida Barreto. Rompeu com o senador e ex-presidente da Paraíba Álvaro Lopes Machado e, sem o apoio dessa liderança, não conseguiu ser reeleito no ano de 1908. Durante os anos em que ocupou uma cadeira no Senado Federal, foi membro da Comissão de Redação.

Em 1910 apoiou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Quando este foi eleito, foi nomeado membro do Tribunal de Contas da União, mas declinou do convite. Pouco antes do final do governo do marechal Hermes (1910-

1914), rompeu politicamente com ele e apresentou ao Congresso Nacional uma denúncia contra o presidente que não foi acolhida.

No campo jornalístico, colaborou com a *Folha do Norte* e *A Verdade*, ambos da Paraíba, e outros jornais do Rio de Janeiro. Foi fundador da Liga Nacional Contra a Seca, da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil e da Liga Antioligárquica. Também foi um dos patronos da Academia Paraibana de Letras e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 11 de julho de 1918.

Foi casado com Luísa Pizarro Gabino, com quem teve três filhos. Sua filha Rosalina Coelho Lisboa foi poetisa, jornalista, líder feminista e adepta da Ação Integralista Brasileira.

Publicou *Sublime dea, a ciência (segunda antítese D Terribilis Dea), Receita no dia 12 de maio de 1880 por ocasião da sessão solene em comemoração do segundo aniversário desta sociedade e publicada por amigos* (1880) e *Problemas urgentes: oligarquias, seca no Norte e clericalismo* (1909).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ACAD. PARAIBANA. LET. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br>. Acesso em: 12/11/2010; *Grande Enciclopédia Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico.*

LISBOA, João de Almeida
* dep. fed. MG 1924-1929.

João de Almeida Lisboa nasceu no município de Macaé (RJ) em 4 de outubro de 1871.

Farmacêutico de profissão, depois de casar-se com Maria Rita Vilhena transferiu-se para o município de Lambari (MG), no qual sua família e a de sua esposa dominaram o cenário político.

Ingressou na política ao ser eleito prefeito de Lambari em 1921, cargo que exerceu até dezembro de 1923. Foi então eleito deputado federal por Minas Gerais e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 3 de maio de 1924. Reeleito para a legislatura seguinte, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1929, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Belo Horizonte em 5 de setembro de 1947.

Teve nove filhos, entre os quais se destacaram João Lisboa Júnior (deputado estadual), Henriqueta Lisboa (poetisa, ensaísta e a primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras), José Carlos Lisboa (professor catedrático da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Alaíde Lisboa de Oliveira (professora da Universidade Federal de Minas Gerais e membro da Academia Mineira de Letras).

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ACAD. MINEIRA DE LET. Bio. Alaíde Lisboa de Oliveira. . Disponível em: <http://www.academiamineiradeletras.org.br/alaide.asp>. Acesso em: 2/11/2010; ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html >. Acesso em: 2/9/2010; BARBOSA, W. *História*; Geneaminas. Bio. de João de Almeida Lisboa. Disponível em: <http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?codpessoa=53362>. Acesso em: 2/11/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Doc Brazília. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>. Acesso em: 14/8/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira. com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; Lamba web. *Prefeitos de Lambari*. Disponível em: <http://www.lambaweb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5

3&Itemid=93>. Acesso em: 2/11/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

LOBATO, João das Chagas

* dep. geral MG 1864-1866; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

João das Chagas Lobato nasceu em Oliveira (MG). O representante mais conhecido de sua família foi Carlos Chagas, médico sanitarista, cientista e bacteriologista que se destacou por descobrir o protozoário *Trypanosoma Cruzi*, responsável pela tripanossomíase americana, ou, simplesmente, doença de Chagas. Também foi membro de destaque de sua família Carlos Justiniano das Chagas, constituinte de 1891 e deputado federal por Minas Gerais de 1891 a 1893.

De agosto a novembro de 1861 foi juiz municipal em Leopoldina (MG). A partir de então foi delegado de polícia, até ser eleito deputado geral em 1864, com mandato até 1866. Em 1880 foi eleito deputado provincial e permaneceu no Legislativo mineiro até 1881.

Regressou ao cenário político após a proclamação da República, quando foi eleito deputado constituinte em 15 de setembro de 1890. Assumiu sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, em 15 de novembro seguinte, e foi escolhido para compor a mesa diretora durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil. Foi um dos signatários da Emenda Lauro Müller. A nova Carta foi promulgada em fevereiro de 1891, e a partir de maio teve início a legislatura ordinária. Exerceu então o mandato na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1893.

Também foi advogado e participou do I Congresso Republicano Mineiro, no município de Ouro Preto (MG), sendo membro ativo do Partido Republicano Mineiro (PRM).

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: < http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html >. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Estudos de História de Leopoldina. *Autoridades Municipais empossadas pela Câmara Municipal de Leopoldina no período de 1855 a 1894*. Disponível em: < http://www.cantoni.pro.br/documentos/autoridades.html>. Acesso em: 10/9/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. DEP. Constituição de 1891. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 19/4/2010; Cisneiros, Palma e Itapiruçu. *Primeiro Congresso Republicano Mineiro*. Disponível em: <http://joaquimrmachado.blogspot.com/2006/06/fundao-de-cisneiros-foto-do-1.html>. Acesso em: 10/11/2010; Doc Brazília. *Emenda Lauro Muller*. Disponível

em: < http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>. Acesso em: 14/8/2010; Geneall. Família Chagas. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?.php>. Acesso em: 20/6/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira. com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias Mineiras*. Disponível em: <http://static.icmc.org.br/files/newsletters/Livro_formatado.pdf>. Acesso em: 10/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*; Wikipédia. Bio. Carlos Justiniano Ribeiro das Chagas. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Chagas >. Acesso em: 20/6/2010.

LOBATO, MONTEIRO

*jornalista e escritor.

José Bento Monteiro Lobato nasceu em Taubaté (SP) no dia 18 de abril de 1882, filho de José Bento Marcondes Lobato e de Olímpia Monteiro Lobato. Foi registrado como José Renato Monteiro Lobato, mas veio a adotar anos depois o prenome de seu pai, cujas iniciais estavam gravadas em uma bengala que recebeu de herança. A família de seu pai possuía grandes fazendas de café no vale do rio Paraíba, e seu avô materno, também rico proprietário de terras, era José Francisco Monteiro, barão e depois visconde de Tremembé.

Fez o curso primário no Colégio Paulista de Taubaté e o ginásio no Colégio Coração de Jesus, também em sua cidade natal. Por essa época escreveu seus primeiros artigos, sob o pseudônimo de Josbém, para o jornal estudantil *O Guarani*. Transferindo-se para a capital paulista em 1896, concluiu os estudos preparatórios no Instituto de Ciências e Letras, onde se destacou por sua participação nos jornais *O Patriota* e *A Pátria* e nas sociedades literárias que promoviam debates sobre temas diversos.

Com o falecimento de seu pai em 1898 e de sua mãe no ano seguinte, passou a viver com o avô materno, que não concordou com seu desejo de ingressar na Escola de Belas-Artes, induzindo-o a matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou o curso superior em 1900, mas dedicou pouca atenção ao currículo escolar, participando com maior intensidade das atividades do grêmio literário. Ainda acadêmico, fundou junto com outros colegas a associação literária O Cenáculo, que teve grande importância em sua formação e se desdobrou na criação do jornal *O Minarete*, editado em Pindamonhangaba (SP) com a ajuda de um colega ali residente. Principal dinamizador dessa iniciativa, várias vezes chegou a escrever todas as matérias do jornal, utilizando diversos pseudônimos. Nesse mesmo período, colaborou no *Combatente*, editado na capital do estado, e no *Povo*, de Caçapava (SP).

Formado em 1904, regressou à cidade natal, onde viveu durante cerca de um ano e meio voltado para leituras e para a redação de artigos para o *Jornal de Taubaté*. Pretendendo casar-se, começou a trabalhar em 1906 como procurador público interino da cidade, sendo efetivado no ano seguinte na promotoria de Areias (SP). Casou-se em 1908 com Maria Pureza Natividade, com quem teria quatro filhos, e dedicou-se a escrever contos e artigos

para jornais do interior e a traduzir matérias do *Weekly Times* para *O Estado de S. Paulo*. Manteve também contatos sistemáticos com seus antigos amigos da faculdade, através dos quais recebia notícias dos eventos culturais mais importantes. Buscando alternativas para sair de Areias, começou a colaborar em 1909 em *A Tribuna*, de Santos (SP), e a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas essas atividades não eram suficientes para garantir o sustento de sua família. Nessa época, quase desistiu da literatura e do jornalismo.

FAZENDEIRO, ESCRITOR E EDITOR

A morte de seu avô em 1911, entretanto, modificou substancialmente sua situação. Herdeiro da fazenda Buquira, situada em uma área agrícola decadente nas cercanias de Taubaté, Monteiro Lobato mudou-se para a propriedade e, com grande entusiasmo, procurou modernizar os métodos de produção e administração ali utilizados. Nos anos seguintes, embora empenhado nesse trabalho, não se afastou das atividades literárias, mantendo-se informado dos principais acontecimentos, dedicando-se à leitura dos clássicos e escrevendo artigos para jornais. Sua experiência como administrador, entretanto, fracassou, levando-o a pensar em vender a fazenda.

Em novembro de 1914, publicou em *O Estado de S. Paulo* um artigo intitulado "Velha praga", onde descreveu suas principais dificuldades na gerência da produção rural e os problemas provocados pelos colonos, especialmente os incêndios. O artigo obteve grande repercussão, sendo desdobrado no mês seguinte por outro, intitulado "O caboclo e o urupê do pau podre que vegeta no sombrio da mata". Pretendendo descrever os caboclos que trabalhavam em sua fazenda "sem romantismo, sem idealismo e com autenticidade", criou o personagem Jeca Tatu, indolente, ignorante e preguiçoso, responsável pelo fracasso do fazendeiro.

Desanimado com as perspectivas da fazenda e, por outro lado, incentivado pelo crescente sucesso de seus artigos na imprensa, vendeu afinal sua propriedade em meados de 1917 e se transferiu para a capital paulista, onde continuou a escrever para *O Estado de S. Paulo*, a *Revista do Brasil* e outros órgãos. Preocupado em valorizar os temas especificamente brasileiros e a cultura nacional, promoveu no jornal paulista uma pesquisa sobre o Saci Pererê, que despertou muito interesse e resultou na publicação de um volume reunindo

dezenas de opiniões sobre esse personagem do folclore brasileiro.

Em 1918, adquiriu a *Revista do Brasil*, que havia sido criada dois anos antes para desenvolver a consciência nacional brasileira, pretendendo imprimir uma linha editorial mais marcadamente nacionalista e iniciar a criação de uma editora. Lançou seu primeiro livro em julho desse ano, reunindo artigos e contos já publicados, inclusive *Urupês*, que deu nome à coletânea. A primeira edição dessa obra se esgotou um mês depois do lançamento, suscitando acesos debates nos meios políticos e intelectuais sobre o perfil do Jeca Tatu, personagem do artigo-título. Estimulado pelas discussões e baseado nas denúncias dos higienistas sobre a situação sanitária da população rural, Lobato voltou a escrever sobre esse tema, reconhecendo grandes qualidades de resistência e adaptação na população rural e passando a atribuir a indolência do personagem às doenças de que era portador. Seus artigos em defesa de uma política de saneamento básico do interior do país foram reunidos em novo livro intitulado *Problema vital*, editado em fins de 1918 pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento do Brasil. A renda obtida com a vendagem desses dois primeiros livros permitiu a fundação, ainda em 1918, da Editora Monteiro Lobato, que passou a publicar e comercializar obras de autores estreantes, como Oswald de Andrade, Ribeiro Couto, Menotti del Picchia, Gilberto Amado e outros. Nesse período, Lobato praticamente interrompeu sua atividade literária, dedicando todo o seu tempo à condução dos negócios de sua empresa e à reedição de artigos antigos, reunidos nos livros *Cidades mortas*, *Idéias de Jeca Tatu* e *Onda verde*, todos de 1919.

Em 1921, lançou algumas histórias infantis inéditas, como *A menina do narizinho arrebitado*, que obteve enorme sucesso, alcançando uma vendagem de 50 mil exemplares. Escreveu em seguida *O Saci* (1921), *O marquês de Rabicó* (1922), *Fábulas* e *Jeca Tatuzinho*. Este último retomava a defesa do saneamento das áreas e foi adaptado pelo autor para servir de propaganda de remédios produzidos pelo Laboratório Fontoura.

Lobato criticou a realização da Semana de Arte Moderna de 1922, considerada por ele como “um estrangeirismo”. Em 1923, lançou *O macaco que se fez homem* e *O mundo da lua*, continuando a obter notável sucesso comercial para sua editora. Entretanto, a ocupação da capital paulista durante quase todo o mês de julho de 1924 por rebeldes chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes acarretou uma paralisação de todas as atividades econômicas da cidade e abalou seriamente a editora. No início de 1925, Lobato tentou recuperar sua

empresa através de um novo programa de trabalho voltado para a renovação da literatura infantil, com novos lançamentos e o aprimoramento de antigas traduções. Mesmo assim, as dificuldades financeiras foram agravadas pela nova política econômica do governo de Artur Bernardes, que modificou o sistema de redesconto do Banco do Brasil, levando a editora à falência no fim do ano.

Com os poucos recursos que lhe restaram Lobato se associou a outros para fundar a Companhia Editora Nacional. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, onde escreveu uma série de artigos para *O Jornal*, intitulada "Os diálogos com mister Stang", e outra para *A Manhã*, chamada "O choque de raças". Mais tarde, ambas as séries foram publicadas em forma de livro. Nessa época, influenciado por alguns amigos, inscreveu-se como candidato a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas foi derrotado.

A EXPERIÊNCIA NOS EUA E O INTERESSE PELO PETRÓLEO

Em 1927, logo depois da posse de Washington Luís na presidência da República (15/11/1926), Monteiro Lobato foi nomeado adido comercial do Brasil em Nova Iorque por influência de Alarico da Silveira, secretário da presidência, cargo equivalente ao atual chefe do Gabinete Civil.

Deslumbrado com o progresso dos Estados Unidos, Lobato passou a buscar os caminhos para transferir a experiência desse país para as condições brasileiras, concluindo que o desenvolvimento das indústrias do ferro e do petróleo era decisivo para o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, ordenou a venda de todas as suas ações da Companhia Editora Nacional para investir na Bolsa de Valores de Nova Iorque, cujas operações financeiras lhe pareciam extremamente rentáveis. Com a quebra da Bolsa em outubro de 1929, perdeu todo o seu capital.

Desanimado com os negócios, voltou a dedicar-se à literatura, escrevendo um livro de impressões sobre os Estados Unidos, intitulado *América*, e trabalhando na adaptação e elaboração de algumas histórias infantis. De volta ao Brasil no início de 1931, não acreditou que o governo provisório resultante da Revolução de 1930 fosse capaz de resolver os problemas fundamentais do país. Instalado em São Paulo, buscou, sem êxito, interessar o governo no problema siderúrgico e petrolífero, passando em seguida a buscar o apoio de empresários nacionais para seus projetos. Como resultado desse trabalho, fundou,

ainda em 1931, o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio, voltado para a exploração do ferro, e a Companhia Petróleos do Brasil. Nesse período, denunciou pela imprensa o contrato assinado pelo governo com a Itabira Iron Ore Company, defendendo a utilização do sistema Smith na industrialização do ferro brasileiro, pois ele prescindia dos altos-fornos e, consequentemente, da importação de carvão. A reunião desses artigos deu origem à obra *Ferro*, publicada em 1931, em que revia algumas de suas opiniões anteriores e afirmava que "nosso problema não é político, nem racial, nem climático, mas pura e simplesmente econômico".

No início de 1932, começou a concentrar sua atenção no incentivo aos investimentos privados na prospecção de petróleo, encontrando para isso grandes dificuldades, como a falta de recursos disponíveis para empreendimentos desse porte e as limitações impostas pelo governo. Estava envolvido nesse trabalho quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, mas manteve-se neutro nesse episódio por considerar que "quem adota a política do ferro e do petróleo não consegue interessar-se por nenhuma outra".

As atividades de Monteiro Lobato como empresário não renderam lucro. Para sobreviver, dedicou-se em 1932 a fazer traduções e a escrever livros infantis, como *Viagem ao céu*, *História do mundo para crianças* e *As caçadas de Pedrinho*. No ano seguinte, prosseguiu na busca do petróleo, fundando novas companhias para iniciar a perfuração de poços. Em maio de 1934 a Companhia de Petróleo do Brasil — uma de suas empresas — emitiu ações para levantar fundos para o prosseguimento das pesquisas e da perfuração de um poço em Araguá, no município de São Pedro de Piracicaba (SP), mas sofreu um duro golpe com a divulgação de um estudo preparado pelo recém-criado Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que concluía pela inexistência de petróleo no estado de São Paulo. Lobato reagiu com energia, acusando publicamente o órgão de falsificar os laudos geológicos com o objetivo de boicotar as pesquisas desenvolvidas pelas empresas nacionais e de defender os interesses dos grandes trustes estrangeiros que, segundo ele, desejavam manter inexploradas as reservas petrolíferas brasileiras.

Lobato sentiu-se mais uma vez prejudicado com a edição, em julho seguinte, do Código de Minas, que estabelecia novos critérios para a exploração das jazidas minerais e subordinava a operação das companhias privadas nesse setor ao DNPM. Segundo ele, essa

regulamentação defendia os interesses estrangeiros e, na prática, asfixiava as empresas nacionais. Viajou então por todo o país com o objetivo de denunciar a política oficial e obter recursos para suas empresas, mas não foi bem-sucedido. Em 1935, voltou a escrever regularmente e publicou *Geografia de dona Benta*, *História das invenções*, *Memórias de Emília* e *Contos leves e contos pesados*.

Reiniciando sua campanha de denúncias, em 1936 enviou uma carta ao ministro da Agricultura, Odilon Braga, em que acusava Mark Melamphy e Vítor Oppenheim, técnicos do DNPM, da venda de levantamentos do subsolo brasileiro a empresas estrangeiras. O presidente Getúlio Vargas instalou então uma comissão de inquérito, que concluiu pela inocência dos acusados. Pouco depois, Lobato publicou o livro *O escândalo do petróleo*.

Com a instalação do Estado Novo em novembro de 1937, Monteiro Lobato teve que interromper sua pregação pública em defesa da exploração do petróleo por empresas privadas nacionais, passando a dedicar-se novamente à literatura infantil. Datam desse período *Histórias de tia Nastácia*, *Os serões de dona Benta* e *O poço do visconde*, onde procurou divulgar também para as crianças suas teses fundamentais sobre a questão do petróleo. Em 1939, lançou *O Minotauro*, *Maravilhosas aventuras dos netos de dona Benta na Grécia antiga* e *O Pica-Pau Amarelo: o sítio de dona Benta, um mundo de verdade e mentira*.

Monteiro Lobato considerava que as diretrizes do Conselho Nacional do Petróleo (criado em julho de 1938) visavam a aniquilar as empresas privadas nacionais que operavam no setor. Impedido de manifestar essa opinião publicamente devido à censura do Estado Novo, enviou uma carta a Getúlio Vargas em maio de 1940, acusando aquele órgão, então presidido pelo general Júlio Caetano Horta Barbosa, de promover uma perseguição sistemática às empresas nacionais, criar embaraços à exploração do subsolo e alimentar secretamente a idéia do monopólio estatal no setor. Essa atitude resultou na sua prisão em março de 1941 e na condenação a seis meses em primeira instância, pena depois reduzida à metade. Ao recuperar a liberdade em julho seguinte, desanimado com a evolução do problema do petróleo, entrou em profunda depressão emocional. Para sobreviver, passou a dedicar-se a traduções, tendo escrito nesse período apenas *A chave do tamanho*, livro marcado pelo pessimismo em relação ao futuro. Recuperou-se em 1943 quando a Companhia Editora Nacional lançou uma edição comemorativa dos 25 anos de publicação

de *Urupês*, reunindo a maioria de suas crônicas, contos e artigos em um volume precedido de detalhada nota biográfica e bibliográfica. Abandonou então as traduções e, em 1944, empenhou-se em uma narrativa das aventuras de Hércules para as crianças e na preparação de um livro, depois intitulado *A barca de Gleyre*, reunindo sua correspondência com Godofredo Rangel durante 40 anos. Nessa época, participou da fundação da Editora Brasiliense, em São Paulo, junto com Artur Neiva e Caio Prado Júnior.

Com o enfraquecimento de Estado Novo, Monteiro Lobato se engajou na luta pela redemocratização do país e passou a criticar o próprio sistema capitalista, defendendo o socialismo e apontando o líder comunista Luís Carlos Prestes, preso desde 1936, como um grande brasileiro. Desapontou-se, entretanto, com o apoio dos comunistas a Vargas em 1945, passando a adotar uma postura de desconfiança em relação a todos os partidos. Depois da vitória do general Eurico Dutra nas eleições presidenciais de dezembro daquele ano, ficou completamente descrente das possibilidades de mudanças significativas na sociedade brasileira e viajou para a Argentina a fim de fazer adaptações de suas obras infantis para o espanhol. Fundou em Buenos Aires a Editora Acteon e lançou em seguida o livro *La nueva Argentina*, relato da história contemporânea desse país para crianças, muito elogiado pelas autoridades e bem aceito pela opinião pública local, mas criticado no Brasil como uma iniciativa oportunista para obter vantagens do governo argentino.

De volta ao Brasil em 1948, reaproximou-se do recém-proscrito Partido Comunista Brasileiro — então Partido Comunista do Brasil (PCB) — e se engajou na campanha contra a cassação dos mandatos dos seus parlamentares. Nessa ocasião, lançou o folheto *Zé Brasil*, descrevendo em linguagem simples a vida do homem do campo, explorado pelos latifundiários. Logo depois o folheto foi apreendido, obtendo assim grande repercussão.

Em 21 de abril de 1948, Monteiro Lobato sofreu um espasmo vascular que enfraqueceu sua capacidade mental, vindo a falecer na capital paulista em 4 de julho seguinte.

Além dos títulos citados, sua obra literária para adultos inclui *Negrinha* (1920), *O choque de raças ou o presidente negro* (1926), *Mister Slang e o Brasil* (1929), *América* (1932) e *Na antevéspera* (1933). Seus trabalhos para crianças sofreram inúmeras modificações durante sua vida, recebendo a seguinte configuração definitiva: *Reinações de Narizinho*, *Viagem ao céu*, *O Saci*, *Caçadas de Pedrinho*, *Hans Staden*, *História do mundo para crianças*, *Memórias de Emília*, *Peter Pan*, *Emília no país da gramática*, *Aritmética da*

Emília, *Geografia de dona Benta*, *História das invenções*, *Dom Quixote para crianças*, *O poço do visconde*, *Histórias de tia Nastácia*, *O Pica-Pau Amarelo*, *A reforma da natureza*, *O Minotauro*, *A chave do tamanho*, *Fábulas* e *Os 12 trabalhos de Hércules*.

A seu respeito, foram publicados *Monteiro Lobato, o homem e a obra* (1948), de Aberto Conte; *Monteiro Lobato, vida e obra* (1955, 3ª ed., 1962), de Edgar Cavalheiro; *Minhas memórias dos Monteiro Lobato* (1964), de Nélson Palma Travassos, e *Monteiro Lobato*, de José Carlos Barbosa Moreira, na coleção Nossos Clássicos, v. 65.

Marieta de Morais Ferreira

FONTES: ALMEIDA, A. *Dicionário*; BEHAR, E. *Vultos*; CAVALHEIRO, E. *Monteiro*; COELHO, J. *Dicionário*; CONG. BRAS. ESCRITORES. I; *Efemérides paulistas*; *Encic. Barsa*; ENTREV. FREIRE, V.; *Grande encic. Delta*; *Grandes personagens* (4); LEITE, A. *História*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; REIS, A. *Bibliografia bras.*; SOUSA, J. *Índice*; VÍTOR, M. *Batalha*; *Who's who in Latin*.

LOBO, Américo

*magistrado; dep. geral MG 1867-1868; pres. PR 1890; const. 1891; sen. MG 1891-1893; min. STF 1894-1903.

Américo Lobo Leite Pereira nasceu em Campanha (MG) no dia 28 de junho de 1841, filho de Joaquim Lobo Leite Pereira, professor e comendador, e de Ana Leopoldina Lopes de Araújo Leite Pereira. Seu irmão Francisco Lobo Leite Pereira foi *ministro das Relações Exteriores de 1891 a 1892, ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1892 a 1893 e senador por Minas Gerais de 1896 a 1898.*

Cursou humanidades em Campanha e teve contato direto com o estudo da língua latina, o que o tornou familiar às *Orações* de Cícero, às *Odes* de Horácio, às *Bucólicas*, às *Geórgicas* e à *Eneida* de Virgílio. Logo após a conclusão do curso seguiu para São Paulo, onde fez os preparatórios e matriculou-se na Faculdade de Direito. Como acadêmico colaborou ativamente na revista mensal *Ensaio Filosófico Paulistano* (1859-1860). Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 13 de dezembro de 1862, e em abril de 1863, quatro meses depois da formatura, foi nomeado juiz municipal e de órfãos de Pouso Alegre (MG). Em 1864 casou-se com Manuela Urbana de Queirós Lobo e em 30 de setembro de 1865 foi removido para o termo de Rio Pardo.

Filiando-se ao Partido Liberal do Império, em 1867 foi eleito deputado geral pelo 5º Distrito de Minas Gerais, iniciando assim sua atividade política. Dissolvida a Câmara dos Deputados em 1868, desligou-se do Partido Liberal, voltou para Campanha e abriu banca de advogado. Em 1870 transferiu-se para Leopoldina (MG), onde continuou na advocacia e se engajou na propaganda republicana e na luta pela abolição da escravatura.

Após a proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado presidente do Paraná. Exerceu o cargo de 4 de março a 28 de julho de 1890, quando foi substituído pelo vice-presidente Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. No dia 15 de setembro seguinte foi eleito senador por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte. Assumindo sua cadeira em 15 de novembro, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e da eleição, no dia seguinte, do marechal Deodoro da Fonseca para presidente da República. Iniciada a legislatura ordinária em junho de 1891, passou a ocupar uma cadeira no Senado e a integrar

as comissões de Redação das Leis e de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Foi ainda suplente da Mesa Diretora do Senado. Como seu mandato era de apenas três anos, deixou o Senado em dezembro de 1893. Nas eleições ano seguinte concorreu a um segundo mandato, mas não teve êxito, perdendo a eleição para Antônio Gonçalves Chaves. Voltou então a exercer a advocacia.

Ainda em 1894 foi nomeado pelo presidente Prudente de Morais (1894-1898) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Tomou posse no dia 8 de dezembro do mesmo ano e permaneceu nessa Corte até morrer, em 1º de outubro de 1903.

Seu filho Estêvão Lobo Leite Pereira foi deputado federal por Minas Gerais de 1900 a 1905.

Poeta e tradutor, escreveu sonetos e traduziu, em alexandrinos, a *Evangelina*, o *Canto de Hiawatha* e os *Poemas da escravidão*, de Longfellow; *Tartufo*, de Molière; *O corvo*, de Edgar Alan Poe; algumas bucólicas de Virgílio e poesias de autores franceses, ingleses, americanos e latinos. Publicou também as traduções *Decisões constitucionais de Marshall, presidente do Supremo Tribunal dos Estados Unidos da América do Norte* (1887) e *Poemas norte-americanos de Henry W. Longfellow transladados para versos portugueses* (1903). Por sua atuação como poeta e cultor das línguas vivas e mortas, foi escolhido patrono da cadeira número 28 da Academia Mineira de Letras.

Vanessa Lana

FONTES: CASA CIVIL PR. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>. Acesso em: 6/11/2008; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v. 1, p. 169/70/71); MONTEIRO, N. *Dicionário*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1403&li=22&lcab=1891-1893&lf=22>. Acesso em: 5/11/2008.

LOBO, Aristides
* dep. geral AL 1864-1870; min. Interior 1889-1890; const. 1891; dep. fed. DF 1891-1892; senador DF 1892-1896.

Aristides da Silveira Lobo nasceu em Mamanguape, na província da Paraíba, no dia 12 de fevereiro de 1838, filho de Manuel Lobo de Miranda Henriques e de Ana Norberta da Silveira.

Estudou no Colégio da Paraíba e na Faculdade de Direito do Recife, onde obteve o grau de bacharel em direito em 1859. Após a formatura foi juiz na província de Minas Gerais e promotor público na Corte, atividade desenvolvida paralelamente à atuação parlamentar. Filiando-se ao Partido Liberal, conquistou seu primeiro mandato de deputado geral, representando a província de Alagoas, em 1864. Durante a dissolução do parlamento, em 1868, participou do grupo de liberais que se declarou republicano. Permaneceu na Assembleia Geral até 1870.

Também em 1870 tornou-se redator do jornal *A República*, que em seu primeiro número, a 3 de dezembro, trouxe à público o *Manifesto Republicano*. O documento, do qual foi signatário, ao lado de outros dissidentes do Partido Liberal, defendia a mudança de regime, dando formalmente início à propaganda republicana em todo o país. Nessa fase, participou da fundação de clubes republicanos em diversas regiões do Império. Além de a *A República*, colaborou em jornais como *Província de São Paulo* e *Diário Popular*, difundindo o ideário republicano e discutindo as questões políticas colocadas na agenda nacional.

Ao lado de Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Rui Barbosa, Botelho de Magalhães e do major Frederico Sólon Sampaio Ribeiro, foi um dos articuladores dos preparativos que antecederam a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca. Instalado então o governo provisório chefiado por Deodoro, foi convocado, como outros republicanos de primeira hora, a compor o ministério, sendo nomeado secretário de Estado dos Negócios do Interior. Três dias depois, em carta publicada no *Diário Popular* de São Paulo, estampou sua admiração em relação à

percepção da população quanto à mudança de regime, tornando conhecida a frase: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.” Em 10 de fevereiro de 1890, porém, devido a discordâncias com Deodoro, deixou o ministério, sendo substituído por Cesário Alvim.

Em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Distrito Federal, assumindo o mandato em 15 de novembro seguinte. Participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho passou a cumprir o mandato ordinário. Destacou-se nos debates sobre o formato da organização municipal da nova capital federal. Na ocasião, defendeu o projeto apresentado por Tomás Delfino, que visava a limitar ingerências externas no campo político carioca, conferindo maior autonomia ao Legislativo local.

Permaneceu na Câmara dos Deputados até conquistar uma cadeira no Senado, em abril de 1892, eleito na vaga aberta com a renúncia de João Severiano da Fonseca. Foi membro da Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia, mas, doente, não completou o mandato.

Faleceu na cidade de Barbacena, Minas Gerais, no dia 27 de março de 1896.

Publicou *Exposição ao Partido Republicano* (em parceria com Pedro Antônio Ferreira Viana, 1874).

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARATA, C; BUENO, A. *Dicionário;* BEHAR, E. *Vultos*; CÂM. DEP. *Anais* (1891-1892); GUIMARÃES, A. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico;* SENADO. *Anais* (1892-1896); VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário*.

LOBO, Belarmino de Mendonça

*militar; const. 1891; dep. fed. PR 1891-1893.

Belarmino Augusto de Mendonça Lobo nasceu em Barra Mansa (RJ) no dia 19 de setembro de 1850.

Sentou praça no Exército em 1865, quando partiu como soldado para a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1867 participou do combate em Lomas Valentinas, e em virtude de sua atuação foi nomeado alferes. Cursou a Escola Militar no Rio de Janeiro, então capital do Império, e diplomou-se em engenharia e em ciências físicas e matemáticas. Em 1876 foi promovido a capitão. Em 1881 foi designado ajudante militar da Colônia Chopin, no Paraná, e em 1884 foi nomeado chefe da comissão encarregada da abertura de uma estrada que ligaria as cidades de Porto União e Palmas. Em junho de 1885 passou a fazer parte do Estado-Maior do Exército. Quando, por decisão do governo imperial, foi instalado um posto militar na foz do rio Iguaçu em 1888, foi escolhido para fundar a colônia posteriormente denominada Foz do Iguaçu, efetivando a ocupação da área em novembro de 1889.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo Paraná. Tomou posse em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, com o início, em maio, da legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. Com o término da legislatura, voltou à vida militar e foi promovido coronel em 1895.

Durante sua longa trajetória como militar, foi inspetor da 12ª Região Militar, fiscalizou o serviço de navegação dos rios Iguaçu e Negro e dirigiu a construção de ramais férreos e a exploração de rios. Foi também adido ao Ministério das Relações Exteriores e subchefe do Estado-Maior do Exército. Além disso, foi ministro do Superior Tribunal Militar.

Faleceu no dia 28 de maio de 1913.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 48); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 18-19); PRATES, P. *Evolução.*

LOBO, Fernando

* min. Rel. Ext. 1891-1892; min. Justiça 1892-1893; sen. MG 1896-1898.

Fernando Lobo Leite Pereira *nasceu em Campanha (MG) em 8 de junho de 1851, filho do comendador e professor Joaquim Lobo Leite Pereira e de Ana Leopoldina Lopes de Araújo Leite Pereira.* Seu irmão Américo Lobo Leite Pereira foi deputado geral por Minas Gerais de 1867 a 1868, presidente do Paraná em 1890, constituinte de 1891, senador de 1891 a 1893 e ministro do Supremo Tribunal Federal de 1894 a 1903.

Completou os estudos humanísticos no Colégio São Bento, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e logo após ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Estudante dedicado e ativista republicano, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1876. Depois da formatura retornou à província natal e exerceu a profissão de advogado na cidade de Leopoldina, com atuação expressiva na propaganda republicana. Mudou-se a seguir para Juiz de Fora e tornou-se presidente do Clube Republicano da cidade, com participação destacada no Congresso Republicano ali realizado em 1889.

Instaurado o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi nomeado vice-presidente de Minas Gerais por decreto do governo provisório e empossado no dia 12 de abril de 1890. Foi também indicado membro da comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição mineira, mas recusou a indicação por conta de divergências políticas com correligionários. Numa segunda recusa, dispensou o cargo de governador de um dos estados do Norte do país para voltar a Juiz de Fora e dedicar-se integralmente ao direito. Colaborou na fundação do Banco Popular de Minas Gerais em 24 de março de 1891, e tornou-se seu primeiro presidente.

Contrário ao golpe do então presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, que em 3 de novembro de 1891 fechou o Congresso Nacional, após a renúncia de Deodoro e sua substituição pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto em 23 de novembro, assumiu o Ministério das Relações Exteriores entre 30 de novembro de 1891 e 12 de fevereiro de 1892, sucedendo ao almirante Custódio José de Melo e sendo substituído pelo general Inocêncio Serzedelo Correia. Dois dias antes de deixar a chancelaria assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, substituindo José Higino Duarte Pereira. Em 26 de dezembro seguinte a secretaria deu lugar ao Ministério da Justiça e Negócios

Interiores, à frente do qual permaneceu até 8 de dezembro de 1893. Nesse momento exonerou-se e foi substituído por Alexandre Cassiano do Nascimento. Entre setembro e dezembro de 1893, foi braço direito do marechal Floriano Peixoto na repressão à Revolta da Armada.

Também em 1893 assumiu a vice-presidência do Banco do Brasil, permanecendo no posto até 1895. Após abster-se de convite para o Supremo Tribunal Federal, viu seu irmão Américo Lobo Leite Pereira ser nomeado ministro em 1894. Em janeiro de 1896 foi eleito senador por Minas Gerais, na vaga aberta com o falecimento de Joaquim Felício dos Santos. No final do governo de Prudente de Morais (1894-1898), foi indicado candidato à vice-presidência da República pelo Partido Republicano Federal, na chapa encabeçada por Lauro Sodré. Entretanto, nas eleições de março de 1898 os eleitos foram Campos Sales e Rosa e Silva. Também em março de 1898, renunciou ao mandato no Senado e voltou-se definitivamente para o exercício da advocacia em Juiz de Fora.

Em 1908 foi eleito presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., cuja a sucursal no Rio de Janeiro dirigiu até 1913. Em 1911, juntamente com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Feliciano Pena, entre outros, fundou em Juiz de Fora a Escola de Direito do Instituto Granbery, associação metodista com notável papel no ensino superior na cidade. Em dezembro de 1914 assumiu a direção da Carteira Comercial do Banco do Brasil, permanecendo no cargo até falecer.

Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1918. Um ano antes foi homenageado com a inauguração de um grupo escolar no bairro de São Mateus, em Juiz de Fora, que foi chamado Grupo Escolar Fernando Lobo.

Era casado com Maria Barroso Lobo Leite Pereira. Seu filho Hélio Lobo Leite Pereira foi diplomata e embaixador do Brasil no Uruguai de 1926 a 1928 e em 1930. Foi também jornalista e escritor, e membro da Academia Brasileira de Letras.

Vanessa Lana

FONTES: FREITAS, M. *História do bairro*; MONTEIRO, N. *Dicionário;* SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1635&li=24&lcab=1897-1899&lf=24>. Acesso em: 10/11/2008.

LOBO, HÉLIO

*diplomata e jornalista; emb. Bras. Uruguai 1926-1928 e 1930.

Hélio Lobo Leite Pereira nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 17 de outubro de 1883, filho de Fernando Lobo Leite Pereira e de Maria Barroso Lobo.

Bacharelou-se em 1903 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal.

Ingressou a seguir na carreira diplomática e, de 1907 a 1908, atuou como auxiliar do árbitro brasileiro nos tribunais arbitrais Brasileiro-Peruano e Brasileiro-Boliviano. Promovido a terceiro-oficial em outubro de 1910, participou em 1912, como secretário, da junta de jurisconsultos americanos encarregada de codificar no Rio de Janeiro o direito internacional americano. Foi promovido a segundo-oficial em maio de 1913, quando passou a servir no gabinete do ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller (1912-1917). Primeiro-secretário em outubro do ano seguinte, exerceu o cargo de secretário da Presidência da República de novembro de 1914 a novembro de 1918, durante o governo de Venceslau Brás (1914-1918).

Também historiador e ensaísta, foi eleito em julho de 1918 para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira nº 13, na vaga de João Carneiro de Sousa Bandeira. Transferido em dezembro desse ano para Versalhes, na França, participou como secretário-geral da delegação do Brasil ao Congresso de Paz e ali permaneceu até setembro de 1919. Em seguida foi cônsul-geral em Londres, de outubro de 1919 a maio de 1920, e em Nova Iorque, de junho de 1920 a outubro de 1925. Nesse último período, participou em 1923 da V Conferência Internacional Americana e cursou a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Colúmbia.

Nomeado em maio de 1926 enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Uruguai, afastou-se dessas funções em fevereiro de 1928 por haver sido designado para organizar os serviços econômicos e comerciais do Ministério das Relações Exteriores. Reassumiu o posto em Montevidéu em janeiro de 1930, lá permanecendo até novembro. Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Haia, na Holanda, a partir de março de 1931, opôs-se ao governo provisório de Getúlio Vargas por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, negando-se a visar documentos consulares indispensáveis ao

embarque de armas e munições adquiridas pelo governo para reforço do armamento empregado contra os revoltosos paulistas. Após alegar que não lhe cabia a missão de contribuir para o morticínio de jovens brasileiros que arriscavam a vida lutando pela restauração da legalidade no país, foi colocado em disponibilidade inativa e permaneceu nessa condição de novembro de 1932 a janeiro de 1934.

Voltando ao serviço ativo, participou em novembro de 1936 da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires. Após a implantação do Estado Novo (10/11/1937), representou o Brasil na Conferência sobre Proscritos da Alemanha, da Áustria e de Evian (França), realizada em 1938, sendo nomeado em maio desse ano representante do Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Serviu inicialmente em Genebra, na Suíça, e depois em Montreal, no Canadá, até agosto de 1941, quando foi afastado por haver criticado a admissão de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras. Ainda em 1941 inaugurou a cátedra de português da Universidade de Princeton, em Nova Jersey (EUA), sendo aposentado do serviço diplomático em julho do ano seguinte.

Dedicando-se também ao jornalismo, Hélio Lobo foi o primeiro repórter a entrevistar Getúlio Vargas após sua deposição, efetivada através do golpe militar de 29 de outubro de 1945, que pôs fim ao Estado Novo. Diretor do Instituto Rio Branco em 1947, ainda nesse ano retornou às funções de representante do Brasil no Conselho de Administração da OIT, em Genebra e Montreal, que exerceu até 1951. Primeiro repórter a entrar no quarto do palácio do Catete após o suicídio de Getúlio Vargas (24/8/1954), de quem se havia tornado amigo, fez, através dos órgãos da imprensa em que trabalhava na época, dramática narrativa da cena que presenciara. Como jornalista, colaborou ainda, entre outros jornais brasileiros e estrangeiros, em *O Jornal*, *Jornal do Comércio*, *A Noite*, *O Diário*, *Correio do Povo*, *A Tarde* e *La Nación*.

Fundador da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Americano de Direito Internacional, da Sociedade Argentina de Direito Internacional, do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, da Pan American Society, da Hispanic Society of America, da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, do Comitê de Problemas Demográficos da Sociedade das Nações Unidas e do Comitê Econômico e Financeiro da Sociedade das Nações.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1960.

Era casado com Viola Leckie Lobo, com quem teve dois filhos.

Entre outros trabalhos, publicou *Sabres e togas* (1906), *O Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano* (1910), *De Monroe a Rio Branco* (1912), *Brasil, terra cara* (1913), *Antes da guerra — preliminares do conflito com o Paraguai* (1914), *O Brasil e seus princípios de neutralidade* (1915), *Às portas da guerra* (1918), *Coisas diplomáticas* (1918), *Aos estudantes do rio da Prata* (1918), *A passo de gigante* (1923), *Coisas americanas e brasileiras* (1925), *Brasileiros e ianques* (1926), *A democracia uruguaia* (1928), *No limiar da Ásia* (ensaio, 1935), *Docas de Santos* (história, 1936), *Um varão da República: Fernando Lobo* (1937), *Manuel de Araújo Porto Alegre* (1937), *O pan-americanismo e o Brasil* (1939), *O domínio do Canadá* (ensaio, 1942), *Brazilian-Portuguese from thought to word* (em colaboração, 1944), *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina* (1952).

FONTES: AUTUORI, L. *Quarenta*; BRINCHES, V. *Dicionário*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Encic. Mirador*; FRANCO, A. *Estadista*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*.; MENESES, R. *Dicionário*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1942); MIN. REL. EXT. *Anuário*; NEVES, F. *Academia*; *Quem é quem no Brasil.*

LOBO, Herculano de Sousa

*pres. GO 1912-1913.

Herculano de Sousa Lobo foi nomeado segundo vice-presidente de Goiás pelo mesmo ato que nomeou Urbano Coelho de Gouveia presidente do estado após a Revolução de 1909, movimento político liderado por Leopoldo Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas do estado, liquidou o domínio político do grupo de José Xavier de Almeida. Urbano de Gouveia tomou pose em 24 de julho de 1909, mas sua administração foi marcada por uma série de desentendimentos com o poder central, pois o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) queria quebrar a hegemonia regional dos Bulhões, dos quais Gouveia era aliado. As pressões foram tão fortes que Urbano de Gouveia renunciou à presidência em março de 1912. Foi substituído interinamente pelo presidente do Senado estadual Joaquim Rufino Ramos Jubé, a quem logo sucederia o segundo vice-presidente Herculano de Sousa Lobo.

Herculano assumiu o governo de Goiás no dia 25 de maio de 1912 e o exerceu até 10 de junho de 1913, quando mais uma vez tomou posse Joaquim Rufino Ramos Jubé. Em 31 de julho, o novo presidente eleito, Olegário Herculano da Silveira Pinto, assumiu o comando do estado. Em 7 de setembro de 1916, Herculano foi eleito senador estadual Exerceu o primeiro mandato de 1917 a 1920 e foi reeleito em 1920 e 1924.

Foi também fazendeiro na região de Goiás.

Faleceu em Formosa (GO) no dia 20 de junho de 1928.

Adrianna Setemy

FONTE: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930*); Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>; Acesso em: 8/1/2009.

LOBO, Manuel

* dep. fed. SP 1903-1923.

José Manuel Lobo nasceu em Itu (SP) no dia 1º de outubro de 1864, filho do maestro Elias Álvares Lobo e de Elisa Eufrosina da Costa Lobo. Seu pai foi um dos participantes da Convenção Republicana de Itu, em 1873, juntamente com seus tios Francisco e José Lobo. Seu irmão Antônio Álvares Lobo foi deputado estadual e presidente da Câmara estadual de São Paulo entre 1915 e 1927.

Fez seus primeiros estudos no Colégio São Luís, em Itu, e no Colégio Culto à Ciência, em Campinas. A pós fazer o curso de humanidades no Seminário Episcopal de São Paulo, matriculou-se em 1882 na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 1886. Foi então para Campinas, e aí trabalhou como advogado no escritório de Francisco da Costa Carvalho, e em seguida no de Francisco Glicério, onde seu irmão Antônio já trabalhava. Através de Francisco Glicério, notório defensor da causa republicana, travou contato com Manuel Ferraz de Campos Sales, seu irmão João Alberto Sales, Francisco Quirino dos Santos, Rangel Pestana, Hipólito da Silva, Bernardino de Campos e Carlos Ferreira, diretor da *Gazeta de Campinas*, da qual seria um dos redatores, defendendo a República e a abolição da escravidão.

Em 1895 passou a colaborar no jornal *Cidade de Campinas*, quando este era dirigido por Alberto Faria e João Barroso Pereira. Em 31 de dezembro de 1896, em companhia de seu irmão Antônio, assumiu a chefia de redação do jornal. Quando da cisão de Francisco Glicério com Prudente de Morais, em 1897, defendeu o primeiro. Em 1900 foi nomeado delegado de polícia, cargo que exerceu até 1902, quando ficou gravemente doente. Como delegado restabeleceu a ordem pública, perturbada pelo movimento sedicioso de Ribeirãozinho (hoje Taquaritinga) e Espírito Santo do Pinhal, que, destituindo as autoridades locais, restabeleceu a monarquia.

Em fins de 1902, seu nome foi lembrado pelo presidente de São Paulo Bernardino de Campos e por Francisco Glicério, e incluído na chapa dos candidatos a deputado federal pelo 2º Distrito eleitoral do estado. Eleito em18 de fevereiro de 1903, seguiu para o Rio de Janeiro e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 3 de maio, no início da legislatura 1903-1905. Em sociedade com Francisco Glicério, abriu um escritório de

advocacia, dividindo seu tempo na capital federal entre as funções de advogado e de deputado. Renovou o mandato nas eleições seguintes, permanecendo na Câmara até 1923. Ao longo desse período, presidiu a Comissão de Contas da Câmara dos Deputados por 12 anos, e em 1919 fez parte da Comissão Especial de Legislação Social, na qual se dedicou a vários assuntos de interesse da coletividade. Foi também presidente da Comissão de Legislação e Previdência Social, na qual foram tratados temas como: higiene e segurança do trabalho; trabalho de mulheres e crianças; a indústria nas fábricas e a domicílio; defesa das mulheres e crianças contra o saturnismo**;** prevenção do carbúnculo; associações de classe; desemprego e limitação do trabalho. Colaborou eficientemente na revisão da lei sobre acidentes do trabalho, complementando-a e ampliando-a, além de participar da revisão da lei de aposentadoria dos ferroviários. Em 1923, foi procurado por seus pares na Câmara para participar de uma Comissão Especial de Assuntos Sociais, da qual foi eleito presidente. Um dos temas tratados foi o problema do abastecimento e das habitações populares nos grandes centros urbanos. A comissão apresentou diversas propostas, que chegaram a ser encaminhadas para deliberação do Senado Federal.

Na eleição realizada em 17 de fevereiro de 1924, foi novamente eleito deputado federal, mas não chegou a tomar posse, por ter sido convidado pelo presidente do estado de São Paulo Carlos de Campos para a Secretaria dos Negócios do Interior. Assumiu suas novas funções em 1º de maio, dois meses antes da revolta que irrompeu na capital paulista na manhã de 5 de julho, encabeçada pelo general Isidoro Dias Lopes, e permaneceu ao lado de Carlos de Campos durante o movimento. Como secretário do Interior, após a fuga dos revolucionários na noite de 27 para 28 de julho, nomeou uma comissão, presidida por dom Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo, que distribuiu entre população paulistana os socorros destinados às vítimas do conflito.

Quando, em 22 de abril de 1927, Carlos de Campos sofreu um derrame cerebral, vindo a falecer cinco dias depois, coube-lhe comunicar o acontecimento às autoridades do estado e do país, inclusive o presidente da República Washington Luís. Informado do fato em sua cidade de Itapetininga, o vice-presidente coronel Fernando Prestes de Albuquerque, alegando motivos de saúde, recusou-se a assumir o governo, passando a incumbência ao substituto constitucional, o presidente do Senado estadual, Antônio Dino da Costa Bueno. Pouco dias depois, em 6 de maio de 1927, Manuel Lobo deixou o governo, substituído por

João Galeão Carvalhal Filho, e passou a dedicar-se à advocacia.
Faleceu em São Paulo em 23 de agosto de 1930.
Casado com Alice César Lobo, teve dois filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Correio Paulistano* (1/5/1924, 4/8/1930); *Folha da Manhã* (24/8/1930).

LOBO, Pereira

*sen. SE 1914-1917; pres. SE 1918-1922; sen. SE 1923-1930.

José Joaquim Pereira Lobo nasceu em São Cristóvão, primeira capital da província de Sergipe, em 23 de dezembro de 1864, filho do capitão Joaquim José Pereira Lobo e de Joana Rosa de Vasconcelos Pereira.

Em 1882, ao completar 18 anos, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, que cursou de 1883 a 1888. Concluiu sua formação militar em 1889 na Escola Superior de Guerra, ocasião em que foi nomeado alferes aluno. Em 1890 foi promovido a segundo-tenente de artilharia e, ainda no mesmo ano, a primeiro-tenente. Recebeu o grau de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais pela Escola Superior de Guerra em 1892. Por decreto de 4 de abril de 1893 tornou-se capitão do Exército.

Com a República, participou da política partidária em Sergipe e a partir de 1894 esteve ligado aos "pebas", grupo político formado por florianistas e republicanos radicais durante as disputas eleitorais travadas com os "cabaús" no final do governo de José Calasans (1892-1894). Em 1896, foi eleito deputado estadual em Sergipe para o biênio 1897-1898. Deixou o cargo logo depois para ocupar a vice-presidência do estado no governo de Martinho Garcez (1896-1898), a quem substituiu interinamente entre 11 de outubro de 1897 e 20 de março de 1898. A administração Garcez, marcada por disputas internas, culminou num acordo com o monsenhor Olímpio Campos, principal líder dos "cabaús" e seu maior adversário político, pelo qual o monsenhor foi eleito presidente do estado, enquanto o próprio Garcez obtinha uma cadeira no Senado. Olímpio Campos governou o estado de 1899 a 1902, e de então até 1911 todos os governantes de Sergipe teriam vinculações políticas com o "olimpismo".

Afastado da política sergipana, Pereira Lobo deu continuidade à carreira militar. No Pará, assumiu o comando e a fiscalização do 4ª Batalhão de Artilharia, mantendo-se na função entre 1899 e 1902. Em 1903, foi nomeado pelo Ministério da Guerra para dirigir a Colônia Militar de Chopin (PR), permanecendo no cargo até 1907, quando foi exonerado a pedido.

Nesse mesmo ano, recebeu uma medalha de prata por seus 20 anos de serviços prestados ao Exército. Em 1908, ao ser promovido major, assumiu o 5ª Regimento de Artilharia. Combateu a revolta dos marinheiros deflagrada em 22 de novembro de 1910 no Rio de Janeiro, a chamada Revolta da Chibata, derrotada pelas forças do presidente da República Hermes da Fonseca. Em 2 de agosto de 1911, foi promovido a tenente-coronel por merecimento.

O ano de 1911 ficou também marcado pela adoção, pelo presidente Hermes, da "política das salvações". Sob o pretexto de impedir o avanço do domínio oligárquico no país, tal política determinou a substituição de vários governantes das regiões Norte e Nordeste, representantes das grandes famílias oligárquicas, por interventores militares. Em Sergipe, Pinheiro Machado e o então presidente do estado Rodrigues Dória fizeram um acordo que determinou a escolha do militar Antônio José de Siqueira Meneses para substituir Dória no cargo. Tal escolha pôs fim ao "olimpismo" e possibilitou, na sucessão de Siqueira Meneses em 1914, a volta ao governo de Manuel Valadão, e ainda a candidatura de Pereira Lobo ao Senado. Eleito senador, Lobo renunciou ao mandato em 1918 e foi eleito presidente de Sergipe, enquanto Valadão, cujo mandato chegara ao fim, assumia a vaga deixada por ele no Senado.

Joaquim Pereira Lobo governou Sergipe entre 1918 e 1922. Nesse período, investiu na drenagem de pântanos e na ampliação do saneamento básico, pressionado pelo grande número de vítimas da gripe espanhola em Sergipe. Além disso, criou novas escolas, adquiriu um prédio para a biblioteca pública do estado e promoveu a revisão dos códigos de processo civil, criminal e comercial do estado. Durante a sua gestão foi comemorado o centenário da emancipação política de Sergipe. Para celebrar a data, foram contratados artistas italianos para cuidar, entre outras atribuições, das obras de ampliação e reforma do palácio do Governo, e foi organizada uma exposição de produtos sergipanos. Os fotógrafos Leone Ossovigi, de São Paulo, e Fabian, do Rio de Janeiro, além do italiano Guilherme Rogatto, que residia em Maceió, registraram imagens de diversas cidades do estado e do povo sergipano, que foram organizadas em cartões postais alusivos à data e no *Álbum de*

Sergipe, produzido por Clodomir Silva. Além disso, foi erguida uma estátua em homenagem a Tobias Barreto, em referência à "genialidade sergipana".

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e a partir da década de 1920, cresceu a política urbana em Sergipe. Nas eleições presidenciais de 1922, disputadas por Artur Bernardes e Nilo Peçanha, este último recebeu o apoio de periódico sergipano *Jornal do Povo*, que atacava sistematicamente o governo de Pereira Lobo. Para o governo do estado, o *Jornal do Povo* defendia a candidatura de Gonçalo Rollemberg, que disputava com Maurício Graccho Cardoso, escolhido por Manuel Valadão e Pereira Lobo. Apesar dos protestos, Pereira Lobo fez seu sucessor e seguiu novamente para o Senado Federal em 1923. Nesse mesmo ano tornou-se general de brigada, sendo logo após reformado com a patente de marechal. Reeleito senador em 1930, teve o mandato interrompido pela revolução de outubro, que suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos no país.

Foi também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro da Comissão de Marinha e Guerra, engenheiro e diretor fiscal de obras militares de Sergipe, diretor do Hospital de Misericórdia de Aracaju, chefe do Serviço de Estado-Maior da 1ª Brigada Estratégica e chefe de gabinete da Direção Geral de Artilharia do Exército.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de fevereiro de 1933.

Publicou *Política de Sergipe* (1898).

Cláudia Calmon/ Sergio Montalvão

Fontes: BARRETO, L. *Pequeno*; CARVALHO, J. *Três*; CARVALHO, M. *Crise;* DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; NASCIMENTO, S. *Representação.*

LOPES, Américo Ferreira

*dep. fed. MG 1918–1920.

Américo Ferreira Lopes nasceu em Ponte Nova, na então província de Minas Gerais, em 7 de junho de 1877, filho de Levindo Ferreira Lopes e de Luísa Guerra Lopes. Seu pai foi político, magistrado e vice-presidente do estado de Minas Gerais de 1914 a 1918, no governo de Delfim Moreira.

Completou o curso de humanidades no Colégio de São Luís de Itu (SP) e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1896. Designado para Ouro Preto (MG) como adjunto de promotor de Justiça, foi também advogado da Câmara Municipal. Depois de Ouro Preto foi promotor em Queluz (MG).

Ingressou na política elegendo-se deputado estadual pelo Partico Republicano Mineiro (PRM) para a legislatura 1907-1910. Na Assembleia Legislativa mineira integrou a Comissão de Justiça e Legislação e foi secretário da mesa diretora da Casa. Iniciado o governo de Júlio Bueno Brandão em 7 de setembro de 1910, foi nomeado chefe de polícia. No exercício do cargo, instituiu o policial de carreira. Deixou a chefia de polícia em 6 de dezembro de 1913, ao ser nomeado secretário do Interior e Justiça. Empossado o governo Delfim Moreira em 7 de setembro de 1914, foi mantido no cargo e exerceu-o até 28 de novembro de 1917.

Retomando sua carreira política, foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1918. Em maio desse ano assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e passou a integrar a Comissão de Diplomacia e Tratados. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1920, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Foi ainda promotor das comarcas de Sabará (MG) e Belo Horizonte. Nesta última, atuou também como advogado.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de março de 1955.

Era casado com Georgina Heilbuth Lopes.

Escreveu *Comentários, notas e formulários sobre o registro Torrens* (1929); *Prontuário e formulário* (1929); *Nova Lei de Falências (Decreto nº 5.746, de 9/12/1929)* (1929); *Leis orgânicas e atos do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil* (1930-1931); *Nova consolidação das leis das alfândegas e mesas de renda da República* (1931); *Nulidades*, de

Solon (tradução e anotações); *Inventários e partilhas*; *Notas sobre o regime tributário do estado de Minas Gerais*; *Divisões, demarcações e tapumes*; *Acidentes no trabalho*; *Regime de custas do estado de Minas*; *Sociedades por quotas de responsabilidade limitada* (revisão e adaptação); *Lições de processo*; *Prontuário policial*; *Administração municipal*.

Vanessa Lana

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário.*

LOPES, Aristarco Xavier
*dep. geral PE 1888-1889; dep. fed. PE 1912-1920.

Aristarco Xavier Lopes nasceu em Água Preta (PE) no dia 28 de dezembro de 1854. Formou-se em direito e foi promotor de justiça em Recife de 1888 a 1892. Iniciou a vida política ainda durante o Império, quando foi eleito deputado provincial em Pernambuco na legenda do Partido Conservador. Em 1888 elegeu-se deputado geral por Pernambuco e exerceu o mandato até a proclamação da República (15/11/1889).
No regime republicano, foi eleito senador estadual em 1892 e exerceu o mandato até 1894. Eleito deputado federal por Pernambuco em 1912 e reeleito 1915 e 1918, participou da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, onde permaneceu até dezembro de 1920.
No campo jornalístico, colaborou com os periódicos pernambucanos *O Tempo* e *A Ordem*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2, v.3).

LOPES, ILDEFONSO SIMÕES

*dep. fed. RS 1906-1908 e 1913-1919; min. Agric. 1919-1922; dep. fed. RS 1922-1930; rev. 1930.

Ildefonso Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS) no dia 19 de novembro de 1866, filho dos viscondes da Graça — o coronel João Simões Lopes Filho, estancieiro, presidente da província do Rio Grande do Sul em 1871, e Zeferina Antônia da Luz Simões Lopes, sua segunda esposa. O nome Ildefonso lhe foi dado em homenagem ao tio, também chamado Ildefonso Simões Lopes, deputado geral do Império de 1869 a 1872. Foi o sétimo de dez irmãos, filhos do segundo matrimônio do pai, entre os quais se destacou também Augusto Simões Lopes (1880-1941), deputado pelo Rio Grande do Sul à Constituinte de 1934 e senador de 1935 a 1937. Dos filhos do primeiro matrimônio do visconde da Graça, destacou-se Ismael Simões Lopes, deputado estadual e jornalista.

Tendo sido alfabetizado em Pelotas, foi levado em 1873 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, a fim de estudar no Colégio Abílio, dirigido pelo barão de Macaúbas. Fez os estudos preparatórios de 1879 a 1884, e em 1885 ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Aderiu em seu tempo de estudante ao abolicionismo e à causa republicana, embora fosse filho de um titular do Império. Foi um dos fundadores do Clube Abolicionista Rio-Grandense e, no dia 13 de maio de 1888, participou da organização de uma homenagem cívica à assinatura da Lei Áurea, a convite do engenheiro André Rebouças (um dos fundadores do Centro Abolicionista da Escola Politécnica). Participou também da fundação do Clube Republicano Rio-Grandense e do Centro Republicano da Escola Politécnica, encontrando-se na presidência de ambos por ocasião da proclamação da República.

Envolvido no movimento republicano, na noite de 14 para 15 de novembro de 1889 estabeleceu ligação com elementos da Escola Militar e convocou estudantes de medicina, farmácia e direito para participar da deposição do gabinete do visconde de Ouro Preto. Dirigiu-se então ao Campo de Santana, onde formou junto aos alunos da Escola Superior de Guerra até o momento em que a República foi proclamada. No dia 16, ajudou a formar e organizar o Batalhão Acadêmico, indo junto com seus companheiros tomar armas no Arsenal de Guerra e seguindo depois para o quartel-general, como integrante da guarnição de metralhadoras. Montou guarda ao Ministério da Guerra por alguns dias, e cerca de um

mês depois, no dia 18 de dezembro, participou da repressão ao motim dos soldados do 2º Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, no Rio, caracterizado por alguns como um levante em defesa da restauração da monarquia.

Com a instalação do governo provisório, recusou várias propostas para exercer cargos públicos, algumas delas feitas diretamente pelo marechal Deodoro da Fonseca, seu amigo e mais tarde seu padrinho de casamento. Após diplomar-se engenheiro civil em março de 1890, seguiu para Minas Gerais, onde trabalhou na construção da Estrada de Ferro Sul-Mineira. Transferiu-se em seguida para São Paulo a fim de trabalhar na Estrada de Ferro Mojiana, linha de Ressaca a Santos. Como empreiteiro da Mojiana, introduziu em suas turmas o sistema de pagamento proporcional à produção apresentada por cada trabalhador, o que resultou em considerável aumento da produtividade. No final de 1891, casou-se com Clara de Sampaio, filha do desembargador Luís José de Sampaio, depois ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1893, foi convidado para dirigir as obras públicas do estado do Rio de Janeiro, durante o governo de José Tomás da Porciúncula. Com a eclosão, em setembro desse ano, da Revolta da Armada contra o governo de Floriano Peixoto, ingressou no Batalhão Patriótico ao lado de Irineu Machado, Nilo Peçanha e Nicanor do Nascimento, e combateu em Niterói em defesa do governo federal.

Em 1895 retornou a Pelotas e assumiu o cargo de diretor-presidente da Companhia Hidráulica Pelotense, à frente da qual permaneceria até 1905. Promoveu reformas no serviço de abastecimento de água da cidade, usando pela primeira vez no Brasil um processo inglês para a desobstrução dos condutos. Seu retorno ao estado natal representou também seu ingresso na política partidária. Filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), então presidido por Júlio de Castilhos, e em 1897 foi eleito deputado à Câmara estadual. Reeleito sucessivamente até 1904, participou nesse período de diversas comissões, contribuindo principalmente para a solução de problemas técnicos do estado.

Nas eleições de 1906, conquistou uma cadeira de deputado federal. Assumindo o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, destacou-se na bancada gaúcha por sua participação nas comissões de Agricultura e de Viação e Obras Públicas. Apresentou ainda projetos sobre siderurgia, legislação de minas e demarcação de fronteiras, além de elaborar e relatar os primeiros projetos sobre a importação de adubos minerais e a exploração do petróleo no país. Em 1908, foi convidado a ir ao Rio Grande do

Sul especialmente para presidir o I Congresso de Agricultura, realizado em Pelotas. Pouco antes do fim da legislatura, em dezembro de 1908, desentendeu-se com seu correligionário Barbosa Gonçalves em torno das eleições municipais pelotenses, o que concorreu para que não fosse reeleito.

Decidiu então abandonar a política e retornou a Pelotas em 1909. Estabeleceu-se com dois de seus irmãos na Estância da Graça, promovendo a cultura de arroz em larga escala com base em processos mecânicos e no emprego de adubos industriais. Dedicou-se também à produção de adubos fosfatados à base de farinha de ossos. Ao mesmo tempo, por solicitação da União dos Criadores do Rio Grande do Sul, desenvolveu um anteprojeto para o desaguadouro do excesso de águas da lagoa Mirim, cujas variações de nível vinham prejudicando a região da baixada do estado.

Em 1911 voltou a candidatar-se à Câmara dos Deputados e obteve uma suplência na bancada de seu estado. Em março do ano seguinte sua esposa faleceu, deixando-o com seis filhos. Com a abertura de uma vaga na Câmara devido à renúncia do deputado Otávio Francisco da Rocha, que fora convidado para a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, tornou a ocupar uma cadeira de deputado federal em julho de 1913, com mandato até dezembro de 1914. Reeleito para a legislatura 1915-1917, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) preocupou-se em atenuar a crise de importação e exportação, sugerindo o cultivo de diversos produtos agrícolas escassos no país. Foi nessa ocasião que ingressou na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Em maio de 1915, contraiu segundas núpcias com Serafina Vieira de Castro, viúva, com quem não teve filhos.

NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ainda uma vez reeleito em 1918, quando Epitácio Pessoa assumiu a presidência da República, em 28 de julho de 1919, Ildefonso Simões Lopes foi nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, deixando assim a Câmara dos Deputados.

Durante sua gestão, procurou desenvolver especialmente uma política de apoio ao ensino voltado para a agricultura e a pecuária. Criou e reestruturou várias escolas, entre elas a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e o Instituto de Química Industrial. Para a formação de técnicos, criou cursos complementares anexos aos postos zootécnicos

de Pinheiro e de Santa Mônica, federalizou a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, todos no Rio de Janeiro, e reconheceu como de utilidade pública a Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro (MG). Incentivou ainda a difusão do ensino de química agrícola, reformulou a Escola de Minas de Ouro Preto, promoveu o reconhecimento dos diplomas de agricultura e medicina veterinária e fundou cursos de agricultura prática.

Em relação à estrutura administrativa do ministério, empreendeu a reformulação dos órgãos existentes e a criação de novos, como os serviços do Algodão, de Sementeiras, de Expurgo e Beneficiamento de Cereais, de Estatística Agrícola e Avaliação da Safra, e de Crédito Rural. Ainda no sentido de introduzir novas técnicas na agricultura nacional, promoveu a criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola (1920).

Sua administração favoreceu particularmente a pecuária, através do desenvolvimento da zootecnia e da veterinária, bem como da fiscalização dos produtos agropecuários. Incentivou a experimentação agrícola, especialmente para o cultivo do trigo. Criou uma estação experimental de combustível e minério, com longa atuação no campo da energia. Empreendeu também estudos para a exploração e o emprego do carvão nacional, para a produção de cimento e para o início da prospecção do petróleo no país.

Em 1921, surgiu no cenário nacional a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República, apoiada pelo governo federal. Ao mesmo tempo, Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul e chefe do PRR, ao qual Simões Lopes era filiado, apresentou a candidatura de Nilo Peçanha. Ante a divergência entre seu partido e o governo, Simões Lopes apresentou seu pedido de demissão da pasta da Agricultura, inicialmente recusado por Epitácio Pessoa. Em maio de 1922, contudo, diante do aprofundamento da divergência entre o governo e seu partido, teve o pedido aceito e no dia 24 entregou o cargo ao engenheiro José Pires do Rio. Em seguida à sua exoneração, foi convidado por Epitácio Pessoa para inspecionar as obras contra as secas em companhia do general Cândido Rondon. A esse respeito, apresentou dois relatórios sobre obras portuárias e de açudagem que causaram bastante polêmica na época.

Com a abertura de uma vaga na bancada gaúcha, foi mais uma vez eleito deputado federal, e em dezembro de 1922 ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados com mandato até dezembro de 1923. No início desse ano, eclodiu no Rio Grande do Sul um conflito armado

entre federalistas, chefiados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, e republicanos, chefiados por Borges de Medeiros, em protesto contra a eleição deste último para o quinto mandato como presidente do estado. Durante a fase de negociações que antecedeu o fim da crise com a assinatura do Pacto de Pedras Altas (dezembro de 1923), o nome de Simões Lopes chegou a ser cogitado para a presidência estadual; embora essa fosse uma solução do agrado de alguns republicanos, o pacto foi assinado em outros termos, determinando apenas que Borges de Medeiros não mais poderia ser reeleito.

Em 1924 e 1927, Simões Lopes foi novamente eleito deputado federal. Em 1926, presidiu uma comissão mista do Congresso sobre a questão do petróleo e apresentou um longo parecer sobre a exploração petrolífera no Brasil. Em seguida apresentou-se, juntamente com a comissão, ao presidente da República Washington Luís (1926-1930), pedindo-lhe apoio para o projeto de que fora relator e solicitando-lhe verbas para a aquisição de sondas e para o custeio dos demais serviços necessários à prospecção de petróleo. Também em 1926 foi eleito presidente da SNA, e em 1928 promoveu a fundação da Confederação Rural Brasileira, destinada a congregar as federações e associações regionais de todo o país.

NA CAMPANHA DA ALIANÇA LIBERAL

O ano de 1929 marcou o início da disputa pela sucessão de Washington Luís. Simões Lopes estava entre os políticos que discordavam da candidatura de Júlio Prestes, indicada pelo governo federal, e participou das primeiras movimentações oposicionistas.

No início de agosto, realizou-se no Distrito Federal a primeira reunião dos parlamentares da oposição, a fim de articular a Aliança Liberal e a campanha em prol de uma candidatura alternativa. Nessa reunião ficou constituída uma comissão executiva para dirigir a campanha, e dela fez parte Ildefonso Simões Lopes, como vice-presidente, tendo a seu lado os mineiros Afonso Pena Júnior (presidente) e Odilon Braga (secretário-geral). Dias mais tarde, a comissão divulgou um manifesto redigido pelo gaúcho Lindolfo Collor, em que era lançada oficialmente a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa.

No dia 20 de setembro, Simões Lopes abriu a sessão inaugural da Convenção Liberal, realizada no Rio de Janeiro, na qualidade de presidente substituto da comissão executiva da Aliança Liberal. No início de novembro, viajou para Belo Horizonte em companhia de João Neves da Fontoura (líder da bancada gaúcha na Câmara) e de Lindolfo Collor, a fim de

discutir com os líderes mineiros as consequências do rompimento de Fernando de Melo Viana (então vice-presidente da República) como o Partido Republicano Mineiro e, consequentemente, com a Aliança Liberal. Retornando ao Rio de Janeiro, os três gaúchos mostraram-se decididos a dar novo impulso à campanha. Diante disso, a maioria governista decidiu não dar quórum às sessões da Câmara, impedindo assim que os deputados oposicionistas se manifestassem. Em resposta a essa decisão, os integrantes da Aliança Liberal resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados.

Ingressando no palácio de volta de um desses comícios, no dia 26 de dezembro, Simões Lopes foi violentamente interpelado pelo deputado pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. Luís Simões Lopes, filho Ildefonso, vendo-o ameaçado pelo punhal do deputado pernambucano, interveio em sua defesa, agredindo Sousa Filho que, em reação, o atacou com a arma que brandia. Ildefonso sacou então seu revólver e desferiu dois tiros no deputado pernambucano, matando-o instantaneamente. Pai e filho foram presos ainda no palácio Tiradentes, sendo em seguida conduzidos à chefatura de polícia. Somente em agosto de 1930 foram absolvidos por unanimidade, tendo o tribunal considerado que agiram em legítima defesa. A sentença foi posteriormente confirmada pela 1ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930, tiveram início as articulações para preparar a revolta armada em vários pontos do país. Deflagrado o movimento no dia 3 de outubro, Ildefonso Simões Lopes integrou o estado-maior civil que partiu no dia 12 de Porto Alegre para o Paraná, com destino à capital federal, em companhia do chefe revolucionário Getúlio Vargas. Em 23 de novembro, após a consolidação da vitória da revolução, foi designado diretor do Banco do Brasil, cargo em que permaneceria até 1943.

Em fevereiro de 1931, licenciou-se por tempo indeterminado da presidência da SNA. Entretanto, suas preocupações continuaram voltadas para o setor agrícola. Nesse sentido, manifestou-se, em trabalho escrito, contrário à queima do café. Após realizar estudos técnicos sobre o assunto, defendeu o aproveitamento dos subprodutos do café e a possibilidade de utilizar-se o gás extraído dos grãos para a iluminação pública. Demonstrou essa possibilidade nas cidades de Santos (SP) e Niterói, sendo que a capital fluminense

chegou a ser iluminada por esse processo durante 60 dias.

Apresentou também ao presidente Vargas uma série de estudos sobre o aproveitamento do rio Paraíba para o abastecimento do Rio de Janeiro, defendendo a utilização de seu potencial hidrelétrico para permitir a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, e elaborando um plano de irrigação e drenagem da Baixada Fluminense. Fez ainda uma série de conferências sobre a questão do petróleo.

Ildefonso Simões Lopes morreu no Rio de Janeiro no dia 4 de dezembro de 1943.

Seu filho Luís Simões Lopes foi organizador e primeiro presidente (1938-1945) do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), fundador e presidente da Fundação Getulio Vargas (1944-1993) e presidente da SNA (1960-1979). Outro filho, Ildefonso Simões Lopes Filho, publicou *Defendendo meu pai* (1935).

Deixou publicada uma série de conferências e projetos. O arquivo de Ildefonso Simões Lopes encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (2); ALMEIDA, A. *Dicionário*; ALMEIDA, A. *Vultos*; BELEZA, N. *Evolução*; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945); *Jornal do Comércio*, Rio (5/12/1943); LIMA, J. *Como*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, L. *Subsídios*; POLIANO, L. *Sociedade*.

LOPES, ISIDORO DIAS

*militar; rev. 1893; rev. 1924; rev. 1932.

Isidoro Dias Lopes nasceu no município de Dom Pedrito (RS) em 30 de junho de 1865. Segundo Válter Spalding, era filho do padre José Tavares Bastos Rios, vigário local, e foi criado pela família Dias Lopes.

Entrou para o Exército como voluntário em março de 1883, sentando praça no 13º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. Cursou depois a Escola Militar dessa cidade, passando à condição de alferes-aluno em janeiro de 1889. Em 15 de novembro desse ano apoiou a instauração da República, de cujos ideais era ardente propagandista. Foi promovido a alferes em outubro de 1890 e a tenente em abril de 1891, passando então a servir no 50º Regimento de Cavalaria, sediado em Bajé (RS).

Com a deflagração da Revolução Federalista em fevereiro de 1893, abandonou o Exército e juntou-se às forças rebeldes que combatiam o governo estadual de Júlio de Castilhos e o governo federal de Floriano Peixoto, passando a atuar como chefe do estado-maior das tropas lideradas pelo caudilho Gumercindo Saraiva. A guerra civil envolveu numerosos contingentes militares locais e se estendeu ao Paraná e a Santa Catarina, terminando em agosto de 1895 com a assinatura da chamada Paz de Pelotas, que selou a derrota dos rebeldes. Isidoro partiu então para o exílio em Paris, de onde retornou, anistiado, em 1896. No ano seguinte foi reincorporado ao serviço ativo do Exército e prosseguiu seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Promovido a capitão em janeiro de 1900, a major em junho de 1910 e a tenente-coronel em dezembro de 1917, cumpriu nesses anos funções burocráticas em escolas militares e quartéis, e exerceu comando de tropa em Corumbá (MS), no Rio de Janeiro e nas cidades gaúchas de Bajé, Uruguaiana e Cruz Alta. Desenvolveu também intensa atividade jornalística, publicando artigos na *Revista da Escola Militar* do Rio de Janeiro e em diversos jornais, particularmente na *Gazeta Pedritense*, editada em sua cidade natal até 1918.

A REVOLTA DE 1924 E A FORMAÇÃO DA COLUNA PRESTES

A década de 1920 foi marcada por uma série de rebeliões empreendidas por setores militares, principalmente por jovens oficiais chamados genericamente de “tenentes”, que criticavam o desvirtuamento do modelo político republicano pelas oligarquias dominantes. O primeiro desses movimentos armados eclodiu em guarnições militares do Rio e de Mato Grosso no dia 5 de julho de 1922, em protesto contra o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca, decretados pelo governo de Epitácio Pessoa, e contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República, e foi rapidamente sufocado.

Empossado em 15 de novembro de 1922, Artur Bernardes governou sob estado de sítio, agravando a tensão existente nos setores civis e militares de oposição que, no início do ano seguinte, começaram a organizar um movimento armado para depor o presidente. Residindo na cidade de São Paulo, já general reformado, Isidoro tornou-se um dos principais articuladores da revolta, formulando junto com o ex-presidente Nilo Peçanha um plano de trabalho. Em outubro, viajou para o Rio Grande do Sul a fim de avaliar a receptividade do movimento junto aos oficiais que ali serviam. Nessa época, ainda estava em curso revolução deflagrada em janeiro de 1923 e encerrada em novembro seguinte com a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

A conspiração ganhou novo fôlego em dezembro de 1923, quando os oficiais envolvidos no levante de 1922 foram enquadrados no artigo 107 do Código Penal, que previa como punição a perda de patente e a expulsão do Exército. Depois dessa decisão, vários desses oficiais desertaram e se incorporaram à preparação do movimento, entre eles os irmãos Joaquim e Juarez Távora, capitães do Exército. No início de 1924, os militares envolvidos na conspiração discutiram a escolha de um chefe para o movimento, lembrando os nomes de Isidoro Dias Lopes, Augusto Ximeno de Villeroy e Odílio Bacelar Randolfo de Melo, todos reformados, além dos militares da ativa Bertoldo Klinger e Miguel Costa. A escolha final recaiu sobre Isidoro, que, segundo as opiniões recolhidas, reunia todas as qualidades necessárias para chefiar o movimento, reveladas durante os combates da Revolução Federalista e as manobras regulares do Exército.

Ao assumir o comando, Isidoro viajou por São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul a fim de verificar pessoalmente a disposição dos militares que participavam da conspiração. Enquanto isso, os irmãos Távora completavam o levantamento das forças aliadas,

percorrendo Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Depois dessas viagens, os líderes revolucionários voltaram a se reunir na capital paulista e analisaram a situação das guarnições visitadas, buscando classificá-las como aliadas, auxiliares ou inimigas. A maioria das unidades estacionadas em São Paulo, Minas e Paraná foi considerada favorável ao movimento.

Em 24 de fevereiro, em nova reunião realizada em Jundiaí (SP), ficou definido que o tenente-coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos e o major Bertoldo Klinger passariam a integrar o estado-maior revolucionário. Depois de efetuar novo balanço da relação de forças, os organizadores do movimento divergiram contudo quanto à data da sua deflagração. Um grupo de oficiais liderado por Joaquim Távora pregava a passagem imediata à ação militar, enquanto Klinger e outros participantes da reunião consideravam essa opção prematura. Como consequência da vitória da primeira posição, o início do movimento foi marcado para o dia 28 de março. Entretanto, essa data foi posteriormente modificada em virtude do afastamento de Klinger e das dúvidas sobre a adesão do 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna, nos arredores da capital paulista.

Joaquim Távora tornou-se no período seguinte o principal colaborador de Isidoro. Os dois elaboraram juntos o plano de ocupação da capital paulista, apresentado pelo primeiro em uma reunião realizada no dia 13 de maio. Era prevista uma ação militar de curta duração na cidade, a ser iniciada pelo Regimento de Cavalaria da Força Pública sob o comando do major Miguel Costa, e pelo 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) sediado no bairro de Santana, que cercariam as demais unidades da Força Pública para intimá-las a aderir à revolução, sob ameaça de bombardeio. Nesse momento, os destacamentos rebelados já contariam com o apoio do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada (2º GIAP), vindo de Quitaúna, e de elementos do 4º Regimento de Infantaria (4º RI). Garantida a supremacia militar na cidade, os revolucionários ocupariam o palácio do governo, o telégrafo e as estações ferroviárias, deslocando em seguida para fora da capital dois contingentes. O primeiro tentaria ocupar o porto de Santos (SP) ou, pelo menos, bloquear os pontos de passagem da serra do Mar. O outro procuraria consolidar posições no vale do rio Paraíba, fazendo a junção com o 5º e o 6º RI, sediados em Lorena (SP) e Caçapava (SP), cuja adesão ao movimento era esperada. Os revolucionários consideravam que, se essas operações fossem realizadas com êxito, estaria assegurado o apoio das guarnições sediadas no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande

do Sul e na região sul de Minas Gerais, criando-se então as condições para a ofensiva em direção do Distrito Federal. Contavam também com a adesão das forças que seriam enviadas para combater o movimento.

Depois de apresentado o plano, os participantes da reunião fixaram para o dia 28 de maio o início do levante, mas, mais uma vez, a data teve que ser modificada. Finalmente, no início de junho, Isidoro e Joaquim Távora definiram a madrugada de 5 de julho de 1924 para desencadear as ações, como forma de homenagem ao movimento de 1922. Dessa vez não houve necessidade de adiamento. No dia 4 de julho, as primeiras peças de artilharia do 2º GIAP começaram a ser conduzidas para o centro da capital paulista sob o comando do tenente de Oliveira. Na madrugada seguinte, um grupo de oficiais comandados por Joaquim Távora ocupou o quartel do 4º BC, armou 80 praças e se dirigiu para o quartel-general da Força Pública. Enquanto isso, a unidade comandada por Miguel Costa tomou o 2º e o 4º batalhões dessa corporação, prendendo o coronel Domingos Quirino Ferreira e o general Abílio Noronha, respectivamente comandantes da Força Pública e da 2ª Região Militar (2ª RM). Isidoro participou pessoalmente da prisão do general Noronha, que já havia comunicado a eclosão do levante ao ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho.

Conquistado o quartel-general da Força Pública, Isidoro aí instalou o comando revolucionário. Ao anoitecer do dia 5, as forças rebeldes já haviam ocupado as estações da Luz, da Sorocabana, do Brás e da Cantareira, além do hotel Terminus. No segundo dia de luta, uma companhia do 5º RI e todo o 6º RI, comandado pelo major Raul Cabral Velho, aderiram à revolta, mas ao anoitecer os primeiros reforços legalistas começaram a penetrar na cidade. Ao amanhecer do dia 7, tropas da Marinha e do forte de Itaipus (SP) chegadas de Santos iniciaram o bombardeio contra as posições rebeldes nos quartéis do bairro da Luz. Dessa forma, falhou um elemento decisivo do plano original, que previa uma ocupação fulminante da capital, liberando tropas para a realização de ações ofensivas e enlaces com contingentes aliados de outras regiões. Diante da nova situação criada pela presença de fortes bastiões legalistas no perímetro urbano da capital, o general Isidoro optou pela retirada das tropas rebeldes em direção a Jundiaí (SP), sede do 2º Grupo de Artilharia de Montanha. Essa decisão provocou um atrito entre os chefes revolucionários, pois Miguel Costa defendia a posição oposta, acreditando num desfecho favorável da luta pelo controle

da cidade. A divergência chegou a ameaçar a unidade do comando e levou Isidoro a cogitar da renúncia à chefia do movimento.

As tropas rebeldes só conseguiram ocupar o palácio do governo no dia 7, forçando Carlos de Campos, presidente do estado, a se refugiar no prédio da Secretaria de Justiça e, pouco depois, abandonar a cidade junto com seus auxiliares diretos. Os membros do governo estadual dirigiram-se então para Moji das Cruzes (SP), onde se encontrava o general Eduardo Sócrates, comandante da 1ª Região Militar, normalmente sediada no Rio. Na madrugada do dia 9, depois de quatro dias de intensa luta, as forças legalistas se retiraram da capital paulista e os rebeldes consumaram o controle da cidade.

Entretanto, essa ocupação tardia comprometeu de forma decisiva toda a campanha revolucionária, pois impediu o deslocamento de tropas para Santos e o vale do Paraíba, conforme previa o plano original. O destacamento embarcado no encouraçado *Minas Gerais* já controlava o principal porto paulista, enquanto a concentração de tropas legalistas comandadas pelo general Sócrates no vale do Paraíba impediu a adesão das forças mineiras consideradas simpáticas à revolução. O cerco da capital paulista foi completado a leste com a ocupação do ramal da São Paulo Railway e ao sul com o reforço das posições governistas do ramal de Itararé (SP). Dessa forma, os insurretos ficaram sitiados, passando a travar uma guerra defensiva.

Nesse contexto, autoridades municipais e empresários da indústria e do comércio da capital iniciaram entendimentos com os chefes revolucionários para tentar minimizar os prejuízos econômicos que o prolongamento da luta provocava. No dia 9 de julho, em reunião com o prefeito Firmiano Pinto e com o presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, Isidoro se comprometeu a facilitar o trabalho da administração municipal, reiterando essa disposição em novo encontro realizado no dia seguinte. Nessa ocasião, apoiou a iniciativa de formação de um serviço de policiamento da cidade para reprimir os saques, cada vez mais frequentes, contra armazéns, lojas e depósitos de mercadorias. A seu pedido, Firmiano Pinto procurou em seguida Fernando Prestes, vice-presidente do estado, para lhe oferecer a chefia do governo, vacante com a fuga de Carlos de Campos. Com a negativa de Prestes, que era partidário de Bernardes, Isidoro propôs que o marechal Odílio Bacelar, o tenente-coronel Olímpio Mesquita de Vasconcelos e Macedo Soares — que se tornara figura central nas negociações com os chefes revolucionários — formassem uma

junta de governo. Essa ideia também não foi implementada, pois o presidente da Associação Comercial preferiu não romper seus vínculos com Carlos de Campos.

A cidade de São Paulo, sitiada pelas forças legalistas, estava submetida a intenso bombardeio, que atingia duramente a população civil. As autoridades municipais e as entidades representativas do comércio e da indústria formaram então uma comissão que passou a articular a abertura de negociações entre os contendores, dirigindo um apelo ao presidente da República pela suspensão dos bombardeios. Em troca, os rebeldes também cessariam o fogo da sua artilharia. Macedo Soares obteve permissão de Isidoro para transmitir essa mensagem pela Companhia Telefônica em 12 de julho, mas, no mesmo dia, o general Setembrino de Carvalho, em nome do governo, respondeu negativamente à proposta.

Com o agravamento da situação, Macedo Soares solicitou no dia 16 a mediação do general Abílio de Noronha, que se encontrava preso pelos rebeldes, a fim de sustar a destruição da cidade. No dia seguinte Isidoro começou a negociar com o comandante da 2ª RM, apresentando suas condições iniciais para a assinatura de um armistício, que incluíam o afastamento de Artur Bernardes e a formação de um governo provisório composto de "nomes nacionais de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários". Para a chefia desse novo governo, sugeria o nome de Venceslau Brás. Discordando das condições transmitidas por Isidoro, o general Noronha desistiu do papel de mediador junto ao governo federal. Instado por Macedo Soares a apresentar uma solução constitucional para a crise, Isidoro propôs então que Bernardes renunciasse ao cargo e fosse substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Junto com as negociações, a luta prosseguia. No dia 19, Joaquim Távora morreu em consequência de ferimentos recebidos em combate. Em 26 de julho, aviões legalistas lançaram boletins sobre a cidade pedindo que a população se retirasse do perímetro urbano a fim de que as tropas legalistas pudessem agir livremente contra os rebeldes. Diante dessa ameaça, as negociações de paz foram intensificadas. Macedo Soares solicitou ao general Sócrates um cessar-fogo de 48 horas, enquanto Abílio de Noronha foi encarregado de levar às forças legalistas a nova proposta de Isidoro: negociar o armistício em troca de uma anistia ampla aos implicados nas revoltas de 1922 e 1924. O governo, entretanto, recusou-se a negociar. Isidoro decidiu então ordenar a retirada das tropas rebeldes na noite de 27 de

julho, pois o prosseguimento da resistência na cidade, apesar de viável por mais dez ou 15 dias, “seria a ruína da vida econômica do Brasil e... a maior das ingratidões para com um povo que soube compreender a nobreza dos nossos fins”. Redigiu um manifesto à população, comunicando a resolução de “transferir a sede do governo provisório e do comando geral das forças libertadoras para o interior”.

As tropas retirantes foram transportadas por ferrovia até Bauru (SP), onde se concentraram no dia 29 de julho contando com três mil homens, entre soldados do Exército e da Força Pública, além de voluntários civis. Isidoro permaneceu no comando desse contingente, que recebeu o nome de Divisão São Paulo, e prosseguiu a retirada na direção sudoeste até Porto Tibiriçá (SP), localizado nas margens do rio Paraná. O estado-maior revolucionário planejava continuar a viagem por via fluvial até o oeste paranaense, de onde tentaria entrar em contato com militares gaúchos simpatizantes do movimento. Em 25 de agosto, o destacamento de vanguarda da Divisão São Paulo iniciou a descida do rio Paraná, chegando à cidade de Guaíra (PR) em 14 de setembro e a Porto São Francisco no dia seguinte. Dessa localidade, partiu um esquadrão de cavalaria para Catanduvas (PR) e um batalhão para a vila de Foz do Iguaçu (PR), ocupadas em fins de setembro. Os contingentes de vanguarda passaram então a aguardar nessas posições a chegada do restante das tropas comandadas pelo general Isidoro, que haviam sido interceptadas por forças legalistas antes de chegarem a Guaíra. Com a superação desse obstáculo, o destacamento de vanguarda reiniciou em fins de outubro o avanço rumo ao leste, com o objetivo de ocupar Guarapuava (PR) e prosseguir até Ponta Grossa (PR).

Também em outubro, oficiais da Divisão São Paulo participaram da articulação de um levante de tropas gaúchas, deflagrado no dia 29 desse mês em guarnições sediadas em Uruguaiana, São Borja, São Luís, Santo Ângelo e Alegrete, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes. Essas unidades iniciaram então uma guerra de movimento no noroeste do Rio Grande do Sul e buscaram contato com as forças paulistas sublevadas.

Em fevereiro de 1925, Isidoro manteve conversações de paz com emissários do governo na cidade argentina de Posadas, na presença também dos deputados gaúchos João Simplício e João Batista Luzardo. Nessa ocasião, recebeu uma carta de Prestes que propunha a junção das suas forças com o contingente paulista estacionado no oeste paranaense, a fim de prosseguir a campanha militar adotando uma estratégia de deslocamento permanente. Pedia

a remessa de armas e munições para transpor o rio Iguaçu na região ao norte do Chopim (PR) e, em seguida, ocupar Mallet (PR), situada na retaguarda das forças governistas que operavam em Catanduvas, forçando sua retirada e permitindo o deslocamento das forças revolucionárias na direção leste. Isidoro respondeu que não dispunha de material bélico excedente e sugeriu que as forças rebeldes gaúchas transpusessem o Iguaçu acima da foz do rio Santo Antônio e fizessem a junção com os paulistas, na região de Benjamim (PR).

Em 27 de março, as tropas legalistas iniciaram um ataque maciço contra Catanduvas, onde se encontrava uma parte importante da Divisão São Paulo. Depois de dois dias de luta os revolucionários foram derrotados e forçados a se retirar. Isidoro chegou a Iguaçu no dia 30, vindo da Argentina, e em 2 de abril os destacamentos comandados por Prestes se juntaram aos paulistas no entroncamento de Benjamim. No dia 12 seguinte, Isidoro promoveu uma reunião do alto comando revolucionário, com a presença de Prestes, para discutir os rumos do movimento. Decidiram então prosseguir a campanha militar segundo o planejamento elaborado por Miguel Costa, que foi investido no comando da divisão revolucionária, passando Juarez Távora a chefiar as forças paulistas e permanecendo Prestes à frente dos gaúchos. Formou-se assim a Coluna Miguel Costa-Prestes, que nos anos seguintes percorreria grandes extensões do território brasileiro.

No fim do mês, a coluna penetrou em território paraguaio. Isidoro, que não participou da tomada dessa decisão, insistiu em acompanhar a coluna no retorno ao Brasil, mas foi convencido por seus companheiros a se fixar na Argentina, onde permaneceria colaborando com os revolucionários, por se achar muito idoso para participar do tipo de luta que se desenvolveria. No dia 30 de abril, a coluna regressou ao Brasil através da fronteira do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, e retomou, segundo Juarez Távora, “a grande marcha com que Prestes iniciara, no Rio Grande do Sul, a guerra de movimento, e que deveria prosseguir através de todo o Brasil”.

O PERÍODO FINAL DA COLUNA

Em julho de 1925, Isidoro recebeu através do coronel Filogônio de Carvalho uma carta do comando da coluna, que se encontrava em Goiás, relatando o andamento da luta e pedindo a remessa de armas e munições. Isidoro escreveu então a um correligionário que se encontrava no Rio de Janeiro, remetendo instruções para que esse material fosse enviado,

mas seu pedido não foi atendido. Em fins de outubro do ano seguinte, quando a coluna voltava a atravessar a planície goiana depois de percorrer diversos estados do Nordeste, Prestes e Miguel Costa decidiram enviar Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima à Argentina para consultar Isidoro sobre o prosseguimento da luta, pois os combatentes estavam muito desgastados. Os chefes da coluna desejavam também obter informações a respeito de um levante que Isidoro estaria articulando no Rio Grande do Sul.

Chegando a Paso de los Libres, na Argentina, em novembro de 1926, os dois emissários encontraram imediatamente Isidoro, o major Álvaro Dutra, o capitão Fernando Távora e os tenentes Ellen Salvaterra, Edgar Dutra e Alfredo Lemos. Nessa ocasião, Isidoro confirmou que estava preparando um movimento revolucionário em território gaúcho e pediu que a coluna, cuja combatividade excedera suas expectativas, continuasse a luta até a deflagração desse levante, pois, na sua opinião, a posse de Washington Luís na presidência da República em 15 de novembro não levaria a nenhuma mudança na política oficial. Caso não houvesse condições de prosseguir o combate, aconselhava a coluna a emigrar e dirigir-se posteriormente para o Sul, a fim de se aparelhar para retomar posteriormente as atividades militares.

A deflagração da revolta no Sul foi antecipada, sem o conhecimento de Isidoro, para o dia 14 de novembro. Iniciada em Santa Maria e seguida de levantes parciais em outras regiões do estado, todos rapidamente sufocados, ela ficou conhecida como a Coluna Relâmpago. Isidoro criticou severamente essa “precipitação”, considerando-a insensata. No dia 23 seguinte, despachou, através de Lourenço Moreira Lima, uma carta dirigida a Miguel Costa e Prestes pedindo que a coluna se mantivesse em armas por mais dois meses, aguardando a evolução da situação no Sul. Caso a posição dos revolucionários não melhorasse nesse período, poderiam emigrar e se dirigir para o Rio Grande do Sul a fim de continuar a luta ou preparar novas campanhas.

Em 3 de fevereiro de 1927, depois de dois anos e meio de marchas e combates e tendo percorrido cerca de 25 mil quilômetros, a coluna se internou na Bolívia. Seus principais líderes viajaram em seguida para Paso de los Libres, onde instalaram, junto com Isidoro, o quartel-general revolucionário, que passou a planejar novas ofensivas contra o governo brasileiro. Na qualidade de chefe supremo do movimento iniciado em 5 de julho de 1924,

Isidoro recebeu dos seus companheiros o título de “marechal da revolução”.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Em agosto de 1929 formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional apoiada pelas oligarquias dominantes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e por uma parcela significativa da jovem oficialidade do Exército. Esse movimento lançou o nome de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, para concorrer com o situacionista Júlio Prestes nas eleições presidenciais marcadas para março do ano seguinte. Ao mesmo tempo em que se preparavam para a disputa eleitoral, setores integrantes da Aliança Liberal começaram a sondar as possibilidades de deflagração de um movimento armado contra o governo federal em caso de fraude no resultado do pleito. Políticos oposicionistas como o paulista Paulo Nogueira Filho, os pernambucanos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti e o gaúcho Osvaldo Aranha iniciaram contatos sistemáticos com os militares exilados, sobre os quais Luís Carlos Prestes exercia grande influência. O antigo líder da coluna viajou para Porto Alegre em novembro de 1929, tendo recusado nessa ocasião a oferta de Vargas para que assumisse a chefia militar do movimento. Diante disso, os conspiradores aventaram outros nomes para essa função, inclusive o de Isidoro, que, com 64 anos de idade, foi considerado muito idoso. A escolha final recaiu então sobre o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

A vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 provocou a intensificação das articulações para o levante. No exílio, Isidoro apoiava esse projeto, ao contrário de Luís Carlos Prestes, que, em reunião realizada no início de maio, declarou-se adepto do comunismo e criticou seus companheiros por se aliarem a antigos inimigos. Prestes ressaltava também o caráter elitista da conspiração em curso, a seu ver incapaz de criar as condições para a realização das reformas de base de que o Brasil necessitava. Isidoro respondeu a essas ponderações afirmando sua descrença na capacidade das “massas” de governar o país.

O movimento armado foi deflagrado em 3 de outubro nos três estados em que a Aliança Liberal era mais forte, obtendo pleno êxito nas suas metas iniciais e se expandindo rapidamente. O estado-maior revolucionário do Sul entrou em contato com os exilados no Uruguai e na Argentina e, pouco depois, Isidoro chegou a Porto Alegre em companhia de

João Batista Luzardo. Na capital gaúcha, recebeu a visita de Joaquim Francisco de Assis Brasil, emissário de Vargas, que, antes de partir para a linha de frente, queria conhecer sua opinião sobre o movimento em curso. No dia 12, Vargas assumiu o comando das tropas que marchavam em direção ao Rio de Janeiro, instalando o quartel-general revolucionário em Ponta Grossa (PR).

A situação militar evoluiu de forma claramente favorável aos rebeldes em diversas regiões do país. Nesse contexto, oficiais de alta patente lotados no Distrito Federal passaram a articular um golpe militar contra o governo, finalmente deflagrado no dia 24 de outubro. Com a deposição de Washington Luís, foi constituída uma junta governativa provisória, a princípio não alinhada com os revolucionários, que determinou a passagem dos governos estaduais para as mais altas autoridades militares de cada região. Assim, a queda de Washington Luís não resolveu imediatamente o conflito de poder, pois a junta não estava claramente comprometida com a posse de Vargas na presidência, reivindicada pelos revolucionários. A chefia do governo de São Paulo coube inicialmente ao general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), que nomeou em 25 de outubro um secretariado composto predominantemente por políticos filiados ao Partido Democrático (PD), integrante da Aliança Liberal. No dia seguinte, Isidoro chegou à capital paulista a fim de assumir, em nome dos revolucionários, o comando da 2ª RM em substituição ao general Hastínfilo, que, excessivamente identificado com o governo deposto, teve que partir para o Rio de Janeiro, deixando a administração pública de São Paulo entregue a seu secretariado.

Vargas chegou a São Paulo no dia 28 de outubro e deu prosseguimento às difíceis negociações sobre a chefia do novo governo local. Setores ligados ao movimento tenentista e à cúpula revolucionária propunham o nome de João Alberto Lins de Barros, contrariando assim as pretensões do PD, que esperava a indicação do seu presidente, Francisco Morato, para o cargo. O acordo obtido pelo líder da revolução estabeleceu que o Executivo paulista permaneceria provisoriamente sem chefe, cabendo ao secretariado a responsabilidade pelos negócios do governo, enquanto João Alberto ficava como delegado militar da revolução no estado. Vargas partiu em seguida para o Rio, onde, depois de superadas as resistências iniciais da junta militar, tomou posse em 3 de novembro à frente do governo provisório.

O ACIRRAMENTO DAS TENSÕES EM SÃO PAULO

Pouco depois de empossado, Vargas ofereceu o marechalato a Isidoro, mas este recusou alegando já ser “marechal” da Revolução de 1924. Aceitou, no entanto, retornar ao serviço ativo do Exército no posto de general de brigada, através de um decreto especial do novo governo assinado em 9 de novembro. No dia 17 de novembro, quando ainda persistia o impasse sobre o governo paulista, Isidoro e Assis Brasil desfilaram em carro aberto pelas ruas da capital, ao mesmo tempo em que Francisco Morato e outros líderes do PD faziam comícios em vários pontos da cidade. Os membros do secretariado reivindicaram junto a Vargas a nomeação de Isidoro para a interventoria, alegando que ele detinha a confiança dos líderes paulistas. Entretanto, no dia 25 de novembro, o chefe do governo provisório nomeou João Alberto para o cargo, o que provocou um pedido coletivo de demissão do secretariado. Depois de algumas negociações essa decisão foi provisoriamente suspensa, mas nos dias seguintes as divergências se aprofundaram. Em 2 de dezembro, Vicente Rao, membro do PD, foi demitido da chefia de polícia pelo novo interventor, provocando um novo pedido de demissão — dessa vez concretizado — de todos os secretários de governo.

Apreensivo com a evolução dos acontecimentos em São Paulo, Isidoro escreveu uma carta a Vargas em 29 de janeiro de 1931, criticando a política aplicada por João Alberto e Miguel Costa, que assumira o comando da Força Pública estadual. O velho general discordava dos princípios, do programa e das atividades da Legião Revolucionária, fundada pelos dois líderes tenentistas com o objetivo de promover o aprofundamento da revolução e defender um projeto antiliberalizante, adversário dos partidos tradicionais. Essa orientação oficial provocava o acirramento dos atritos entre o governo e as forças políticas paulistas e, nesse contexto, Isidoro não via sentido em permanecer à frente da 2ª RM. Seu pedido de demissão não foi considerado por Vargas, que o promoveu, em 19 de fevereiro de 1931, a general de divisão.

Nessa época, intensificou-se em São Paulo o movimento pela reconstitucionalização do país com a fundação, em 24 de fevereiro, da Liga Pró-Constituinte, que reunia membros do PD e do Partido Republicano Paulista (PRP). Em 6 de abril, o PD lançou um manifesto rompendo com João Alberto e propondo a formação de uma frente única pela Constituinte. Pouco depois, Isidoro compareceu a um banquete em homenagem a Macedo Soares, que contou com a presença dos mais destacados políticos paulistas. Nessa ocasião, o

homenageado proferiu violento discurso contra João Alberto e afirmou que Vargas o havia autorizado a revelar a próxima investidura de Isidoro na interventoria do estado. Segundo Renato Jardim, essa declaração foi rapidamente desmentida por Vargas.

Ainda em abril, Isidoro foi procurado por oficiais da Força Pública, que, junto com membros do PD, estavam organizando um levante para depor João Alberto e Miguel Costa. Comprometeu-se com eles a garantir a neutralidade das tropas subordinadas à 2ª RM, o que, segundo os conspiradores, seria o suficiente para deixar o governo federal diante do fato consumado da deposição do interventor. O movimento, deflagrado no dia 28 de abril, foi rapidamente sufocado, com a prisão de mais de duzentos revoltosos e a posterior transferência de vários oficiais do Exército para outras regiões do país. A substituição de Isidoro no comando da 2ª RM por Góis Monteiro, recém-promovido a general, provocou uma forte reação entre os políticos constitucionalistas, que organizaram comícios e distribuíram panfletos por toda a cidade, conclamando a população a se unir à luta contra o governo federal.

Afastado da 2ª RM, Isidoro, partiu para o Distrito Federal, onde foi convidado por Vargas para assumir a interventoria no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, condicionou a aceitação desse cargo à resolução da crise paulista, propondo ao chefe do governo que João Alberto e Miguel Costa fossem enviados para a Europa. Nos meses seguintes o movimento de oposição ao governo paulista aumentou, levando João Alberto a pedir demissão de seu cargo em 13 de junho de 1931. Laudo Ferreira de Camargo, ministro do Tribunal de Justiça, foi nomeado interventor com o apoio dos líderes do PD, iniciando um governo que durou cinco meses. Sua substituição em novembro pelo coronel Manuel Rabelo, comandante interino da 2ª RM, provocou o recrudescimento da campanha oposicionista, que reivindicava um interventor civil e paulista. Nessa época, ganhou força a ideia de deflagração de um levante armado contra o governo provisório. No Rio, Isidoro passou a discutir regularmente esse projeto com o coronel Euclides Figueiredo, formando, junto com os paulistas Francisco Morato, Paulo de Morais Barros, Júlio de Mesquita Filho e Aureliano Leite, o núcleo inicial da conspiração. Pouco depois da união do PD com o PRP na Frente Única Paulista (FUP), em 16 de fevereiro de 1932, Isidoro e Euclides começaram a elaborar o plano militar da revolta e iniciaram os contatos necessários à sua deflagração, procurando, entre outros, o general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar

de Mato Grosso e adepto da causa constitucionalista.

Em 2 de março, Vargas nomeou Pedro de Toledo para a interventoria paulista, cedendo parcialmente às pressões da FUP. A oposição se fortaleceu no fim desse mês quando a Frente Única Gaúcha (FUG) também rompeu com o governo provisório e se comprometeu a lutar ao lado dos paulistas em caso de confronto. Cedendo à pressão das forças constitucionalistas, Vargas assinou em 14 de maio o decreto de criação de uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição, marcando eleições para a Assembleia Constituinte para maio de 1933. Mesmo assim, a situação em São Paulo se radicalizou com a realização de grandes manifestações populares em 22 e 23 de maio contra a presença do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, no estado. Em seguida, Pedro de Toledo reorganizou seu secretariado, que passou a ser composto integralmente por elementos escolhidos pela FUP, e o "tenente" Miguel Costa foi substituído por Júlio Marcondes Salgado no comando da Força Pública. Com essa mudança o movimento constitucionalista passou a contar com o apoio do novo governo e da quase totalidade da força estadual.

Na condição de chefe geral da revolução, Isidoro se reuniu no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1932 com oficiais favoráveis ao movimento, propondo que o general João Gomes fosse substituído na chefia da articulação local pelo general Pantaleão Ferreira, o que não foi aceito. Sugeriu também que, depois da conquista de São Paulo pelos revolucionários, o comando da 2ª RM fosse entregue a um militar capacitado a dirigir as tropas constitucionalistas, o que também foi recusado, pois, segundo os participantes da reunião, deveria caber ao próprio Isidoro a direção do levante, previsto para o dia 20 de julho.

Os acontecimentos se precipitaram com a carta enviada pelo general Klinger ao novo ministro da Guerra, general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, acusando-o de inapto para o exercício do cargo. A carta chegou ao destinatário no dia 6 de julho, provocando a imediata reforma administrativa de Klinger. Convencido da necessidade de contar com o apoio das tropas estacionadas em Mato Grosso, Isidoro convocou uma reunião com os líderes do movimento, onde ficou definida a deflagração do levante na madrugada do dia 10. Pouco depois ocorreu nova antecipação de um dia na data prevista.

Em 9 de julho os chefes da revolta se reuniram para acertar os últimos detalhes do plano militar, que previa uma ocupação rápida da capital paulista, a adesão das guarnições

federais estacionadas no estado, e a mobilização subsequente das forças de outras regiões do país — notadamente Rio Grande do Sul e Minas Gerais — em apoio à causa constitucionalista. A partir dessas operações iniciais, os rebeldes começaram a marcha em direção à capital federal. Euclides Figueiredo, recém-chegado a São Paulo, foi designado por Isidoro para comandar o levante e assumir interinamente o comando da 2ª RM até a chegada de Klinger.

NA REVOLUÇÃO DE 1932

As ações militares foram iniciadas ainda no dia 9 de julho com a ocupação da Companhia Telefônica, do prédio dos Correios e Telégrafos e das rádios Record e Educadora. Durante a noite, a sede da 2ª RM foi cercada e, horas depois, ocupada, ao mesmo tempo que a mobilização civil crescia de forma notável, coordenada principalmente pelo MMDC, organização secreta criada em maio de 1932 para apoiar o movimento constitucionalista. No dia seguinte todas as forças militares de São Paulo estavam sob comando rebelde. Nessa ocasião, os chefes da revolução afastaram a ideia de organizar uma junta governativa chefiada por Isidoro, temendo romper a unidade interpartidária alcançada, e decidiram manter Pedro de Toledo à frente do governo revolucionário paulista. No dia 12, durante a solenidade de passagem do comando da 2ª RM para o general Klinger, recém-chegado a São Paulo, Isidoro afirmou que os revolucionários estavam lutando em defesa da dignidade, da honra e da disciplina do Exército, e pela libertação do povo.

O sucesso da revolta em São Paulo foi contrabalançado pelo fracasso da política de aliança com as forças de outros estados. O interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha permaneceu fiel ao governo provisório e manteve sob controle as tentativas de mobilização em favor dos rebeldes. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, onde Olegário Maciel ofereceu a Vargas sua cooperação na repressão aos paulistas, e as unidades favoráveis ao movimento foram neutralizadas. Dessa forma, ao invés de contar com aliados no sul de Minas, os constitucionalistas tiveram que enfrentar nova frente de combates nessa região, arcando sozinhos com todo o peso da guerra civil. Incapazes de avançar para além das fronteiras de seu estado, assumiram uma posição fundamentalmente defensiva durante o conflito, combatendo um inimigo que em todas as frentes se mostrava muito mais numeroso e melhor provido tecnicamente. No início de agosto, a resistência paulista começou a ceder,

perdendo o controle de várias cidades no setor sul para as forças legalistas. Em setembro, tropas mineiras ocuparam Itapira, Mojimirim e Amparo e, pouco depois, Campinas e Jundiaí sofreram bombardeio aéreo. No setor norte, os paulistas também recuavam.

Nesse contexto, Bertoldo Klinger e o coronel Herculano de Carvalho e Silva, comandante da Força Pública, começaram a negociar separadamente com Vargas a suspensão das hostilidades, levando à assinatura do armistício que, em 2 de outubro, selou a derrota da Revolução Constitucionalista. Em 1º de novembro, Isidoro foi deportado para Portugal junto com 77 líderes do movimento a bordo do navio *Siqueira Campos*, que atracou em Lisboa 17 dias depois.

DE VOLTA AO BRASIL

Isidoro retornou ao Brasil depois do decreto de anistia assinado em 29 de maio de 1934 por Vargas e aprovado em 5 de junho pela Assembleia Nacional Constituinte. A nova Constituição foi promulgada em 16 de julho, e no dia seguinte Vargas foi eleito presidente da República. Isidoro permaneceu na oposição do governo e, segundo relatório apresentado em dezembro de 1934 pela chefia de polícia do Distrito Federal, participou da articulação de novo movimento revolucionário junto com Klinger, Euclides Figueiredo e outros líderes da Revolução de 1932. A conspiração teria sido intensificada nesse mês, mas não resultou na deflagração de nenhum levante.

A partir de janeiro de 1935, elementos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), se integraram à conspiração, o que provocou o afastamento de alguns dos seus participantes. Em março foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que, sob crescente influência dos comunistas, liderou a oposição de esquerda ao governo Vargas (até seu fechamento, decretado em julho). O PCB passou então a preparar um levante armado cuja chefia foi oferecida a Isidoro, que declinou do convite, declarando-se contrário ao comunismo e a qualquer regime de força. A Revolta Comunista deflagrada em novembro de 1935 em Natal, Recife e no Rio foi rapidamente sufocada, sendo seguida por uma onda repressiva sem precedentes. O país viveu sob estado de guerra quase ininterrupto até novembro de 1937, quando Vargas implantou o Estado Novo. Nessa ocasião, apesar de completamente afastado da vida pública, Isidoro condenou o golpe e declarou ser um democrata partidário de um “governo do povo”.

Isidoro Dias Lopes faleceu no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1949. Era casado com Jacinta Barros Lopes, com quem teve um filho. A seu respeito, José Antônio Lopes escreveu *Isidoro — a um século do seu nascimento* (1965).

Vilma Keller

FONTES: CARNEIRO, G. *História*; CORREIA, A. *Rebelião*; DULLES, J. *Anarquistas*; *Eleitos*; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Jornal* (6/3/1931); LIMA, L. *Coluna*; LOVE, J. Regionalismo; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. *1922*; SILVA, H. *1926*; SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1931*; SILVA, H. *1932*; SILVA, H. *1935*; SPALDING, V. *Construtores*; TÁVORA, J. *Vida*.

LOPES, José Pereira
*junta gov. PI 1891.

José Pereira Lopes nasceu em Teresina no ano de 1858.
Graduado em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, fundou e chefiou o laboratório de análises clínicas da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, instituição criada em 1881. Foi também professor de história natural e biologia do Liceu Piauiense.
A ascensão do vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, à presidência, após a crise que culminou com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, repercutiu diretamente no quadro político dos estados. No Piauí, o governador Gabriel Luís Ferreira foi deposto em 21 de dezembro, sendo substituído por uma junta governativa. Presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos, a junta composta ainda por José Pereira Lopes, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira e Elias Firmino de Sousa Martins. Em 29 de dezembro, João Domingos Ramos assumiu sozinho o governo do Piauí, mantendo-se no cargo até 11 de fevereiro de 1892, quando foi substituído por Coriolano de Carvalho e Silva, escolhido governador pelo governo federal.
Foi também fundador do jornal *A Cruz* e colaborador dos periódicos *A Vanguarda Liberal*, *O Trabalho*, *O Estado*, *A Legalidade* e *A República*.
Faleceu em 1899 na cidade de Parnaíba (PI).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

LOPES, Juarez Ferreira
*dep. fed. MG 1930.

Juarez do Prado Ferreira Lopes nasceu em Formosa de Alfenas (MG) no dia 17 de maio de 1887, filho de Gaspar Ferreira Lopes e de Alexandrina do Prado Ferreira Lopes. Seu pai exerceu diversos mandatos como vereador, foi presidente da Câmara e agente municipal de Alfenas, e foi também deputado estadual (1899-1902) e senador estadual (1903-1918) em Minas Gerais.
Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1911 e exerceu longa carreira como advogado. Membro do Partido Republicano Mineiro, em março de 1930 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Tomou posse em maio do mesmo ano, mas teve o mandato interrompido em outubro em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.
Foi ainda presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Casou-se com Maria da Glória Brandão Lopes.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 166); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 363-364).

LOPES, Monteiro

*dep. fed. DF 1909-1910.

Manuel da Mota Monteiro Lopes nasceu em Recife (PE) no dia 25 de dezembro de 1867, filho do operário Jerônimo da Mota Monteiro Lopes e de Maria de Paula Lopes.

Fez os primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 como bacharel em humanidades. No mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Em seguida defendeu tese, doutorando-se. Exerceu a advocacia até 1892, quando foi convidado para o cargo de chefe de polícia do Amazonas. Por divergir da situação política do estado, não chegou contudo a assumir o posto. Ainda em 1892, foi nomeado promotor público em Manaus, ocupando mais tarde o cargo de juiz de direito na mesma cidade. Deixou o Amazonas em 1894 para se estabelecer no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Na capital federal, advogou até 1903, quando foi eleito membro do Conselho Municipal. Aí se destacou pela defesa de benefícios para os operários e pela crítica ao Código de Posturas proposto pelo então prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos. Em 1904, ao término do mandato, buscou a reeleição, mas, embora tenha conseguido uma expressiva votação, não foi reconhecido. Em 1905 viveu episódio similar: ao pleitear uma cadeira de deputado federal pelo Distrito Federal, foi eleito, mas não foi reconhecido e diplomado.

Em janeiro de 1909, candidatou-se novamente a deputado federal. Dessa vez, porém, diferentemente das outras eleições, quando se candidatara sem vinculação partidária, veio como candidato do Partido Republicano Democrata, que tinha como pontos importantes de seu programa a ampliação da instrução pública e do sufrágio popular e o protecionismo econômico. Após a eleição, da qual saiu vitorioso, surgiram boatos de que mais uma vez não seria reconhecido, por duas razões: primeiro por ser negro; segundo, porque se pretenderia colocar em seu lugar um político da situação que não teria recebido número suficiente de votos. A polêmica tomou as páginas dos principais jornais e revistas cidade do Rio, como o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta de Notícias*, *A Tribuna*, o *Correio da Manhã*, *O Malho* e *Fon Fon*, alguns dos quais dirigiram ofensas e troças racistas a Monteiro Lopes.

Em 15 de fevereiro de 1909, diante da ameaça do não reconhecimento, Monteiro Lopes reuniu-se com um grande grupo de homens negros no Centro Internacional Operário para

tratar da sua possível exclusão da Câmara de Deputados. Os presentes deliberaram pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa da cidade, à organizações compostas por homens negros em todo o país, e convocar um “estrondoso comício”. A partir daí teve início uma grande mobilização de entidades formadas por homens negros na cidade do Rio, em Campinas (SP) e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia e em Pernambuco. Esse movimento resultou em vários telegramas enviados a jornais e publicados, e em cartas dirigidas a políticos de prestígio, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Venceslau Brás. O objetivo era denunciar a pretendida injustiça racial e pedir apoio para que não se fraudasse a diplomação de Monteiro Lopes. Em função desse movimento, durante o ano de 1909, nas cidades de Campinas, Pelotas (RS) e Santa Maria (RS), foram fundados grêmios, associações e clubes de futebol com o nome do deputado.

Em 30 de abril de 1909, Monteiro Lopes foi finalmente reconhecido e diplomado deputado federal. Em sua atuação na Câmara destacaram-se: as intervenções em favor do operariado; a sugestão da criação de um ministério do trabalho; a proposição da lei sobre os acidentes de trabalho e outros benefícios aos trabalhadores, como aposentadorias, pensões e aumento dos vencimentos. Além disso, chamou a atenção para a necessidade de legislar e fiscalizar as condições precárias em que trabalhavam os menores, sujeitos a mutilações e acidentes. Outro de seus projetos era erigir, na cidade do Rio, uma estátua em homenagem ao abolicionista negro José do Patrocínio.

No início de 1910 o “deputado negro”, como era conhecido, viajou a várias cidades do Sul, Norte e Nordeste do Brasil, bem como a Campinas e adjacências, para agradecer o apoio à sua diplomação. O autointitulado republicano, socialista, “deputado do povo” e “defensor do operariado” foi recebido por multidões de homens, mulheres e crianças negras com festas, bandas de música, banquetes e comícios. A partir de alguns de seus discursos nessas viagens é possível entrever noções de cidadania, república e liberdade e do que era ser negro na jovem república. No dia 22 de janeiro de 1910, em discurso feito em Porto Alegre, inflamou uma pequena multidão ao dizer que os negros não deveriam ter vergonha de ser negros, que deveriam instruir e educar seus filhos para que pudessem ocupar as mais altas posições no país, já que a Constituição republicana, em seu artigo 72, lhes garantia a igualdade perante a lei. Segundo o deputado, o ódio e a distinção de raças deveriam ser rechaçados nas escolas, na imprensa, no parlamento e em comícios populares. Incentivou

os cidadãos que se sentissem discriminados a recorrer aos poderes públicos para acabar com tal abuso.

Monteiro Lopes faleceu sem completar o mandato, em consequência de uma grave uremia, em 13 de dezembro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro.

Foi casado com Ana Zulmira Monteiro Lopes, com quem teve um filho, Aristides Gomes Monteiro Lopes.

Escreveu *A dama de sangue* (1890), publicado em fascículos na imprensa do Recife.

Carolina Vianna

FONTES: BLAKE, A. *Diccionário*; CÂM. DEP. *Anais* (1909-1910); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); *Gazeta de Notícias* (1909-1910); *Jornal do Brasil* (1909-1910); *Opinião Pública* (RS, 1909-1910).

LOPES, Tarquínio
*gov. MA 1891.

Tarquínio Lopes foi nomeado vice-governador do Maranhão, assim como José Viana Vaz, no governo do capitão-tenente Manuel Inácio Belfort Vieira (25/7-28/10/1890). Assumiu o governo do Maranhão no dia 4 de março de 1891, em substituição a José Viana Vaz, e exerceu-o até o dia 14 do mesmo mês, quando tomou posse o novo titular Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque.

Foi constituinte estadual e signatário da primeira Constituição republicana do Maranhão, e depois exerceu o mandato de deputado estadual.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTE: MARQUES, C. *Dicionário*; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MA.htm>. Acesso em: 5/03/2010.

LORETO, Galdino Lins de Barros

*junta gov. ES 1891-1892; dep. fed. ES 1894-1905.

Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto nasceu em Águas Belas (PE) a 18 de fevereiro de 1866, filho de Galdino Eleutério Teixeira de Barros Loreto e de Luísa Lins de Albuquerque Barros.

De família de recursos modestos, seu pai, professor, faleceu antes que completasse sua formação em Recife, o que o obrigou a trabalhar para custear seus estudos. Cursou o Liceu de Artes e Ofícios, à noite. Ao se formar, tornou-se professor do ensino particular e começou a colaborar em órgãos literários. Fez o curso de direito, no qual se diplomou em 1888, enquanto continuava sua atividade no magistério, lecionando no liceu no qual estudara. Em abril de 1889 tornou-se funcionário do Tesouro da Província de Pernambuco, mas permaneceu poucos meses no cargo.

No início da República transferiu-se para o Espírito Santo, onde ocupou o cargo de promotor e depois juiz municipal em Guarapari, e também organizou uma escola noturna. Criada a Justiça Federal em outubro de 1890, foi nomeado juiz substituto no Espírito Santo. Em dezembro de 1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto, o que provocou a destituição dos governos estaduais ligados ao marechal Deodoro, entre os quais o do barão de Monjardim no Espírito Santo, Galdino foi indicado membro da junta governativa instalada no estado, ao lado do coronel Inácio Henrique de Gouveia e de Graciano dos Santos Neves. Sua escolha certamente foi determinada por políticos federais, pois não há qualquer registro, inclusive na imprensa, de sua participação na política estadual até aquele momento.

A junta governativa, instalada a 19 de dezembro de 1891, dissolveu a Assembleia estadual, restabeleceu como Constituição provisória o projeto elaborado no governo de Afonso Cláudio, e convocou e organizou eleições para uma nova Constituinte. Dissolveu também o Tribunal de Justiça e reorganizou-o, sob a presidência do ex-governador Afonso Cláudio. A Assembleia Constituinte foi instalada em 9 de abril de 1892, votou a Constituição com base

no projeto de Afonso Cláudio, e elegeu José de Melo Carvalho Muniz Freire presidente do estado, tendo como segundo vice-presidente Galdino Loreto. Ao assumir o governo a 3 de maio de 1892, Muniz Freire nomeou Galdino chefe de polícia, cargo equivalente ao atual secretário de Segurança Pública.

Nas eleições federais de 1894, Galdino foi incluído na chapa de candidatos à Câmara de Deputados do Partido Republicano Construtor (PRC). Daí em diante, integrou todas as chapas governistas até sua morte. Foi eleito para todas as legislaturas, exceto em 1906, quando foi reconhecida, pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, uma chapa dissidente do PRC encabeçada por Muniz Freire, e não a do então presidente estadual Henrique Coutinho. Em 1909 foi novamente eleito, mas faleceu antes do início da nova legislatura. No intervalo, ou seja, entre 1906 e 1909, foi deputado estadual. Quando o PRC se dividiu entre Muniz Freire e o presidente Henrique Coutinho em 1905, ficou ao lado deste e teve uma atuação importante em seu favor tanto na Câmara de Deputados quanto, sobretudo, na Assembleia estadual, bem como publicando artigos na imprensa do Rio de Janeiro. Em 1908, no governo de Jerônimo Monteiro, chefiou uma comissão encarregada de assinar um convênio com o estado de Minas Gerais, segundo o qual a questão de limites entre os dois estados, na região do alto vale do rio Itapemirim, seria resolvida por arbitramento.

Simultaneamente à carreira política, exerceu o jornalismo e o magistério, tendo sido professor catedrático da Escola Normal do Espírito Santo.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de abril de 1909.

Publicou *Devaneios literários* em 1886.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ASSEMB. LEGIS. ES. *Anais* (1906); *Comércio do Espírito Santo* (1896-1897, 1908-1909); *Estado do Espírito Santo* (1891-1904); *Jornal Oficial* (1906-1907); PEREIRA, A. *Homens.*

LORETO, Sérgio Teixeira Lins de Barros

*gov. PE 1922-1926; dep. fed. PE 1927-1930.

Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto nasceu em Águas Belas (PE) em 9 de setembro de 1870, filho do professor Galdino Eleutério Teixeira de Barros Loreto e de Luísa Lins.

De família relativamente modesta, começou a carreira como funcionário dos Correios, emprego conquistado através de concurso público. Tendo-lhe falecido o pai, trabalhando e estudando, conseguiu diplomar-se na Faculdade de Direito do Recife em 1892. Transferiu-se então para o Espírito Santo, a chamado do irmão Galdino, chefe político naquele estado. Foi nomeado promotor em São Leopoldo e, depois, chefe de polícia de Vitória, ascendendo a procurador geral. Demitido, transferiu-se para o Rio de Janeiro e aí advogou de 1901 a 1904, quando venceu um concurso para juiz federal no Espírito Santo e retornou à capital capixaba. Desejando voltar para Pernambuco, concorreu a igual posto no Recife em 1905 e foi aprovado.

Indiferente ao partidarismo político, vivia modestamente de sua função na capital pernambucana quando, em meio à crise política que agitou Pernambuco em 1922, recebeu o convite para governar o estado. A origem da crise foi o falecimento, em 27 de março, do governador José Rufino Bezerra Cavalcanti. Sua morte, após longa enfermidade, determinou o início da disputa pelo governo estadual. Com o apoio do senador Manuel Borba, foi lançada a candidatura situacionista do senador José Henrique Carneiro da Cunha. Por seu lado, a oposição apresentou como candidato Eduardo de Lima Castro. Apesar da tensão, a eleição transcorreu sem maiores incidentes, saindo vitorioso o senador Carneiro da Cunha. Esse resultado foi porém contestado pela oposição, e a partir do dia seguinte começaram as desordens, com a participação de forças militares de um e de outro lado. Diante da ameaça de intervenção em Pernambuco, as duas facções entraram em acordo, e o juiz Sérgio Lins de Barros Loreto foi eleito governador e empossado em 18 de outubro seguinte.

Ao iniciar o governo, contou com o apoio de todas as correntes, cada qual mais interessada em se aproveitar de sua inexperiência política. Bem depressa, contudo, mostrou-se senhor da situação e procurou realizar uma administração esclarecida e voltada

para o bem público, dentro de um plano de governo objetivo e perseverante. Para prefeito de Recife escolheu o engenheiro Antônio de Góis Cavalcanti, a quem deu carta branca para os melhoramentos necessários. Desse modo, concluiu-se a construção do quartel do Derby e o ajardinamento de seus arredores, dando origem à praça do Derby. Calçaram-se as ruas, refez-se e ampliou-se a iluminação da capital. Outra obra importante foi o término da ponte do Pina e a abertura da avenida Boa Viagem, facilitando o acesso à praia de Boa Viagem Desafiando os críticos, conseguiu lançar uma linha de bondes que corria por uma estreita faixa de estrada, entre o mar e os alagadiços.

De maior vulto foram os trabalhos de dragarem do porto. Sérgio Loreto mandou também construir ou reparar o cais e os armazéns, de modo a permitir a entrada e o acostamento de grandes navios. A obra foi inaugurada com grande espetáculo no dia 2 de outubro de 1924. Para resolver o problema de escassez de água, construiu-se a segunda linha condutora do Grujaú, e, para regularizar os trabalhos judiciais, iniciou-se a construção do Palácio da Justiça. Seu maior empenho foi dirigido para a higiene e saúde públicas, confiadas a seu genro, o jovem médico Amauri de Medeiros, considerado o Osvaldo Cruz de Pernambuco. A ação do governador não se limitou à capital, mas estendeu-se ao interior, e não só no setor da saúde. Para facilitar a circulação de riqueza e a intercomunicação humana, abriu as estradas entre Floresta, Cabrobó e Boa Vista e entre Floresta, Salgueiro, Leopoldina e Ouricuri. Impulso marcante foi dado à educação: foi extinta a Inspetoria Geral da Instrução Pública, e especial cuidado foi dado à formação do professorado, à restauração dos prédios escolares e ao atendimento à população estudantil. Além de outras iniciativas culturais, foi instituído o Hino da Cidade, pela Lei nº 108, de 10 de julho de 1924, com letra de Manuel Aarão e música de Nelson Ferreira.

Em 18 de outubro de 1926, Sérgio Loreto passou o governo a Júlio Belo, presidente da Câmara. Este, em 12 de dezembro, foi substituído pelo novo governador eleito, Estácio Coimbra. Deixando o governo, Sérgio Loreto foi eleito deputado federal e assumiu o mandato em maio de 1927. Com a vitória da Revolução de 1930, abandonou a política.

Faleceu em 6 de março de 1937.

Casado com Virgínia de Freitas, teve dois filhos: Sérgio Loreto Filho, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, e Aspásia de Medeiros, casada com Amauri Medeiros.

Deixou publicados os trabalhos *O governador e seus concidadãos* e *Subsídios para a história política e administrativa de Pernambuco (1922-1926).*

Marcos Paulo Torres

FONTE*:* SILVA, J. *Vidas.*

LOUREIRO, Oscar Augusto

*dep. fed. DF 1924-1926.

Oscar Augusto Loureiro foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal em 1924. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em 10 de junho desse ano, exerceu seu mandato até o fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1926.

Izabel Pimentel da Silva

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LOUREIRO, Silvestre Otaviano

* dep. fed. AL 1894-1896.

Silvestre Otaviano Loureiro nasceu em Alagoas, hoje Marechal Deodoro (AL), filho de Joaquim Inácio Loureiro e de Francisca Pastora Lins de Vasconcelos Loureiro.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi professor do Liceu Alagoano e presidente da Caixa Comercial de Maceió.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a promulgação da primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito deputado constituinte estadual em Alagoas. Exerceu seu mandato de 1891 a 1892 e durante esse período participou da elaboração da primeira Constituição republicana do estado. Em 1894 foi eleito deputado federal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA).

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

LOREIRO, Trigo de

*magistrado; min. STJ 1890; min. STF 1891-1894; proc.-geral Rep. 1894.

Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro, nasceu em 1828, filho de Lourenço Trigo de Loureiro e de Umbelina Luísa Fernandes da Silva. Seu pai foi desembargador, com exercício nas Relações de Porto Alegre e da Corte.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em 1848. Em 1850 foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Cachoeira, na província de São Pedro do Rio Grande. Nomeado juiz de direito da comarca de Caçapava, na mesma província, em setembro de 1861, foi removido para comarca de Bagé em 1866. Exerceu a seguir suas funções na magistratura em comarcas da província de São Paulo. Em 1875 foi nomeado desembargador da Relação de Cuiabá. Removido em 1877 para a Relação de Ouro Preto, chegou à Relação da Corte em maio de 1882. Fez parte do Conselho Supremo Militar de Justiça, corte de última instância, cuja competência era o julgamento de crimes militares no Império, sendo nomeado juiz togado em janeiro de 1887, em substituição a Viriato Bandeira Duarte.

Chefe de polícia na Corte em 1888, em junho de 1890 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, durante o curto período em que esta corte, oriunda do Império, funcionou na República, preenchendo a vaga aberta em decorrência do falecimento do ministro Luís José de Sampaio. Com a criação do Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 1890, a partir do modelo da Suprema Corte norte-americana, foi nomeado um de seus ministros. Tomou posse em fevereiro do ano seguinte, quando da instalação do novo órgão. Foi procurador-geral da República a partir de 1894, quando o ocupante do cargo era escolhido entre os membros do STF. Foi aposentado por decreto ainda nesse mesmo ano.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 26 de novembro de 1904.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal;* MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>. .

LUCENA, Henrique Pereira de

*magistrado; pres. RN 1872; pres. PE 1872-1875; pres. BA 1877-1878; pres. RS 1885-1886; dep. geral PE 1886-1889; gov. PE 1890; min. Just. 1891; min. Agric. 1891; min. Faz. 1891; min. STF 1891-1892.

Henrique Pereira de Lucena, futuro *barão de Lucena*, nasceu em Limoeiro, atual Bom Jardim (PE), em 27 de maio de 1835, filho de Henrique Pereira de Lucena e de Ana Barbosa da Silva.

Fez os estudos secundários no Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e de volta à província natal ingressou em 1853 na Faculdade de Direito do Recife, recebendo em 1858 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Iniciou a vida pública como delegado de polícia em Recife. Após participar das forças que pacificaram a localidade de Ouricuri, no agreste pernambucano, onde facções lutavam pelo poder local, ingressou na magistratura como juiz municipal e de órfãos do termo de Goiana (PE) e ali permaneceu até 1869. Ao longo desse período, foi agraciado por dom Pedro II com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa, em 1860, e com o hábito da Ordem de Cristo, em 1866. Em 1869 foi nomeado juiz de direito da comarca de Teixeira (PB), em 1872 foi designado para a comarca de Palmares (PE) e dali foi removido para Jaboatão (PE).

Ainda em 1872 foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Norte. Entre 5 de novembro do mesmo ano e 10 de maio de 1875 foi presidente da província de Pernambuco e realizou uma série de obras públicas que fizeram com que seu nome despontasse como exemplo de administração e de governo. Teve novas experiências administrativas como presidente da província da Bahia, de 1877 a 1878, e da província do Rio Grande do Sul, de 28 de outubro de 1885 a 8 de maio de 1886, quando, eleito deputado geral por Pernambuco, transferiu-se para a Corte e foi substituído pelo vice-presidente e comandante das armas, o então general Manuel Deodoro da Fonseca, seu amigo pessoal. Durante a legislatura 1886-1889, foi eleito presidente da Câmara para o biênio 1888-1889, comandando assim a discussão, votação e aprovação da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, regente do

Império, em 13 de maio de 1888. Ainda em 1888 recebeu da princesa Isabel o título de barão de Lucena.

Encontrava-se no parlamento quando Deodoro da Fonseca proclamou a República em 15 de novembro de 1889. Retornou então à magistratura, assumindo, no Rio de Janeiro, a vara dos Feitos da Fazenda Nacional. Ali permaneceu por pouco tempo, dado que o governo provisório chefiado por Deodoro o nomeou governador de Pernambuco. Em 4 de agosto de 1890 assumiu assim o governo pernambucano, substituindo Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti. Em 23 de outubro passou o governo a José Antônio Correia da Silva.

Já figura destacada no panorama político, jurista de renome nacional, em novembro de 1890 foi designado para o Supremo Tribunal Federal (STF), corte constitucional criada em outubro nos moldes da Suprema Corte norte-americana. Embora o Senado houvesse rejeitado seu nome para o STF, foi daqueles personagens que, mesmo identificados com a monarquia, se mantiveram em altas funções no aparelho de Estado, pelo menos até a subida de Floriano Peixoto ao poder. Assim, em 22 de janeiro de 1891, diante da demissão coletiva do ministério motivada por divergências com Deodoro da Fonseca, foi chamado, junto com políticos do antigo regime monárquico, a substituir os demissionários. Assumiu na ocasião os ministérios da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e tomou posse também no STF quando este foi instalado, em 28 de fevereiro de 1891. Tendo deixado em 22 de maio a pasta da Justiça, em 4 de julho deixou a da Agricultura para assumir o Ministério da Fazenda. Nele permaneceu até a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano, em 23 de novembro de 1891, e pouco depois disso, em janeiro de 1892, foi aposentado do STF. Após a aposentadoria, recolheu-se à vida privada, caindo no ostracismo político.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 10 de dezembro de 1913.

Foi casado com Zília Sofia Carneiro Campelo. Seu sobrinho Epitácio Pessoa, filho de sua irmã Henriqueta Barbosa de Lucena, foi constituinte de 1891 e deputado pela Paraíba (1891-1893), ministro da Justiça (1898-1901), ministro do STF (1902-1912), senador (1912-1919 e 1924-1930) e presidente da República (1919-1922). O irmão deste,

Antônio Pessoa, foi presidente da Paraíba (1915-1916) e pai de Carlos Pessoa, deputado federal por esse estado de 1925 a 1929. A irmã de ambos, Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, era mãe João Pessoa, ministro do Superior Tribunal Militar (1919-1928), presidente da Paraíba (1928-1930) e candidato da Aliança Liberal a vice-presidente da República, cujo assassínio foi o estopim da Revolução de 1930.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal;* MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

LUCENA, Sólon Barbosa de

*pres. PB 1916; dep. fed. PB 1917-1920; pres. PB 1920-1924.

Sólon Barbosa de Lucena nasceu na cidade de Bananeiras (PB) no ano de 1877, filho de Virgínio de Melo e de Amélia Barbosa de Lucena. Seu tio-avô Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, presidiu várias províncias durante o Império, e já na República foi governador de Pernambuco (1890), ministro da Justiça, da Agricultura e da Fazenda (1891) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Seus primos em segundo grau Epitácio Pessoa e Antônio da Silva Pessoa foram, o primeiro, constituinte de 1891 e deputado pela Paraíba (1891-1893), ministro da Justiça (1898-1901), ministro do STF (1902-1912), senador (1912-1919 e 1924-1930) e presidente da República (1919-1922); o segundo, presidente da Paraíba (1915-1916) e pai de Carlos Pessoa, deputado federal por esse estado (1925-1929). A irmã de ambos, Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, era mãe João Pessoa, ministro do Superior Tribunal Militar (1919-1928), presidente da Paraíba (1928-1930) e candidato da Aliança Liberal a vice-presidente da República, cujo assassínio foi o estopim da Revolução de 1930.

Sólon de Lucena foi professor em sua cidade natal e dedicou-se muitos anos ao magistério. Em 1913 foi eleito deputado estadual na Paraíba e logo designado presidente da Assembleia Legislativa. Como tal, em 24 de julho de 1916 assumiu a presidência do estado depois da licença, e posterior falecimento, do então presidente estadual e seu primo Antônio da Silva Pessoa. Chegou ao cargo depois que o vice-presidente Pedro Bandeira abriu mão de ocupá-lo. Permaneceu no poder até 22 de outubro do mesmo ano, quando foi substituído por Francisco Camilo de Holanda, eleito para o quadriênio 1916-1920.

Em 4 de setembro de 1917 foi eleito deputado federal pela Paraíba na vaga aberta com a saída de Francisco Camilo de Holanda, e no ano seguinte foi reeleito para legislatura 1918-1920. Em 1920 voltou ao governo da Paraíba, agora eleito para o quadriênio 1920-1924, sucedendo a Francisco Camilo de Holanda. Durante esses anos, teve o apoio do senador e depois presidente da República Epitácio Pessoa, também seu primo. Em sua administração,

houve investimentos no serviço de água e esgoto da capital paraibana. Seu sucessor foi João Suassuna.

Faleceu na cidade da Paraíba, posteriormente João Pessoa, em 1926.

Seu neto Humberto Coutinho de Lucena foi deputado federal (1959-1971 e 1975-1979) e senador pelo estado da Paraíba (1979-1998).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARIZ, C. *Apanhados*; ODILON, M. *Pequeno*; PINTO, L. *Fundamentos.*

LUÍS, WASHINGTON

*pref. São Paulo 1914-1919; pres. SP 1920-1924; sen. SP 1925-1926; pres. Rep. 1926-1930.

Washington Luís Pereira de Sousa nasceu em Macaé (RJ) no dia 26 de outubro de 1869, filho do tenente-coronel Joaquim Luís Pereira de Sousa e de Florinda Sá Pinto Pereira de Sousa. Pertencia a uma família de grande prestígio político durante o Império, da qual faziam parte Pedro Luís Pereira de Sousa, deputado-geral, ministro dos Negócios Estrangeiros no primeiro gabinete Saraiva (1880-1881) e presidente da província da Bahia em 1882, e Francisco Belisário Soares de Sousa, deputado, senador, presidente do Banco do Brasil e ministro da Fazenda no gabinete Cotegipe (1885).

Fez os estudos primários na Escola Municipal de Barra Mansa (RJ), ingressando em 1844 no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde cursou humanidades. Transferindo-se para a cidade de São Paulo em 1888, frequentou o preparatório do curso anexo da Faculdade de Direito antes de ser admitido nessa instituição, pela qual se bacharelou em 1891. Em 1892 retornou ao estado do Rio e foi nomeado promotor público em Barra Mansa. No ano seguinte transferiu-se para Batatais (SP), onde abriu um escritório de advocacia em sociedade com Joaquim Celidônio dos Reis Júnior, passando a atuar principalmente em questões relacionadas à demarcação e à divisão de terras na região da Alta Mojiana, na época em processo de ocupação pela lavoura do café. A partir de então, desenvolveu grande parte de sua atividade profissional e política no estado de São Paulo, razão pela qual receberia mais tarde o cognome de “paulista de Macaé”.

Tenaz defensor da autonomia municipal, em 1897 elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Batatais, cuja presidência assumiu em seguida. Entre 1898 e 1899, exerceu a chefia da intendência (prefeitura) do município. Filiado ao Partido Republicano Federal, quando esta agremiação se cindiu em 1897, alinhou-se à corrente do general Francisco Glicério, oposta à liderada pelo presidente da República, Prudente de Morais. Candidato a deputado federal por São Paulo no pleito de 1900, realizou uma campanha de forte cunho oposicionista, combatendo tanto o governo federal, chefiado na época por Campos Sales (1898-1902), quanto o governo paulista, de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1900-1902). Embora vitorioso nas urnas, não teve sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de

Poderes da Câmara dos Deputados, que lhe recusou o mandato.

Ainda no ano de 1900, já bastante respeitado nos círculos políticos paulistas, transferiu-se para a capital do estado e casou-se com Sofia de Oliveira Barros, filha dos barões de Piracicaba, grandes cafeicultores. O casamento reforçou seus vínculos com a oligarquia paulista, e nos anos seguintes Washington Luís combinou a atividade política com o trabalho de historiador, produzindo duas monografias resultantes de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado em 1902 e 1903: "Contribuição para a história da capitania de São Paulo. Governo Rodrigo César Meneses" (publicada em 1904 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*) e *Testamento de João Ramalho* (1905).

Em 1904, elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP), agremiação que exercia na época amplo domínio sobre a política regional. No exercício do mandato, destacou-se como defensor da autonomia municipal, apoiou o projeto do deputado João Nogueira Jaguaribe autorizando despesas com a exploração de rios e a abertura de caminhos para ampliar a fronteira econômica do estado, participou da Assembleia Constituinte estadual que em 1905 reviu a Constituição paulista, defendeu o projeto de recenseamento da população do estado e manifestou-se a favor da concessão de aposentadoria e reforma para funcionários públicos civis e militares.

Em 1906, no final da legislatura, foi nomeado secretário de Justiça do governo de Jorge Tibiriçá (1904-1908), com a missão de realizar uma reforma nas polícias Civil e Militar a fim de reforçar o poderio do governo estadual. No exercício desse cargo, coordenou a unificação das secretarias de Justiça e de Segurança Pública, criou o Serviço de Assistência Policial, aperfeiçoou o Corpo de Bombeiros e instituiu novas normas para a carreira policial, estabelecendo, entre outras medidas, a obrigatoriedade do diploma de advogado para os delegados de polícia. Para o aprimoramento técnico dos contingentes militares do estado, solicitou ainda o concurso de uma missão francesa, a qual, chefiada pelo coronel Paul Balaguy, chegou a São Paulo ainda em 1906. Seu trabalho à frente da Secretaria de Justiça contrariou interesses dos chefes políticos locais, que até então ocupavam funções policiais e as utilizavam como elemento importante na reprodução de seu poder e de sua força eleitoral. Não obstante, foi mantido no cargo por Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, sucessor de Jorge Tibiriçá, e nele permaneceu até 1912.

NOS GOVERNOS DA CAPITAL E DO ESTADO

Washington Luís tornou a se eleger deputado estadual em setembro de 1912, na legenda do PRP. Líder do governo estadual de Rodrigues Alves (1912-1916), em outubro de 1913 foi escolhido pelos vereadores da capital paulista para o cargo de prefeito da cidade. Tomou posse no ano seguinte, interrompendo o mandato parlamentar, e enfrentou os problemas oriundos do intenso crescimento experimentado pela capital em virtude da expansão da economia cafeeira e do desenvolvimento industrial.

Embora fizesse questão de destacar sua prudência administrativa e sua preocupação com o equilíbrio orçamentário — não fazia obras "sem ter dinheiro pronto na gaveta" e não ordenava pagamentos sem autorização legal —, Washington Luís construiu mais de trezentos quilômetros de estradas e ruas dentro do município e, seguindo a tendência europeizante da elite paulista da época, contratou especialistas franceses para orientar o plano da cidade. Apoiado pelo presidente do estado Altino Arantes (1916-1920), empregou sistematicamente medidas repressivas contra o movimento operário emergente, que nesse período chegou ao auge na greve geral decretada em 1917. Foi ainda em sua gestão que se instituíram as feiras livres para enfrentar a crise de abastecimento provocada em parte pela Primeira Guerra Mundial, e se introduziu no brasão de São Paulo a divisa *Non ducor, duco* (não sou conduzido, conduzo). Reeleito para a prefeitura pelo voto direto em 1917, combateu a epidemia de gripe que assolou a cidade no ano seguinte.

Dono de grande prestígio político dentro do PRP, em 1919 passou a prefeitura ao vice-prefeito Álvaro da Rocha Azevedo e se candidatou à sucessão de Altino Arantes no governo de São Paulo, tendo como companheiro de chapa Fernando Prestes de Albuquerque. Durante a campanha, fixou como meta principal de seu governo a defesa da lavoura cafeeira, fortalecendo a mão de obra, o crédito, os transportes, e ampliando o mercado consumidor. Reconhecia também a necessidade de proteger a indústria, especialmente a que utilizava matéria-prima nacional. Quanto ao movimento operário, afirmava tratar-se de um problema "que interessa mais à ordem pública do que à ordem social", conceito que repetiria mais tarde durante sua campanha para a presidência da República. Essa assertiva deu margem à acusação de que considerava a questão social um "caso de polícia".

Eleito para o governo paulista no dia 1º de março de 1920, Washington Luís tomou posse

dois meses depois, enfrentando em seguida uma crise política relacionada a uma acentuada queda nas exportações e nos preços alcançados pelo café no mercado internacional. Apesar das pressões dos grandes produtores, não aceitou comprometer o governo estadual com a compra de estoques para sustentar os preços do produto, considerando que essa responsabilidade cabia ao governo federal, o qual por sua vez também se negava a adotar mais uma vez essa orientação. A divergência que se instalou quase determinou o rompimento de relações entre o presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922), e os presidentes de São Paulo e Minas Gerais, e só foi superada com o recuo do governo federal, que emitiu papel-moeda, interveio no mercado e, pouco depois, contraiu na Inglaterra empréstimos no valor de nove milhões de libras para cobrir as medidas necessárias à revalorização do café. A recuperação dos preços ocorreu a partir de 1923 e no ano seguinte, com a criação do Instituto Paulista de Defesa do Café, o governo federal transferiu para o âmbito estadual a responsabilidade de gerir crises semelhantes.

Nas eleições de 1922 para a presidência da República, vencidas pelo mineiro Artur Bernardes, o PRP se dividiu. Washington Luís apoiou o candidato vitorioso, que garantia a continuidade da alternância entre mineiros e paulistas na chefia do governo, enquanto o senador Álvaro de Carvalho liderou uma corrente favorável a Nilo Peçanha, político fluminense candidato da Reação Republicana.

Em sua gestão à frente do governo paulista, Washington Luís concedeu atenção especial à rede de transportes, permanecendo fiel a seu lema: “Governar é abrir estradas.” Seu plano de expansão do sistema rodoviário estadual resultou na construção de 1.326km de novas estradas de rodagem. Deu também atenção à navegação fluvial, subvencionando o serviço de transporte pelo rio Paraná e melhorando as condições de navegabilidade do rio Paraíba entre Guararema e Queluz. Promoveu ainda a eletrificação da estrada de ferro de Campos do Jordão e conseguiu autorização para a construção de uma ponte em Porto Cemitério, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais.

Preocupado em aumentar a capacidade de pressão de São Paulo na Federação, aperfeiçoou e ampliou os efetivos militares do estado, que em 1925 passou a contar com uma força policial de 14 mil homens, a maior do país. Seu governo também tomou iniciativas no sentido de incutir no povo a consciência de um glorioso passado paulista. Nesse sentido, fundou o Museu Histórico Republicano de Itu e subsidiou projetos históricos

comemorativos, numa época em que os “adornos do bandeirismo” atingiram o apogeu com o aparecimento dos primeiros volumes da *História geral das bandeiras*, de Afonso de Taunay, a reimpressão da *Nobiliarquia paulistana* e o surgimento dos primeiros números dos *Anais do Museu Paulista*. Coube também a seu governo inaugurar os primeiros organismos da justiça trabalhista em São Paulo, que receberam o nome de tribunais rurais e o encargo de julgar questões relativas à interpretação e execução dos contratos de locação de serviços agrícolas.

Em 1924, a polêmica em torno da sucessão estadual provocou a formação de uma dissidência do PRP — conhecida como “os coligados” — liderada por Altino Arantes e Olavo Egydio de Sousa Aranha. A ala dissidente lançou a candidatura do senador Álvaro de Carvalho, mas Washington Luís deu seu apoio a Carlos de Campos, que venceu as eleições, e a quem transmitiu a chefia do governo paulista no dia 1º de maio de 1924.

Dois meses depois, no dia 5 de julho, a capital do estado foi ocupada por contingentes revolucionários chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes, num levante que objetivava depor os governos estadual e federal. Para a repressão ao movimento, foram mobilizadas tropas do Exército e formaram-se, no interior, os chamados “batalhões patrióticos”, forças paramilitares comandadas por grandes fazendeiros e chefes políticos locais, como Fernando Prestes e Ataliba Leonel. Washington Luís chefiou o 3º Batalhão, organizado em Batatais. Ao cabo de três semanas de luta, os revoltosos abandonaram a capital paulista e rumaram para o oeste do Paraná, onde se juntaram em abril de 1925 a tropas gaúchas insurretas para constituir a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Washington Luís assumiu ainda em 1925 uma cadeira no Senado, ocupando a vaga criada pela morte de Alfredo Ellis. Entretanto, na convenção nacional do Partido Republicano, reunida no Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1925, foi indicado candidato à presidência da República. Abandonou então o mandato parlamentar no início de 1926, sendo substituído por Arnolfo de Azevedo. Seu prestígio como ex-presidente de São Paulo, sua liderança no PRP e a prática da alternância na chefia do governo entre mineiros e paulistas — conhecida como a “política do café com leite” — garantiram sua condição de candidato único ao pleito presidencial de 1º de março de 1926. Sua escolha só foi contestada pelo presidente de Minas Gerais, Fernando de Melo Viana, problema rapidamente solucionado com a indicação deste para candidato à vice-presidência. Ambos foram eleitos.

NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 15 de novembro de 1926, data de sua posse, Washington Luís se dirigiu à sede da Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, desfilando em carro aberto no meio da multidão. Esse gesto iniciou um período de distensão política que despertou expectativas positivas em todo o país, submetido ao estado de sítio durante todo o governo de Artur Bernardes. Por outro lado, a formação do novo gabinete obedeceu à determinação de assegurar a hegemonia paulista, ampliar a base de apoio do governo federal e enfraquecer as resistências mineiras à gestão que se iniciava. Para isso, o novo presidente procurou reforçar a aliança com o Rio Grande do Sul, nomeando Getúlio Vargas, deputado federal gaúcho, para o Ministério da Fazenda.

No início do governo, Washington Luís não teve dificuldades em conseguir a aprovação pelo Congresso do projeto de reforma monetária apresentado em dezembro de 1926 por Júlio Prestes de Albuquerque, líder da maioria na Câmara, instituindo o retorno ao padrão-ouro e criando um novo fundo de estabilização cambial — chamado de Caixa de Estabilização — que mais tarde foi incorporado ao Banco do Brasil. A taxa de câmbio foi então fixada acima dos índices do mercado, com o objetivo de favorecer as exportações e proteger a indústria nacional. A decisão, porém, provocou forte reação negativa do comércio, prejudicado com o encarecimento das importações.

No terreno político, as principais medidas imediatamente efetivadas foram a extinção do presídio da ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo; a libertação dos presos políticos — inclusive jornalistas incursos na Lei de Imprensa — e dos militares detidos sem processo; a não renovação do estado de sítio, cujo prazo de vigência se extinguiu em 31 de dezembro de 1926; e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, em janeiro de 1927. No mês seguinte, a Coluna Prestes penetrou em território boliviano, onde negociou o seu desarmamento, pondo fim ao último foco de revolta armada no país.

Entretanto, as medidas governamentais não atenderam a todas as reivindicações da oposição. A anistia, insistentemente pedida por entidades estudantis, jornais e parlamentares, foi recusada pela maioria governista no Congresso, ao mesmo tempo em que prosseguiram os processos e as condenações de numerosos opositores do regime. Em

meados de agosto de 1927, em meio ao crescimento da oposição, o governo começou a retroceder em seu liberalismo, invertendo as tendências e expectativas criadas. Conseguiu a aprovação do Projeto Aníbal Toledo, que deu origem à chamada “Lei Celerada”, responsável pelo reinício de rigorosa censura à imprensa e outras formas de cerceamento da liberdade de expressão, suscitando reações indignadas da oposição. Simultaneamente, recolocou o PCB na ilegalidade.

Em São Paulo, principal base de sustentação do governo federal, o surgimento do Partido Democrático (PD) fortaleceu a oposição. Pregando o voto secreto e a moralização do processo eleitoral, o PD se aproximou das correntes tenentistas que continuavam a se articular dentro do Exército em oposição ao regime vigente. Nas eleições parlamentares de 1927, o PD elegeu três deputados federais — José Adriano Marrey Júnior, Francisco Morato e Paulo de Morais Barros — passando em seguida a tentar a articulação das forças oposicionistas de diversas regiões. Dessas iniciativas surgiu o efêmero Partido Democrático Nacional que, contando com a presença de políticos gaúchos liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi um embrião da frente de oposição aglutinada mais tarde em torno da Aliança Liberal.

A QUESTÃO SUCESSÓRIA

Washington Luís apoiava o nome de Júlio Prestes, filho de Fernando Prestes e presidente de São Paulo desde 1927, para sua sucessão. Diante disso, o presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada procurou uma aproximação com o Rio Grande do Sul, governado por Getúlio Vargas desde janeiro de 1928, e propôs o lançamento de uma candidatura gaúcha à presidência da República. Os entendimentos entre esses dois estados começaram em janeiro de 1929, lançando as bases para a formação da Aliança Liberal, coligação oposicionista apoiada também pelo governo da Paraíba, pelas oposições dos outros estados e por integrantes do movimento tenentista.

Além da unidade política do Rio Grande do Sul, conseguida através da frente única de seus partidos patrocinada por Vargas, o fortalecimento experimentado pela economia gaúcha nesse período contribuiu para melhorar as condições de interferência do estado na vida política nacional, favorecendo a emergência de uma nova força até então marginalizada na disputa pelas sucessões presidenciais. Agindo com prudência e evitando romper os vínculos

com o presidente da República, Vargas tirou partido da situação privilegiada em que o Rio Grande do Sul se encontrava, negociando e fortalecendo sua própria candidatura, que recebeu o apoio formal da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) no dia 30 de julho.

Washington Luís tentou convencer os presidentes gaúcho e mineiro a desistirem dessa iniciativa, afirmando, em carta dirigida a este último, que 17 estados apoiavam a candidatura oficial. Entretanto, não houve acordo. A convenção situacionista, reunida no dia 12 de setembro de 1929, indicou a chapa Júlio Prestes-Vital Soares para o pleito de março do ano seguinte. Oito dias depois, a Aliança Liberal homologou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, presidente da Paraíba, anunciando também um programa baseado na adoção do voto secreto, organização da Justiça Eleitoral, garantia de independência do Poder Judiciário, decretação da anistia e reforma nos sistemas administrativo e educacional da União.

Pouco depois, Vargas enviou o senador Firmino Paim Filho para dialogar em seu nome com Washington Luís e Júlio Prestes. Dessas consultas resultou um acordo, formalizado em dezembro, garantindo o respeito de Vargas aos resultados eleitorais e, em caso de derrota da Aliança Liberal, seu apoio ao governo de Júlio Prestes. Em troca, Washington Luís e seu candidato se comprometiam a não ajudar a oposição estadual gaúcha e a reconhecer os mandatos dos deputados que fossem eleitos por esse estado para a Câmara dos Deputados.

Embora cumprisse sua parte do acordo com os gaúchos, Washington Luís, por outro lado, criou dificuldades administrativas e políticas aos governos de Minas Gerais e da Paraíba, ordenando a execução das dívidas desses estados com o Banco do Brasil, embargando o pedido de empréstimo feito por Minas aos banqueiros Schroeder e iniciando um processo de transferência de funcionários federais de modo a favorecer as forças situacionistas. Empenhou-se também no apoio à Concentração Conservadora, dissidência do PRM chefiada por Melo Viana e favorável à candidatura de Júlio Prestes.

A violenta crise econômica internacional iniciada em 1929 contribuiu para tornar mais tensa a campanha eleitoral. Washington Luís decidiu manter uma taxa fixa de câmbio para a moeda brasileira, fazendo com que a receita do setor exportador acompanhasse a violenta queda dos preços do café. A formação de estoques invendáveis e o fato de o governo

federal ter-se negado a emprestar cem mil contos ao Instituto Paulista de Defesa do Café provocaram a insatisfação dos grandes produtores, que em dezembro de 1929 se reuniram em um congresso e divulgaram comunicado afirmando: “O lema é a lavoura, hoje com o governo. Se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo. E, depois, a lavoura contra o governo.”

Em fevereiro de 1930, dois episódios contribuíram para aumentar as tensões da campanha eleitoral. O líder da Concentração Conservadora, Manuel Tomás de Carvalho Brito, solicitou a intervenção federal em Minas Gerais depois de sério conflito ocorrido em Montes Claros entre situacionistas e aliancistas, e obteve o aumento dos efetivos federais estacionados no estado. Na mesma época, eclodiu em Princesa, hoje Princesa Isabel (PB), uma revolta autonomista liderada por José Pereira, e Washington Luís foi acusado de auxiliar os revoltosos com o objetivo de enfraquecer o governo de João Pessoa, que passou a receber apoio material do Rio Grande do Sul.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A REVOLUÇÃO DE 1930

Nas eleições de 1º de março de 1930, Júlio Prestes obteve cerca de um milhão de votos contra cerca de oitocentos mil dados a Getúlio Vargas. Esse resultado provocou diferentes reações no interior da Aliança Liberal. Enquanto Antônio Augusto Borges de Medeiros e outros consideravam legítima a vitória situacionista, alguns setores da oposição, apoiados por oficiais ligados ao movimento tenentista, denunciavam a fraude e a violência presentes em todo o processo eleitoral e propunham a preparação de um movimento revolucionário. Mesmo sem conseguir unanimidade no bloco oposicionista, o setor mais radical iniciou em fins de março os preparativos para o levante.

A acusação de que Washington Luís apoiava os rebeldes paraibanos e a suspeita de que preparava uma intervenção federal na Paraíba contribuíram para manter o clima de tensão, agravado em maio e junho, quando a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional negou-se a diplomar os deputados aliancistas eleitos em Minas e na Paraíba e reconheceu em seu lugar os candidatos da Concentração Conservadora e os representantes do chamado Território de Princesa. Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife. Embora esse fato estivesse vinculado à luta política paraibana, a responsabilidade foi atribuída ao governo federal, e o enterro, realizado no Rio de Janeiro, mobilizou enorme

multidão e propiciou o fortalecimento da corrente revolucionária. Nos dois meses seguintes, a conspiração ganhou novos adeptos e a fase preparatória da revolução foi concluída.

O movimento foi deflagrado no Rio Grande do Sul às 17:30h do dia 3 de outubro, derrotando em menos de 24 horas as resistências legalistas no estado. No dia 4, quando o governo federal começava a reagir, o movimento foi iniciado em Minas Gerais e na Paraíba, onde também obteve importantes vitórias. Washington Luís expediu telegramas aos presidentes dos demais estados pedindo que se mantivessem do lado da legalidade e combatessem o boatos assegurando que as forças armadas eram absolutamente fiéis ao governo. Pouco depois, o Executivo obteve autorização do Congresso para decretar o estado de sítio no Distrito Federal, estado do Rio, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, podendo estendê-lo também a outros estados se a situação se agravasse. Depois de realizar uma operação de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de cem mil contos, o governo procurou evitar a corrida da população aos bancos, decretando, em 6 de outubro, feriado nacional até o dia 21, prazo em seguida prorrogado até o fim do ano.

Apesar dessas medidas, a revolução prosseguiu conquistando vitórias. A convocação de reservistas, que provocou grande descontentamento popular, não surtiu o efeito desejado pelo governo, e nos primeiros 15 dias de luta os estados do Norte e Nordeste, com exceção do Pará e da Bahia, passaram para o controle das forças revolucionárias comandadas por Juarez Távora. De Minas Gerais partiram colunas que conquistaram o Espírito Santo, enquanto as tropas gaúchas derrubaram os governos de Santa Catarina e Paraná, praticamente sem encontrar resistência. Em quase todo o país, forças legalistas se rendiam ou aderiam ao movimento, cujo comando supremo passou a ser exercido por Getúlio Vargas a partir do dia 11.

Entretanto, Washington Luís permaneceu sempre inflexível na defesa da sua autoridade e não admitiu em nenhum momento a hipótese de vitória dos revolucionários, baseando-se para isso nas informações otimistas que recebia do seu ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. Em torno do dia 20, o único bastião legalista significativo fora do Distrito Federal era o estado de São Paulo, que concentrou suas tropas em Itararé, junto à divisa com o Paraná, para deter o avanço dos revolucionários sulistas. O choque dessas forças, previsto para o dia 25, não chegou a ocorrer porque, na véspera, uma transmissão

radiofônica informou que estava em curso, no Distrito Federal, um golpe militar contra o governo.

Apesar de informado por diversas fontes, entre as quais o cardeal Sebastião Leme, Washington Luís foi surpreendido pela conspiração, que envolvia altos oficiais lotados no Distrito Federal, como os generais Augusto Tasso Fragoso (oficial mais graduado do Exército), João de Deus Mena Barreto (inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares), José Fernandes Leite de Castro (comandante da 1ª Divisão de Artilharia de Costa), Firmino Antônio Borba (segundo subchefe do Estado-Maior do Exército) e Pantaleão Teles Ferreira, além do coronel Bertoldo Klinger e outros.

A surpresa ocorreu porque Washington Luís não acreditara nas informações recebidas. Em seu livro *A verdade sobre a Revolução de Outubro*, Barbosa Lima Sobrinho atribui essa postura ao caráter do presidente, que assim descreve: "Homem leal, incapaz de subterfúgios e de malícia, tem um senso psicológico primário. Não percebe a complexidade das almas, os segredos e a sutileza da astúcia. Para ele, o mundo se divide em duas categorias simples, os homens maus, de que se afasta e que combate sem tréguas, e os homens bons, a que reserva todos os prêmios. Na divisão das classes, cede a conclusões apressadas e elementares, que não costuma rever senão diante de fatos consumados e, em regra, irremediáveis."

Na manhã do dia 24 de outubro, mesmo depois que as fortificações do Distrito Federal começaram a dar salvas de tiros e uma esquadrilha sobrevoou a cidade lançando panfletos para anunciar sua queda à população, Washington Luís recusou-se a renunciar e a deixar o palácio Guanabara, residência oficial do chefe do governo. Manteve-se inflexível nessa posição, apesar das ameaças de que o palácio seria bombardeado às 11 horas da manhã. Àquela altura, a cidade já estava sobressaltada e grupos de populares começavam a depredar as redações dos jornais governistas. Mais tarde, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Alfredo Malan d'Angrogne entraram no palácio e se dirigiram para a sala onde a alta cúpula do governo e algumas outras personalidades estavam reunidas. Washington Luís dispensou as garantias oferecidas, reafirmando sua disposição de permanecer no local a qualquer custo.

Às 17 horas, com a mediação do cardeal Leme, consentiu afinal em se retirar, ressaltando porém sua condição de prisioneiro, pois não havia renunciado. Abraçou cada um dos que

estavam a seu lado e foi transportado para o forte de Copacabana. Seus ministros também foram presos. Quando a notícia foi divulgada, houve comemorações espontâneas nas ruas da maioria das cidades do país.

NO EXÍLIO

A junta governativa que assumiu o poder, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo contra-almirante José Isaías de Noronha, determinou, sem êxito, que os revolucionários depusessem as armas. Entretanto, apesar de respeitarem a ordem de cessação dos combates, os destacamentos rebeldes continuaram avançando em direção ao Rio de Janeiro, forçando a junta a entregar o poder no dia 3 de novembro a Getúlio Vargas, chefe da revolução vitoriosa. Nesse intervalo, Washington Luís aceitou a proposta de embarcar para o exterior, apresentada por seu ex-ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira em nome do general Tasso Fragoso.

Durante seu longo exílio, vivido na Europa e nos Estados Unidos, o ex-presidente não exerceu nenhuma atividade política. Em entrevista publicada no dia 6 de novembro de 1931 pelo jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, contestou o discurso pronunciado dias antes por Getúlio Vargas em comemoração ao primeiro aniversário da revolução. Na ocasião, defendeu a política financeira de seu governo e negou ter deixado qualquer déficit relativo aos exercícios orçamentários de 1927, 1928 e 1929. Ainda em 1931, vivendo na França, negou-se a acatar a convocação da Junta de Sanções, órgão da justiça revolucionária, cuja legitimidade recusou-se a reconhecer, encarregado de julgar “atos contrários à vida constitucional do país”.

Washington Luís permaneceu no exterior até 1947. No dia 18 de setembro desse ano, em uma conjuntura ainda marcada pela redemocratização que se seguiu ao fim do Estado Novo (29/10/1945), foi recebido na praça Mauá, na zona portuária do Rio de Janeiro, por comissões parlamentares e profissionais, e uma multidão que ocupou toda a avenida Rio Branco. Depois de ouvir um discurso de saudação pronunciado pelo deputado e general Euclides Figueiredo, rumou para o Palace Hotel, onde foi novamente homenageado por Otávio Mangabeira, entre outros. Ao agradecer, enalteceu o regime político, social e econômico dos Estados Unidos, onde vivera, e o esforço brasileiro pela redemocratização.

Definitivamente retirado da vida pública, fixou residência em São Paulo e dedicou-se a

estudos históricos, coligindo notas genealógicas sobre sua família e preparando nova edição do seu livro *Na capitania de São Vicente.* Tornou-se membro benemérito da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, presidente honorário da Cruz Vermelha Brasileira, membro dos institutos Histórico e Geográfico de São Paulo, Bahia e Ceará, integrante da Academia Paulista de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu em São Paulo no dia 4 de agosto de 1957.

Escreveu *Contribuição para a história da capitania de São Paulo, governo Rodrigo César Meneses* (1905, 2ª ed. 1938), *Diogo Antônio Feijó* (1913), *Na capitania de São Vicente* (1918, 2ª ed. 1976) e *Arte e existência* (1949). Publicou também inúmeros artigos sobre história, especialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.*

Jorge Miguel Mayer

FONTES: *Almanaque Abril;* ARQ. DEP. PESQ. GLOBO; ARQ. DEP. PESQ. JORNAL DO BRASIL; CALMON, P. *História;* CARONE, E. *Primeira;* CARONE, E. *República velha;* CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA, A. *Rebelião; Efemérides paulistas;* EGAS, E. *Galeria* (2 e 3); *Encic. Mirador; Grande encic. Delta;* GUIMARÃES, A. *Dicionário; Jornal do Brasil* (21/12/1972, 5, 19/10/1980)*; Jornal do Comércio,* Rio (29/9, 6/10/1980); LEITE, A. *História;* MORAIS, A. *Minas; Novo dic. de história;* OLIVEIRA, C. *Biografia; Quem é quem no Brasil; Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.;* SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1935*; TÁVORA, J. *Vida.*

LUNDGREEN, João Frederico
*dep. fed. PE 1912-1917.

João Frederico Lundgreen nasceu em Pernambuco no dia 20 de junho de 1879, filho de Herman Lundgreen, sueco, e de Ana Elizabete, dinamarquesa.

Fez seus estudos na Alemanha e, de volta ao Brasil, dedicou-se à atividade industrial, tendo como principal empreendimento a Companhia de Tecidos Paulista. A empresa fora fundada sobre a área de um antigo engenho nos anos de 1890, e em 1904 foi comprada pela família Lundgreen. Em fevereiro de 1907, com a morte de Herman Lundgreen, João Frederico assumiu a direção. Nas duas primeiras décadas do século XX expandiu a empresa através da ligação direta da fábrica com uma rede de lojas varejistas, que se espalharam pelo Nordeste e depois por todo o Brasil, inicialmente com o nome de Lojas Paulistas e, depois, de Lojas Pernambucanas.

Iniciou sua vida política em Pernambuco fazendo oposição à facção liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Depois da chegada de Dantas Barreto ao governo do estado, em 1911, lançou sua candidatura a deputado federal. Eleito em 1912, assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1914. Reeleito no ano seguinte, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1917, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Depois da experiência parlamentar, voltou-se para os negócios da família. Diante dos crescentes lucros, resolveu expandir sua indústria, o que fez a partir da compra de terras de uma antiga fazenda no estado da Paraíba. A escolha do local se deveu ao preço baixo das terras, à disponibilidade de algodão – sua principal matéria-prima –, à presença da mata para alimentar as caldeiras, à proximidade de rios navegáveis e à isenção de impostos estaduais por 25 anos, conferida pelo governo paraibano. Com a nova propriedade, nasceu a Companhia de Tecidos Rio Tinto, inaugurada em 27 de dezembro de 1924.

Faleceu em Pernambuco no dia 25 de fevereiro de 1946.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Espaço ecológico no ar. Disponível em: <http://www.espacoecologiconoar.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2834>. Acesso em: 14/10/2010. LEVINE, R. *Velha*; LOPES, J. *Tecelagem*; ROSA, C. *Coronéis*.

LUTZ, BERTA

*mov. feminista; dep. fed. DF 1936-1937.

Berta Maria Júlia Lutz nasceu na cidade de São Paulo no dia 2 de agosto de 1894, filha de Adolfo Lutz e de Amy Fowler Lutz, de nacionalidade inglesa. Seu pai, médico e cientista, foi fundador da medicina tropical e da zoologia médica no Brasil, além de diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo, que hoje leva seu nome.

Fez os primeiros estudos na capital paulista e os cursos secundário e superior na França. Formou-se em botânica, ciências naturais, zoologia, embriologia, química e biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, a Sorbonne, em 1918. Durante sua permanência na Europa entrou em contato com o movimento feminista inglês.

De volta ao Brasil, ainda em 1918 ingressou como tradutora no setor de zoologia do Instituto Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde trabalhava seu pai. No ano seguinte inscreveu-se num concurso para o cargo de secretária do Museu Nacional. Aprovada, foi a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro, tornando-se mais tarde naturalista da seção de botânica da mesma instituição.

Em 1919, por ocasião do movimento liderado pelo senador Justo Leite Chermont a favor do voto feminino, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, apoiando e assumindo a liderança de sua campanha. No ano seguinte foi nomeada pelo barão de Ramiz Galvão inspetora do ensino secundário e enviada ao Ginásio Masculino de Lorena, em São Paulo. Em 1922 representou o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, e foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana.

Ao retornar ao Brasil, fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que substituiu a Liga de 1919, e deu início à luta pelo direito de voto para as mulheres. Sob sua presidência (1922-1942), a FBPF congregou as diversas associações estaduais e nacionais femininas. Ainda em 1922, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, conseguiu a admissão de meninas no externato do Colégio Pedro II. Em 1923 participou da Conferência Internacional da Mulher, realizada em Roma. Nesse mesmo ano foi condecorada pelo governo belga pelo estudo que realizou, em comissão do Ministério da Agricultura, sobre a difusão de conhecimentos domésticos e agrícolas junto à população rural. Dois anos depois esteve na Conferência Pan-Americana da Mulher, reunida em

Washington.

Apoiou o projeto do governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930), a favor do voto feminino, concedido nesse estado — o primeiro a fazê-lo em 1928. No ano seguinte participou da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim, e, pouco após regressar ao país, fundou a União Universitária Feminina.

Já após a Revolução de 1930, criou em 1932 a Liga Eleitoral Independente, e em 1933 voltou a representar o Brasil na VII Conferência Pan-Americana da Mulher, realizada em Montevidéu. Ainda em 1933 fundou a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas, bacharelando-se também pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

No pleito de outubro de 1934 candidatou-se à Câmara dos Deputados na legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a Liga Eleitoral Independente, ligada ao movimento feminista. Obteve a primeira suplência, e em julho de 1936 ocupou uma cadeira na Câmara em virtude da morte do titular, deputado Cândido Pessoa. Em sua atuação parlamentar lutou pela mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, propondo a igualdade salarial, a isenção do serviço militar feminino, a licença de três meses à gestante sem prejuízo de vencimentos e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Elaborou ainda projetos para o combate à lepra e à malária no Rio de Janeiro. Permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos todos os órgãos legislativos do país.

Em dezembro do mesmo ano assumiu interinamente a chefia do setor de botânica do Museu Nacional, sendo efetivada no cargo em fevereiro de 1938. Representou o Brasil junto ao Escritório Internacional do Trabalho por ocasião de uma conferência na Filadélfia, nos Estados Unidos, e participou de uma comissão da Liga das Nações sobre as condições de trabalho feminino. Foi aposentada compulsoriamente do Museu Nacional em 1964.

Em 1975 — Ano Internacional da Mulher — integrou a delegação brasileira à Conferência Mundial da Mulher, promovida no México pela Organização das Nações Unidas (ONU), e participou como delegada titular do Brasil da Comissão Interamericana de Mulheres.

Foi membro de diversas associações, entre as quais a Sociedade Internacional das Mulheres Geógrafas, a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Política entre Sexos — cuja diretoria integrou —, a Comissão Feminina Consultiva do Trabalho da Mulher, o

Escritório Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações, em Genebra, na Suíça, o Escritório Internacional de Proteção à Natureza e o Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de setembro de 1976.

Além de diversos artigos escritos para periódicos nacionais e estrangeiros, e da colaboração que prestou ao *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* e aos Arquivos do Museu Nacional, publicou *Índice dos Arquivos do Museu Nacional, I-XXII, 1876-1919* (1920), *A nacionalidade da mulher casada* (1933), *Brazilian species of hyla* (l973), *O papel educativo dos museus modernos*, *O ensino doméstico nos Estados Unidos*, *Treze princípios básicos; sugestões ao anteprojeto da Constituição*, *O trabalho feminino; a mulher na ordem econômica e social*, *Estatuto da mulher* e *Estudos sobre a biologia floral da Mangifera indica L*.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*.; *Ciência e Cultura* (12/1976); *Diário do Congresso Nacional*; *Folha de S. Paulo* (17/9/76); *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (20/12/1973, 17/9/1976): *Jornal do Comércio*, Rio (1/7/1933); MELO, L. *Dicionário*; SILVA, H. *1934*; SILVA, H. *1937*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

LUZ, ABELARDO

*dep. fed. SC 1927-1930 e 1935-1937.

Abelardo Venceslau da Luz nasceu em Florianópolis, então Desterro, no dia 28 de setembro de 1890, filho de Hercílio Pedro da Luz e de Etelvina Cesarina Ferreira da Luz. Seu pai foi governador de Santa Catarina de 1894 a 1898, senador de 1900 a 1918 e novamente governador de 1918 a 1924.

Advogado, Abelardo Luz iniciou sua atividade política elegendo-se deputado estadual em Santa Catarina em 1918, na mesma ocasião em que seu pai assumia o governo do estado. Em dezembro de 1921 licenciou-se do mandato legislativo para tomar posse como secretário do Interior e Justiça, cargo que exerceu até fevereiro seguinte.

Eleito deputado federal por seu estado para a legislatura 1927-1929, foi reeleito em março de 1930. Reassumiu sua cadeira em maio do mesmo ano, mas, com a vitória do movimento revolucionário de outubro, teve o mandato interrompido e deixou a Câmara dos Deputados.

Um dos líderes do Partido Republicano de Santa Catarina, agremiação fundada antes de 1930, participou de sua reorganização visando às eleições de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte. No pleito de outubro de 1934 elegeu-se mais uma vez deputado federal pelo Partido Republicano catarinense, e exerceu seu mandato de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando a instauração do Estado Novo extinguiu as câmaras legislativas do país. Permaneceu no Rio de Janeiro e tornou-se delegado de polícia da Delegacia de Costumes e Diversões.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1º de abril de 1958.

Era casado com Adalgisa Veiga da Luz, com quem teve um filho.

FONTES: *Boletim Min. Trab*. (5/1936); CABRAL, O. *Breve*; CABRAL, O. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário do Congresso Nacional*; INF. Regina Helena Luz; PIAZZA, W. *Dicionário político.*

LUZ, Américo Gomes Ribeiro da

*dep. fed. MG 1891-1893.

Américo Gomes Ribeiro da Luz nasceu na cidade de Campanha (MG) em 2 de julho de 1854, filho de Antônio Máximo Ribeiro da Luz, magistrado, e de Mariana Blondina Gomes Ribeiro da Luz.

Estudou humanidades no Colégio Professor Luís Dale, em São João Del Rei (MG) e completou os preparatórios no Ateneu Fluminense, no Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas completou os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia em 1879. Logo após a formatura, regressou à sua província natal, onde clinicou por cerca de dois anos na cidade de Três Corações. Transferiu-se então para Muzambinho (MG), cidade na qual continuou a exercer a medicina e iniciou sua atividade política. Adepto dos ideais abolicionistas, em 12 de maio de 1881 liderou uma reunião na Câmara Municipal com o intuito de discutir a alforria dos escravos locais. Em 15 de setembro do mesmo ano, casou-se com Hortência Cesarina de Assis Coimbra, filha do coronel e chefe político local Cesário Cecílio de Assis Coimbra e de Maria Teodora da Luz.

Ingressou na atividade política ainda no período monárquico, como vereador e agente executivo municipal de Muzambinho de 1884 a 1886. Membro do Partido Liberal, participou ativamente da propaganda republicana na região. Em 1887, juntamente com Carlos de Miranda Jordão e o coronel Francisco Navarro de Morais Sales, fundou a Estrada de Ferro de Muzambinho, dirigindo-a até 1908, quando a empresa foi incorporada à Rede Sul Mineira. Na política mineira, foi ainda deputado provincial em 1889.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou ao ativismo no Partido Republicano Mineiro (PRM) e foi eleito deputado federal para a legislatura 1891-1893. Em 1913 transferiu-se para Juiz de Fora (MG), onde exerceu o cargo de diretor presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. até morrer.

Faleceu em Juiz de Fora em 17 de novembro de 1927.

Teve dez filhos, dos quais apenas um, Augusto Ribeiro da Luz, teve atuação política como deputado estadual de 1927 a 1930.

Vanessa Lana

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; Muzambinho. Disponível em: <http://muzambinho.com/portal/informa/biografia/biografias/americoluz.htm>. Acesso em: 8/4/2009; SENNA, L. *Médicos*.

LUZ, Arnaldo Siqueira Pinto da

* min. Marinha 1926-1930.

Arnaldo Siqueira Pinto da Luz nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1875, filho de José Pinto da Luz e de Francisca Carolina Siqueira. Seu pai foi ministro da Marinha entre os anos de 1899 e 1902, no governo Campos Sales (1898-1902).

Em 20 de abril de 1926 foi nomeado ministro da Marinha pelo então presidente da República Artur Bernardes (1922-1926), em substituição ao contra-almirante Alexandrino de Alencar. Permaneceu no cargo até o final da gestão de Bernardes, em 15 de novembro, e foi novamente nomeado para a pasta da Marinha pelo novo presidente da República Washington Luís (1926-1930). Manteve-se à frente do ministério até 24 de outubro de 1930, quando da vitória da revolução que depôs Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. Nessa ocasião foi substituído pelo contra-almirante Isaías de Noronha, que, junto com os generais João de Deus Mena Barreto e Tasso Fragoso, formou uma junta militar provisória que governou o país até a posse de Getúlio Vargas, em 3 de novembro seguinte.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1961.

Luciana Pinheiro

Fontes: Gene.All. Disponível em: <http://www.geneall.net/>. Acesso em: 16/3/2011; MAR. BRAS. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/>. Acesso em: 16/3/2011; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 16/3/2011.

LUZ, Brasílio da

*dep. fed. PR 1894-1899; sen. PR 1900-1909.

Brasílio Ferreira da Luz nasceu em Curitiba no dia 29 de setembro de 1857, filho de Vicente Ferreira da Luz e de Florência do Amaral Luz.

Iniciou seus estudos no Liceu de sua cidade natal. Aos 17 anos de idade transferiu-se para São Paulo e aí fez o curso de humanidades. Em 1976 mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, matriculou-se na Faculdade de Farmácia e posteriormente na Faculdade de Medicina, instituição pela qual se formou em fins de 1885. Em 1886 deu início à trajetória profissional atuando na área de clínica médica. De volta ao Paraná, iniciou a carreira política ao se eleger deputado provincial com mandato de 1888 a 1889. Em decorrência da proclamação da República em 15 de novembro desse ano, optou por retomar o exercício da medicina. Tornou-se, então, médico do Exército brasileiro com a patente de capitão e serviu no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Rio de Janeiro. Durante a Revolução Federalista (1893-1895), combateu ao lado das forças legalistas.

Entre 1893 e 1897 foi deputado estadual no Paraná. Em 1894 foi também eleito deputado federal, com mandato até 1896. Reeleito em 1897, permaneceu na Câmara dos Deputados até 1899, quando assumiu mais uma vez o mandato de deputado estadual por um biênio. Em 1900 foi eleito senador pelo Paraná com mandato de nove anos e permaneceu no Senado até dezembro de 1909. Em 1914 foi promovido a coronel.

Desenvolveu também atividades literárias e jornalísticas, como redator e diretor do periódico *A República*.

Faleceu em Curitiba em 1940.

Escreveu o livro *No sulco do arado - cousas da roça* (1959), publicado após sua morte.

Luciana Pinheiro

FONTES: NICOLAS, M. *Paraná* (p. 18-19); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 171-172); SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 3/6/2010.

LUZ, Hercílio

*gov. SC 1894-1898; dep. fed. SC 1900; sen. SC 1900-1918; gov. SC 1918-1924.

Hercílio Pedro da Luz nasceu em Desterro, atual Florianópolis, em 29 de maio de 1860, filho de Jacinto José da Luz, comerciante abastado, e de Joaquina Ananias Neves da Luz. Seu avô materno, Joaquim Xavier Neves, foi vice-presidente de Santa Catarina e como tal governou a província de agosto a novembro de 1869.

Órfão de pai aos nove anos de idade, fez os primeiros estudos em sua cidade natal e seguiu depois para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde fez os preparatórios e ingressou na Escola Politécnica. Completou os estudos superiores na Universidade de Liège, na Bélgica, formando-se engenheiro de artes e manufaturas e retornando ao Brasil em 1883. Em 1885 assumiu o cargo de juiz comissário de terras em Lajes (SC), no qual permaneceu até 1886. Também em 1885 casou-se com Etelvina Cesarina Ferreira, com quem teria 14 filhos. Nomeado engenheiro de obras públicas da província de Santa Catarina em 1888, foi mantido como engenheiro do estado após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a que se seguiu, em 24 de novembro, a nomeação de Lauro Müller para governador. Em 1891, foi por este nomeado chefe da Comissão de Terras de Blumenau (SC).

REPUBLICANOS X FEDERALISTAS

Após a crise que levou à renúncia do presidente Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, e à posse do vice-presidente Floriano Peixoto, Lauro Müller também foi levado a renunciar, em dezembro seguinte, ao governo catarinense. Hercílio Luz tornou-se então, em Blumenau, o líder da reação republicana contra a junta que governou Santa Catarina até março de 1892, e manteve-se igualmente na oposição ao sucessor desta, o tenente Manuel Joaquim Machado, em cujo governo chegou a ser preso. Com a queda do tenente Machado em junho de 1893, continuou na oposição ao vice-governador Eliseu Guilherme da Silva, chegando a participar, em 14 de julho, da chamada revolução

republicana de Tijucas e a ser proclamado oito dias depois, em Blumenau, governador provisório do estado. Na ocasião, acusando o tenente Machado e Eliseu Guilherme de apoiarem a Revolução Federalista em curso no Rio Grande do Sul, afirmou a necessidade de combater o movimento. Precedido por um batalhão cívico formado em Blumenau, ainda no final de julho dirigiu-se a Desterro, onde, no dia 31, um confronto armado diante do palácio do governo resultou em mortes. Na condição de governador revolucionário chegou a ocupar o palácio, mas no dia 2 de agosto Floriano Peixoto declarou não reconhecer seu governo e, além disso, destituiu-o do cargo na Comissão de Terras de Blumenau. Logo, porém, seria nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Morretes (PR) a Torres (RS).

Iniciada em fevereiro de 1893, a guerra civil gaúcha opunha os federalistas, também chamados de maragatos ou gasparistas, seguidores de Gaspar Silveira Martins, presidente do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, aos republicanos ou castilhistas, seguidores de Júlio de Castilhos, presidente daquele estado e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que contava com o apoio de Floriano Peixoto. Os revolucionários federalistas, entre eles Gumercindo Saraiva, avançaram pelos estados de Santa Catarina e Paraná e, a partir de setembro de 1893, foram fortalecidos pela Revolta da Armada deflagrada no Rio de Janeiro, já que alguns comandantes revoltosos dirigiram-se para o Sul a fim de a eles se aliarem. A chegada a Desterro de navios revoltosos resultou na capitulação da cidade em 29 de setembro e na instalação, em 14 de outubro, de um governo federal paralelo sob a chefia do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme Lorena.

A presença dos revolucionários em Santa Catarina fez com que Hercílio Luz fosse dispensado de suas funções no Distrito Telegráfico e incorporado como engenheiro técnico à coluna legalista enviada ao Sul sob o comando do general Francisco de Paula Argolo. Nos últimos meses de 1893 esteve assim com Argolo em São Bento, no norte do estado, e em seguida com o general Antônio Gomes Carneiro, que comandou a resistência aos federalistas na cidade da Lapa, no Paraná.

Enfraquecidos os federalistas, para assumir o controle da situação em Santa Catarina, Floriano Peixoto para lá enviou, com poderes discricionários, o tenente-coronel de

Infantaria do Exército Antônio Moreira César, conhecido pela alcunha de o Corta-Cabeças. O delegado do governo federal desembarcou em Desterro no dia 22 de abril de 1894 à frente de 500 militares do 7° e do 23° batalhões de Infantaria, e tanto federalistas como pretensos inimigos do regime republicano foram impiedosamente caçados. Santa Catarina conheceu então uma das mais truculentas páginas de sua história. Moreira César permaneceu à frente do governo catarinense até setembro, quando Hercílio Luz se tornou o primeiro governador republicano do estado eleito pelo voto direto.

GOVERNADOR E SENADOR

Hercílio Luz assumiu pela primeira vez o governo de Santa Catarina no dia 28 de setembro de 1894, tendo Polidoro Olavo de Santiago como vice-governador. Três dias depois de sua posse, sancionou projeto aprovado pelo Legislativo que alterava o nome de Desterro para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto. Nesse período, quando da cisão do Partido Republicano Federal (PRF), acompanhou Francisco Glicério e José Gomes Pinheiro Machado, rompeu politicamente com o presidente Prudente de Morais (1894-1898), afastou-se de Lauro Müller e passou a apoiar as posições de Rui Barbosa no cenário nacional.

Sob seu governo, em 1986, foi instalada e inaugurada na região do Contestado a linha telegráfica entre Joinville e São Bento. Tentou criar o primeiro sistema de iluminação pública de Florianópolis e, para tanto, foi organizada uma sociedade integrada por Joaquim Manuel da Silva, Francisco José Ramos e Paul Darché, que recebeu a concessão municipal de luz elétrica em 8 de setembro de 1897. Mas a sociedade não conseguiu levar a bom termo o projeto inicial e a iluminação só seria inaugurada em 25 de setembro de 1910, tanto na capital como em Blumenau e em Joinville. Fez ainda várias intervenções no sistema viário estadual e adotou medidas para melhorar o transporte marítimo e fluvial. Ainda em 1897 cuidou da organização do Partido Republicano Catarinense (PRC), juntamente com Lauro Müller, com quem acertou a composição dos principais diretórios municipais. Permaneceu à frente do governo catarinense até 28 de setembro de

1898, quando passou o cargo ao sucessor Filipe Schmidt. Pouco depois, em 13 de dezembro, foi eleito vereador na capital do estado.

Voltou a atuar no cenário nacional em 1900, quando foi eleito deputado federal por Santa Catarina. Assumiu em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, mas renunciou em setembro seguinte para assumir o mandato de senador na vaga deixada por Antônio Justiniano Esteves. Foi terceiro secretário da Mesa Diretora do Senado e membro das comissões de Saúde Pública, Estatística e Colonização e de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas.

Reeleito em 1906 e em 1915, enviuvou em 1914 e casou-se em 1915 com a cunhada Corália dos Reis Ferreira, irmã mais nova de sua primeira esposa, com quem teria mais cinco filhos. Em agosto de 1918 foi eleito vice-governador de Santa Catarina na chapa encabeçada por Lauro Müller, que não assumiu. Foi feito constar na ata de posse que Lauro Müller não havia comparecido e assim deixou de prestar juramento como governador. Deixando o Senado, foi empossado pela segunda vez no governo de Santa Catarina em 28 de setembro de 1918. Ao longo do quadriênio foi substituído interinamente por Raulino Horn, então presidente da Assembleia Legislativa estadual, por quatro vezes, ainda que por curtos períodos: de abril a maio e de agosto a setembro de 1920, de setembro a outubro de 1921 e de agosto a setembro de 1922. Nesse período assinou o contrato de construção da ponte pênsil que ligaria a capital catarinense ao continente.

Foi reeleito governador em agosto de 1922, tendo como vice Antônio Pereira Oliveira. Iniciou novo período de governo em 28 de setembro seguinte, e em novembro foi iniciada a construção da ponte. Antônio Pereira Oliveira o substituiu interinamente de fevereiro a junho de 1923 e a partir de maio do ano seguinte, quando mais uma vez se licenciou, para tratamento de saúde. Faleceu antes do fim do mandato, em 20 de outubro de 1924, e não chegou a assistir à inauguração da ponte, que receberia seu nome e seria inaugurada em maio de 1926.

Um de seus filhos, Abelardo Luz, foi deputado federal por Santa Catarina de 1927 a 1930 e de 1935 a 1937.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; GOV. SC. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html>. Acesso em: 4/9/2008; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.2, p.1897/8); PAULI, E. *Hercílio*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória;* Wikipédia. Walter Piazza. *Disponível em:* < http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza" \o "Walter Piazza>.

LUZ, José Pinto da

* min. Marinha 1899-1902.

José Pinto da Luz nasceu em Florianópolis no dia 18 de setembro de 1843. Ingressou na carreira militar em 1857 como aspirante a guarda-marinha e foi efetivado três anos depois. Em dezembro de 1862 foi promovido a segundo-tenente, e posteriormente a capitão de fragata e a capitão de mar e guerra. Lutou na campanha do Estado Oriental e na Guerra do Paraguai (1864-1870) e recebeu diversas condecorações, entre elas a medalha de ouro do serviço militar e as medalhas do Mérito Militar, oferecidas pelos governos brasileiro e argentino. No mês de junho de 1895, já vice-almirante, assumiu a presidência do Clube Naval por um ano.

Em 19 de agosto de 1899 foi nomeado ministro da Marinha pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902), em substituição ao almirante Carlos Baltasar da Silveira. Permaneceu à frente do ministério até 15 de novembro de 1902, quando teve início o governo Rodrigues Alves e foi substituído pelo contra-almirante Júlio de Noronha. No mesmo ano foi promovido a contra-almirante.

Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1903.

Casou-se com Francisca Carolina Siqueira. Seu filho Arnaldo Siqueira Pinto da Luz também foi ministro da Marinha, entre os anos de 1926 e 1930, nos governos de Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, p.136); CLUBE NAVAL . Disponível em: <http://www.clubenaval.com.br/>. Acesso em: 15/3/2011; Gene.All. Disponível em: <http://www.geneall.net>. Acesso em: 15/3/2011; MAR. BRAS. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/>. Acesso em: 15/3/2011; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15/3/2011.

LUZARDO, BATISTA

*rev. 1923; dep. fed. RS 1924-1930; rev. 1930; ch. pol. DF 1930-1932; rev. 1932; dep. fed. RS 1935-1937; emb. Bras. Uruguai 1937-1945; emb. Bras. Argentina 1945; const. 1946; emb. Bras. Argentina 1946-1947; dep. fed. RS 1947-1951; emb. Bras. Argentina 1951-1953.

João Batista Luzardo nasceu em Salto, distrito de Uruguaiana (RS), no dia 11 de dezembro de 1892, filho de Severo Luzardo, coronel da Guarda Nacional, e de Margarida Aspestéguy. Em seu batismo foi utilizada a letra S na grafia do seu sobrenome, o que explica a alternância das duas formas. A família Luzardo exercia atividades ligadas ao comércio na região fronteiriça com o Uruguai. O avô paterno, de origem basca, nascido nas ilhas Canárias, trabalhava com o filho no transporte de mercadorias em carretas.

Batista Luzardo perdeu a mãe durante os primeiros meses de vida e foi morar com uma tia em Uruguaiana. Em 1904 ingressou no Colégio Santana e em 1906 transferiu-se para o Colégio Marista de Santa Maria (RS). Expulso em 1909 por indisciplina, juntamente com dois colegas, filhos, respectivamente, do general Fernando Setembrino de Carvalho e de Fernando Abbott, retornou então à estância do pai em Uruguaiana. Em 1910 mudou-se para Porto Alegre e matriculou-se na sexta série do Colégio Júlio de Castilhos. No mesmo ano em que encerrou os estudos preparatórios, cursou a primeira série da Faculdade de Medicina de Porto Alegre na condição de aluno ouvinte.

Em dezembro de 1913 partiu para o Distrito Federal para terminar os estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Quando ainda cursava a quarta série de medicina, ingressou na Faculdade Livre de Direito. Terminou o curso de medicina em 1916 e o de direito em 1918. De 1917 a 1919, participou do combate à peste bubônica e à gripe espanhola, que assolaram a capital federal. Em outubro de 1919 retornou a Uruguaiana e em janeiro do ano seguinte abriu consultório. Em fevereiro, foram detectados sinais de peste bubônica na cidade. Confirmado o surto da doença, dedicou-se intensamente a combatê-la, aproveitando a experiência obtida no Rio. Organizou o serviço de visitação sanitária domiciliar, entrando em contato pessoal com praticamente todas as famílias da cidade e tornando-se muito popular.

A REVOLUÇÃO DE 1923

Em junho de 1922, Luzardo fundou, juntamente com Fernando Orcy, a Policlínica de Uruguaiana. Em setembro, esteve prestes a se bater em duelo com José Antônio Flores da Cunha, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e na época intendente de Uruguaiana, cargo equivalente ao de prefeito, que o desafiou em função de críticas que fizera à sua administração através da imprensa, mas depois recuou. Por essa época, tornou regular sua colaboração no jornal oposicionista *A Nação*, de orientação federalista, onde fazia críticas sistemáticas ao intendente. Em novembro de 1922 foi preso por Flores da Cunha em virtude do violento editorial que escreveu protestando contra a prisão de alguns federalistas, mas foi logo libertado graças à intermediação de Sérgio Ulrich de Oliveira, um dos dirigentes republicanos da cidade.

O fim do ano de 1922 foi marcado no Rio Grande do Sul pela eleição para a presidência do estado no dia 25 de novembro. O PRR pretendia eleger pela quinta vez seu líder máximo, Antônio Augusto Borges de Medeiros. A oposição, formada por federalistas e uma ala republicana dissidente, uniu-se por seu turno em torno da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Luzardo, que não mantinha vínculos partidários formais, votou com a oposição.

Realizado o pleito, Borges de Medeiros foi declarado eleito. Considerando o resultado fraudulento, Luzardo, juntamente com Raul Pilla e Plínio Casado, tentou a sua impugnação. A oposição tentava obter a intervenção do governo federal e, para isso, Assis Brasil viajou para o Distrito Federal logo após as eleições, entrando em contato com o novo presidente Artur Bernardes. Luzardo também viajou para a capital, onde discutiu com políticos ligados ao presidente a possibilidade de eclosão de um levante armado para derrubar Borges de Medeiros. O PRR havia apoiado a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da República, e por isso a oposição gaúcha contava com o beneplácito de Bernardes na campanha contra Borges de Medeiros. Segundo o depoimento que prestou a seu biógrafo, Glauco Carneiro, foi durante essa estada no Rio de Janeiro que, diante da vacilação do governo federal em intervir no Rio Grande do Sul, Luzardo articulou com o deputado Artur Caetano da Silva e com o estancieiro Adalberto Correia um plano insurrecional que seria deflagrado em Passo Fundo, Quaraí, Alegrete e Uruguaiana no dia da posse de Borges de Medeiros na presidência do estado, marcada para o dia 25 de janeiro de 1923.

A insurreição estourou, no entanto, no dia 8 de janeiro, por iniciativa do caudilho Leonel Rocha. No dia 24 Artur Caetano tomou Passo Fundo, à frente de cerca de quatro mil homens que, embora mal armados, se declararam “dispostos a só largar as armas quando Borges de Medeiros deixar o poder, a não ser que o chefe da nação resolva intervir para reintegrar o Rio Grande do Sul no sistema constitucional da União”, conforme telegrama enviado pelos rebeldes ao presidente da República.

Durante os três meses que se seguiram, Luzardo não interveio na guerra civil que se alastrava pelo estado. Permaneceu clinicando e mantendo contatos políticos, embora sob a vigilância cada vez mais rigorosa de Flores da Cunha, que já se armara para enfrentar a rebelião em Uruguaiana. Somente em fins de março, diante da aproximação das forças comandadas pelo “general” revolucionário Honório Lemes, que já tomara Alegrete e se aproximava de Uruguaiana, Luzardo, depois de escapar de uma tentativa de prisão encetada pelo intendente, incorporou-se às tropas do caudilho.

A coluna comandada por Honório Lemes concentrou suas operações na região fronteiriça com o Uruguai, praticando a guerra de guerrilha e enfrentando os efetivos legalistas chefiados por Flores da Cunha. Em junho, Luzardo foi designado chefe do estado-maior da coluna rebelde, substituindo o coronel Teodoro Meneses, que adoecera. Participou de todos os combates importantes na zona norte do estado, como os de Ibirapuitã, Vista Alegre, Poncho Verde, Quaraí, São Francisco de Assis e São Luís.

Enquanto se desenrolavam os combates, favoráveis, no seu conjunto, aos legalistas, mais numerosos e bem armados, o governo federal iniciou gestões no sentido de pacificar a política gaúcha. Iniciadas por Augusto Tavares de Lira, ex-ministro da Justiça e então juiz do Tribunal de Contas, as negociações resultaram em um acordo obtido pelo marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra. O Pacto de Pedras Altas, firmado pelos republicanos e os revoltosos em 14 de dezembro de 1923, manteve Borges de Medeiros no poder, mas reformou um artigo da Constituição estadual, vedando reeleição do presidente do estado, e garantiu a indicação, por voto popular, do vice-presidente e dos intendentes municipais. Luzardo, convidado por Assis Brasil e Honório Lemes, participou das negociações, exercendo importante papel no sentido de convencer os chefes militares rebeldes, que insistiam em prosseguir lutando, de que a situação militar lhes era desfavorável e o acordo era positivo.

Após a pacificação do estado, Luzardo voltou a clinicar. A participação revolucionária aumentara sua popularidade. Quando as oposições gaúchas realizaram o congresso de São Gabriel em janeiro de 1924 — durante o qual foi fundada a Aliança Libertadora —, sua presença como delegado de Uruguaiana foi alvo de muitas manifestações de simpatia. O congresso escolheu sete candidatos a deputado federal, dos quais apenas Luzardo representava a corrente de oposição radical ao presidente Artur Bernardes, estando os demais propensos a apoiá-lo. Considerando sua eleição garantida, Luzardo integrou uma comissão que percorreu diversas localidades gaúchas reforçando a campanha dos outros candidatos. Realizado o pleito, foi o mais votado entre os libertadores eleitos para a Câmara dos Deputados.

O PORTA-VOZ DOS REVOLUCIONÁRIOS

Batista Luzardo transferiu-se para o Distrito Federal em maio de 1924. Na Câmara, caracterizou-se por intransigente oposição ao governo federal, votando contrariamente à decretação do estado de sítio pedida e obtida por Artur Bernardes para combater o levante militar deflagrado no dia 5 de julho daquele ano. Irrompida em Sergipe, Amazonas e São Paulo, a revolta foi dominada rapidamente nos dois primeiros estados. Em São Paulo, contudo, os rebeldes, comandados por Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando então a cidade e deslocando-se para o interior. Valendo-se das imunidades parlamentares, Luzardo era, na Câmara, o divulgador das atividades e reivindicações dos revolucionários. Durante um intervalo das atividades parlamentares, reuniu em sua residência em Uruguaiana 17 representantes de guarnições militares sediadas no Rio Grande do Sul, entre os quais Luís Carlos Prestes, que tentavam articular um levante em apoio ao movimento desencadeado em São Paulo. Esse levante seria afinal deflagrado em outubro.

De volta ao Rio de Janeiro, Luzardo se engajou na conspiração liderada pelo capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães com o objetivo de sublevar a Esquadra e depor Artur Bernardes em apoio aos rebeldes paulistas e gaúchos. Luzardo foi incumbido da prisão do vice-presidente da República, Estácio Coimbra. Contudo, Protógenes foi preso antes da deflagração do movimento, prevista para o dia 21 de outubro de 1924, e Luzardo não chegou a cumprir sua missão.

Embora a chamada Conspiração Protógenes tivesse sido desarticulada pela prisão de seu líder e de diversos companheiros, outros oficiais da Marinha deflagraram um levante em novembro seguinte. Liderados pelo tenente Herculino Cascardo, os jovens oficiais tomaram o encouraçado *São Paulo* e rumaram para o Uruguai, de onde foram se juntar aos rebeldes gaúchos.

Em fevereiro de 1925, como membro da oposição, Luzardo foi convidado pelo deputado João Simplício, emissário do presidente Artur Bernardes, a participar das negociações de paz com os revolucionários paulistas, que se haviam concentrado no Sul, e com os gaúchos. Em março, os dois parlamentares se reuniram com o general Isidoro Dias Lopes na cidade argentina de Posadas, mas não foi possível qualquer tipo de acordo, pois o chefe revolucionário considerou que o governo fazia propostas muito vagas. Um mês depois, as forças revolucionárias paulistas e gaúchas se juntaram, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e de Miguel Costa, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreria o interior do país através de 13 estados, combatendo as tropas legalistas até internar-se na Bolívia e no Paraguai no início de 1927.

A Coluna Prestes teve em Luzardo seu único divulgador e defensor na Câmara dos Deputados. O jornal *O Globo*, recém-fundado e opositor do governo federal, reproduzia em suas páginas os discursos em que eram transmitidas informações relativas às atividades dos revolucionários, fornecidas pelos próprios a Luzardo. Em maio de 1925, novamente oficiais identificados com os levantes revolucionários tentaram depor Artur Bernardes. A ação, agora, tinha como principal objetivo obter o apoio dos efetivos do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), no Rio de Janeiro. Luzardo, com mais dois companheiros, deveria efetuar dessa vez a prisão de Estácio Coimbra, aguardando, como sinal para o início da ação, que os oficiais, depois de tomar o 3º RI, disparassem uma salva de metralhadoras. No entanto, o assalto à unidade militar foi rechaçado pela guarda, resultando na morte do tenente rebelde Jansen de Melo. Na ausência do sinal combinado, o grupo de Luzardo não concretizou a ação. Luzardo e outros parlamentares foram presos, mas em pouco tempo recuperaram a liberdade por interferência do ministro da Justiça, Afonso Pena Júnior.

Luzardo manteve-se na oposição ao presidente Artur Bernardes até o final de seu governo, manifestando-se sistematicamente contra as iniciativas do Executivo e especialmente contra o comportamento adotado em relação aos movimentos rebeldes. Assim, votou na Câmara

dos Deputados contra a “moção de aplauso ao governo por ter dominado, em São Paulo, a revolução de Isidoro Dias Lopes”; denunciou as precárias condições em que eram mantidos os presos políticos, alguns confinados na ilha da Trindade, e opôs-se ao projeto que autorizava a promoção, por atos de bravura, dos sargentos e alunos das escolas militares que se haviam distinguido na repressão à revolta de São Paulo.

Com a ascensão de Washington Luís à presidência da República em 1926 e a extinção do estado de sítio que marcara o governo anterior, Luzardo adotou uma posição mais moderada. No entanto, permaneceu como porta-voz dos revolucionários na Câmara, especialmente na discussão acerca da concessão da anistia política. Reeleito pela Aliança Libertadora no início de 1927, manifestou-se em agosto, juntamente com outros parlamentares, contra um projeto de lei de autoria de Aníbal Toledo, que, a pretexto de combater o comunismo, restringia a liberdade de pensamento. Participou, nessa época, de vários comícios com Joaquim Francisco de Assis Brasil, Irineu Machado, Maurício de Lacerda, Otávio Brandão, do então Partido Comunista do Brasil (PCB), e outros, e integrou também o Núcleo de Defesa dos Princípios Constitucionais, formado, segundo o manifesto de lançamento, “por elementos esquerdistas da imprensa, do Parlamento, das profissões liberais, do funcionalismo, do comércio, da indústria, da lavoura, do trabalho e do ensino secundário e superior” para a “salvaguarda dos preceitos constitucionais”. O Núcleo se engajou na luta contra o projeto de Aníbal Toledo, mas este, a despeito da campanha oposicionista, acabou sendo aprovado, vindo a ser conhecido como “Lei Celerada”.

Ainda durante o segundo semestre de 1927, alguns grupos de oposição estaduais iniciaram articulações visando uma atuação conjunta. Luzardo foi indicado por Assis Brasil para manter a ligação entre os libertadores e o recém-fundado Partido Democrático (PD) paulista. Em março de 1928, a Aliança Libertadora transformou-se no Partido Libertador (PL) por decisão do Congresso de Bajé, com Assis Brasil na presidência, Raul Pilla na vice-presidência e Luzardo participando do diretório central. O PL nascia ligado ao Partido Democrático Nacional (PDN), federação de oposições estaduais criada no mesmo ano por iniciativa de Assis Brasil.

NA ALIANÇA LIBERAL

Enquanto os grupos oposicionistas intensificavam suas articulações visando as eleições para a sucessão de Washington Luís, marcadas para março de 1930, no Rio Grande do Sul o PL e o PRR se aproximaram ao longo do ano de 1928, graças à eleição para presidência do estado (em novembro de 1927) do republicano Getúlio Vargas, considerado mais "liberal" do que a "velha guarda" comandada por Borges de Medeiros. Na Câmara, porém, libertadores e republicanos por vezes atuavam de maneira desencontrada diante do problema sucessório. Na sessão de 12 de junho de 1929, por exemplo, o senador fluminense Feliciano Sodré pronunciou-se contra as candidaturas de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e de Getúlio Vargas, já lançadas por iniciativas isoladas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Na sessão seguinte, Luzardo respondeu a Feliciano Sodré protestando contra a exclusão do republicano Borges de Medeiros da lista de possíveis candidatos. Imediatamente foi aparteado por João Neves da Fontoura, do PRR, que alegou ser desnecessário o protesto do líder libertador, já que Borges não era candidato e nem caberia ao Rio Grande do Sul apontar nomes, mas sim aprovar aqueles indicados pela nação. A partir daí, em grande parte pela iniciativa de Luzardo, o debate acerca da sucessão presidencial se avolumou, tanto na Câmara quanto na imprensa.

Ainda em junho de 1929, os líderes do Partido Republicano Mineiro (PRM) Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos entraram em contato pessoal com Plínio Casado e Batista Luzardo, solicitando o apoio do PL à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, já que o governo federal insistia em lançar o nome do paulista Júlio Prestes, rompendo, assim, um dos acordos tácitos fundamentais da política até então em vigor, pelo qual o próximo presidente deveria ser mineiro. Consultada, a direção máxima do PL aceitou o acordo, exigindo em troca a inclusão dos principais pontos de seu programa partidário na plataforma de Vargas. O PRR e o PL formavam, dessa maneira, a Frente Única Gaúcha (FUG), voltada para a eleição de um gaúcho para a sucessão de Washington Luís. Nesse mesmo mês de junho, a FUG e o PRM firmaram um pacto, inicialmente secreto, em torno da candidatura de Vargas, recebendo a adesão da Paraíba, cujo presidente, João Pessoa, foi lançado candidato à vice-presidência da República.

No dia 31 de julho, o diretório central do PL reuniu-se em Bajé, oficializando seu apoio ao nome de Vargas e ao movimento que se formava em torno da candidatura gaúcha. Imediatamente, os republicanos gaúchos se congratularam publicamente com a resolução

dos libertadores. Em agosto formou-se a Aliança Liberal, para cuja comissão executiva Luzardo foi eleito, juntamente com Afonso Pena Júnior, Afrânio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, José Joaquim Seabra e outros. Em convenção realizada em setembro a Aliança Liberal homologou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Também o Partido Democrático Nacional (PDN), cujo diretório nacional Luzardo integrava, como representante do PL, em convenção realizada nesse mesmo mês, resolveu apoiar a chapa liberal.

A campanha eleitoral desenvolveu-se durante o segundo semestre de 1929. Luzardo viajava constantemente a Minas Gerais, não apenas por força das articulações políticas, como em virtude de um problema renal que, iniciado em 1923, agora se agravara. A conselho médico, passava temporadas em São Lourenço e Caxambu, estâncias hidrominerais mineiras. Também durante essas estadas prosseguia a campanha, realizando comícios e fazendo contatos políticos.

Na recepção a Vargas no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro, Luzardo foi um dos oradores indicados pela Aliança Liberal para discursar das sacadas ao longo da avenida Rio Branco, onde não havia alto-falantes. O discurso que proferiu na ocasião, iniciado com a indagação: "Quem vem lá?", tornou-se célebre peça de oratória.

Em janeiro de 1930, Luzardo partiu para o Norte, numa das caravanas organizadas pela Aliança Liberal, juntamente com João Neves, Augusto de Lima, Francisco Solano Carneiro da Cunha, Paulo Duarte e outros. A comitiva foi subdividida em Recife, cabendo a Luzardo chefiar o grupo que percorreria o interior de Pernambuco e os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. As comitivas aliancistas enfrentaram sérios problemas criados pelas forças situacionistas, que provocaram conflitos muitas vezes violentos.

Realizadas afinal as eleições, saiu vitoriosa a chapa Júlio Prestes-Vital Soares. A derrota dos candidatos da Aliança Liberal fez com que se intensificassem as articulações já iniciadas por setores que, embora participando da campanha, não acreditavam na possibilidade de vitória da oposição e pregavam a insurreição contra o governo federal. Segundo Virgílio de Melo Franco em *Outubro, 1930*, Luzardo, em conversa com ele no dia seguinte à entrevista que Borges de Medeiros concedeu reconhecendo a legitimidade da vitória da chapa situacionista, teria afirmado que "o Rio Grande do Sul estava disposto a

enveredar pelo caminho da revolução, uma vez que Minas e Paraíba se dispusessem a acompanhá-lo".

NA REVOLUÇÃO DE 1930

De volta ao Rio de Janeiro após as eleições, Luzardo precisou submeter-se a uma intervenção cirúrgica, realizada em maio por Pedro Ernesto Batista, médico e correligionário da Aliança Liberal e do PDN. Instalado em Uruguaiana para recuperar-se, encarregou-se do trabalho de aliciamento das guarnições militares dessa cidade e das vizinhas, mantendo, também, contatos com oficiais revolucionários lotados no Sul, como João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias e Newton Estillac Leal. Marcada a data da insurreição para o dia 3 de outubro pelo comando supremo revolucionário, no qual se destacava Getúlio Vargas, Luzardo detalhou o plano militar para as operações na fronteira, responsabilizando-se pelo comando do destacamento de Uruguaiana, além de unidades de Itaqui e Quaraí. Com ele, alinharam-se os principais chefes libertadores da Revolução de 1923, à exceção de Honório Lemes, que faleceu no dia 30 de setembro.

Iniciada a insurreição em Porto Alegre, Uruguaiana foi tomada tranquilamente por uma força composta de cerca de três mil homens civis e militares. Luzardo, investido no posto de coronel por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante militar geral das forças revolucionárias, dirigiu o levante. No dia seguinte, atravessou a fronteira e foi a Paso de los Libres, na Argentina, buscar o general Isidoro Dias Lopes, a quem conduziu à capital gaúcha para encontrar-se com Vargas.

Nos dias que se seguiram, a revolução foi vitoriosa na maioria dos estados. Em meados de outubro, na região Sudeste, restavam em mãos do governo apenas Rio e São Paulo. Um destacamento comandado por Luzardo, que foi batizado com seu nome, foi incumbido de seguir para a fronteira do Paraná com São Paulo, onde, na localidade de Itararé, preparava-se o confronto decisivo com as forças governistas, chefiadas pelo coronel Antônio Pais de Andrade e compostas de cerca de 3.200 soldados da Força Pública paulista e do Exército. O ataque dos revoltosos estava marcado para o dia 25, e as operações foram distribuídas entre os destacamentos Batista Luzardo, Flores da Cunha, Silva Júnior e Alexínio Bittencourt, sob o comando geral de Miguel Costa. O choque, entretanto, não chegou a ocorrer, pois no dia 24, pouco antes da hora prevista, chegou ao acampamento revolucionário a notícia da

deposição de Washington Luís por uma junta pacificadora, formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. Informado da queda do presidente, o coronel Pais de Andrade concordou em render-se.

Mal atravessara a fronteira com São Paulo, Luzardo recebeu um chamado de Góis Monteiro para que se dirigisse imediatamente ao Distrito Federal, transferindo a outro o comando do seu destacamento. No Rio de Janeiro, foi convidado a assumir a Chefia de Polícia do Distrito Federal em substituição a Bertoldo Klinger, que a ocupou durante o governo da junta provisória. Luzardo tomou posse em 4 de novembro, no dia seguinte ao da transferência do poder ao novo governo provisório presidido por Getúlio Vargas. Pouco depois, no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha era nomeado interventor.

NA CHEFIA DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Imediatamente, Luzardo iniciou a renovação da Chefia de Polícia. Recompôs o quadro de delegados auxiliares, mantendo da administração anterior apenas um e nomeando Joaquim Pedro Salgado Filho para a Delegacia de Ordem Política e Social. Dos 31 delegados distritais em atividade, muitos foram exonerados após visitas inesperadas de Luzardo e Salgado Filho às delegacias, sob a acusação de prática de violência ou outras irregularidades.

Luzardo adotou medidas destinadas a reestruturar o serviço policial, organizando a Comissão de Reforma da Polícia, para a qual nomeou Afrânio Peixoto, Evaristo de Morais, Esmeraldino Bandeira e Melquíades de Sá Freire. O trabalho dessa comissão resultou num projeto de reforma-modelo que chegou a ser entregue e aprovado pelo ministro da Justiça, mas não foi implementado por força de injunções políticas posteriores. Outra medida significativa foi a reorganização do Gabinete de Identificação, para o qual Luzardo designou seu ex-colega da Faculdade de Medicina, Leonídio Ribeiro, que instalou um Laboratório de Antropologia Criminal e, com uma equipe de especialistas nacionais e estrangeiros, iniciou pesquisas sobre os biótipos dos negros criminosos e dos homossexuais que lhe valeriam o Prêmio Lombroso de 1933.

No início de 1931, Luzardo adotou diversas medidas anticomunistas. Em janeiro, proibiu a realização da Marcha da Fome e de um comício, ambos organizados pelo PCB. Em março, contratou dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque para organizar um

“serviço especial de repressão ao comunismo” em moldes norte-americanos. Ainda em abril, determinou a prisão de vários militantes comunistas para impedir a realização de um comício anunciado pelo PCB em comemoração ao 1º de maio. Proibiu, também, qualquer manifestação pública nesse dia. Apesar da proibição, a imprensa noticiou a ocorrência de conflito entre manifestantes e policiais na zona portuária do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1931, o PL e o PRR realizaram a Conferência de Cachoeira, durante a qual Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Raul Pilla, contrários ao prolongamento do poder ditatorial do governo, deliberaram iniciar um movimento de solidariedade aos setores políticos paulistas que estavam em crescente oposição ao governo federal e reivindicavam a constitucionalização do país. A nomeação do tenente João Alberto para interventor em São Paulo, logo após a revolução, significara a marginalização do segmento da oligarquia política local que havia participado da revolução, em especial do PD. Esse processo, que se acirrava progressivamente ao longo de 1931-1932, foi marcado pela oposição entre as correntes políticas tradicionais no estado, de um lado, e as forças tenentistas e o governo federal que as apoiava, de outro. Já em março de 1931, Luzardo e Assis Brasil haviam conseguido que os líderes do PD sustassem a publicação de um documento de ruptura com João Alberto. No entanto, o desencadeamento da campanha repressiva contra os democráticos paulistas, que resultara na prisão de vários dos seus líderes, tornara inevitável a publicação do manifesto em abril de 1931.

O empastelamento do *Diário Carioca*, em fevereiro de 1932, por elementos ligados ao movimento tenentista radicalizou o conflito da oposição com o governo federal. O ministro da Justiça, Maurício Cardoso, e Batista Luzardo, na condição de chefe de Polícia, tentaram levar as investigações à frente, mas sentiram que Vargas hesitava em punir os responsáveis. Descrentes da possibilidade de êxito do inquérito, os dois, acompanhados de João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil, Assis Brasil, ministro da Agricultura, e Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, exoneraram-se em março dos seus postos no governo e retornaram ao Rio Grande do Sul, engajando-se na campanha pela reconstitucionalização do país. Em junho, Luzardo, Pilla, João Neves e Collor assinaram um manifesto reafirmando sua solidariedade aos paulistas. A FUG via na luta armada a única maneira de garantir a autonomia do governo de São Paulo.

NO MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

Finalmente, em julho de 1932, o conflito entre os constitucionalistas e o governo provisório chegou à luta armada, com a insurreição deflagrada em São Paulo pelas forças comandadas pelo general Bertoldo Klinger. No Rio Grande do Sul, não houve consenso em relação à participação na luta armada. Flores da Cunha, à frente de uma parte do PRR, manteve-se fiel a Vargas. Assis Brasil, por seu turno, temia que a luta viesse a servir apenas aos inimigos da Revolução de 1930. Batista Luzardo tentou um levante em Vacaria, iniciando a mobilização de voluntários para marchar sobre outras cidades. Era vital para o sucesso de sua ação a adesão de Borges de Medeiros, a qual, não se concretizando, frustrou o levante. Diante da ausência de apoio efetivo e cercado pelas tropas de Flores da Cunha, Luzardo aceitou um acordo e depôs as armas em troca da concessão de liberdade vigiada em Porto Alegre.

Na capital gaúcha, Luzardo retomou os contatos com Borges de Medeiros e com outros líderes da FUG. Resolveram, então, tentar abrir novas frentes de luta para neutralizar o apoio de Flores da Cunha às tropas legalistas que combatiam os revolucionários em São Paulo. No dia 5 de agosto, Luzardo, disfarçado, deixou Porto Alegre e juntou-se a Borges de Medeiros e Raul Pilla, rumando para Santa Maria e São Gabriel, onde conseguiu recrutar cerca de duzentos homens.

Em fins de agosto, efetivos comandados por Luzardo, Marcial Terra, Lindolfo Collor e Glicério Alves tentaram conflagrar Santa Maria, destruindo a linha férrea que fazia a ligação dessa cidade com Tupanciretã. Pretendiam desviar a atenção das forças legalistas e, se possível, formar um governo provisório. No início do mês seguinte, entretanto, os grupos de Marcial Terra, Turíbio Gomes, Collor e Pilla depuseram as armas e seguiram para a Argentina.

Luzardo e Borges de Medeiros, à frente de duas centenas de homens, ainda permaneceram no Rio Grande do Sul. Na manhã do dia 20 de setembro, travaram em São Gabriel violento combate com as forças governistas, conseguindo dispersá-las. Ainda nesse dia, acamparam na localidade de Cerro Alegre, onde foram envolvidos de surpresa pelas tropas de Flores da Cunha. Todo o estado-maior revolucionário gaúcho foi preso, com exceção de Luzardo, que conseguiu fugir para o Uruguai. Após essa derrota, ainda houve, nos dias seguintes, algumas tentativas de levantes em unidades militares, sufocadas prontamente. Terminava

assim a tentativa de apoio gaúcho aos revolucionários paulistas que, derrotados, acabariam por assinar o armistício com o governo federal no dia 2 de outubro de 1932.

Do exílio, Luzardo, Pilla e Collor lançaram, em 15 de outubro, um manifesto em resposta ao documento divulgado por Flores da Cunha para explicar seu comportamento durante o movimento constitucionalista. Os líderes exilados acusavam o interventor de traição aos compromissos assumidos com os paulistas, responsabilizando-o pela derrota do movimento. Flores negava ter contraído qualquer compromisso com os revolucionários e convocou um tribunal de honra para o julgamento da questão. De Buenos Aires, Luzardo, Collor e Pilla escreveram uma carta explicando aos membros do tribunal de honra que o exame do problema só seria satisfatório quando "plenamente restabelecidos os direitos e garantias de espírito", pelo que se recusavam a participar da iniciativa.

Luzardo foi enviado em dezembro de 1932 a Portugal para reatar os contatos com os revolucionários opositores de Vargas exilados na Europa. Durante certo tempo, viajou por alguns países europeus. Da Itália, iniciou a viagem de volta ao Brasil, trazendo como saldo de sua missão o retorno de alguns exilados que não haviam desistido de tentar a revolução, como o coronel Euclides Figueiredo, o capitão Mena Barreto e outros militares e civis.

Ainda no exílio, Luzardo procurou contribuir para a reativação do movimento antivarguista. O governo federal, contudo, tomou a iniciativa de preparar a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, convocando eleições para maio de 1933. No Rio Grande do Sul, a profunda divisão produzida no interior do PL e do PRR pela luta armada de 1932 levou Flores da Cunha a formar o Partido Republicano Liberal (PRL), após uma convenção de prefeitos, chefes dos corpos provisórios e dissidentes republicanos e libertadores. Realizadas as eleições para a Constituinte, o PRL elegeu a esmagadora maioria dos deputados gaúchos.

NA CÂMARA: DA OPOSIÇÃO AO APOIO A VARGAS

Com a anistia decretada por Vargas em janeiro de 1934, os exilados retornaram ao Brasil. Luzardo chegou a Uruguaiana em abril, quando se desenrolava a campanha para a Assembleia Constituinte estadual. Libertadores e republicanos revigoraram a FUG, com o objetivo de combater o partido do interventor, mas as eleições, realizadas em outubro, deram novamente ampla maioria ao PRL. Nessa mesma eleição Luzardo foi eleito para a

Câmara dos Deputados, recebendo a expressiva votação de 80 mil votos.

Durante os trabalhos da Constituinte estadual, tanto a FUG quanto Flores da Cunha iniciaram um movimento de pacificação política do estado. A oposição concordou em votar no interventor para governador constitucional em troca de participação no governo. As negociações evoluíram no sentido da implantação de um governo parlamentarista baseado em fórmula elaborada por Raul Pilla e pelo jurista José Maria dos Santos, mas esbarraram na hesitação de muitos republicanos e libertadores em apoiar Flores da Cunha. Finalmente, em janeiro de 1935, a FUG e o PRL firmaram um acordo estabelecendo um governo misto, o chamado *modus vivendi* gaúcho. Flores da Cunha aceitava várias reivindicações da FUG e esta, em contrapartida, cessava a oposição e concordava em assumir duas secretarias: a da Agricultura, entregue a Raul Pilla, e a da Fazenda, a Lindolfo Collor.

Com a posse de Raul Pilla na administração estadual, Batista Luzardo assumiu a presidência do Partido Libertador. Escalado em julho de 1935 para falar sobre os levantes tenentistas de 1922 e 1924, aproveitou para criticar a prisão de duzentos bancários que, na véspera, haviam realizado uma assembleia. Contestando a posição do governo federal, que utilizava os movimentos integralista e comunista como pretexto para o fortalecimento da sua atividade, negou que alguma força política pudesse estar ameaçando o regime constitucional e afirmou que todas as correntes políticas expressivas, particularmente a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora, eram movimentos reconhecidos e registrados no Tribunal Eleitoral, tinham direitos assegurados pela Constituição e deveriam ser defendidas.

Até fins de 1935, Luzardo pautou seus pronunciamentos em forte oposição a Vargas, a quem tratava de “grande tapeador” ou “responsável pelo desgoverno do país”. No início de 1936, com a abertura dos debates acerca da sucessão presidencial prevista para 1938, Vargas, ainda sem candidato oficial, procurou o apoio da FUG na luta que começava a travar com Flores da Cunha, que tentava influir no processo sucessório, ambicionando, senão candidatar-se, indicar um nome com possibilidade de vitória. A FUG acabou por dividir-se em relação a este conflito. Luzardo, acompanhando a maioria dos libertadores e republicanos, acabou por retirar seu apoio a Flores, enquanto um grupo comunitário procurava sustentá-lo, prevendo a possibilidade de um golpe. Dentro do próprio PRL, abriu-se uma dissidência que se colocou em oposição ao governador.

Entre os opositores de Vargas, firmou-se a candidatura de Armando de Sales Oliveira. Em maio de 1937, oficializou-se a candidatura de José Américo de Almeida, apoiada pelo governo federal. Luzardo, já identificado com a política situacionista, foi indicado por Vargas para presidir o comitê de organização da campanha eleitoral de José Américo. Além disso, na condição de prestigiado líder da FUG, apoiou a política de Vargas de enfraquecimento de Flores da Cunha, aprovando diversas medidas, entre as quais a nomeação de um oficial hostil ao governador, o general Manuel Daltro Filho, para o comando da 3ª Região Militar; a dissolução dos corpos provisórios, milícias auxiliares da Brigada Militar gaúcha, e a própria federalização da Brigada, pelo decreto de 14 de outubro de 1937, que colocou seus efetivos à disposição do Exército. Finalmente, Flores da Cunha não resistiu às pressões e renunciou no dia 16, buscando o exílio no Uruguai.

Após a renúncia do governador gaúcho, o governo federal interveio no estado, nomeando o general Daltro Filho interventor. Imediatamente, o interventor procurou obter o apoio da FUG, oferecendo, em troca, a pacificação política do estado, garantia aos direitos individuais e a participação dos partidos oposicionistas na nova administração. A proposta foi aceita pela maioria dos republicanos e libertadores. Segundo seu depoimento a Glauco Carneiro, Luzardo, nessa época, visitou o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, em companhia de José Américo de Almeida, e foi informado de que Vargas pretendia interromper o processo eleitoral. O pretexto seria o recém-divulgado Plano Cohen, pretenso plano de ação comunista apreendido pelo Exército e tornado público em outubro. Na verdade, conforme seria comprovado posteriormente, tratava-se de um documento forjado, utilizado pela alta cúpula militar, de acordo com a chefia do governo, para favorecer a concretização do seu projeto ditatorial.

Em inícios de novembro, Luzardo partiu para Porto Alegre, incumbido de transmitir instruções de Vargas anunciando a deflagração de um golpe no dia 15 daquele mês. De volta ao Rio de Janeiro no dia 9, assistiu na Câmara ao discurso em que Otávio Mangabeira denunciava a iminência do golpe. Segundo seu depoimento, procurou Vargas imediatamente, sugerindo que desfechasse o golpe no dia seguinte, sob pena de dar à oposição tempo de articular sua própria revolução. Segundo Hélio Silva, o desfecho do golpe foi antecipado pela divulgação, entre chefes militares e nos quartéis, do manifesto redigido por Armando de Sales Oliveira denunciando a trama golpista e conclamando as

forças armadas a preservar a ordem constitucional.

De fato, forças policiais e militares cercaram na madrugada do dia 10 a Câmara e o Senado, que foram dissolvidos por decreto de Vargas. Dessa forma, Luzardo perdeu seu mandato de deputado federal. No mesmo dia foi promulgada nova Constituição, que formalizava a instalação do regime do Estado Novo. No dia 26, Luzardo participou, como representante do PL, da reunião da Comissão Mista Interpartidária, também integrada pelo PRR e pela dissidência do PRL. A ata da reunião registrou "a boa harmonia reinante no seio da Comissão", que refletia "da parte dos seus componentes o elevado propósito de servir lealmente aos patrióticos intentos que orientam a Frente Única e a dissidência liberal no sentido do congraçamento definitivo da família rio-grandense sob o regime outorgado ao país pela Carta de 10 de novembro". A "distribuição das prefeituras vagas ou a vagarem" seria feita "mediante meticuloso estudo das condições políticas e administrativas, de conformidade com os partidos que apoiam a situação criada pelo golpe de Estado de 10 de novembro".

EMBAIXADOR NO URUGUAI

Em dezembro, novo decreto de Vargas dissolveu todos os partidos políticos. Nesse mesmo mês, Luzardo foi designado embaixador no Uruguai, em substituição a Lucílio da Cunha Bueno, acusado por Vargas de manter contatos com Flores da Cunha, asilado naquele país. Em pouco tempo, Luzardo travou boas relações pessoais com o ditador uruguaio Gabriel Terra, prolongadas depois com o sucessor general Alfredo Balcomir. Conseguindo que o governo uruguaio determinasse um regime de liberdade vigiada para Flores da Cunha em Montevidéu, organizou um dispositivo para vigiá-lo. Suspeito de possuir ligação com os integralistas e nazistas e de manter contato com os comunistas, Flores foi de tal maneira cerceado em seus movimentos que acabou retornando ao Brasil em 1942 e sendo preso na fronteira. Luzardo controlou também outros refugiados brasileiros no Uruguai, de orientações políticas diversas, como Armando de Sales Oliveira e Nestor Contreiras Rodrigues.

No campo diplomático, Luzardo atuou no sentido de acelerar a aproximação entre os dois países. Logo que chegou a Montevidéu, divulgou amplamente um plano de ação voltado não apenas para o incremento das relações comerciais, como para uma vinculação mais

estreita na atuação internacional. Durante sua gestão, instalou-se em Montevidéu uma agência do Banco do Brasil, fez-se o acordo postal, telegráfico-telefônico, instalou-se o serviço de trem internacional ligando diretamente Montevidéu a São Paulo e estenderam-se à capital uruguaia as linhas da Varig. Foi também iniciativa sua a organização da Conferência de Ministros da Agricultura, que reuniu em Montevidéu, em 1939, representantes de quatro países da costa atlântica sul-americana e resultou em concessões comerciais recíprocas. Em novembro do mesmo ano, Luzardo promoveu uma exposição do livro brasileiro, que deu origem à criação do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. Em 1941, expressou o apoio brasileiro ao ponto de vista do governo uruguaio no sentido de que, para a manutenção da integridade territorial das nações americanas, estas, em caso de guerra com países de outro continente, não deveriam ser tratadas como beligerantes.

Às vésperas da instalação da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que se realizaria no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, Luzardo precisou enfrentar a ofensiva diplomática da Argentina, empenhada em formar um bloco que uns consideravam neutralista e outros favorável às potências do Eixo. Em Buenos Aires, os argentinos promoveram um encontro dos chanceleres da Bolívia, Uruguai, Paraguai e Chile, mas esses países não aceitaram a proposta de se colocar em oposição aos Estados Unidos. Luzardo manteve contato com os ministros pressionados pelos argentinos e viajou ao Rio de Janeiro para colocar o governo a par da estratégia argentina. No último dia da III Reunião, o Brasil e os demais países favoráveis aos Aliados conseguiram aprovar uma resolução que recomendava o rompimento de relações com os governos totalitários, recomendação atendida por todos os países do continente, com exceção da Argentina e do Chile. Ainda em 1942, no mês de agosto, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, depois de sucessivos ataques alemães a navios mercantes brasileiros.

Em 1943, Luzardo substituiu interinamente o embaixador Mário Pimentel Brandão nas funções de delegado do Brasil junto à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente.

EMBAIXADOR NA ARGENTINA E DEPUTADO

Com a morte do embaixador brasileiro na Argentina, José de Paula Rodrigues Alves, em maio de 1944, o posto não foi ocupado de forma efetiva durante um ano. Em maio de 1945, Luzardo foi indicado para ocupá-lo, sendo substituído na embaixada no Uruguai por José Roberto de Macedo Soares. Em 29 de outubro, no entanto, Vargas foi deposto e Luzardo pediu exoneração, retornando a Uruguaiana.

Luzardo foi um elemento importante para a organização do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul em 1945. Juntamente com João Neves da Fontoura, procurou influenciar Vargas para que apoiasse a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República nas eleições marcadas para dezembro. Indicado pelo PSD para representar a agremiação durante a campanha eleitoral, trabalhava ao mesmo tempo para eleger-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte, onde tomou posse em fevereiro de 1946. Em maio, porém, já no governo de Dutra, licenciou-se e reassumiu a embaixada brasileira na Argentina. Travando intensas relações pessoais com o presidente argentino Juan Domingo Perón, recém-eleito para o cargo, depois de ter exercido a vice-presidência sob regime ditatorial em 1944, foi intermediário de várias tentativas de um encontro de Perón com Dutra. A oposição brasileira, capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN), fazia cerrada campanha contra as relações de Luzardo com Perón, acusado de simpatizante do varguismo. Com o acordo político estabelecido em setembro de 1946 pelo presidente Dutra com a UDN, que resultou na composição de um ministério pluripartidário, Luzardo não permaneceu muito tempo mais em Buenos Aires, sendo exonerado em fevereiro de 1947.

A Assembleia Constituinte, uma vez promulgada a Constituição em setembro de 1946, havia-se transformado em Congresso ordinário. De volta ao Brasil, Luzardo reassumiu seu lugar na Câmara dos Deputados em março de 1947 e manteve discreta atuação parlamentar até junho de 1950. Nesse momento foi lançada a candidatura de Vargas à sucessão de Dutra com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Progressista (PSP). O PSD lançou o nome de Cristiano Machado, abrindo-se grave dissidência na agremiação, propensa, em conjunto, a apoiar Vargas. Engajado na ala pessedista dissidente, Luzardo revigorou então sua atuação no Parlamento em defesa do ex-ditador.

A campanha eleitoral de Vargas iniciou-se em agosto de 1950, e Luzardo integrou a comitiva que, partindo do Rio Grande do Sul, percorreu São Paulo, Rio de Janeiro, e as

regiões Norte, Nordeste e Centro do país. Vargas aguardou o resultado das eleições, realizadas em outubro, na estância São Pedro, de propriedade de Luzardo. Declarado eleito, lá permaneceu até janeiro de 1951.

EMBAIXADOR NA ARGENTINA SEGUNDO PERÍODO

Com o retorno de Vargas à presidência da República, Luzardo foi novamente indicado para a embaixada brasileira na Argentina e assumiu o posto em agosto de 1951. O novo período na Argentina foi marcado pelas injunções resultantes do aprofundamento de suas relações pessoais com Perón, que procurava apoiar seu governo no movimento sindical. Da oposição, Luzardo recebia a acusação de "agente do peronismo no Brasil". Sua situação se agravou em 1953, quando o presidente argentino, em visita ao Chile, propôs publicamente a formação de um bloco sul-americano constituído por Argentina, Brasil e Chile, dentro do espírito do Pacto do ABC, firmado pelos três países em 1915 com objetivos econômicos, mas nunca concretizado. Ao fazer a proposta, Perón dizia-se autorizado por Vargas a iniciar negociações com o Chile, promovendo, primeiramente, uma união aduaneira. Imediatamente, João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, aproveitando a visita do vice-presidente da Bolívia, rejeitou publicamente a proposta de Perón. Este, então, cobrou de Luzardo uma posição definitiva de Vargas, que evitou pronunciar-se, passando a se esquivar das tentativas de contato pessoal feitas pelo presidente argentino através do embaixador brasileiro.

As oposições brasileira e argentina caracterizaram a tentativa de revitalização do Pacto do ABC como um projeto voltado para a construção da hegemonia da Argentina no continente. Luzardo, visto como o principal emissário de Perón na articulação do plano, foi duramente atacado. Por outro lado, as negativas de Vargas aos convites de Perón para um contato pessoal desacreditaram o embaixador brasileiro junto ao presidente argentino. Assim, Luzardo deixou definitivamente a Argentina em outubro de 1953, sendo substituído por Orlando Leite Ribeiro.

Em março de 1954 a imprensa brasileira deu ampla divulgação a um documento, produzido por refugiados argentinos no Uruguai, que reproduzia um discurso pronunciado por Perón em novembro de 1953 reafirmando que Vargas fugira a compromissos assumidos na questão do Pacto do ABC. Indagado, no mês seguinte, acerca da veracidade dessa

afirmação, Luzardo recusou-se a responder, argumentando tratar-se de informações secretas do Itamarati, a quem caberia divulgá-las ou não. O governo, por seu turno, negou a existência de negociações secretas com Perón.

Luzardo foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal em julho de 1954, em meio à grave crise política gerada pela acirrada campanha que a oposição movia contra Vargas. O quadro se agravou substancialmente com o atentado da Tonelero, no Rio de Janeiro, que foi desfechado no dia 5 de agosto contra o líder udenista Carlos Lacerda e resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz. As investigações indicaram a ligação dos assassinos com a guarda pessoal do presidente, o que intensificou a campanha contra Vargas, envolvendo, agora, importantes setores militares. Vargas passou a ser pressionado a renunciar ou se licenciar. De Luzardo, recebeu a sugestão de retirar-se para São Paulo, onde o comandante da 2ª RM, general Newton Estillac Leal, o apoiaria, até que terminasse o inquérito. No dia 24, contudo, Vargas suicidou-se.

PÓS-1954

O sucessor de Vargas, o vice-presidente João Café Filho, exonerou Luzardo da presidência da Caixa Econômica Federal, designando-o para a direção da Carteira de Consignações do órgão. Luzardo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra essa medida.

Eleito Juscelino Kubitschek para o período presidencial de 1956 a 1961, a oposição tentou invalidar o resultado do pleito. Em 11 de novembro de 1955, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, liderou um movimento militar destinado, segundo seus promotores, a barrar uma conspiração em preparo no governo e assegurar a posse do presidente eleito. O movimento provocou o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho, licenciado, e empossou na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. Luzardo apoiou a ação de Lott e, na reunião do Conselho da Caixa Econômica Federal do dia 17 de novembro, propôs um voto de solidariedade ao novo presidente e ao ministro da Guerra.

Empossado Juscelino, Luzardo não foi reconduzido à presidência da Caixa Econômica pelo remanejamento administrativo nem por decisão do STF. Através de Tancredo Neves, enviou ao presidente seu pedido de exoneração da diretoria da Carteira de Consignações. O

pedido não foi, contudo, atendido, e Luzardo exerceria o cargo até julho de 1959.

Em março de 1958, Luzardo, por intermédio de seu filho Luís Alberto, entrou em contato com Ademar de Barros, presidente do PSP, oferecendo-se para ingressar nas fileiras dessa agremiação. Nesse mesmo mês, enviou carta à direção nacional do PSD comunicando seu desligamento do partido. No entanto, mesmo tendo se tornado pública essa situação, a intervenção de Ernâni Amaral Peixoto, Tancredo Neves e outros pessedistas impediu que a transferência se consumasse.

Aberta a campanha eleitoral para a sucessão de Juscelino Kubitschek, Luzardo presidiu o comitê parlamentar do marechal Lott, candidato do PSD-PTB. Realizadas as eleições em outubro de 1960, entretanto, Jânio Quadros saiu vitorioso. A derrota eleitoral marcou a retirada de Luzardo das atividades político-partidárias. A partir de então, passou a se dedicar exclusivamente aos seus negócios de pecuária bovina em suas estâncias, que se estendiam pelas duas margens da fronteira Brasil-Uruguai, e a algumas entidades pecuaristas, manifestando-se publicamente em relação à política nacional apenas quando da tentativa de impedimento da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio em agosto de 1961. Nessa ocasião, acompanhado por seu filho Luís Alberto, uniu-se às forças civis e militares que apoiavam a posse de Goulart e guarneciam a sede do governo gaúcho, proclamado “o quartel-general da legalidade”. Debelada a crise depois que o Congresso aprovou a emenda parlamentarista em setembro de 1961, Luzardo e o filho retornaram a Uruguaiana.

Em 1972, Luzardo teve sua fazenda Las Toscas, em Artigas, no Uruguai, fronteira com o Brasil, cercada por soldados do Exército e da Marinha e por agentes da alfândega uruguaia. Alegando combater o contrabando de gado, esses agentes levaram todos os animais e prenderam um capataz por infração aduaneira que teria causado prejuízo ao Tesouro uruguaio.

Batista Luzardo faleceu em Porto Alegre no dia 1º de janeiro de 1982.

Era casado com Adelaide Inda Luzardo, com quem teve três filhos.

Foi biografado por Glauco Carneiro em *Luzardo, o último caudilho* (2v., 1977-1978).

Renato Lemos

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab*. (5/1936); CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARNEIRO, G. *Luzardo*; CARONE, E. *República*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, I. *Getúlio*; ENTREV. PEIXOTO, A.; FERREIRA FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; *Globo* (11, 12/4/1976); HIPÓLITO, L. *Campanha*; JARDIM, R. *Aventura*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MIN. REL. EXT. *Almanaque*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SÁ, M. *Politização*; SILVA, H. *1922*; SILVA, H. *1926*; SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1931*; SILVA, H. *1937*; SILVA, H. *1938*; TÁVORA, J. *Vida*; VILLAS-BOAS, P. *Notas*.